

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

RICARDO CABRAL DE FREITAS

**OS SENTIDOS E AS IDEIAS: TRAJETÓRIA E CONCEPÇÕES MÉDICAS DE
FRANCISCO DE MELLO FRANCO NA ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA
(1776-1823)**

Rio de Janeiro
2017

RICARDO CABRAL DE FREITAS

**OS SENTIDOS E AS IDEIAS: TRAJETÓRIA E CONCEPÇÕES MÉDICAS DE
FRANCISCO DE MELLO FRANCO NA ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA
(1776-1823)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Flavio Coelho Edler

Rio de Janeiro
2017

RICARDO CABRAL DE FREITAS

OS SENTIDOS E AS IDEIAS: TRAJETÓRIA E CONCEPÇÕES MÉDICAS DE FRANCISCO DE MELLO FRANCO NA ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA (1776-1823)

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flavio Coelho Edler (COC-Fiocruz) - Orientador

Prof^a. Dr^a. Íris Kantor (FFLCH - USP)

Prof^a. Dr^a. Lorelai Brilhante Kury (COC - Fiocruz)

Prof. Dr. Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves (PPGH - UFF)

Prof^a. Dr^a. Maria Rachel de Gomensoro Fróes da Fonseca (COC-Fiocruz)

Suplentes:

Prof. Dr. Robert Wegner (COC-FIOCRUZ)

Prof^a. Dr^a. Heloisa Meireles Gesteira (CHC-MAST)

Rio de Janeiro
2017

F866s Freitas, Ricardo Cabral de
Os sentidos e as ideias: trajetória concepções médicas de
Francisco de Mello Franco na ilustração luso-brasileira (1776-
1823) / Ricardo Cabral de Freitas – Rio de Janeiro: s.n., 2017.
xii,279 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) -
Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.
Bibliografia: 258114-123f.

1. Médicos. 2. Higiene. 3. Iluminismo. 4. História da
Medicina. 5. Portugal.

CDD 926.1

Para Janete e Clara.
Por todo o nosso tempo juntos.

Agradecimentos

Essa tese jamais chegaria ao fim sem a colaboração de pessoas e instituições que me deram suporte ao longo desses quatro anos de trabalho. Os méritos são deles também, mas as falhas são de minha inteira responsabilidade.

Entre as instituições, agradeço em primeiro lugar à Fundação Oswaldo Cruz pelo financiamento da bolsa de estudos que possibilitou a minha dedicação exclusiva à tese. Desde o mestrado pude contar com uma infra-estrutura exemplar para o desenvolvimento da pesquisa, além do ambiente intelectualmente estimulante do Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde (COC/PPGHCS).

Também agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter financiado minha participação no Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES). Durante os 12 meses de estágio em Paris, fui gentilmente acolhido pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS/CNRS), onde pude contar com bibliotecas, arquivos, cursos e orientações que elevaram sensivelmente a qualidade do meu trabalho e da minha formação pessoal e intelectual.

Entre as pessoas, Flavio Coelho Edler, meu orientador, foi quem acompanhou mais de perto a evolução dessa pesquisa desde seu início, ainda no mestrado. Sua amizade e erudição sempre me inspiraram a renovar o interesse pela carreira acadêmica. Durante minha estadia na França, fui orientado por Rafael Mandressi no *Centre Alexandre Koyré* (CAK/EHESS/CNRS). Seus cursos, as reuniões de orientação e as conversas informais são as melhores lembranças que tenho da vida acadêmica em Paris. Também foi um privilégio participar das discussões sobre história da ciência e sobre meu projeto de pesquisa com Kapil Raj e Jean Luc-Chappey.

Entre os colegas lusitanos, sou muito agradecido pelo apoio de Laurinda Abreu na indicação de fontes, livros e disponibilidade para me ajudar nas minhas solicitações. Adelino Cardoso e Ana Cristina Araújo também foram muito gentis ao disporem de seu tempo para conversarem de maneira tão entusiasmada com um desconhecido aluno de doutorado brasileiro.

Entre meus companheiros de doutorado, não posso deixar de agradecer a Danielle Sanches de Almeida pela amizade e companheirismo constantes, tanto no Brasil quanto em nossa aventura europeia. O bom humor e as incríveis habilidades paleográficas de

Luís Gonçalves também foram alguns dos presentes de minha estadia no exterior, e fico muito grato que nossa amizade tenha atravessado o Atlântico. Frederico Tavares também foi um grande companheiro nos dois lados do oceano, e nossas conversas regadas a música e história me fazem falta. O senso de humor e amizade de Carolina Arouca tornaram tanto os engarrafamentos da Avenida Brasil quanto os dias chuvosos em Paris mais agradáveis. Quando conheci Juliana Torres e Raquel Pellacani Zuma no IFCS em 2004, jamais imaginei que um dia poderia contar com a amizade tão longe do Brasil. Também sou grato a Rossana Nunes pelas conversas sobre Mello Franco e indicações de fontes.

Não há dúvidas de que “Les amis a Paris” foram uma das razões de eu não ter sentido um segundo sequer de solidão durante os meses longe de casa e da família. A amizade e o acolhimento de Edmar Guirra me trouxeram muito mais do que bons momentos na capital francesa. Também foi maravilhoso o convívio com Vivi Japiassú Viana, Marianna Vasconcellos, Pricila Loretto, Juliana Castro e Catarina Cotic Belloube.

Na vida pessoal, tenho o privilégio de ter o amor e a lealdade de meu pai, Luiz Carlos, e meu irmão, Bernardo. Que eu esteja sempre à altura de retribuir o apoio que vocês dão à minha escolha profissional. Por fim, agradeço à minha amada Gisele Batista. Tudo fica muito mais fácil quando dividimos a vida com alguém que compreende as aflições da vida acadêmica, e nos lembra de maneira tão carinhosa que temos muito mais a agradecer mais do que a lamentar.

Resumo

O trabalho procura analisar a trajetória do brasileiro Francisco de Mello Franco na corte de Lisboa entre as décadas de 1770 e 1820 enquanto médico e súdito do Império Português. Aluno formado na Universidade de Coimbra, Mello Franco mudou-se para a capital no final dos anos 1780, onde ingressou rapidamente nos grupos da elite médica portuguesa. Suas conexões pessoais e seus talentos como praticante da medicina, lhe possibilitaram participar de alguns dos mais importantes espaços da intelectualidade de Portugal, onde eram debatidos projetos de reforma social e higiênica do país. Como membro da Academia das Ciências de Lisboa, publicou o Tratado da Educação Física dos Meninos (1790), Elementos de Higiene (1814) e Tratado sobre as Febres do Rio de Janeiro (1821), todas obras comprometidas com a promoção da higiene e da medicina preventiva no Império luso-brasileiro.

As referências médicas mobilizadas por Mello Franco em seus trabalhos indicam a apropriação, no contexto Português, de concepções renovadas sobre as relações entre o físico e o moral no Homem amplamente debatidas em outros contextos intelectuais europeus da época. Em parte derivadas das críticas vitalistas ao mecanicismo cartesiano, essas concepções ajudaram a fundamentar um novo modelo de intervenção social para a medicina no Setecentos. Ao conjugar a análise da produção intelectual com a trajetória pessoal e profissional do personagem, a tese também procura reavaliar algumas das concepções historiográficas mais difundidas sobre a participação de Mello Franco na ilustração luso-brasileira, assim como propor novas interpretações sobre a circulação de ideias médicas em Portugal naquele período.

Francisco de Mello Franco; Higiene; Iluminismo; Portugal; Medicina.

Abstract

This work analyzes the trajectory of the Brazilian physician Francisco de Mello Franco (1757-1823) in the court of Lisbon between the decades of 1770 and 1820 as doctor and courtisan in the Portuguese Empire. A graduate student at the University of Coimbra, Mello Franco moved to the capital in the late 1780s, where he quickly joined the portuguese medical elite. His personal connections and his talents as a practitioner of medicine allowed him to participate in some of the most important institutions of the Portuguese intelligentsia, where projects of social and hygienic reform of the country were debated. As a member of the *Academia das Ciências de Lisboa*, he published the *Tratado da Educação Física dos Meninos* (1790), *Elementos de Higiene* (1814) and *Tratado sobre as Febres do Rio de Janeiro* (1821), all works committed to promoting hygiene and preventive medicine in the Luso-Brazilian Empire.

The medical references mobilized by Mello Franco in his works indicate the appropriation, in the Portuguese context, of renewed conceptions about the relations between the physical and moral in Man widely debated in other European intellectual contexts of the time. In part derived from vitalist critiques of Cartesian mechanism, these conceptions helped to ground a new model of social intervention for medicine in the seventies. By combining the analysis of intellectual production with the personal and professional trajectory of the character, the thesis also seeks to re-evaluate some of the most widespread historiographic conceptions about Mello Franco's participation in the Portuguese-Brazilian illustration, as well as to propose new interpretations on the circulation of medical ideas in Portugal in the period.

Francisco de Mello Franco; Hygiene; Enlightenment; Portugal; Medicine.

LISTA DE SIGLAS

ACL – Academia de Ciências de Lisboa

AHM – Arquivo Histórico Militar de Lisboa.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AIHGB – Arquivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BACL – Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Sumário

Introdução.....	01
------------------------	-----------

Capítulo I - A vida universitária num mundo em reforma: Mello Franco na Universidade de Coimbra (1776-1786).....10

-Perfil dos estudantes brasileiros em Coimbra: poucos e privilegiados.....	11
- A reforma da Universidade e os novos Estatutos: renovação filosófica.....	18
-A reforma do currículo médico: mecanicismo, higiene e ecletismo.....	30
- O ingresso na Universidade e a interrupção dos estudos: a intelectualidade ilustrada diante do estado reformador.....	35
- O retorno à Faculdade de Medicina no governo mariano: retrocesso conservador?.....	51

Capítulo II – De herege a médico da Câmara Real: a vida em Lisboa e o Tratado da Educação Física dos Meninos (1787-1809).....57

- A nomeação para correspondente da Academia de Ciências de Lisboa: o reformismo ilustrado sob o Governo de D. Maria I e seus espaços de sociabilidade.....	61
- <i>Tratado sobre a educação física dos meninos</i> (1790): a higiene e os hábitos privados.....	73
- De réu da inquisição a médico da câmara Real: Francisco de Mello Franco na corte de Lisboa.....	83
- A nomeação para a Junta do Protomedicato: elites médicas e regulação das profissões de saúde em Portugal.....	91
- As invasões francesas e a partida da Família Real: a vida na capital sem corte.....	96

Capítulo III – Médicos do Homem, não apenas do corpo: a redefinição do papel social da medicina em Portugal final do século XVIII.....109

- O ofício de Pina Manique de 17 de dezembro de 1794: libertinagem em Lisboa no final do século XVIII.....	112
- <i>Medicina Theologica</i> : a relação entre corpo e a alma na medicina europeia setecentista.....	127
- As ideias médicas na Faculdade de Medicina: entre os Estatutos e a prática.....	145

- <i>O Filósofo Solitário</i> : natureza humana, medicina e sociedade em novos termos.....	155
--	-----

Capítulo IV – A retomada do projeto higiênico português: Mello Franco na Academia de Ciências (1810-1817).....165

- A Academia de Ciências e a reestruturação da saúde pública no reino.....	167
- A <i>Instituição Vaccínica de Lisboa</i> no combate à varíola em Portugal: intervenção do Estado e padronização de práticas.....	172
- De correspondente a vice-secretário: Mello Franco e suas conexões na Academia de Ciências.....	185
- O Físico e o Moral nos <i>Elementos de Higiene</i> (1814).....	189

Capítulo V- “Obedeci, por que era meu dever...”: o retorno ao Brasil e fim da vida (1817-1823).....212

- As tensões políticas no reino sem corte: do fim das invasões à revolução do Porto.....	214
- Volta ao Brasil: o “insalutífero Rio de Janeiro”.....	220
- <i>O Ensaio sobre as febres do Rio de Janeiro</i> (1821): uma última contribuição.....	232
- Entre intrigas e conspirações: a suposta expulsão de Mello Franco do Paço e seus últimos anos de vida.....	244

Considerações finais: para sempre um herege e dogmático?.....253

Bibliografia.....258

Fontes.....270

Introdução

Francisco de Mello Franco (1757-1823) não é um personagem desconhecido ou obscuro do iluminismo português, contudo, também não se pode dizer que se trata de uma figura bem estudada. Seu nome costuma estar ligado a questões específicas do reformismo ilustrado em Portugal, mas raramente por meio de perspectivas que privilegiem sua trajetória, sendo antes relegado a aparições mais ilustrativas nas narrativas históricas. Além disso, não é raro que as referências à sua figura estejam mais relacionadas ao caráter polêmico das obras anônimas cuja autoria lhe é atribuída do que à sua atuação propriamente dita enquanto autor de obras médicas assinadas e publicadas em alguns dos espaços mais tradicionais da elite intelectual reformista portuguesa.

Em parte, isso se deve à riqueza de sua biografia que, como veremos ao longo deste trabalho, perpassa alguns episódios cruciais para o entendimento de importantes processos históricos em curso no ambiente luso-brasileiro do final do século XVIII e início do XIX. A questão do controle de ideias e a perseguição a práticas libertinas, assim como as iniciativas para o estabelecimento da medicina preventiva e da higiene em Portugal, são alguns desses processos que moldaram a biografia de Mello Franco. Por outro lado, também contribuíram para a construção de sua representação historiográfica como um homem com relativo trânsito nas esferas de poder, porém afeito a polêmicas originadas nos subterrâneos do iluminismo lusitano.

Nos últimos anos, no entanto, um número crescente de trabalhos tem ajudado a reverter essa tendência. Artigos e trabalhos de pós-graduação têm tomado a trajetória e a produção intelectual do médico nascido em Paracatu, Minas Gerais, como objeto de estudo.¹ Entre eles, destacamos as dissertações de mestrado de Rossana Nunes e Tarcila

¹ Entre os artigos que têm abordado aspectos do pensamento e da trajetória de Francisco de Mello Franco, ver: SILVA, Paulo José Carvalho da. A psicopatologia entre a alma e os nervos: a *Medicina Theologica* (1784) de Francisco de Melo Franco. **Filosofia e História da Biologia**, v.3, pp. 335-345, 2008; MASSIMI, Marina. As idéias psicológicas de Francisco Mello Franco, médico e iluminista brasileiro. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.7, n.1, pp. 83-90., 1991; ABREU, Jean Luiz Neves. A educação física e moral dos corpos: Francisco de Mello Franco e a medicina luso-brasileira em fins do século XVIII. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS. n. 2. p. 65-84, dez. 2006. v. 32; MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da Cunha. Coimbra, Lisboa e província de São Paulo. Circulação de saberes, vínculos de poder e exercício da medicina no trânsito colônia império: as trajetórias de Francisco e Justiniano de Mello Franco (1757-1839). In.: **XI Congresso Luso-brasileiro de história das ciências, 2011, coimbra. CLBHC – Livro de Resumos**. Coimbra: Fundação para a Ciência e Tecnologia FCT Portugal, v.01, p.658-674, 2011; BIZZO, Maria Leticia Galluzzi. "tudo o que não é vivificado, é expulso deste admirável laboratório vital": francisco de mello franco (1757-1822) e a dietética iluminista. In.: **XI Congresso Luso-brasileiro de história das ciências, 2011, coimbra; CLBHC – Livro de Resumos**. Coimbra: Fundação para a Ciência e Tecnologia FCT Portugal, v.01, p.594-613, 2011; EDLER, Flavio; FREITAS, Ricardo. O “imperscrutável vínculo”: corpo e alma na medicina lusitana setecentista. **Varia Historia**. v.29, n.50, p.435-452, mai-ago, 2013.

Stein, ambas voltadas para a obra mais polêmica atribuída à pena do médico: a *Medicina theologica*.² O escrito anônimo foi publicado em 1794, após aprovação inicial da Real Mesa Censória, que logo voltaria atrás por conta de seu conteúdo supostamente ofensivo à ortodoxia católica.

Mesmo que por perspectivas distintas, Nunes e Stein dão amplo destaque para o impacto causado pelo impresso na censura portuguesa em plena efervescência política e cultural que marcou o reino na última década do século XVIII. Nunes utiliza as apreensões causadas pelo surgimento da obra como forma de acessar o universo das práticas de leitura, da circulação de ideias e da censura durante o iluminismo português, analisando também alguns dos escritos produzidos em resposta à polêmica obra anônima.³ Stein, por sua vez, privilegia os receituários para o tratamento das doenças do ânimo – cólera, melancolia, bebedice, erotomania, satyriazes e ninfomania – indicados na obra como alternativa às penitências tradicionalmente aplicadas pelos confessores. Não se tratava de questão simples, visto que o embaraço causado pela obra residia justamente na contestação da capacidade da atividade confessional em dar conta das condutas pecaminosas sem recorrer ao auxílio do conhecimento médico⁴.

Contudo, apesar de colocarem Mello Franco no centro de suas narrativas, os dois trabalhos se concentram em apenas uma das obras que lhe são atribuídas, de maneira que praticamente tudo o que diz respeito à sua trajetória ficou restrito a versões já consagradas pelas abordagens mais tradicionais sobre o médico. Além disso, pouca atenção foi dada ao debate de ideias médicas no qual a obra se insere e às relações – existentes ou não – com as concepções desenvolvidas por Mello Franco no restante de sua produção intelectual. Embora tenham expressado algumas ressalvas, ambas as autoras partem da premissa de que o médico de Minas Gerais foi o autor do escrito anônimo, afirmação que, como veremos, se mostra discutível se tomada à luz de seu perfil intelectual.

Assim, este trabalho procura analisar as ideias apresentadas nas obras de Mello Franco a partir de suas estratégias de ascensão social e intelectual no reformismo ilustrado português, tomando como referência o gênero da biografia intelectual. Como típico

² NUNES, Rossana. **Nas sombras da libertinagem: Francisco de Mello Franco (1757-1822) entre luzes e censura no mundo luso-brasileiro**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011; STEIN, Tarcila Nienow. **“Os dois braços da boa medicina”: a medicina do corpo e da alma na obra de Francisco de Mello Franco**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

³ NUNES, op. cit.

⁴ STEIN, op. cit.

representante da intelectualidade lusitana, sua trajetória se dá em várias camadas que se entrecruzam de maneira indissociável: súdito oriundo da América portuguesa, egresso da Universidade de Coimbra reformada, membro da elite médica e cortesão em Lisboa, suposto produtor de obras anônimas, pai de família, entre outras. Quando tomadas em conjunto, veremos que essas perspectivas permitem repensar não apenas algumas das representações mais conhecidas sobre o personagem, mas também aspectos relacionados ao pensamento médico em Portugal e suas relações com o reformismo ilustrado.

A escolha de Francisco de Mello Franco como objeto de pesquisa se relaciona à proposta inicial de investigação, voltada para o estudo das relações entre saber médico e sociedade no iluminismo português. Ao contrário da literatura produzida sobre o contexto inglês e francês, a historiografia luso-brasileira pouco explorou as propostas de reforma dos médicos portugueses à luz dos debates epistemológicos que fundamentaram o surgimento de um novo modelo de intervenção social da medicina no Setecentos.

Essa questão norteou meu trabalho de mestrado sobre a *Dissertação sobre as paixões da alma*, obra do médico português Antônio Ribeiro Sanches (1699-1783) escrita em 1753⁵. Após a conclusão da dissertação fui apresentado à *Medicina theologica*. De maneira similar ao escrito de Sanches, produzido 41 anos antes, a obra também se pautava pela reivindicação da primazia do discurso médico diante da teologia para distinguir o pecado da patologia. Basicamente, as duas obras partem do pressuposto de que a medicina, versada nos meandros das estruturas fisiológicas que determinariam as relações recíprocas entre o corpo e a alma, possuiria legitimidade para afirmar que os comportamentos condenados pela moral católica nem sempre teriam origem na corrupção da vontade, sendo antes manifestações de distúrbios orgânicos, portanto, alheios à vontade do indivíduo pecador. Assim, condenava-se a aplicação da penitência religiosa nesses casos e convocavam-se os confessores a se dedicarem ao estudo da “Neurologia” antes de condenarem as condutas pecaminosas de seus fiéis⁶.

É claro que uma afirmação de tamanha ousadia não poderia passar despercebida aos olhos da censura portuguesa na década de 1790, como foi o caso da obra atribuída a Mello Franco, mas ao contrário da maior parte das abordagens do tema, a questão que me intrigava não se relacionava diretamente às razões que levaram a obra a ser censurada -

⁵ FREITAS, Ricardo Cabral de. **O físico e o moral na Dissertação sobre as paixões da alma (1753) de Antonio Ribeiro Sanches (1699-1783)**. Dissertação de mestrado apresentada à Casa de Oswaldo Cruz na Fiocruz. Rio de Janeiro, 2012.

⁶ As relações entre as duas obras foram exploradas por mim e Flavio Edler em: EDLER; FREITAS. op. cit.

tema já tratado pela historiografia - mas as transformações epistemológicas que possibilitaram ao discurso médico reivindicar a ampliação de seu escopo jurisdicional em direção a temas tradicionalmente restritos à teologia. Em outras palavras, tratava-se de compreender de que maneira o conhecimento médico deu respaldo para que seus praticantes se sentissem legitimados a enfrentar a ortodoxia religiosa. Diante disso, os passos seguintes da investigação consistiram em fazer uma profunda incursão bibliográfica sobre os debates médicos relativos à questão corpo/alma durante o iluminismo europeu e investigar de maneira mais efetiva as possíveis apropriações dessas discussões pelo autor da *Medicina theologica* e por outros autores portugueses de seu tempo.

A partir daí, originou-se o projeto de pesquisa que tomava como objeto não apenas a *Medicina theologica*, mas toda a produção intelectual de Mello Franco voltada para temas ligados à medicina e à saúde em Portugal. Nessa proposta inicial, a pesquisa voltava-se para a figura de Mello Franco enquanto autor, de maneira que obras anônimas e obras assinadas eram postas lado a lado e analisadas à luz dos debates filosóficos aos quais faziam referência e das propostas de reforma social em discussão no ambiente português. Mas algumas perguntas ainda permaneciam sem resposta: afinal, quem era de fato Francisco de Mello Franco? As versões difundidas sobre sua trajetória na ilustração portuguesa eram mesmo precisas? E mais importante, como sua produção intelectual se articulava com sua participação nos círculos intelectuais de Lisboa? Essas questões não haviam sido satisfatoriamente respondidas pelos poucos autores que se dedicaram ao médico e vieram à tona durante o exame de qualificação em dezembro de 2014.

A avaliação foi realizada pouco antes de meu ingresso como bolsista no Programa doutorado sanduíche no exterior (PDSE/CAPES). Durante o estágio de 12 meses, fui recebido pela *École des Hautes Études en Science Sociales* (EHESS/CNRS) em Paris, onde pude contar com a orientação do professor Rafael Mandressi. Entre os objetivos do cronograma de trabalho em solo europeu, constava fazer contato com pesquisadores e instituições de pesquisa portuguesas que pudessem contribuir para uma investigação mais efetiva da trajetória de Mello Franco durante os anos em que viveu em Lisboa.

Como veremos ao longo das páginas deste trabalho, a busca por essas respostas levou a um olhar mais pormenorizado sobre as circunstâncias de eventos tradicionalmente ligados à biografia do personagem, como sua prisão pela inquisição em 1781, sua participação na junta de médicos que declarou o impedimento de D. Maria I em 1791 e seu retorno ao Brasil como primeiro médico da princesa Leopoldina, em 1817. Nesse

sentido, para além do intelectual atento aos debates médicos de sua época, a pesquisa também fez emergir um personagem atravessado por ambições e ávido por construir uma carreira entre os círculos da elite médica lusitana.

Após sua formatura em Coimbra em 1786, Mello Franco transferiu-se para Lisboa depois de tentativa frustrada de se estabelecer como demonstrador de matéria médica na universidade. Na capital, construiria sua carreira por meio de articulações com redes de sociabilidade política e intelectual que lhe abririam os espaços da aristocracia e da elite médica, como a Real Câmara, a Academia de Ciências, a Junta do Protomedicato e a Instituição Vaccinica de Lisboa, dentre outros. O ingresso nesses ambientes lhe possibilitou participar de maneira direta de iniciativas governamentais voltadas para a legitimação e institucionalização da medicina acadêmica em Portugal, ao mesmo tempo em que se esforçava para converter seu prestígio em benefícios para sua atividade clínica e na colocação social e profissional de seus filhos e aliados.

É claro que uma trajetória como essa não era exatamente atípica no Antigo Regime português, ainda mais para um homem com seu perfil intelectual. Como mostraremos, a própria trajetória de Mello Franco tangenciou a de outros personagens que acumularam ainda mais prestígio e poder do que o médico, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco Tavares, Manuel Henriques de Paiva, dentre outros. Mas o que foi ficando cada vez mais claro ao longo do percurso é que as concepções que o médico articulava acerca da natureza humana e das relações entre medicina e sociedade desempenharam papel quase tão preponderante quanto suas articulações políticas para definir suas estratégias de ascensão social.

Vista por essa perspectiva, sua produção intelectual toma outro sentido. Não se trata apenas da apropriação de conhecimentos filosóficos para serem aplicados em propostas de reforma em Portugal. Trata-se também de uma cuidadosa escolha de objetos de estudo que pudessem soar pertinentes e inovadores aos ouvidos portugueses em momentos específicos do reformismo ilustrado. Não por coincidência, suas obras sempre foram publicadas em momentos cruciais de sua carreira. O *Tratado da educação física dos meninos* (1790) responde aos anseios de um jovem correspondente da Academia de Ciências que, desejoso de ingressar na elite médica, aproveitou-se da onda de publicações voltadas para a promoção dos cuidados com a infância em Portugal no início da década de 1790. Já nos *Elementos de Higiene* (1814), o que temos é um experiente e prestigiado médico da corte, que no momento em que Portugal dava novo impulso às iniciativas públicas de saúde preventiva - após o turbulento período das invasões napoleônicas -

pretendia se afirmar como nova autoridade em higiene em Portugal, em parte por meio da publicação de uma obra que de alguma forma substituísse o clássico *Tratado da conservação da saúde dos povos*, publicado em 1756 por Antônio Ribeiro Sanches em pleno pombalismo. Por fim, o *Ensaio sobre as febres do Rio de Janeiro* (1821), revela um Mello Franco frustrado por não se sentir devidamente recompensado após ter abandonado sua vida confortável em Lisboa para se estabelecer na corte do Rio de Janeiro. Desse modo, une-se ao coro de sábios que, desde a chegada da família Real, colocavam seus conhecimentos e experiência pregressa a serviço do estudo das especificidades climáticas e geográficas da nova capital, com o objetivo de determinar seus efeitos sobre a salubridade local e a saúde de seus habitantes. Estes, ao mesmo tempo em que procuravam dar suporte para as pretensões da Coroa em adequar a antiga colônia à sua nova condição de centro do Império Português, também almejavam estabelecer posições no ambiente intelectual que florescia na cidade.

No entanto, essa postura interessada de Mello Franco não deslegitima seu interesse genuíno pelos debates filosóficos da época. Em nosso percurso, mostraremos que o médico foi ávido leitor de obras produzidas em diversos contextos intelectuais europeus, e não se furtou em expor seus posicionamentos acerca de alguns dos debates mais acalorados da medicina setecentista. Nesse sentido, mostra-se afeito aos movimentos pela reivindicação das especificidades da matéria viva como condição fundamental para se estudar os fenômenos da vida, em contraposição aos postulados da filosofia mecanicista, hegemônica desde o século anterior. Parte das correntes de pensamento médico que participaram deste processo se empenharam na formulação de concepções renovadas sobre o físico e o moral humanos, e assim, ajudaram a fundamentar uma nova jurisdição para o conhecimento médico, o que teve no discurso higienista uma de suas facetas mais evidentes.

As concepções médicas de Mello Franco também nos ajudaram a repensar algumas concepções frequentemente difundidas sobre as ideias médicas que circulavam no Portugal da segunda metade do Setecentos, sobretudo após a reforma do currículo médico em 1772. A afirmação de que a reforma da Universidade seria responsável pela introdução da “ciência moderna” na instituição não é suficiente para dar conta das reorientações filosóficas que marcaram o ensino universitário português a partir dela. Em primeiro lugar, porque, como parte da historiografia tem mostrado, os princípios da filosofia natural renovada, forjados na revolução científica do XVII, já eram de conhecimento no reino há tempos, apesar de serem considerados inferiores ao

aristotelismo pelos jesuítas. Em segundo lugar, a reforma da Universidade implicou não apenas a renovação das referências filosóficas que pautavam o ensino na instituição, mas também uma escolha de vertentes teóricas entre aquelas disponíveis nos debates filosóficos da época. Em outras palavras, o que se nota nos Estatutos da Faculdade de Filosofia é bem mais do que uma adesão aos princípios genéricos de um projeto unificado sob o rótulo da “ciência moderna”: trata-se de uma adesão a uma das vertentes da filosofia mecanicista, a filosofia newtoniana, acompanhando uma tendência comum em vários círculos intelectuais da época, amplamente críticos ao mecanicismo cartesiano.

Por outro lado, para além da mudança de perspectiva sobre sua atividade intelectual, a incursão na biografia de Mello Franco também nos levou a reconsiderar a imagem do polêmico autor de obras anônimas difundida por parte da historiografia. Como veremos, à medida que desvendamos seu perfil de atuação na corte de Lisboa, bem como o entrecruzamento entre sua produção intelectual e trajetória pessoal, parece haver menos sentido em atribuir a ele parte das obras anônimas que lhe são creditadas, incluindo a própria *Medicina theologica*. Para isso foi fundamental a descoberta do manuscrito *Resumo Histórico da Vida de Francisco de Mello Franco* produzido em 1851 pelo médico da Armada Nacional, Francisco Félix Pereira da Costa⁷. Os relatos do biógrafo apresentam grande riqueza de detalhes sobre a trajetória de Mello Franco e suas relações pessoais, e apesar da dificuldade para verificar a veracidade de algumas de suas alegações, muitas delas puderam ser confirmadas pela pesquisa de fontes. Como o leitor poderá verificar, suas versões ajudaram a direcionar parte da investigação e são referência constante em nossa narrativa.

Nesse sentido, também foram de grande importância duas obras produzidas na década de 1940 sobre o nosso personagem e ainda pouco difundidas: *Nosso primeiro puericultor* de José Martinho da Rocha, publicada em 1946⁸, e *Francisco de Mello Franco* de Augusto da Silva Carvalho, impressa um ano depois⁹. O trabalho de Rocha consiste numa edição do *Tratado de educação física dos meninos*, precedida de um capítulo biográfico sobre Mello Franco. Já o texto de Silva Carvalho é a publicação de uma conferência realizada na Academia de Ciências de Lisboa em outubro de 1945. Ambos

⁷ **Resumo Histórico da Vida de Francisco de Mello Franco. Bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra, Medico da Câmara do Senhor D. João VI, Vice-Secretário da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Commendador da Ordem de Christo Pelo Dr. Francisco Felix Pereira da Costa (1851).** AIHGB, Lata 115, Documento.01.

⁸ ROCHA, José Martinho da. **Nosso primeiro puericultor**. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

⁹ CARVALHO, Augusto da Silva. Francisco de Mello Franco. In: **Conferencia na Academia das Ciências de Lisboa**. Lisboa: s.n., 1947.

se destacam pelo levantamento de fontes sobre a trajetória do personagem e foram fundamentais no direcionamento dos primeiros passos da pesquisa para a produção deste trabalho. Além disso, assim como o relato de Pereira da Costa, esses últimos também contribuíram para que a pesquisa biográfica pudesse ir além do *Elogio Histórico de Mello Franco*, lido na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro por José Martins da Cruz Jobim em 1831¹⁰, e no qual se baseia grande parte das abordagens tradicionais sobre o personagem, incluindo as conhecidas referências feitas por Afonso Arinos de Mello Franco em 1955¹¹.

No entanto, vale notar que apesar de se pautar em dados biográficos, este trabalho não tem pretensões de ser uma biografia propriamente dita de Francisco de Mello Franco. Não nos detivemos sobre sua trajetória anterior à sua entrada na Universidade de Coimbra e os dados de sua biografia na corte de Lisboa e do Rio de Janeiro são mobilizados na medida necessária para que se possa compreender sua trajetória intelectual. Diante disso, a narrativa foi dividida em quatro períodos: o primeiro, tema do capítulo 1, tem início com o ingresso do jovem estudante na Universidade de Coimbra em 1776 e se estende até sua formatura em 1786. Ao longo do percurso, procuramos fazer uma breve incursão sobre o ambiente estudantil em Coimbra, ressaltando questões relativas à reforma e à repressão a ideias sediciosas na universidade durante o período mariano.

O capítulo 2 dedica-se à ascensão de Mello Franco na corte de Lisboa, entre 1787 e 1809. Não muito depois da publicação do *Tratado da educação física dos meninos*, o médico ingressa na corte de Lisboa e passa a transitar entre alguns dos principais espaços da elite médica da capital, como a Junta do Protomedicato e a Câmara Real. O capítulo termina com a crise social que toma Portugal no desenrolar dos eventos que levaram à entrada das tropas napoleônicas em Lisboa e a consequente transferência da corte para o Rio de Janeiro, fatos que contribuíram para a parcial paralisação das iniciativas de ampliação do acesso à saúde que vinham sendo postas em prática até então.

O capítulo 3 tem como eixo central os debates em torno da *Medicina theologica* e as duas *Respostas ao Filósofo Solitário*, que também lhe são atribuídas. Contudo, para além da questão da autoria, procuramos mostrar que a própria presença dessas obras anônimas no ambiente intelectual lusitano reflete uma mudança nas atitudes sobre a

¹⁰ JOBIM, José Martins da Cruz. **Elogio histórico de Mello Franco, lido na sessão pública da sociedade de medicina do Rio de Janeiro a 24 de abril de 1831**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher, 1831.

¹¹ MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. **Um Estadista da República**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

relação entre medicina e sociedade. O discurso médico é cada vez mais acionado como instrumento capaz de promover as reformas necessárias nos hábitos e no comportamento da população, garantindo caminho seguro para o desenvolvimento de um novo modelo de cidadão.

No capítulo 4, retomamos a trajetória de Francisco de Mello Franco, no que consideramos o terceiro período de sua trajetória. Em 1810, o médico é admitido como membro da Academia de Ciências de Lisboa até consagrar-se vice-secretário poucos anos depois. Sua entrada na instituição coincide com a retomada das iniciativas públicas pela saúde preventiva em Portugal após o fim das invasões napoleônicas. É nesse contexto que publica sua obra *Elementos de Higiene*, além de ter ajudado a criar a *Instituição Vaccinica de Lisboa*, na qual se afirmaria como dedicado divulgador da vacina antivariólica no reino.

O capítulo 5 trata do quarto e último período da vida do médico, que tem início com sua viagem de retorno ao Brasil como primeiro médico da princesa Leopoldina, em 1817. Em meio à profunda crise política que se seguiu à descoberta da conspiração de Gomes Freire em Lisboa e ao levante ocorrido em Pernambuco naquele ano, Mello Franco aceita a nomeação do Conde da Barca e retorna ao Rio de Janeiro acompanhando a noiva do príncipe D. Pedro. Contudo, desde sua chegada mostra-se frustrado por não receber as recompensas que desejava. Nessa época, publica sua última obra, o *Ensaio sobre as febres do Rio de Janeiro* (1821), como um de seus últimos esforços para recuperar o prestígio perdido antes encerrar seus dias numa ilha do litoral paulista em 1823.

Capítulo I

A vida universitária num mundo em reforma: Mello Franco na Universidade de Coimbra (1776-1786)

Francisco de Mello Franco foi mais um dos tantos jovens originários de famílias da elite mineira enviados à Europa para dar continuidade à sua formação acadêmica. Depois de curta passagem pelo Rio de Janeiro para realizar estudos preparatórios no seminário de São José, embarcou para Lisboa onde continuaria os estudos de Latim, antes de se matricular oficialmente na Universidade de Coimbra, no letivo 1776-1777¹². A certidão de Idade, na época ainda exigida aos novos alunos da universidade, atestava sua origem. Nascido em 17 de setembro de 1757 nas Minas de Paracatu, foi batizado 10 dias depois na Igreja Matriz de Santo Antonio, Freguesia da Manga, Bispado de Pernambuco¹³. Filho de João de Mello Franco e Anna de Oliveira Caldeiras, seu pai também já haveria cruzado o Atlântico anteriormente, quando foi para Lisboa aprender “ofício de fundidor de cobre e latoeiro do martelo”¹⁴.

Não sabemos muito sobre o porte dos negócios que o pai de Francisco de Mello Franco estabeleceu na sua volta ao Brasil, quando se fixou em Paracatu. Carvalho afirma que aos trinta anos já havia acumulado bens avaliados entre 3 e 4 mil cruzados, mas não cita as fontes de onde essas informações foram retiradas¹⁵. De todo modo, João de Mello Franco não parecia ser um comerciante de pequeno porte. Nos Arquivos do Conselho Ultramarino encontra-se um recibo de 1756 que atesta a entrega de uma barra de ouro no valor de setenta e sete mil quatrocentos e trinta e sete réis, remetida pelo capitão Antônio Manoel Granja para pagar débito pertencente ao pai de Mello Franco¹⁶. Em 1762, o Conde de Bobadela assinou carta de sesmaria concedendo a João de Mello Franco “meya legoa de terra em quadra” de uma propriedade na paragem de Fundão, distante dez léguas de Paracatu.¹⁷ Três anos depois, João solicitou confirmação da sesmaria, no que foi atendido

¹² CARVALHO, op. cit. p.02; Resumo Histórico... op. cit. p.02

¹³ AUC, Livro de Certidões de Idade 1772/1833., fl.5

¹⁴ CARVALHO, op. cit. p.01-02

¹⁵ Ibid., p.02

¹⁶ AHU, Cx.51, Doc.5120. Também disponível online pelo Projeto Resgate, no link:

http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017_RJ_AV&pesq=melo%20franco&pasta=ahu_acl_cu_017%20cx.%2051\doc.%205120. Acessado em 01/03/2016

¹⁷ AHU, Minas Gerais, Cx.85, Doc.15. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&PagFis=41324&Pesq=melo%20franco. Acessado em 01/03/2016. O mesmo documento também se encontra disponível no Arquivo do Instituto

em ofício de julho de 1765¹⁸. Não muito mais tarde, o pai Mello Franco também teve atendido seu pedido para ser nomeado familiar do Santo Ofício em 1768, após doze anos de seu requerimento inicial¹⁹.

Neste capítulo vamos tomar a trajetória de Francisco de Mello Franco enquanto estudante da Universidade de Coimbra como fio condutor de nossa incursão pelo amplo contexto da ilustração portuguesa durante as décadas de 1770 e 1780. Como veremos, sua participação no ambiente universitário de Coimbra esteve diretamente ligada a momentos decisivos do iluminismo português na época, evocando questões importantes não apenas para entendermos as complexas nuances desse movimento, mas também para compreendermos as peculiaridades da sua formação como médico e participante da intelectualidade ilustrada luso-brasileira. Para isso elegemos 5 questões fundamentais que nortearão nossa narrativa, são elas: 1) o perfil dos estudantes da Universidade de Coimbra; 2) a reforma da Universidade e a filosofia nos Estatutos de 1772; 3) a reforma do currículo médico; 4) as relações entre a intelectualidade ilustrada e o estado reformador; 5) e o ensino médico durante o governo mariano.

- Perfil dos estudantes brasileiros em Coimbra: poucos e privilegiados

As informações apresentadas até agora, mesmo que esparsas, nos dão uma dimensão da origem familiar do futuro médico. Por si só, o simples fato de ter sido mandado para Coimbra a fim de realizar seus estudos já é prova suficiente de que vinha de uma família abastada, com recursos para mantê-lo do outro lado do Atlântico durante longos anos. De fato, no caso dos brasileiros, apenas filhos das elites coloniais tinham recursos para frequentar as aulas em Coimbra. Além dos custos da longa viagem de, no mínimo, 60 dias até Lisboa, mais a trabalhosa viagem por terra até a cidade à beira do rio Mondego, o custo de vida lá não era dos mais baratos, tornando necessário um bom suporte financeiro durante os anos de estudo. Devido à vocação universitária de Coimbra, o número de estudantes era grande demais para a quantidade de imóveis disponíveis, o que contribuía para elevar o preço dos aluguéis. Assim, o número reduzido de alojamentos também acabava forçando parte da população universitária à itinerância, sobretudo os

Histórico Geográfico Brasileiro: Carta de sesmaria concedendo a João de Melo Franco meia légua de terra em quadra em localidade a dez léguas de Arraial do Paracatu. AIHGB, Docs. Arm.3, Gav.01 N° 47.

¹⁸ Idem

¹⁹ CARVALHO, op. cit. p.02

estudantes de regiões mais próximas. Evidentemente, essa possibilidade não estava disponível para os estudantes vindos do ultramar e aos reinícolas de regiões mais distantes, que acabavam constituindo a maior parte da população universitária fixa em Coimbra²⁰.

Estes últimos costumavam ser recepcionados por seus conterrâneos, revelando a tendência a se agruparem de acordo com as proximidades geográficas²¹. Assim, pode-se imaginar a importância dos laços estabelecidos entre esses estudantes no cotidiano da vida universitária, na construção de afinidades, solidariedades e rivalidades que constituiriam um quadro heterogêneo das relações entre esses universitários. Ana Lucia Cruz mostra como boa parte dessas questões se expressaram no jornal *Palito Métrico*, uma “miscelânea jocoso-satírica” produzida no interior da comunidade estudantil²². Os estereótipos regionais constantemente utilizados em suas páginas revelam como o local de origem dos estudantes era indicativo da existência de identidades regionais, que poderiam ser utilizadas tanto de forma discriminatória quanto como fator de identificação de estudantes, o que fica explícito na *Carta guia para novatos*, publicada por um suposto estudante de Leis, sob o codinome Bernardino de Albuquerque e Faro:

“[...] não tenhas nunca sociedade
com quem destes contornos for nativo [...]
Isto mesmo usarás c’o Brasileiro,
Que tem velhacaria, e muita treta;
E se vires que é filho de mineiro,
Arreda-te já dele, que é forreta [...]
Acompanha, se queres, c’os do Porto,
O braguês arrenega, que este é vário [...]
Acompanha com gente de Lisboa,
Que esta menos má é do que é boa.[...]
Conversarás com quem for teu natural,
Vizinho, conhecido, ou grande amigo [...]”²³

²⁰ CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho. **Verdades por mim vistas e observadas/ Olxalá foram Fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnografica**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004., p.144-145

²¹ Ibid, p.146.

²² Ibid. p.149-150.

²³ Carta de guia para Novatos, vida importante, ou química proveitosa, que um tratante envia a um amigo seu para cursar a Universidade de Coimbra com grandeza na côdea, e chelpa. In.: **Palito Métrico e correlativa macarrónea latino-portuguesa**. Coimbra: Coimbra Editora, 1942, p.193-215. Apud.: CRUZ, op, cit., p.150-151.

A autora identifica essas relações nos vários níveis da complexa noção de identidade no Portugal moderno, conforme colocados por António Manuel Hespanha e Ana Cristina da Silva²⁴. Para além das identificações mais genéricas, como católicos, europeus e hispânicos, grande parte da identidade portuguesa também advinha de esferas de pertencimento mais restritas, como parentes, pares e conterrâneos, o que tendia à criação de uma identidade própria aos habitantes de uma vila ou de determinada região do reino, além é claro, daqueles que vinham dos domínios ultramarinos²⁵.

Entre estes últimos, era comum que essas relações já comesçassem a se formar desde a partida para Coimbra, pois muitos viajavam na companhia de outros jovens de origem similar. Esse também foi o caso de Francisco de Mello Franco, que segundo Pereira da Costa e Augusto de Carvalho, teria embarcado para Portugal junto de Paulo Fernandes Viana, filho de negociantes do Rio de Janeiro²⁶. Não sabemos mais sobre sua relação com Mello Franco, além do fato de que iniciaram os estudos em Coimbra em anos diferentes, tendo Viana se matriculado no curso de Direito em 1773²⁷, enquanto Mello Franco só iniciara seus estudos em 1776. Possivelmente, a diferença se deu por questões de idade, visto que a partir de 1772, era exigida idade mínima de 16 anos para ingresso na faculdade de Direito, enquanto que em Medicina, era necessário ter 18 anos completos²⁸. De volta ao Brasil, Viana se destacaria como o primeiro Intendente Geral de Polícia do Rio de Janeiro e um dos responsáveis pela acomodação da Corte Joanina em terras coloniais. No entanto, tendo em vista as características próprias à vida universitária em Coimbra, é plausível que suas relações com Mello Franco tenham se mantido.

Para sobreviver em terras lusitanas, os estudantes oriundos da América Portuguesa não gozavam apenas das relações de compadrio que estabeleciam entre si. Era comum que seus pais abastados procurassem formas de provê-los enquanto estavam longe, e para isso, costumavam utilizar-se de relações comerciais com negociantes de Lisboa, para que pudessem fornecer o apoio necessário a seus rebentos universitários²⁹. Em alguns casos,

²⁴ HESPANHA, Francisco Manuel; SILVA, Ana Cristina Nogueira da. A identidade Portuguesa. In.: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998., v.4, p.19-33.

²⁵ CRUZ, op. cit. p. 150.

²⁶ CARVALHO, op. cit. p.02; Resumo Histórico, op. cit. p.03

²⁷ MORAIS, Francisco. Estudantes brasileiros em Coimbra 1772-1872. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, n. 62, 1940, p.151.

²⁸ FONSECA, Fernando Taveira da. A dimensão pedagógica da reforma de 1772. Alguns aspectos. In.: **O marques de Pombal a Universidade** (2ª ed.). ARAÚJO, Ana Cristina (org.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014., p.49-79.

²⁹ CRUZ, op. cit. p.149.

isso poderia significar uma recepção na Corte, etapa comum no caminho até Coimbra desde o Brasil, mas na maior parte das vezes, essa assistência vinha na forma de repasses financeiros para cobrir os elevados custos de vida em Coimbra. Acostumados a viver em amplas residências, com vários cativos para servi-los nas atividades práticas cotidianas, muitos desses estudantes se ressentiam da ausência dessas regalias, pois eram forçados a pagar por tudo: moradia, roupas, comida, lavagem de roupas, conserto de sapatos. Sem dúvida, tudo isso elevava os custos de vida, somado ao alto preço dos aluguéis e da precariedade das moradias na cidade³⁰.

Ao que parece, Mello Franco também custou caro à sua família enquanto esteve em Coimbra. José Martinho da Rocha transcreve parte do testamento de seu pai - lavrado em Paracatu no ano 1796 e supostamente em posse de Afonso Arinos de Mello Franco, que exclui seu filho mais velho da sua herança. Ao explicar os motivos da decisão, João de Mello Franco afirma que a exclusão atendia a um desejo de seu filho, na época um médico de prestígio em Lisboa:

“excluo meu filho Francisco da herança que lhe podia pertencer não só pelas muitas despesas que com ele fiz no estudo da Gramática e os mais superiores na Universidade de Coimbra onde o fiz doutor na Medicina, tanto porque conhecendo ele esta verdade, me tem escrito várias cartas demitindo de si a herança em benefício das irmãs, por viver na corte de Lisboa acompanhado de muitas conveniências e ainda com partido da Casa Real”³¹.

Tendo em vista nossos objetivos, não basta ficarmos restritos apenas a uma apresentação das condições materiais da vida universitária em Coimbra. Para compreender melhor o universo no qual Mello Franco se inseriu durante os anos de sua formação acadêmica, é necessário expandir o perfil dos alunos da Universidade durante a década de 1770, assim como os papéis desempenhados pelos estudantes brasileiros que, nesse contexto, tiveram trajetórias similares a de nosso personagem. Não podemos ignorar que esses são os estudantes que frequentaram as cadeiras da instituição coimbrense nos anos imediatamente posteriores à reforma de 1772, e que depois, comporiam o que Kenneth Maxwell chamou de geração de 1790³².

³⁰ CRUZ; op. cit. p.147-148.

³¹ ROCHA, op. cit., p.23, nota. 12.

³² MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: **Chocolate, piratas e outros malandros: Ensaio Tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Com relação aos brasileiros, o trabalho clássico de Francisco de Moraes nos fornece alguns dados sobre sua origem, matrícula e cursos³³. No entanto, parece se restringir às informações contidas nas fichas de consulta ao acervo do arquivo da Universidade de Coimbra. Mais recentemente, os trabalhos de Fernando Taveira da Fonseca³⁴ apresentam cruzamentos de dados numéricos e traçam relações interessantes entre o ritmo de matrículas ao longo do século XVIII, os cursos mais cobiçados, a origem regional dos alunos, dentre outras informações. Segundo o autor, o número de brasileiros que se matricularam na Universidade desde o início do século XVII manteve-se numa ascensão relativamente estável até a década de 1720. A partir daí até 1772, nota-se um acentuado crescimento das matrículas de estudantes oriundos da América Portuguesa, apresentando novo aumento nos anos imediatamente posteriores a 1772³⁵. Se entre 1600 e 1720 a porcentagem de brasileiros em Coimbra subiu de 0,8% para 4,56%, na década de 1770, sobretudo após a reforma, esse valor atingiu 15,6%, vindo a reduzir-se novamente na década de 1790, com 7,4%³⁶.

Diante dos altos custos envolvidos na formação universitária na metrópole, é natural que a ida dos filhos da elite colonial também estivesse relacionada ao estado das atividades econômicas na colônia. Fonseca atribui o crescimento acentuado a partir da década de 1720 ao crescente dinamismo da região de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, principalmente por conta dos efeitos da exploração aurífera em Minas, o que também movimentava as áreas de escoamento da produção, como no caso do Rio de Janeiro. Tal situação fez com que Minas se tornasse a terceira maior área de captação de estudantes para Coimbra, com Bahia na liderança e Rio de Janeiro em segundo lugar. Mesmo com variações de proporção ao longo do tempo, essa relação se manteria assim pelo menos até 1850³⁷.

Embora o crescimento do número de estudantes brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra ao longo do século XVIII seja significativo, os dados também sugerem que não se pode sobrevalorizar seu peso numérico na população universitária.

³³ MORAIS, op. cit.

³⁴ FONSECA, Fernando Taveira da. *Scientiae thesaurus mirabilis*: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850). **Revista Portuguesa de História**, v.23, 1999., p.527-559; FONSECA, Fernando Taveira. A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e econômico. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995.; FONSECA, Fernando Taveira da. As universidades portuguesas: historiografia e linhas de investigação. In.: **Historiografía y líneas de investigación en historia de las universidades**: europa mediterránea e iberoamérica. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011., p.79-108.

³⁵ FONSECA, Fernando Taveira da. *Scientiae thesaurus mirabilis*., op. cit., p.529-532.

³⁶ Ibid., p.533.

³⁷ Ibid, op. cit., p.541.

Mesmo nos anos de maior adesão, não podemos ignorar o fato de que eles não corresponderam a mais do que cerca de 15% dos estudantes, como mencionamos acima. Por outro lado, há de se considerar que o total do número estudantes que passaram por Coimbra caiu drasticamente após a reforma de 1772. De 132.869 no período entre 1724 a 1771, reduz-se para 21.750 entre 1772 e 1820³⁸. As razões do declínio são várias e serão apontadas mais adiante. No momento, nos interessa destacar que elas também estiveram relacionadas aos custos dos estudos, visto que as propinas pagas antes da reforma se destinavam apenas a remunerar os intervenientes nos atos e na colação de graus, atingindo valores irrisórios, o que tornava a educação praticamente liberta de encargos. A partir de 1772, os estudantes deveriam pagar 12.800 réis anualmente, de modo a arcar com os custos dos encargos com os Cathedraticos, Lentes, Substitutos, Oficiais, dentre outros³⁹. Sem dúvida, quando somada às despesas relacionadas aos custos de vida em Coimbra, essa cifra se tornava ainda mais significativa.

Guardadas as devidas proporções, as diferenças numéricas entre a participação de portugueses e brasileiros no universo estudantil é um dado importante para compreendermos com maior precisão a real dimensão da comunidade de jovens da América Portuguesa em Coimbra, e um lembrete importante para resistirmos à tentação de atribuir certa simetria entre esses e seus pares reinícolas. Mesmo que muitos deles tenham vindo a ocupar lugares de destaque na corte e na administração portuguesa anos depois, como foi o caso de Mello Franco, é muito improvável que eles tivessem em posição de igualdade com os colegas nascidos em Portugal, pelos menos durante o curso universitário. De todo modo, o fato é que os anos de maior participação de estudantes brasileiros em Coimbra correspondem justamente ao período em que Mello Franco frequentou a instituição, o que o localiza entre mais um dos jovens brasileiros que engrossaram as estatísticas de crescimento de matrículas durante a década de 1770.

Privilegio para poucos, ser aluno da Universidade nesse período era coberto de significados. Em primeiro lugar, no caso dos brasileiros, essa era a única chance que tinham de obter um diploma universitário dentro dos limites do Império Português. Com a inexistência de instituições de ensino superior no Brasil, Coimbra afirmou-se como a única instituição formadora da elite administrativa imperial. Isso fazia com que a

³⁸ PRATA, Manuel Alberto Carvalho. A Universidade e a Sociedade Portuguesa na 2ª metade do século XVIII. In.: **O marques de Pombal a Universidade** (2ª ed.). ARAÚJO, Ana Cristina (org.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.,p.330-331

³⁹ FONSECA, Fernando Taveira da. **A dimensão pedagógica da reforma de 1772**. op. cit, p.76.

Universidade não apenas conferisse um nível de qualificação pouco comum no reino e ainda menos na colônia, mas abrisse as portas para as carreiras da administração imperial. Assim, as cadeiras mais cobiçadas eram justamente aquelas que ofereciam maiores possibilidades de ingresso nas carreiras vinculadas ao Estado⁴⁰.

Tradicionalmente, os cursos que mais atraíam estudantes eram o de Cânones e o de Leis. O primeiro possibilitava o acesso a carreiras eclesiásticas e o segundo abria caminho para a carreira da magistratura, que poderia abranger desde cargos como juiz de fora até desembargador. Para atender ao incremento das atividades econômicas no império, desdobramento das reformas pombalinas, a reforma de 1772 procurou incentivar o ingresso nos cursos de matemática e ciências naturais⁴¹. Medicina, com seus 8 anos de duração, era curso demasiadamente longo, o que o tornava ainda mais caro para as famílias que enviavam seus filhos para Coimbra. Era comum que procurassem alternativas nas faculdades de Montpellier ou Bordeaux, na França, ou até mesmo Edimburgo, na Escócia. Na época, esses eram centros importantes de formação médica na Europa e, por oferecerem cursos mais curtos, tendiam a atrair aqueles que procuravam uma formação médica mais barata⁴².

No caso de Montpellier, alguns desses alunos acabariam por se envolver na inconfidência mineira de 1789, em parte inspirados pelo ambiente intelectual liberal francês do período. Parte das trajetórias desses alunos foi descrita por Manoel Pedrosa, dentre os quais, Domingos Vidal Barbosa Lage, José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão e José Joaquim da Maia Barbalho. Durante sua estadia na França, esses estudantes chegaram a fazer contato com Thomas Jefferson pedindo apoio aos seus planos inconfindentes. No entanto, alguns dos portugueses egressos Montpelier obteriam destaque como funcionários do Império Português posteriormente, como foi o caso de Manuel Arruda da Câmara (1752-1810), conhecido por suas obras de botânica.⁴³

⁴⁰ SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2015. p.160.

⁴¹ SILVA, Maria Beatriz Silva da. **A cultura luso-brasileira**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999., p.15-18.

⁴² Idem

⁴³ PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos. Estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.253, abril-junho, 1959, PP-35-71; SILVA, Maria Nizza da. op. cit., p.24-27; LIMA, Péricles Pedrosa. **Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa. 1779/1822**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa, 2009. p.103. Mais recentemente, algumas pesquisas têm privilegiado a produção médica dos brasileiros formados em Montpellier. Destaque para a tese de doutorado ainda em andamento de Rafael Silva Dias Campos na Universidade Nova de Lisboa. CAMPOS, Rafael Dias da Silva. *Doutores da devassa: sedição*

Ao ingressar na faculdade em 1777, Mello Franco acabaria por desenvolver sua trajetória universitária num período de renovação do ensino universitário português. Esses jovens formados na Universidade de Coimbra após a reforma de 1772 constituiriam parte influente da intelectualidade luso-brasileira que, no governo de D. Maria I, estariam envolvidos na criação de uma ampla rede de circulação de ideias e conhecimentos sobre o Império ultramarino português, com o objetivo de fornecer subsídios para a implementação de práticas produtivas que pudessem incrementar sua atividade comercial, contribuindo também para a definição dos balizamentos teóricos do reformismo ilustrado luso⁴⁴.

Na próxima sessão analisaremos as circunstâncias da reforma e algumas das transformações pelas quais a universidade passou, sobretudo do ponto de vista do currículo. Em seguida privilegiaremos as transformações dos cursos médico e filosófico, como forma de nos aproximarmos do ambiente de ideias com o qual Mello Franco entrou em contato durante sua formação.

- A reforma da Universidade e os novos Estatutos: renovação filosófica.

O século XVIII foi um período de transformações significativas em Portugal em vários níveis. A proeminência socioeconômica que o reino havia gozado durante o período dourado dos descobrimentos já estava longamente esgotada. Além disso, com o advento da Reforma Católica no século XVI, as terras lusas afirmaram-se como um centro de resistência da cultura eclesiástica o que, à semelhança de outros países europeus, abriu espaço para a Igreja no controle da estrutura educacional. Nesse contexto, a Companhia de Jesus toma para si o controle de instituições de fundamental importância para a formação da intelectualidade portuguesa, com destaque para o Colégio das Artes e a Universidade de Coimbra⁴⁵. A *Ratio Studiorum* é afirmada como padrão pedagógico privilegiado, e como veremos adiante, embora houvesse relativo espaço para inovações, estas eram estavam longe de serem hegemônicas no conjunto do ensino jesuítico.

e teses médicas de luso-brasileiros em Montpellier. Nota de pesquisa. **História Unisinos**. São Leopoldo, v.17, n.1, pp.61-65, janeiro-abril, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil *In: A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005; KURY, Lorelai Brilhante. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **Revista Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.11, p.109-129, 2004; MAXWELL, op. cit

⁴⁵ CARVALHO, Flávio Rey de. **Um iluminismo português? A reforma da universidade de Coimbra (1772)**. São Paulo: Annablume, 2008, p.23-24

Ao adentrar o Setecentos, essa estrutura encontrava-se em crise. A perda de protagonismo no cenário político europeu, aliada a dificuldades econômicas, gerava ressentimento entre setores da elite letrada portuguesa. Na busca pelas origens de sua decadência, cada vez mais os jesuítas eram apontados como responsáveis por condenar Portugal a um suposto estado de isolamento às ideias ilustradas gestadas no além-pirineus, engessando, assim, as possibilidades de renovação ideológica do reino. Boa parte desse movimento contestatório partiu de setores da intelectualidade que afirmavam a necessidade de fortalecimento da Coroa frente ao que apontavam como a excessiva participação da Igreja nos assuntos de Estado. Assim, o reinado de D. João V, iniciado em 1707, teve como característica a tentativa de aproximação com outras cortes europeias e alguns esforços iniciais para assimilação de uma mentalidade com ares ilustrados, encarnados no *Grand Tour* de dois anos de duração realizado pelo monarca, no qual passou por várias cortes europeias⁴⁶. No entanto, as estruturas tradicionais do Estado permaneceram inalteradas, de modo que o conservadorismo e o tradicionalismo das instituições políticas mantiveram-se dominantes⁴⁷.

Nesse mesmo contexto, alguns setores letrados, mesmo que restritos, começaram a dar maior circulação a novas ideias e a ecoar as críticas ao no reino. Dentre esses, os intelectuais que se encontravam no palácio das Portas de Santo Antão, pertencente aos condes de Ericeira, obtiveram destaque ao discutirem de forma regular temas ligados à filosofia moral, filologia, matemática, física, língua portuguesa e notícias de temas políticos e econômicos da Europa. Mesmo mais tarde, quando o grupo passou a se denominar Academia Portuguesa, o círculo dos Ericeira continuou a atrair atenção de parte da alta sociedade portuguesa, incluindo a família Real⁴⁸. Entre os intelectuais que participaram dessas reuniões estavam o frei Raphael Bluteau, Martinho de Mendonça Pina e Proença, e Manuel Caetano de Sousa, todos produtores de obras de importância para a ilustração lusitana na época⁴⁹.

Contudo, é importante destacarmos que o círculo dos Ericeira não foi o único celeiro de intelectuais nesse período. Na verdade, a dicotomia igreja-estado, sendo o primeiro o representante do conservadorismo e o segundo das ideias regalistas e liberais,

⁴⁶ CRUZ, op. cit p.48.

⁴⁷ Ibid. p.46-47

⁴⁸ Ibid. p.63-65.

⁴⁹ Bluteau foi autor do Dicionário *Vocabulário Portuguez e Latino*, Pina Proença escreveu o tratado de educação *Apontamentos sobre a educação de um menino nobre*; Caetano de Sousa, o manual do viajante ilustrado *O Peregrino Instruído*. Ibid. p.64-65.

não é suficiente para compreendermos o ambiente intelectual português da primeira metade do Setecentos. Os clérigos também tiveram papel importante na difusão de novas ideias, sobretudo a ordem dos Oratorianos à qual pertencia o frei Luis Antonio Verney, autor do *Verdadeiro método de estudar* (1746), obra de fundamental importância para a posterior reforma dos estudos no reino.

Antônio Ribeiro Sanches, médico cristão novo que saiu do reino em 1726, também foi referência de grande porte. Mesmo distante, Sanches esteve em contato com alguns dos círculos intelectuais de destaque na Europa iluminista, onde travou contato com debates e ideias que procuraria aplicar à realidade lusitana por meio de suas obras, dentre elas *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* (1756) *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760)⁵⁰. As propostas de Sanches tiveram papel importante na reforma dos estudos médicos na Universidade de Coimbra, seus escritos sobre medicina e higiene ajudaram a pavimentar uma tradição de publicações que procurava reformar o mundo social por meio dos conhecimentos sobre o físico e o moral humanos, da qual Mello Franco seria um dos representantes no final do século, como veremos nos próximos capítulos.

No plano diplomático, D. Luís da Cunha foi outro personagem de destaque no período. Embaixador português na Inglaterra, Holanda, Espanha e França, foi um importante articulador da intelectualidade lusitana com ilustrados estrangeiros, assim como de vários personagens lusitanos radicados no exterior com sua terra natal, como foi o próprio Ribeiro Sanches. Cunha também foi mais um dos críticos dos caminhos tomados por Portugal, sobretudo no que dizia respeito ao pouco dinamismo econômico e excessiva dependência da Inglaterra, além, é claro, da excessiva presença dos jesuítas nos assuntos de Estado⁵¹.

No contexto do iluminismo português, esse ambiente de crítica à ordem vigente, é bom frisar, não punha em questão a legitimidade régia e nem da Igreja católica enquanto instituições centrais para a ordem social. Ao contrário, como mencionamos, ao eleger os jesuítas como alvo, a intelectualidade ilustrada lusitana procurava combater o que entendiam como um suposto isolamento do reino às renovações de ideias políticas, econômicas e filosóficas que estavam em voga em outras regiões da Europa, o que enxergavam como uma das principais causas da decadência em que se acreditavam. Assim, isso era necessário reforçar o poder régio diante da Companhia de Jesus, nem que

⁵⁰ FREITAS, op. cit.

⁵¹ MAXWELL. op. cit.

para isso também se privilegiassem outras ordens religiosas, como no caso dos Oratorianos⁵².

No entanto, foi só com a morte de D. João V e o início do reinado de D. José I que as críticas saíam dos debates intelectuais para tomar formatos institucionais mais robustos. O período entre 1750 e 1777 foi marcado pelas amplas reformas realizadas no império português, as quais tiveram como figura central Sebastião de Carvalho e Melo, nomeado secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra em 2 de agosto de 1750. Na época, o Marquês de Pombal, como ficou conhecido, possuía considerável experiência como diplomata na Inglaterra, onde acumulou conhecimentos profundos sobre a política e economia inglesas, além de contatos com outros intelectuais que também passaram por terras britânicas, a exemplo de Jacob de Castro Sarmiento e, mais uma vez, Antônio Ribeiro Sanches. Munido de seus conhecimentos e redes de contatos, lançou-se num amplo esforço de dinamização das atividades econômicas do Império Português nas duas décadas seguintes⁵³.

Em parte, a proeminência de Pombal no governo D. José I se explica por algumas características originadas ainda no governo de D. João V e que seriam mantidas por seu sucessor, sobretudo na criação e no fortalecimento das secretarias de Estado que, se sobrepondo aos tribunais e conselhos, acabariam por ser catapultadas para o centro do poder⁵⁴. Além disso, sua resposta imediata ao calamitoso em que se encontrava Lisboa após o terremoto seguido de maremoto que arrasou a cidade em 1755, dentre outros fatores de ordem política, contribuíram para conferir ao Secretário o capital político necessário para levar a cabo o período de reformas que se seguiu.

Em acordo com os norteamientos das reivindicações ilustradas, Pombal procurou fortalecer a atuação do Estado nos assuntos do reino. No lado econômico, procurou estabelecer maior controle sobre as riquezas que fluíam das colônias para Lisboa, boa parte através da criação de companhias comerciais que desafiavam a autoridade das tradicionais aristocracias comerciais. Politicamente, impôs forte perseguição aos jesuítas, o que culminaria na sua expulsão de Portugal em 1759, abrindo caminho para uma ampla reforma educacional, a partir do ano seguinte⁵⁵.

⁵² Ibid. p.29.

⁵³ Ibid, p.20-28.

⁵⁴ CARDIM, Pedro. O processo político (1621-1807). In.: In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998., p.401-430.

⁵⁵ MAXWELL, op. cit.115-139

A criação do Real Colégio dos Nobres em 1761 foi passo importante na direção da formação de uma elite letrada formada sob novas bases⁵⁶. Segundo Teófilo Braga, a influência de Ribeiro Sanches foi decisiva na criação da nova instituição, que constituiria um primeiro esboço da reforma da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. Assim como seria aplicado mais tarde aos estudos superiores, o novo currículo incluía o ensino da história filosófica, lógica, geografia, história, matemáticas elementares, e transcendentais, arquitetura civil e militar, física geral e experimental.⁵⁷ Estabeleciam-se então, as bases para uma reforma educacional de maior fôlego, que não seria realizada antes de 1772, na Universidade de Coimbra.

De fato, como temos mostrado, a estrutura de ensino jesuítica era apontada como uma das principais causas da decadência portuguesa no século XVIII. Nesse cenário, a Universidade de Coimbra, onde imperava o método escolástico, inspirado no aristotelismo e na filosofia tomista, destoava das ideias da filosofia natural renovada que circulavam em alguns dos círculos intelectuais europeus de maior destaque, onde eram discutidas com maior desenvoltura as ideias de Newton, Descartes, Locke, Copérnico, dentre outros.

Por outro lado, cabe destacar que a situação em Coimbra não era muito diferente da maior parte das universidades europeias. Sobre esse aspecto, não é novidade na recente historiografia da ciência que a renovação da filosofia natural ocorrida no século XVII não teve origem nas universidades. Assim como Coimbra, a *Ratio Studiorum* era hegemônica na maioria delas, que se mostravam refratárias a inovações. Não foi por acaso que nesse mesmo período houve um florescimento de academias em Inglaterra, Itália, França, dentre outros lugares, onde filósofos se reuniam para debater e divulgar novas ideias e formas de se conceber e investigar o mundo natural⁵⁸. Como vimos, Portugal também teve no círculo dos Ericeira um movimento academicista, que mesmo sem atingir a mesma amplitude que naqueles lugares, também contribuiu para fazer circular com maior rotação ideias rejeitadas pelos espaços educacionais formais controlados pelos jesuítas.

Por outro lado, dizer que estes últimos eram refratários a novas ideias, não significa que tivessem deliberadamente isolado o reino delas, e muito menos, que eles desconheciam os debates que ocorriam fora de Portugal. Na verdade, o contato com

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ BRAGA, Teófilo. **Historia da Universidade de Coimbra**. 1898. v. 3..

⁵⁸ Sobre isso ver: ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: Editora Edusc, 2001. p.367-385; SHAPIN. **The Scientific Revolution**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

uma ampla gama de ideias e debates era parte intrínseca da formação jesuítica, até porque seus alunos precisavam estar preparados para enfrentar debates filosóficos que poriam em questão seus ensinamentos e os princípios católicos⁵⁹. A questão é que na concepção dos inicianos, nenhum dos modelos filosóficos alternativos ao aristotelismo e ao tomismo eram suficientemente precisos para explicarem suas concepções morais e filosóficas.

Em todo caso, em carta de 23 de dezembro de 1770, D. José I ordenou a criação da Junta da Providência Literária, uma comissão voltada para o levantamento das causas da decadência do ensino universitário português e formular propostas para superar o quadro dramático em que se encontrava. A Junta era composta por sete membros, sob a inspeção do cardeal Dom José da Cunha, eram eles: frei Manuel do Cenáculo, José Ricale Pereira de Castro, José Seabra da Silva, Francisco António Marques Giraldes, Francisco de Lemos, Manuel Pereira da Silva e João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho⁶⁰. Em 28 de agosto do ano seguinte a junta apresentava ao monarca o *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e diretores que regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados*, documento cujo longo título, por si só, já deixava claro seu tom profundamente acusatório.

O longo compêndio se dividia em 2 partes: na primeira detalhava, ao longo de quatro prelúdios cronologicamente ordenados, os efeitos nocivos da administração inaciana na Universidade desde seu início. Na segunda parte, cada um dos seus três capítulos descreviam os “estragos” feitos pelos jesuítas no estudo da *Theologia*, *Jurisprudencia Canônica e Civil* e *Medicina*. Por fim, segue-se um apêndice ao capítulo destinado à jurisprudência na segunda parte.

De um modo geral, o Compêndio procura mostra como a administração inaciana foi responsável por destituir a Universidade de seu posto entre as instituições mais respeitadas da Europa e privá-la dos avanços filosóficos que aconteceram no continente desde o século XVI. Tais premissas já ficam claras na própria carta de criação da Junta da Providência Literária, assinada pelo monarca D. José I, onde afirma que a Universidade teria sido admirada em toda a Europa até o ano de 1555:

⁵⁹ Os inicianos inclusive, incorporavam autores da “ciências moderna” em seus próprios estudos. Ver: CAMENIETZKI, Carlos Ziller. O cometa, o pregador e o cientista: Antonio Vieira e Valentin Stansel observam o céu da Bahia no século XVII. **Revista da SBHC.**, n.14., p.37-52., 1995.

⁶⁰ REY, op. cit. p.49,

“no qual os Jesuítas depois de terem arruinado os Estudos Menores com a ocupação do Real Collegio das Artes (...), passaram a destruir também sucessivamente os outros Estudos Maiores com o máo fim, hoje a todos manifesto, de precipitarem os Meus Reinos, e Vassallos deles nas trevas da ignorância”⁶¹.

Segundo o *Compêndio*, os inicianos teriam feito recurso de “estratagemas” para manter a universidade na estagnação em que se encontrava. Em sua versão, “pintaram de cores negras os estrangeiros” para evitar a entrada de novas ideias⁶², de modo que qualquer um que lesse livros estrangeiros ou defendessem ideias de autores estrangeiros teriam “opinião reprovada”⁶³. Da mesma maneira, teriam espalhado calúnias contra seus opositores, como forma de destruir reputações e desqualificar vozes contrárias.⁶⁴ Por fim, os jesuítas teriam se empenhado em causar discórdia entre os membros do corpo acadêmico, semeando as “cizânias da sedição”⁶⁵.

Como resultado, depois de governada pelos sextos e sétimos estatutos implementados pelos jesuítas, a lendária instituição coimbreense havia deixado de ser uma universidade de letras para se tornar uma “officina perniciosa cujas máquinas ficam sinistramente laborando, para delas sahir a má obra de um ignorância artificial, que obstruísse todas as luzes naturaes dos felices Engenhos Portuguezes.” Antes dos jesuítas, a Universidade e seus estatutos eram lugares de celebração das glórias dos portugueses e seus “heroicos progressos”. No entanto, com os inicianos, “os pestíferos venenos deitados na fonte das Sciencias” teriam tornado os estatutos uma fonte de “atrocidades” relegando a Universidade a um estado deplorável. Diante disso, não haveria outra solução, a não ser fazer com que:

“ nada nos ditos Estatutos seja objeto de reforma; mas que muito pelo contrário depois de se haverem extrahido deles especificamente as intrínsecas Causas, com que arruinaram cada huma das Sciencias no seu particular; para se lhes oporem os remédios contrários, se devem proscrever e abolir inteiramente”⁶⁶.

No que se referia à medicina, o teor não era diferente. Os jesuítas teriam privado Portugal da renovação pela qual passava a arte médica desde o renascimento, ao

⁶¹ **Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra.** Lisboa: Na Regia Officina Typografica. 1771. p.II

⁶² *Ibid*, p.61

⁶³ *Ibid*, p.66

⁶⁴ *Ibid*, p.67

⁶⁵ *Ibid*, p.85.

⁶⁶ *Ibid*, p.93

insistirem no ensino dos postulados galênicos conforme a apropriação árabe dessa tradição. O Compêndio celebra a herança hipocrática, mas afirma que, embora Galeno fosse um dos grandes responsáveis pela sua divulgação, era “adicto ao Peripato” e tudo explicou “segundo os princípios dessa filosofia”. Posteriormente, teria sido apropriado pelos árabes que, embora tivessem trazido benefícios à arte médica, “eram faltos da boa literatura e animados no gosto da filosofia peripatética”. Daí resultou um modelo de prática médica baseado na consulta às autoridades, comprometido em “traduzir”, “compilar”, “imitar” e “comentar”, principalmente as obras de Avicena e Razis, ficando os gregos pouco conhecidos”⁶⁷.

Esse estado de coisas teria marcado o ensino médico europeu durante longo período, até que no século XV a medicina finalmente retornaria às suas bases hipocráticas, durante o renascimento. Mesmo com algum atraso, Portugal não teria ficado alheio ao processo, sobretudo a partir da atuação do médico francês Pierre Brissot, que, ao se mudar para Lisboa teria trazido consigo os novos ares da arte médica, mesmo diante da resistência local, representada pelo Físico-Mor Dyonísio. Além disso, D. João III teria estabelecido na Universidade o estudo das letras abrindo caminho para a renovação da medicina. No entanto, com a tomada dos estudos pelos jesuítas a situação teria se transformado drasticamente:

“As línguas começaram a emudecer-se; as Belas Letras a perder seu natural agrado, amenidade de beleza; a Filosofia a sentir as terríveis influências dos charcos, em que se bebia; e a Medicina, cuja saúde dependia da solidez, e pureza de todos estes estudos, se foi fazendo languida.”⁶⁸

De acordo com o documento, Portugal também teria permanecido alheio às transformações da filosofia natural no século XVII, quando Bacon, Newton, Boyle, Descartes e Galileu, entre outros, teriam dado nova face às ciências, abrindo “hum espaçoso caminho para o interior da natureza” e teriam lançado as bases para a fundação da “verdadeira physica.” Na medicina, essas transformações teriam ocorrido pelas mãos de nomes como Harvey, Borelli, Sydenham, Baglivi e Boerhaave, que “estabeleciam doutrina mais extensa e falavam aos povos de enfermidades, contágios e mortes”.⁶⁹ No entanto, os jesuítas continuavam a dominar em Portugal e a impedir a entrada dessas novas ideias, de modo a “instruir a mocidade da fysica escolástico-peripatética.

⁶⁷ Ibid. p.319-320.

⁶⁸ Ibid. p.326

⁶⁹ Ibid. p.352

inteiramente oposta ao progresso da medicina”. Galeno e árabes ainda dominavam as aulas de medicina assim como Aristóteles as de Filosofia⁷⁰.

A crítica ao método de ensino jesuítico era uma questão central para os membros da junta de providencia literária. O excessivo recurso às autoridades e a falta de crítica ao conteúdo desses escritos impediria qualquer possibilidade de uma ciência médica fundada na “razão” e na “experiência.” Os autores do documento apoiavam-se na convicção de que esse binômio garantiria uma aproximação mais apurada e lúcida dos fenômenos orgânicos, evitando que se deixassem levar pelos mesmos equívocos que as autoridades às quais recorriam nas obras clássicas. Isso também se expressa na forte preocupação em condenar a rejeição dos inicianos às chamadas disciplinas auxiliares à medicina, notadamente química, física, botânica e a anatomia.

Promulgados por carta régia de 28 de agosto de 1772, os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, procuravam iniciar um novo capítulo na história da universidade e também da formação intelectual em Portugal. Além de uma ampla reorganização administrativa dos cursos, o documento determinava uma profunda reorientação pedagógica na universidade. Era necessário sepultar o aristotelismo e a *ratio studiorum* e fazer com que a principal instituição formadora da elite administrativa do império se tornasse capaz de formar quadros aptos para cumprir os imperativos da reforma pombalina. Assim, as quatro áreas de formação até então existentes passaram por transformações: da teologia, separou-se a filosofia moral, as jurisprudências civil e canônica tiveram currículo reformulado, assim como a medicina. Duas novas faculdades foram criadas: a faculdade de Filosofia, que abarcava filosofia moral e a filosofia natural; e a faculdade de Matemática⁷¹.

As novas faculdades seriam importantes centros de difusão de novas ideias e estavam em consonância com as feições mais gerais da filosofia natural praticada, sobretudo em França e Inglaterra no período. Nesse sentido, destaca-se o perfil utilitarista que se procura imprimir ao currículo universitário, característica marcante do iluminismo em vários contextos europeus⁷².

A nova Faculdade Filosofia definiria o perfil pedagógico e epistemológico da universidade a partir da reforma. Afirma-se que os estudos teológicos e jurídicos não poderiam “florescer sem que as sciencias filosóficas se cultivem com o maior cuidado.”

⁷⁰ Ibid. p.354.

⁷¹ REY, op. cit. p.62-63.

⁷² DIAS, op. cit.

Elas forneceriam os princípios da teologia natural e da moral, ambos fundamentais para estudar o conhecimento da “teologia revelada.”⁷³ Observa-se na passagem uma característica importante do iluminismo que também se expressa em Portugal: embora as reformas fossem realizadas num contexto de afirmação do poder régio frente à Igreja, a religião católica ainda permaneceria intocável por muito tempo, tratando-se antes de um reequilíbrio de forças do que de uma sobreposição entre o poder eclesiástico e monárquico. Mais adiante, o mesmo princípio era reafirmado quando os Estatutos definiam a filosofia como a “Ciencia Geral do homem”, pois ela “abraça e compreende todos os conhecimentos, que a luz da razão tem alcançado, e há de alcançar em Deus, o homem e a natureza”⁷⁴.

Como já era de se esperar, desqualificações aos inicianos são constantes no documento, mas é justamente através delas que os Estatutos destacam suas rupturas em relação a seus antecessores e revelam algumas das características mais caras ao projeto de universidade que tentavam implantar. De forma geral, a Filosofia Escolástica era acusada de, a partir de “noções superficiais” de geometria e matemática “especular sobre causas inaveriguáveis” como a natureza da matéria, princípios dos corpos, divisibilidade do contínuo, dentre outros, fazendo a Filosofia uma “sciencia verbal, equívoca e contenciosa.”⁷⁵

Essa crítica era inspirada numa atitude newtoniana em relação aos fenômenos naturais, que na visão dos autores dos Estatutos, se contrapunha ao estilo silogístico típico da escolástica. Para eles, ao invés de especular sobre as causas dos fenômenos naturais, o filósofo deveria se ater ao que era observável e mensurável a partir da experiência. Isso evitaria que se criasse explicações que, embora muitas vezes parecessem corretas do ponto de vista lógico, não teriam correspondência com a realidade. Assim, seria menos grave para o filósofo desconhecer a origem de determinados fenômenos do que se render a especulações infundadas, erro que os Estatutos atribuíam aos escolásticos.

Esses pressupostos deveriam ser linha de fundo de uma ampla gama de áreas do conhecimento, pois o curso filosófico abria caminho para três carreiras: naturalistas, médicos e matemáticos. Uma vez que todas elas deveriam orbitar uma mesma base epistemológica, os estudantes de matemática e medicina deveriam cumprir alguns anos

⁷³ **Estatutos da Universidade de Coimbra.** Vol.3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1772. p.01

⁷⁴ Ibid. p.02

⁷⁵ Ibid. p.03

do curso filosófico antes de seguirem para as carreiras de escolha. Para medicina, exigia-se 3 anos⁷⁶ e para matemática apenas 1 ano⁷⁷.

Enquanto disciplina, a Filosofia era dividida em 3 grandes partes: Racional, Moral e Natural. A primeira compreenderia a Lógica, responsável pelas operações do entendimento, assim como a Ontologia, responsável por preparar “os primeiros princípios ideais de todas as sciencias”; e por fim a Pneumatologia, na qual se “compreende a ciência dos espíritos e se divide em teologia natural e psicologia, formando no concurso delas a metafísica, que trata dos primeiros princípios da vida espiritual.”⁷⁸ A Filosofia moral correspondia por “tudo o que pertence a ética”, excetuando-se o Direito Natural, que seria regido pelo curso de Jurisprudência. Por fim, a Filosofia natural, compreenderia “todos os ramos das ciências que tem por objeto a contemplação da natureza”, excetuando somente o que fizesse respeito ao curso médico e matemático⁷⁹.

O primeiro ano seria iniciado com o estudo da lógica, como forma de iniciar os alunos nas “regras, (...) e caminhos por onde há de passar continuamente o entendimento, do conhecido para o desconhecido.”⁸⁰ Em seguida, iniciariam os estudos da metafísica, ciência supostamente desvirtuada pelos inicianos e que havia se tornado uma “coleção de quimeras”, mas que agora retomava seu lugar como a primeira “Sciencia da Razão”. Nela seriam explicadas ideias sobre substancia, contingência, essência, natureza, absoluto, relativo, semelhança, ordem, proporção, dentre outros⁸¹.

Após os estudos de ontologia, considerada a primeira parte dos estudos metafísicos, seguiriam os estudos de pneumatologia, que segundo os Estatutos, tratariam da natureza espiritual, origem do Entendimento. As aulas começariam pelo estudo da psicologia, “sciencia de tanta importância, como he o conhecer-se o Homem a si mesmo.” Nessa parte os Estatutos recomendavam que se deixassem de lado:

“o grande numero de “questões escuras e inveriguaveis que tem excitado a presumpção vaidosa de disputar tudo, como são por exemplo as débeis especulações, com que se tem querido explicar a razão do Enygma da união da Alma com o corpo, e do seu comercio reciproco. E se limitará a fazer huma Collecção das verdades, e conhecimentos certos, que podermos adquirir pela meditação, e reflexão sobre as operações da mesma alma, que são os fatos, ou experiências, que deve servir de sólida base a esta sciencia”.

⁷⁶ Ibid. p.09.

⁷⁷ Ibid. p.156

⁷⁸ Ibid.p.228

⁷⁹ Ibid.p.228

⁸⁰ Ibid.p.233

⁸¹ Ibid.p.237

Longe de ser exclusiva do iluminismo português, essa postura marcou o discurso de vários ambientes ilustrados europeus, com implicações consideráveis, nos debates de natureza médica⁸². Partia-se do princípio de que as asserções sobre o mundo natural não poderiam ser obtidas a partir de concepções *a priori* sobre os fenômenos, pois estas turvariam o olhar do filósofo e o induziriam tirar conclusões que, embora dotadas de sentido lógico em relação ao seu sistema de ideias, raramente teriam correspondência na realidade. Para os autores dos Estatutos, essa atitude seria característica dos Peripatéticos e estariam na raiz de suas “especulações” sobre o mundo natural, portanto, só o uso da observação e da experiência, mediadas pela razão poderiam pôr o filósofo no caminho da verdade.

Esses princípios eram reafirmados nas definições dos conteúdos a serem ensinados aos alunos do terceiro ano filosófico. Após passarem todo o segundo ano em contato com a história natural “que serve de base a física e a todas as artes”⁸³, os alunos finalmente seriam introduzidos na física experimental na qual se “incluem os fatos conhecidos pela experiência; que he uma observação mais sutil, procurada por artifício para descobrir o véo da natureza.” No entanto, deveriam, antes de mais nada, serem advertidos de que as causas dos fenômenos estão fora do alcance das especulações do entendimento humano: “Por isso somente se fazem com utilidade, quando se dirigem unicamente a comparar o resultado mecânico com o calculado”⁸⁴.

Assim, os Estatutos afirmavam sua adesão a um modelo filosófico essencialmente newtoniano, calcado no uso da matemática como sustento das observações retiradas da experimentação.

Na Royal Society do século XVII, esse modelo se contrapôs ao método boyleano, que tinha como princípio de validação a repetição exaustiva e minuciosa das experimentações antes que se pudesse fazer asserções confiáveis sobre os fenômenos naturais. Essa exigência se dava pela possibilidade de haver supostas interferências divinas na experimentação, de modo que somente por meio de inúmeras repetições é que se poderia obter informações confiáveis sobre a natureza. O modelo newtoniano, por sua vez, privilegiava o papel desempenhado pelo cálculo no processo. Assim, as

⁸² MAZZOLINI, Renato. Les lumières de la raison : des systèmes médicaux à l’organologie naturaliste. In. : GRMEK, Mirko ; FANTINI, Bernardino. **Histoire de la pensée médicale en occident. V. 2. De la Renaissance aux Lumières**. Paris: Éditions du Seulo, 1996, p. 99-101.

⁸³ Estatutos... op. cit., p.240

⁸⁴ Ibid. p.246

experimentações não precisariam ser exaustivas, pois na medida em que seus resultados fossem corroborados pela matemática, sua confiabilidade estaria garantida⁸⁵.

Essas nuances são fundamentais para problematizar de forma mais consistente os modelos filosóficos adotados na reforma da universidade de Coimbra. Não basta afirmar que os Estatutos introduziram a “ciência moderna” na Universidade, pois essa categoria revela-se pouco operacional quando olhada mais de perto. Embora nomes como Newton, Descartes, Boyle e Hobbes, sejam frequentemente citados como representantes de uma nova filosofia natural, o que eles representam, na verdade, são programas de pesquisa específicos com critérios de validação de conhecimento muitas vezes conflitantes entre si, como no caso descrito acima. Essa questão se expressa nos Estatutos de 1772 através da rejeição à filosofia cartesiana, uma das concorrentes do newtonianismo no Setecentos, e desqualificada como uma corrente afeita a demonstrações hipotéticas e suposições de “causas gratuitas”, sem o devido fundamento na experiência e na matemática⁸⁶.

Com a proeminência conquistada pelo programa newtoniano ao longo do século XVIII nos debates de filosofia natural, com consequências importantes na medicina, como veremos nos próximos capítulos, ele acabou por ser adotado também pela Universidade de Coimbra, sob alcunha da ilustração e da modernidade. Portanto, é necessário destacarmos que no processo de renovação do currículo, a Universidade de Coimbra não se apropriou de um conjunto coeso e bem delimitado de ideias e métodos reunido sob a etiqueta da “ciência moderna” ou do “método científico”, mas de pressupostos filosóficos defendidos por determinadas correntes de pensamento do período.

-A reforma do currículo médico: mecanicismo, higiene e ecletismo.

Nesse sentido, as diretrizes do curso de medicina não deixavam dúvidas. Ao definir suas disciplinas principais como aquelas constituídas pelas “cinco partes de que se forma o Corpo das Instituições [medicas]”⁸⁷, ou seja, fisiologia, patologia, semiótica, higiene, terapêutica, os Estatutos afirmavam:

“devem conformar-se ao espírito das regras geraes estabelecidas pelo Cavalheiro Newton para a Filosofia Natural. Regras fixas, e seguras, pelas quaes

⁸⁵ SHAPIN, op. cit.

⁸⁶ Ibid.p.48.

⁸⁷ Ibid. p.19

se devem dirigir todos aquellos, que procurarem a verdade em qualquer parte da Fysica. Assim mostrará: que se não deve discorrer senão immediatamente sobre as observações, e experiências, sem hypothese alguma antecedente.”⁸⁸

Para isso, esperava-se que os alunos chegassem ao curso com uma sólida base nos estudos matemáticos e filosóficos fundamentais para a compreensão da medicina, definida como uma “Fysica particular do corpo humano, cujo mecanismo não he possível entender-se sem precederem os ditos estudos”⁸⁹. Daí a exigência de que, além dos estudos de filosofia racional e moral, os alunos cumprissem 3 anos de estudos de física e matemática nos cursos da própria Universidade antes de serem admitidos no primeiro ano médico, onde teriam contato com geometria, história natural, cálculo, física experimental, foronomia e química⁹⁰. Assim, em conformidade com os princípios epistemológicos dos Estatutos, as disciplinas do curso médico deveriam ser ensinadas “sem adesão a sistema algum mas imitando o quanto possível for o methodo dos Geometras tanto Synthetico, como Analytico” e “olhando sempre os princípios demonstrados na Fysica, mecânica e hydraulica”⁹¹. Elas seriam distribuídas ao longo dos 5 anos de curso médico da seguinte maneira: 1º) Materia medica e arte pharmaceutica; 2º) Anatomia e arte obstetrícia; 3º) Instituições e início da prática de medicina e cirurgia no hospital; 4º) Aforismos e prática no hospital; 5º) prática medica e cirurgia no hospital⁹².

O currículo e a organização propostos revelam questões importantes para compreendermos o perfil do novo curso médico. A primeira delas é a introdução de um forte caráter prático na formação acadêmica, o que se reflete na tentativa de unir cirurgia e medicina, como forma de reverter o que os compêndios apontavam como um dos equívocos mais graves dos inicianos. Agora, ambas disciplinas deveriam ter a “mesma graduação e nobreza”, de modo que todos os médicos formados na Universidade fossem também cirurgiões, o que passava a ficar registrado, inclusive em suas licenças⁹³.

Outro desdobramento importante dessa nova orientação é a presença marcante da anatomia no currículo, impulsionada pela criação de um teatro anatômico no qual os estudantes deveriam adquirir os conhecimentos necessários para os estudos de fisiologia e patologia. Também foram criados um dispensatório farmacêutico, um jardim botânico e um hospital universitário. No caso do hospital, os Estatutos determinavam que os alunos

⁸⁸ Idem

⁸⁹ Ibid. p.09

⁹⁰ Ibid.p.10.

⁹¹ Ibid.p.21

⁹² Ibid.p.23

⁹³ Ibid. p.20

deveriam frequentá-lo já a partir do terceiro ano, de modo que sua presença em seu cotidiano cresceria progressivamente, até que o quinto ano seria dedicado somente a prática médica e cirúrgica no âmbito hospitalar⁹⁴. Essas eram reivindicações antigas do médico ilustrado Antonio Ribeiro Sanches em seu *Método para aprender e estudar medicina* (1763), obra de grande influência na reforma dos estudos médicos em Portugal. Esses seriam espaços onde a vocação prática do novo curso seria mais exercitada.

Ribeiro Sanches também exerceu influência na inserção da higiene no curso currículo médico. No século XVIII, essa disciplina conquistou espaços significativos na medicina ao mostrar-se em consonância com os desígnios utilitaristas de vários estados ilustrados europeus.⁹⁵ No iluminismo, a medicina preventiva emergiu como uma solução atender às expectativas de dinamização das atividades econômicas e manutenção do controle e coesão social dos Estados nacionais. No caso português, o *Tratado da conservação da saúde dos povos* (1756), do próprio Ribeiro Sanches, havia sido um marco importante, para o estabelecimento de uma tradição de estudos da qual Mello Franco se tornaria um dos representantes meio século depois.

Nos novos Estatutos de 1772, a higiene era definida como o “colorário” da fisiologia: “porque das causas, e efeitos da vida, e da saúde resulta o conhecimento dos meios, que se hão de aplicar para a conservação delas. Esta he a parte mais importante da Medicina...”⁹⁶ A higiene seria introduzida no terceiro ano como parte dos estudos de Instituições Médicas, e teria como princípio uma atuação holística sobre os indivíduos visando conservar a saúde conforme sua “compleição, temperamento, idade, sexo, e profissão”. Esperava-se que os estudantes se tornarem capazes de “remover e apartar as enfermidades”, bem como corrigir a “influencia das causas evitáveis” por meio da intervenção sobre hábitos alimentares, atividade física, regimes de sono e vigília, dentre outros. No que dizia respeito às referências teóricas, o *Tratado dos ares, águas e lugares* de Hipócrates era afirmado como referência fundamental. O *Tratado de Hygiene* de Julio Alexandrino, assim como as Obras de Galeno, também deveriam ser utilizados na medida em que se mostrassem em conformidade com os princípios da fisiologia e a observação prática⁹⁷.

⁹⁴ Ibid.p.64

⁹⁵ WILLIAMS, Elizabeth A. **The physical and the moral: Anthropology, physiology, and philosophical medicine in France, 1750-1850**. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

⁹⁶ Estatutos... op. cit., p.53.

⁹⁷ Ibid. p.53.

Os Estatutos também revelam característica importante da filosofia ilustrada no que diz respeito a uso das autoridades. Desde o século XVII, a rejeição ao ensino baseado na leitura das autoridades filosóficas, constituiu uma das principais linhas de resistência ao modelo de ensino escolástico. Em contraposição, reivindicava-se a primazia da observação e da experiência como antídotos à apropriação irrefletida dos autores clássicos, conforme acusavam seus críticos.⁹⁸ Seguindo essa mesma linha argumentativa, vimos no compendio como a Junta da Providência Literária sustentava postura similar. Assim, na nova estrutura pedagógica da Universidade de Coimbra, esperava-se que o médico, auxiliado pela observação, a razão e a experiência, fosse capaz de se apropriar do que julgasse mais útil para suas reflexões, ao mesmo tempo em que identificava possíveis equívocos cometidos pelos grandes autores. Para isso, os estatutos exigiam, que além de serem versados em filosofia e matemática, como mencionamos acima, os candidatos ao curso médico adquirissem, desde os estudos preparatórios, conhecimentos da língua latina e de grego para se instruírem “nas obras originaes dos autores gregos, mas também para entender quaisquer escritos de Medicina”⁹⁹ Essas competências deixariam os alunos menos sujeitos a equívocos e interpretações errôneas originadas em traduções de qualidade duvidosa, além de possibilitar acesso direto a fontes originais. Além dos autores clássicos, também havia a preocupação de introduzi-los a autores modernos, o que também exigia domínio de “línguas vivas da Europa; principalmente a Ingleza e a Franceza”¹⁰⁰.

Essa espécie de *ecléctisme raisonné*, é parte importante da cultura médica que os Estatutos tentavam incutir na universidade reformada, e se reflete também numa postura de aparente desapego às autoridades médicas adotadas nos cursos. No quinto ano, por exemplo, os aforismos hipocráticos, preparatórios para o exame final, deveriam ser ensinados através da escola de Van Swieten e Boerhaave. No entanto, esse último era considerado como incompleto por prescindir de algumas espécies de febres, de modo que o Lente deveria se responsabilizar por suprir suas faltas até que se encontrasse algum sistema que, a exemplo da botânica linneana, classificasse todas as enfermidades por “classe, gênero, espécies, etc.” No mesmo trecho, afirma-se já ser conhecido um ensaio

⁹⁸ SHAPIN, op. cit.

⁹⁹ Estatutos... op. cit. p.08

¹⁰⁰ Mesmo que essa não configurasse um pré-requisito para o ingresso no curso, esperava-se que os alunos adquirissem habilidades nesses dois idiomas ao longo da sua formação universitária. Ibid. p.09

do médico francês Boissier de Sauvages, mas que ainda necessitava de maior estudo e meditação.¹⁰¹

Essa passagem é importante também por deixar entrever algumas nuances importantes do currículo médico que se adotava em Coimbra. Para além da questão do desapego às autoridades, a relativa inadequação de Boerhaave parece ter outras origens.

Os Estatutos são claros ao adotarem um modelo de medicina que se submete à física newtoniana, tendo a mecânica como uma referência fundamental para compreensão da fisiologia humana. Porém, ao analisarmos os debates que estavam acontecendo em outros círculos médicos europeus da época, sobretudo em Inglaterra e França, veremos que o modelo mecanicista adotado pela Universidade estava sob forte ataque de correntes médicas que propunham uma profunda revisão dos modelos médicos mecanicistas. Nesse sentido, a referência hesitante à nosologia de Boissier de Sauvages é significativa, visto que o médico francês foi um dos principais representantes da corrente médica vitalista, que toma força na França da primeira metade do século XVIII a partir de forte crítica aos postulados mecânicos cartesianos, e que exerceria forte influência sobre o pensamento de Francisco de Mello Franco. Ao que parece, os autores dos Estatutos estavam, de alguma forma, atentos às supostas defasagens de seu programa de estudos médicos e deixaram brechas para que ele pudesse ser revisado posteriormente.¹⁰²

Essa questão será fundamental para analisarmos as concepções médicas desenvolvidas por Francisco de Mello Franco ao longo de sua carreira em Lisboa, e trataremos dela com mais detalhes a partir do capítulo 3. Com relação ao programa médico estabelecido em Coimbra em 1772, não sabemos se houve mudanças nos compêndios utilizados pelos professores da faculdade de Medicina nos anos imediatamente posteriores à reforma, mas em 1777, o Reitor Reformador Francisco de Lemos listou em sua *Relação geral do estado da Universidade* alguns dos livros adotados no curso: no primeiro ano, Chrantz para o curso de matéria médica; no segundo, o compêndio de Hister para anatomia; no terceiro, Haller para a cadeira de Instituições médicas e no quinto, os já referidos aforismos de Hipócrates e os de Boerhaave¹⁰³. Como

¹⁰¹ Ibid. p.60.

¹⁰² Nesse sentido, tendemos a concordar com a hipótese levantada por Bernardo Antônio de Mirabeau, em sua *Memória Histórica e Comemorativa da Faculdade de Medicina*, publicada em 1872. MIRABEAU, Bernardo Antônio. **Memória Histórica e Comemorativa da Faculdade de Medicina**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1772. p.133-137.

¹⁰³ LEMOS, Francisco de. **Relação geral da universidade (1777)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1980., p.69-70.

veremos adiante, o documento de Lemos surgiu num contexto conturbado da política lusitana, com reflexos significativos para a universidade.

Mesmo após a reforma, os compêndios ainda seriam uma questão a ser debatida ao longo das décadas seguintes, o que também traz questionamentos sobre o alcance real da reforma e contribuem para colocarmos em perspectiva crítica o modelo de medicina adotado pelos Estatutos de 1772. Afinal, não podemos esquecer que os Estatutos são um documento estático, que revelam, antes de mais nada, intenções que não necessariamente foram correspondidas no curso das atividades universitárias cotidianas, um ambiente sujeito a disputas de forças políticas e intelectuais, e por isso, bem menos previsível.

Após essa breve incursão na reforma da Universidade e o perfil que o ensino médico tomou após 1772, podemos ter uma ideia do tipo de treinamento que ao qual nosso personagem foi exposto a partir de seu ingresso no curso médico em 1777. Como veremos, Mello Franco teve seus estudos interrompidos em 1779 por conta de seu julgamento e prisão pelo Santo Ofício. Na ocasião de seu retorno em 1782, o cenário político já era outro, assim como os debates no interior da instituição de ensino coimbreense. Embora não possamos afirmar a participação direta de Mello Franco nesses eventos, o fato é que os estudantes não ficaram alheios aos debates. Sendo assim, retomaremos agora a trajetória universitária de nosso personagem para pontuarmos algumas das questões relevantes do período.

- O ingresso na Universidade e a interrupção dos estudos: a intelectualidade ilustrada diante do estado reformador.

Após a reforma, para se matricular no primeiro ano do curso médico, os candidatos deveriam comprovar competências em Filosofia moral e racional, além dos três anos de estudos de física e matemática. De acordo com os estatutos, os cursos poderiam ser feitos na própria universidade ou fora dela. Os que optavam por cursar as disciplinas na própria instituição deveriam se matricular nos cursos de filosofia e matemática na condição de alunos *obrigados*, categoria que os diferenciava daqueles que almejavam as carreiras relacionadas a esses cursos, tidos como *ordinários*. Para aqueles que já haviam estudado filosofia, física e matemática em seus estudos preparatórios fora da Universidade, exigia-se que apresentassem as devidas comprovações como condição para serem submetidos a

exames na presença dos lentes correspondentes.¹⁰⁴ Ao que parece, essa era a opção escolhida por alguns estudantes, provavelmente visando reduzir a duração total do curso, já que o ano de filosofia racional somado aos três anos de estudos de matemática e física poderiam aumentar consideravelmente a duração dos já longos cinco do curso de medicina.

Mello Franco foi um desses estudantes. Seu primeiro registro na universidade data de 24 de maio de 1776, quando realizou os exames finais do primeiro ano matemático junto com a turma de alunos obrigados do ano letivo 1775-1776. Tudo indica que o então aspirante ao curso médico já tivesse estudado o conteúdo do primeiro ano de matemática em seus estudos preparatórios, o que o possibilitou aceder diretamente aos exames finais na condição de *voluntário*.¹⁰⁵ Ao fim do mesmo ano, matriculou-se como aluno obrigado no primeiro ano de Filosofia para o período letivo de 1776-1777,¹⁰⁶ tornando-se, oficialmente, estudante da Universidade de Coimbra. Esse primeiro ano, seria dedicado aos estudos de filosofia moral, também exigidos como pré-requisito para a matrícula em medicina.¹⁰⁷ Simultaneamente ao curso de filosofia, submeteu-se aos exames do segundo ano de matemática em maio de 1777, mais uma vez na condição de voluntário¹⁰⁸.

Ao final do letivo, foi aprovado nos exames do primeiro ano filosófico¹⁰⁹, e mais uma vez utilizou-se de seus estudos preparatórios para aceder diretamente aos exames finais do segundo e do terceiro ano de filosofia, correspondentes aos estudos de história natural e física experimental, respectivamente. Assim, foi aprovado no exame do segundo ano em 30 de outubro de 1777, e apenas poucas semanas depois, submeteu-se com sucesso ao exame do terceiro no dia 13 de novembro.

Todo esse esforço possibilitou que o estudante de Minas Gerais realizasse sua matrícula na Faculdade de Medicina a tempo para o ano letivo 1777-1778, ou seja, pouco mais de um ano após sua chegada à universidade. No livro de matrículas da faculdade, consta que apresentou com sucesso as referidas certidões de exame do 1º e 2º ano matemático, assim como do 1º, 2º e 3º ano Filosófico, além de exame de latim¹¹⁰. No entanto, um despacho de 26 de novembro, registrado no livro de petições de matrícula, estabelecia que Mello Franco, embora apresentasse condições para entrar para o primeiro

¹⁰⁴ Estatutos... op cit, p.10-12.

¹⁰⁵ AUC, Livro de Exames - matemática, lv.1, fl.61

¹⁰⁶ AUC, Livro de matrículas (1776/1777)- Filosofia., fl.08

¹⁰⁷ Estatutos...op. cit., p.233.

¹⁰⁸ AUC, Livro de Exames- matemática, lv.1, fl.97v.

¹⁰⁹ AUC, Livro de Exames – Filosofia, lv.1, fl.99

¹¹⁰ AUC, Livro de Matrículas 1777/1778, fl.5

ano médico, precisaria apresentar certidão de ato de química para realizar o exame final do primeiro ano médico, a ser aplicado em junho de 1778¹¹¹.

Como vimos na seção anterior, os estudos de química correspondiam ao quarto ano filosófico, e eram importantes para os estudos de matéria médica e farmácia, disciplinas do primeiro ano de medicina. O fato da matrícula de Mello Franco ter sido aceita sem a apresentação da certidão pode ser um indicativo de que, na prática, a aplicação dos Estatutos era um pouco mais flexível do que a letra fria de suas páginas deixava entrever.

De todo modo, o exame só seria realizado na manhã de 28 maio de 1779. Apesar da aprovação, o registro do ato no livro de exames de filosofia correspondente contém uma peculiaridade: o trecho que conferia o grau de bacharel a Mello Franco encontra-se riscado. Ao lado, uma observação atesta que o referido estudante “não tomou o gráo.”¹¹² A explicação para o registro inusitado pode estar num depoimento concedido pelo estudante Francisco Cândido Chaves à Inquisição de Coimbra no dia 17 do mesmo mês, portanto, apenas onze dias antes.¹¹³ Na ocasião, Chaves denunciou um grupo de estudantes, com os quais havia morado, ao tribunal do Santo Ofício como defensores de proposições heréticas e de autores proibidos. Acusava-os de comerem carne na quaresma, de raramente ouvirem a missa aos domingos e nos dias santos, e em suas reuniões costumavam argumentar “pontos de religião, citando Voltaire, Rousseau e Helvécio”. Segundo o denunciante, também negavam a existência do inferno e do purgatório, afirmavam a materialidade e mortalidade da alma, escarneciam das indulgências e do corpo eclesiástico, dentre muitas outras.¹¹⁴ Entre os principais denunciados estavam: Diogo José Morais Calado, estudante do 5º ano de Leis; Lourenço Justiniano de Morais Calado, irmão do anterior e aluno do 6º ano de medicina e natural de Lisboa; Antonio Caetano de Freitas, do 1º ano de Leis e natural do Funchal; Francisco José de Almeida, do 4º ano de medicina, natural de Lisboa e João Lauriano Nunes Leger, do 4º ano de medicina e também natural de Lisboa.¹¹⁵ Além desses, Chaves também denunciava vários outros nomes, acusados de fazerem parte do mesmo grupo, dentre estes: Antônio Pereira

¹¹¹ AUC, Faculdade de Medicina – Matrículas (1768-1778), IV 1ºD 15-3-3

¹¹² AUC, Livro de Exames – Filosofia, Livro 1, fl.201.

¹¹³ VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p.343

¹¹⁴ SILVA, Maria Nizza da... op. cit., 106-107.

¹¹⁵ Idem.

de Caldas, José Maria da Fonseca, Vicente Júlio Fernandes, Nuno de Freitas, Antônio de Moraes Silva, Manuel Henriques de Paiva e Francisco de Mello Franco.¹¹⁶

Os depoimentos ao Santo Ofício que se seguiram à denúncia revelavam um comércio informal de livros e leituras entre o grupo de estudantes, que incluía obras como *Cartas do Marquês de Argen*, *Sistema da Natureza* do Barão d'Holbach, *Cartas Persas* de Montesquieu, *Cartas cabalísticas*, também do Marquês de Argen, *Donzela de Orleans* de Voltaire, *Instituições políticas* de Bielfield, *Contrato social* de Rousseau, dentre outras. A obra *Emílio*, também de autoria do filósofo genebrino, constava entre as mais concorridas, chegando a ser objeto de tradução e circulação em manuscrito¹¹⁷. Segundo Villalta, ao serem interrogados pelos inquisidores, os denunciados revelavam o teor de algumas leituras e debates ocorridos entre eles. Falava-se de contestação da Religião revelada em favor da lei natural; discutiam-se refutações das proposições teístas e da validade de comportamentos considerados pecaminosos, como a fornicção sem fins reprodutivos, e de grande variedade de temas que tocavam no cerne do onipresente catolicismo lusitano.¹¹⁸

Pouco sabemos sobre a participação direta de Francisco de Mello Franco nas reuniões “subversivas” dos estudantes de Coimbra, visto que seu processo se encontra perdido. Por meio do processo de Antônio de Moraes e de outros, Villalta identifica que o estudante de Paracatu foi um dos principais articuladores da quebra do sigilo do depoimento de João Laureano Nunes Leger, o que teria possibilitado aos jovens ajustar seus depoimentos para tentar escapar dos inquisidores. Também esteve envolvido na circulação de livros proibidos, notadamente, as *Cartas do Marquez de Argen* e obras de Rousseau entre os estudantes.¹¹⁹ Segundo Augusto de Carvalho, prestou depoimento ao Santo Ofício em 08 de outubro de 1779,¹²⁰ e ao que parece, suas questões com a inquisição não o teriam impediram de cumprir suas obrigações acadêmicas naquele ano. Havia realizado o exame do primeiro ano médico em 7 de julho, com apenas um mês de atraso, o que também indica que, naquela altura, o exame do quarto ano de filosofia já havia deixado de ser um problema¹²¹.

¹¹⁶ VILLALTA. op. cit. p.341

¹¹⁷ Ibid. p.343

¹¹⁸ Ibid. p.341-353.

¹¹⁹ Ibid. p.352.

¹²⁰ CARVALHO, op. cit., p.3-4

¹²¹ AUC, Livro de Exames - Medicina. lv. 1, fl.137. O registro do exame de Mello Franco encontra-se numa seção do livro intitulada “suplemento do primeiro anno medico,” na qual eram registrados os exames realizados fora do prazo normal.

Mesmo assim, os estudos universitários do estudante de Minas Gerais estavam fadados a sofrer atraso considerável. Mello Franco foi condenado em auto de fé de 1781 a cumprir pena de 5 anos reclusão em Rilhafoles, destino também reservado a Nuno de Freitas, Francisco José de Almeida, António Pereira Caldas e Vicente Julio de Freitas.¹²² Outros personagens do processo tiveram outra sorte: Henriques de Paiva teve seu processo interrompido graças a seus contatos com o Intendente Geral de Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique, enquanto Antonio de Moraes Silva foi condenado a sentenças espirituais em 1785, também ficando livre da prisão¹²³.

Alguns dos biógrafos de Mello Franco afirmam que foi durante esse período conturbado de sua vida que conheceu a mulher com quem viria a se casar após sair da prisão. Segundo Pereira da Costa, foi durante o cárcere que se aproximou de “uma senhora de família distinta”, acusada de irreligiosa e dotada de coragem “pouco comum às pessoas de seu sexo, com que sofreo os tormentos da prisão”¹²⁴ a quem o autor se refere como Rita Margarida de Castro. Rocha, por sua vez, afirma tratar-se de Rita Alvarenga de Castro, que naquela altura já seria companheira de Mello Franco e havia sido presa ao se recusar a depor contra seu amado¹²⁵. Sobre o caso, Augusto de Carvalho cita um ofício do Cavaleiro de Pellon ao Conde de Perron na corte de Turim, datado da capital portuguesa em 2 de maio de 1780, no qual o primeiro afirmava ter prendido em auto de fé de Coimbra uma jovem acusada de materialismo e de ultrajar os dogmas da religião cristã, cuja identidade o autor atribui à esposa de Mello Franco¹²⁶.

Não encontramos o referido ofício e nenhum documento que pudesse servir de prova dos pormenores das versões descritas pelos autores acima. No entanto, de acordo com o livro de registros de casamento da paróquia de Anjos, em Lisboa, Francisco de Mello Franco casou-se com Rita Umbelina de Castro, natural de Coimbra, em 12 de julho de 1782, mesmo ano em que saiu da prisão. Como testemunhas contaram com Diogo José Moraes Calado e Vicente Julio Fernandes Silva, ambos companheiros de Mello Franco no auto de fé que o havia condenado a prisão no ano anterior¹²⁷.

Os processos de Mello Franco e de seus companheiros junto ao Santo Ofício são mais um ponto da trajetória de nosso personagem que revela características importantes

¹²² CARVALHO, op. cit., p.3-4

¹²³ VILLALTA., op. cit., p.350-352

¹²⁴ **Resumo histórico...**, op. cit., p.5

¹²⁵ ROCHA., op. cit., p.18-19.

¹²⁶ CARVALHO, op. cit., p.5

¹²⁷ ANTT, Paróquia de Anjos, Livro de Registro de Casamentos 1767/1783, fl.267.

da ilustração portuguesa. Já mencionamos que a reforma pombalina do ensino universitário em Coimbra teve como um de seus principais objetivos formar quadros aptos para assumir atividades estratégicas da administração portuguesa, em consonância com o caráter utilitarista que se procurava imprimir às atividades econômicas do Império. Para isso, investiu-se num incremento da circulação de ideias, de modo a refutar o pensamento escolástico e trazer novos ares para o ambiente intelectual lusitano. No entanto, era justamente nesse plano que os embates entre a coroa e a intelectualidade que ela procurava formar ocorreriam de forma mais paradoxal.

Essas contradições são característica constituinte do próprio projeto reformista pombalino, conforme destacou Antonio Ribeiro Santos, um de seus colaboradores mais próximos: “Quis espalhar as luzes do conhecimento filosófico e ao mesmo tempo aumentar o poder despótico da Monarquia”¹²⁸. Embora essa operação não tenha sido exclusiva ao contexto português, segundo Maxwell, foi nas terras lusitanas em que ela atingiu exemplo mais extremado¹²⁹.

De maneira semelhante a Mello Franco, a trajetória subsequente de boa parte dos estudantes denunciados em 1779 é ilustrativa dessa relação tênue e contraditória. Suas punições não os impediram de continuar os estudos e, depois de formados, ocuparem lugar de destaque na administração e no mundo intelectual ilustrado lusitano sob as bênçãos do poder Monárquico. Antonio de Moraes Silva, por exemplo, formou-se em Leis e posteriormente retornou ao Brasil, onde assumiu cargo de Desembargador na Relação da Bahia, mudando-se para Pernambuco tempo depois. Publicou uma versão reduzida do Dicionário de Bluteau, uma História de Portugal, dentre outras obras¹³⁰.

Vicente Seabra Teles foi um dos primeiros a adotar as ideias de Lavoisier e a nova nomenclatura química em Portugal, ainda na década de 1780. Apesar disso, sua carreira universitária não foi à frente em Coimbra, e nem seus *Elementos de Química*, primeiro livro de química moderna a ser escrito em língua portuguesa, foi adotado como compêndio na Universidade¹³¹.

Manuel Henriques de Paiva foi figura de grande destaque no ambiente intelectual lusitano de finais do século XVIII. Doutorou-se em Medicina por Coimbra e foi Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Deputado da Junta do Protomedicato, Censor

¹²⁸ MAXWELL, Kenneth. **O Marquês de Pombal**: ascensão e queda. Lisboa: Manuscrito, 2015. p.16

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ SILVA, Francisco Innocencio da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Tomo 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p.209-210; VILLALTA. op. cit. p.129-130.

¹³¹ VILLALTA. op. cit. p.130.

Regio da Meza do Desembargo do Paço, sócio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, além da de Estocolmo, Madrid, dentre outros. Desde a época de estudante já possuía conexões importantes, como atestam as relações com o Intendente Geral de Polícia, Pina Manique, que intercedeu pela sua soltura, e também por ser sobrinho Antonio Ribeiro Sanches. Assumiu cargo como Lente na Faculdade de Filosofia, com exercício da cadeira de Farmácia¹³², onde, posteriormente, viria a contribuir para a produção da Farmacopeia Geral do Reino, junto com Francisco Tavares. Teve profícua produção intelectual, destacando-se como um importante tradutor de obras estrangeiras para Portugal, além de obras médicas de sua autoria e de considerável circulação entres os meios acadêmicos lusitanos. Caiu em desgraça em 1808, por conta de sua suposta simpatia pela Revolução Francesa, sendo condenado ao banimento no Brasil. Em 1816, no entanto, o príncipe D. João restituiu-lhe seus direitos e títulos. Mais tarde, assumiu cadeira de matéria médica e farmácia no Colégio Medico-Cirurgico da Bahia¹³³.

Essa tênue relação que o reformismo ilustrado desenvolveu com essa intelectualidade tem origem nas suas próprias estruturas. Já destacamos em outro momento que a ofensiva pombalina, de caráter regalista, teve como alvo antes os inicianos do que a Igreja em si. Contra os jesuítas, Pombal não mediu esforços e utilizou-se de expedientes diversos para deslegitimá-los, chegando inclusive a acusá-los de estar por trás da tentativa de assassinato do monarca D. José I, em 1758. Ocorrido no auge da tensão política, o evento acabou sendo utilizado pelo ministro como fator determinante para a ordem ser considerada ilegal e expulsa do reino no ano seguinte¹³⁴. Logo, o que estava em jogo era um processo de fortalecimento da monarquia dentro da estrutura de poder vigente, e não necessariamente uma cruzada secularista.

Aos olhos de Pombal e dos reformistas, a Companhia de Jesus constituía um obstáculo a ser removido para que um novo projeto de império pudesse vingar sob a batuta da monarquia. Em conformidade com o contexto da Europa ilustrada setecentista, a realização desse projeto também dependia de uma reordenação econômica e cultural, que por sua vez estava atrelada a circulação de ideias que estabeleciam novas bases para as relações do homem com o mundo natural, político, econômico e social¹³⁵. A questão era

¹³² SILVA, Francisco Innocencio da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Tomo 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p.12-13.

¹³³ VILLALTA. op. cit. p.132.

¹³⁴ MAXWELL. **O Marquês de Pombal**. op. cit., p.106-114; MAROCCI, Guiseppe; PAIVA, José Pedro. **História da inquisição portuguesa (1536-1821)**. Lisboa: A Esfera dos livros, 2013. p.335-336.

¹³⁵ HAZARD, Paul. **La crise de la conscience européenne (1680-1715)**. Paris : Fayard, 2009.

que essas ideias, ao mesmo tempo em que se contrapunham às concepções e métodos escolásticos, poderiam contestar a religião como um todo quando defendidas por vertentes filosóficas mais radicais. Num regime monárquico cuja a legitimidade do soberano advinha, sobretudo, do poder divino, uma contestação dessa natureza colocaria em risco a coesão de todo o tecido social. Assim, estabelecia-se uma dicotomia a ser cuidadosamente administrada pelo poder régio, afim de conduzir as reformas sem ser devorado por elas.

Nesse quadro, a Universidade de Coimbra reformada afirmou-se como espaço de relativa tensão. Se, por um lado, era o lugar onde seria forjado o novo perfil dos quadros administrativos do Império, por outro, também seria o espaço de circulação e debates de ideias entre grupos heterogêneos de estudantes originários de partes diversas do reino e do além-mar, todos reunidos numa sociabilidade intensa e multifacetada, como mostrado no início deste capítulo.

Contudo, Villalta nos lembra que os reformadores da universidade estavam cientes do risco: Dom Francisco de Lemos, o reitor das reformas, era clérigo, e além disso, os estatutos registravam uma máxima que reafirmava a divisão dos poderes entre Igreja e Estado, assim como a origem providencial da legitimidade de ambos: “há dois Poderes pelos quais se refere e governa o mundo. Convém a saber: a Autoridade Sagrada da Igreja e o Poder Real: Que ambos precedem imediatamente de Deus.”¹³⁶ Desse modo, ficava claro que se os jesuítas haviam sido defenestrados da administração universitária, essa ainda continuava sob tutela eclesiástica e religiosa¹³⁷.

A inquisição foi um instrumento útil para os objetivos régios nesse processo. Ela foi peça importante do aparato de controle ideológico e político durante todo o período pombalino, mas não sem antes ser objeto de uma reforma ao gosto de Pombal. Desde o início de seu mandato, ele procurou colocar pessoas de sua confiança em lugares estratégicos da administração inquisitorial, começando com a nomeação de D. José de Bragança para Inquisidor Geral em 1757.¹³⁸ A partir daí o controle sobre a circulação de livros foi intensificado, vindo a ter seu desdobramento mais significativo na criação da Real Mesa Censória em 5 de abril de 1768. Segundo Marcocci e Paiva, o novo órgão passaria a ter “jurisdição privativa e exclusiva sobre a censura e circulação de livros, visando o domínio do poder secular neste campo e acabando com o velho sistema de

¹³⁶ VILLALTA, op. cit., p.128.

¹³⁷ Ibid. p.127.

¹³⁸ MARCOCCI; PAIVA. op. cit. p.334.

censura partilhada pela Inquisição, bispos e Desembargo do Paço.”¹³⁹ O objetivo da intervenção pombalina não era eliminar a Inquisição, mas reformá-la para submetê-la à Coroa:

“Na linha do despotismo esclarecido, pretendia-se reforçar o processo de secularização do Estado, mantendo-o católico, mas libertando-o da pressão ultramontana em questões de jurisdição e afirmando a sua soberania face ao poder pontifício, enquanto a Igreja e o clero se deviam submeter à monarquia no domínio temporal, para o queurgia cercear-lhe os imensos privilégios que detinham.”¹⁴⁰

Nesse sentido, é importante notar que a denúncia dos estudantes em 1779 também correspondia ao aumento das apreensões régias com os casos de libertinagem. Conforme veremos no capítulo 3, o controle sobre a circulação de ideias ganhava novo impulso com as crescentes apreensões ligadas a denúncias de leitura de livros proibidos e defesa de ideias heréticas. Nesse contexto, jovens homens de ideias, como era o caso dos estudantes de Coimbra, tornavam-se alvo privilegiado.

Por outro lado, o cenário político também se modificava. Em 1779, Pombal já não estava mais no poder e D. Maria I já entrava no seu segundo ano de reinado após a morte de seu pai, D. José I, em 1777. No final do ano, a Universidade de Coimbra passaria por uma tensa transição com a demissão de D. Francisco de Lemos da reitoria e a subsequente ascensão do principal Mendonça ao cargo. Com a nova administração, a relação do tribunal inquisitorial com o corpo estudantil tenderia a ficar ainda mais dramática, visto que o perfil conservador de Mendonça o levaria a pesar mais a mão sobre a vigilância dos hábitos religiosos de estudantes e professores¹⁴¹.

Em parte, essas transformações também podem ser entendidas um refluxo dos esforços empreendidos pelo consulado pombalino para conter forças políticas contrárias a seus projetos. Entre jesuítas, mercadores destituídos de privilégios por causa da instauração das companhias de comércio e setores da aristocracia alijados de posições de poder, havia grande expectativa com sua queda.¹⁴² A morte de D. José significava, por essa perspectiva, uma oportunidade de descompressão dessas forças no interior de um novo ambiente político. Assim, o reinado de D. Maria seria marcado por um reequilíbrio

¹³⁹ Ibid. p.347.

¹⁴⁰ Ibid. p.347.

¹⁴¹ SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português: 1750-1822**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2000. p.104

¹⁴² MAXWELL, **O Marquês de Pombal...** op. cit., p.194.

político que, embora não tenha transformado as feições gerais do reformismo ilustrado português, acabaria por desfavorecer alguns setores anteriormente ligados a Sebastião de Carvalho e Melo.

Este, tão logo Maria I assumiu o poder, viu-se em posição insustentável. Alguns de seus antigos aliados, a exemplo do cardeal Cunha, cujo cargo havia sido indicado pelo próprio Pombal ao Papa, procuraram afastar-se dele imediatamente e garantir posições estratégicas no novo governo¹⁴³. Nas ruas, relatos de diplomatas e forasteiros atestam que a população via com otimismo a possibilidade de se livrar do despotismo pombalino e saía a comemorar¹⁴⁴. Sua demissão veio em março de 1777, assinada por outro antigo aliado, o Marquês Martinho de Melo e Castro¹⁴⁵. A rainha, por outro lado, fez questão de assegurar que o ministro destituído mantivesse seus vencimentos de secretário de estado durante sua aposentadoria, além de fazer-lhe mercê da comenda de São Tiago de Lanhoso, no arcebispado de Braga, que se encontrava vaga após a morte de Francisco de Melo e Castro, antigo governador e capitão geral de Moçambique¹⁴⁶. Quando, pouco tempo depois, Pombal foi acusado de enriquecimento ilícito e investigado pela *Mesa de Consciência e Ordens*, pôde contar mais uma vez com a benevolência régia que, mesmo reconhecendo que seus supostos delitos seriam passíveis de punição, concedeu perdão ao Marquês com a condição de que se mantivesse isolado em sua quinta em Pombal e afastado da Corte¹⁴⁷.

É importante darmos a atenção devida a essa faceta conciliatória do reino de D. Maria I. A ruptura com o governo de seu pai ocorreu em determinados setores, mas ao contrário do que defendeu parte da historiografia, que chegou a chamar este período de “viradeira”, o que sobressai é, antes, um processo de reacomodação política. Segundo Cardim, a imediata e incisiva rejeição à figura de Pombal após a coroação da Rainha não configurou uma contra-reforma política e econômica na prática. Mesmo com a soltura de presos políticos e o afastamento de personalidades ligadas a ele, como D. Francisco de Lemos, e Frei Manuel do Cenáculo, tutor do príncipe, em posições de grande relevância estratégica, como os gabinetes de secretários de estado, antigos homens de confiança de Pombal foram mantidos no governo, a exemplo de Aires de Sá e Melo, secretário de Estado da Marinha, e o já citado, Martinho de Melo e Castro, secretário dos Negócios

¹⁴³ Ibid. p.194

¹⁴⁴ RAMOS, Luís de Oliveira. **D. Maria I**. Lisboa: Temas e debates, 2010. p.69.

¹⁴⁵ MAXWELL, op. cit., p.194

¹⁴⁶ RAMOS, op, cit. p.70-71.

¹⁴⁷ Ibid. p.91-92

Estrangeiros e Guerra¹⁴⁸. Por outro lado, entre os anti-pombalinos, destacava-se o Visconde de Vila Nova de Cerveira, nomeado para o lugar de Pombal na Secretaria de Estado do Reino, cujo pai havia morrido no cárcere durante o consulado Pombalino¹⁴⁹.

Com relação a Inquisição, D. Maria I nomeou D. Frei Inácio de São Caetano para o cargo de Inquisidor Geral. Era figura próxima a Pombal, que o havia promovido a deputado da Real Mesa Censória em 1768, além de incumbi-lo da posição de confessor da então infanta D. Maria.¹⁵⁰ Há de se considerar, no entanto, que o cargo de Inquisidor Geral se encontrava vago desde o regimento inquisitorial de 1774, sancionado por Pombal. Sob essa perspectiva, a nomeação pode ser vista também como uma espécie ruptura.

Sobre esse período de transição, Silva destaca que, de fato, naquela altura não era mais possível proceder a uma completa reorientação política. As reformas levadas por Pombal estavam por demasiado arraigadas na sociedade luso-brasileira, além do fato de que a própria estrutura monárquica não o permitia. As reformas ainda se impunham como necessárias para a sobrevivência política da Coroa, e só poderia ser levada adiante por homens “tecnicamente preparados e politicamente comprometidos”¹⁵¹. Com isso, embora D. Maria I também tenha acenado no sentido de reabilitar a antiga nobreza, a operação não poderia ser feita nos antigos termos pré-pombalinos, como aqueles desejavam¹⁵².

Por outro lado, isso também não significa que seu governo não tenha tomado feições próprias. Se no período pombalino investiu-se no fortalecimento régio frente aos jesuítas e no esforço para fomentar maior circulação de novas ideias como forma de criar uma renovada cultura intelectual e econômica no reino, agora, o novo ordenamento teria como uma de suas características mais marcantes a ênfase na formação dos homens públicos. Encarregados de assessorar o Estado mariano no fortalecimento da administração imperial, esses homens também ficariam responsáveis pela criação de espaços de debates e produção de conhecimento, como a Academia Real das Ciências de Lisboa, da qual falaremos no próximo capítulo.

Do ponto de vista institucional, a Universidade de Coimbra foi um dos ambientes onde mais se sentiu os efeitos da transição de governo. Segundo Fonseca, no contexto do reformismo ilustrado, “as mudanças operadas na Universidade de Coimbra representaram

¹⁴⁸ CARDIM. op. cit. p.419-420.

¹⁴⁹ RAMOS, op. cit. p.73

¹⁵⁰ MAXWELL, O Marquês de Pombal, op. cit., p.195; MARCOCCI; PAIVA. op. cit. p.382

¹⁵¹ SILVA, Ana Rosa Coclet da. Inventando a Nação.. op. cit., p.105.

¹⁵² Ibid.p.105.

um ponto de chegada e momento de fixação normativa de um paradigma que se pretendia matricial e modelador de todo social no seu conjunto”¹⁵³. Diante disso, não era de se estranhar que a contestação da figura de Pombal, também tenha se expressado nesse domínio. Uma das respostas a essa conjuntura veio na forma da *Relação geral do estado da Universidade* (1777) escrita pelo Reitor D. Francisco de Lemos, defensor do projeto pombalino na instituição. Lemos havia se formado na própria universidade antes da reforma e havia sido candidato a posição de professor em 1765, além de ter sido membro da Junta de Providência Literária, como mencionamos. Por conhecer os dois lados da instituição, explora bem seus contrastes¹⁵⁴.

Na *Relação geral*, o bispo reformador tentava responder à pressão política da qual era alvo apontando os caminhos percorridos pela instituição durante os cinco anos em que ocupou seu cargo máximo desde a reforma. Enfatiza as mudanças na legislação, a criação das faculdades de matemática e filosofia, a criação de instituições anexas, como o hospital, o teatro anatômico, o dispensatório farmacêutico, o observatório, o gabinete de física experimental, o teatro de história natural, o laboratório químico e o jardim botânico.¹⁵⁵ Também há grande ênfase no número de estudantes que frequentavam a universidade e a relação dos cursos mais procurados e as possibilidades de inserção profissional que ensejavam. Procurava assim, responder às críticas sobre a falta de alunos nas faculdades recém-criadas de filosofia e matemática. De acordo com o Reitor, a situação resultava das escassas possibilidades de emprego para os bacharéis formados, o que procuraria remediar reservando para os graduados em matemática os cargos de cosmógrafo-mor e engenheiro-mor, além dos cargos de cosmógrafo menores destinados a cada comarca. Quanto a Filosofia, a origem do problema era a mesma, para o que sugeria a reserva de todas as Intendências e Provedorias relacionadas a agricultura, manufaturas, ouro e casa da moeda¹⁵⁶.

De fato, essas questões pesavam contra Lemos. Já mencionamos o aumento expressivo dos custos das anuidades após a reforma. Além disso, os novos Estatutos impunham maiores exigências para a admissão de novos alunos, a exemplo do atestado de bom comportamento moral e civil para o curso de Teologia. Os novos cursos, por sua vez, ainda despertavam a desconfiança da sociedade, sobretudo por conta das

¹⁵³ FONSECA, Fernando Taveira da. **A dimensão pedagógica da reforma de 1772...** op. cit., p.77.

¹⁵⁴ Ibid. p.77

¹⁵⁵ SILVA, Maria Nizza da. op cit., p.15

¹⁵⁶ Ibid. p.15-16.

possibilidades ainda duvidosas de inserção profissional após a formatura. Reunidos, tais fatores contribuíram para uma queda expressiva no número de alunos nos anos que se seguiram a reforma de 1772¹⁵⁷.

Os esforços de Lemos não foram suficientes para impedir que fosse demitido em 1779. Não muito depois de assumir, o principal Mendonça foi autorizado a revalidar os velhos Estatutos da Universidade em todos os pontos em que os novos não ordenassem de forma contrária. Os métodos de avaliação passaram também a levar em consideração os costumes religiosos dos estudantes, além de seus méritos científicos.¹⁵⁸ Sem dúvida, a mudança resultava de denúncias relativas ao comportamento religioso supostamente duvidoso dos estudantes da universidade reformada. Francisco Lemos havia tentado defender-se da questão em sua *Relação geral* afirmando tratar-se de um “rumor falso” fruto das “declamações vagas, que tem feito nos Pulpitos alguns Pregadores incautos, e pouco advertidos.”¹⁵⁹ O reitor defendia seus estudantes afirmando que só aqueles conhecem os efeitos produzidos no “Espírito humano” por toda a “revolução literária” teriam conhecimento das:

“guerras, que em todo o tempo fizeram os Falsos Sabios aos Verdadeiros enchendoos de calunias no ponto da Religião; concitando hum, e outro Poder contra eles; e ate chegando a dar Martires as Sciencias; não se admira do Entoziasmo destes Pseudo Profetas; e do montão de palavras injuriosas, que se tem proferido contra o Ensino Publico; e o fervor, com que a Mocidade livre das trevas, e das prizoens Escolasticas, procura ornar o seu Espirito de conhecimento sólidos na Theologia, no Direito e nas mais Sciencias”¹⁶⁰

Estabelecida a nova reitoria, uma carte de 17 de janeiro de 1780 foi remetida ao principal Mendonça com instruções para que tomasse o “máximo cuidado” e afastasse os estudantes de tudo o que pudesse prejudicar os costumes e a religião. Segundo Teófilo Braga, o reitor pôs em curso “desvairada perseguição” contra todos os estudantes que liam “livros franceses ou que pelas suas conversas acerca das doutrinas filosóficas dos enciclopedistas foram considerados como Naturalistas, Tolerantes, Deístas, Encyclopedistas, Hereges, Apostatas...”¹⁶¹ Logo em seguida, o autor transcreve a lista

¹⁵⁷ PRATA, Manuel Alberto Carvalho. A Universidade e a Sociedade Portuguesa na 2ª metade do século XVIII. In.: **O marques de Pombal a Universidade** (2ª ed.). ARAÚJO, Ana Cristina (org.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p.332-334.

¹⁵⁸ SILVA, Ana Rosa Coclet da. op. cit. p.100.

¹⁵⁹ LEMOS, op. cit. p.211, fl.236.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ BRAGA, op. cit. p.642.

dos estudantes condenados do Auto de Fé de 1781, na qual constava a sentença de Mello Franco e de outros estudantes.¹⁶²

Apesar da insinuação de Braga quanto à possível relação entre as sentenças proferidas no auto de fé e o enrijecimento da perseguição à sedição entre os estudantes, não podemos ignorar que as sentenças de 1781 eram desdobramentos de processos que já estavam sob a alçada do Santo Ofício desde 1779, quase um ano antes do reitorado de Mendonça. Além disso, se a mão régia pesava sobre os estudantes ao condená-los a 5 anos de prisão, ela não seria tão implacável quanto ao cumprimento das penas. Em aviso régio de 29 de agosto de 1782 dirigido ao principal Mendonça, a Rainha, “por justos motivos, que commovêrão sua Real Clemência” mandava pôr em liberdade os estudantes de Leis Nuno de Freitas da Silva, Antonio Caetano de Freitas, Vicente de Julio Fernandez, Antonio Pereira de Souza Caldas e Antonio da Silva Lisboa. Além desses, perdoava também as penas dos estudantes de medicina Francisco José de Almeida e Francisco de Mello Franco. Diante do fato de os estudantes se acharem “notoriamente arrependidos dos Erros que haviam precipitado” permitia que retomassem os estudos em suas respectivas faculdades, sendo-lhes permitido matricularem-se “no anno que lhes tocar, tendo feito os Exâmes necessários, como he de costume”¹⁶³.

É necessário mencionar que a soltura dos estudantes também se relacionava a um processo mais amplo de esvaziamento do próprio tribunal inquisitorial, do qual trataremos no capítulo 3. No momento, cabe adiantar que os esforços persecutórios empregados pelo governo mariano a práticas sediciosas raramente se traduziam em punições à altura pela

¹⁶² Idem.

¹⁶³ AUC, Cópias dos livros da Alvarás, cartas régias, provisões, ordens e avisos da Secretaria de Estado pertencentes ao Governo da Universidade. 1771-1785, Cota: IV 1^a.D 3-2-41. Abaixo transcrevemos o aviso na íntegra:

“Aviso em favor de Nuno de Freitas da Silva, Antonio Caetano de Freitas, Vicente Julio Fernandez, e outros estudantes que no mesmo aviso se declaram.

Ex.^{mo}, R.^{mo} Snr.= Sua Mag.^e por justos motivos, que commovêrão a sua Real Clemencia; e por ser informada de que Nuno de Freitas da Silva, Antonio Caetano de Freitas, Vicente Julio Fernandez, Antonio Pereira de Souza Caldas, e Antonio da Silva Lisboa, Estudantes Juristas dessa Universidade, e Francisco José de Almeida; e Francisco de Mello Franco, Estudantes de Medicina, se achão notoriamente arrependidos dos Erros em que haviam precipitado: há por bem permitir, que todos os sobreditos Estudantes possam continuar os estudos das Faculdades, que seguião; e que em se apresentando nessa Univerdade, Vossa Excelencia os mande matricular no aano, que lhes tocar, tendo feito os Exâmes necessários, como hé costume.

Deos guarde a V. Ex.^a. Mafrá em 29 de agosto de 1782= Visconde de Nossa Senhora da Cerveira= Snr. Principal Mendonça ou quem seis cargos servir= Cumpra-se, e registre-se. Coimbra 27 d’outubro de 1782= V.R.^{os}”

Inquisição, que se via cada vez menos legitimada numa sociedade cada vez mais secular. Assim, não estranha que a agitada sociabilidade estudantil de Coimbra não tenha se intimidado o suficiente: a resposta às medidas persecutórias viria expressa num poema que circulou anonimamente na cidade por volta de 1785 e cuja autoria, embora incerta, ficaria para sempre associada a Francisco de Mello Franco.

O Reino da Estupidez debochava das contradições da ilustração em Portugal durante o governo mariano ao descrever o reino como o abrigo da deusa Estupidez que, após ser banida de todos os cantos da “Europa culta”, havia retornado ao reino onde, ao unir-se à Inveja, à Raiva, à Superstição, ao Fanatismo e à Hipocrisia, teve sua cátedra na Universidade de Coimbra recuperada. Tudo sob os auspícios do reitor, dos professores e dos alunos, desinteressados nos estudos. Na voz do lente de Teologia, as ciências eram desprezadas como superfluidades que só serviriam para atrapalhar os “sossegos”, “divertimentos” e o bom comportamento religioso:

“A barb’ra geometria tão gabada,
Que mil proposições todas heréticas
Aqui faz ensinar publicamente,
Sabeis para que presta neste mundo?
(...)
Historias Naturaes, Phoronomias,
Chymicas, Anatomias, e outros nomes,
Difficeis de reter, são as sciencias,
Que vierão trazer os Estrangeiros”¹⁶⁴.

Sobre os estudos anatômicos, satirizava:

“Há cousa mais cruel, mais deshumana
Mais contrária à razão, que ver os Medico
Hum cadáver humano espatifando,
Hum corpo, que habitou o Esp’rito santo?
Nunca tal praticastes, oh bom Lopes,
Quando pelo Natal em hum carneiro
O bofe, o coração, as tripas todas

¹⁶⁴ **Reino da Estupidez.** Paris: Officina de A. Bobée, 1818. p.34-35

A teus hábeis discípulos mostravas”¹⁶⁵.

A única voz contrária a nova ordem que imperava na Universidade era Tirceu, o lente de matemática saudoso dos tempos Pombalinos:

“Trazei, sábios ilustres, à memoria
Aquele tempo em que contestes visteis
Entrar nesta Cidade triumphante
O grande, invicto, o imortal Carvalho,
A vezes de seu Rei representado,
Daquelle sábio Rei, cujo retrato
Inda agora me anima, e me dá forças,
Para que em seu favor, em sua gloria
Derramando o meu sangue exhale a vida.
Visteis ao gran Marquez, qual sol brilhante
De escura noite dissipando as trevas,
A frouxa Estupidez lançar ao longe,
E erigir à Sciencia novo throno
Em sábios estatutos estribado”¹⁶⁶.

Mesmo após sua exposição nostálgica dos tempos pombalinos, Tirceu é ignorado e o reitor decide entronizar a deusa Estupidez, que lança sua bênção e proteção sobre a Universidade.

O tom de escárnio do poema é evidente, o que contribuiu para que tivesse considerável circulação durante a época em que foi escrito e distribuído em Coimbra. Quanto a autoria, embora tenha sido atribuída a Mello Franco, não se sabe ao certo se foi mesmo o estudante de Minas Gerais o responsável pelo manuscrito. Pode ser que outros estudantes também tenham contribuído, inclusive José Bonifácio de Andrada e Silva, na época também estudante de Coimbra, com qual Mello Franco manteria estreita amizade ao longo de sua vida, como veremos nos próximos capítulos.¹⁶⁷ De qualquer forma, a

¹⁶⁵ Ibid.p.35-36.

¹⁶⁶ Ibid.p.38.

¹⁶⁷ Há várias versões sobre as autorias possíveis do poema, sobre as quais não pretendo me deter aqui. Segundo Pereira da Costa, Mello Franco teria sido ajudado por Bonifácio e ambos teriam distribuído o poema entre os alunos num dia de festa na universidade. Com a ofensa dos Lentes, realizaram-se devassas e prisões, mas sem chegarem aos verdadeiros autores. **Resumo Histórico...** op. cit. p.06; Já Augusto de Carvalho levanta várias versões possíveis, dentre as quais, a de que o poema teria sido escrito por vários

julgar pelo seu sucesso, o poema é representativo de uma insatisfação comum a muitos estudantes que frequentavam as cadeiras da instituição coimbrese durante o período mariano, e a maior vigilância dos hábitos religiosos dos alunos provavelmente teve papel importante nisso, visto que a medida incidia diretamente sobre a efervescência da vida universitária.

- O retorno à Faculdade de Medicina no governo mariano: retrocesso conservador?

Livre do cárcere inquisitorial, Mello Franco matriculou-se no segundo ano médico poucos meses depois de sua soltura em 31 de outubro de 1782.¹⁶⁸ Seu último registro de matrícula na universidade datava de 1779, ano em que havia sido denunciado. Não sabemos se ficou preso ou simplesmente afastado da universidade durante os dois anos que separam a denúncia da condenação no Auto de Fé 1781. Caso tenha ficado encarcerado à espera de seu julgamento, pode ser que isso tenha sido levado em consideração na clemência régia, o que, por sua vez, também poder ter sido motivada pela interferência de algum personagem que ainda desconhecemos. O fato é que, uma vez retomados os estudos, Mello Franco seguiu sem maiores percalços em seu percurso acadêmico até a formatura em 1786¹⁶⁹.

Na época de seu retorno, a Faculdade de Medicina ainda lidava com algumas dificuldades que se arrastavam desde os tempos de D. Francisco de Lemos. Em sua *Memoria Historica e Comemorativa da Faculdade de Medicina* (1872) publicada em homenagem ao primeiro centenário da reforma do ensino médico na Universidade de Coimbra, Bernardo Serra de Mirabeau destacava que em 1783, quase onze anos após a inauguração dos novos Estatutos, o quadro de professores de medicina continuava

estudantes, inclusive com a participação de alguns Lentes, sem necessariamente ter passado por Mello Franco. CARVALHO. op. cit. p.7-17.

¹⁶⁸ AUC, Livro de Matrículas 1782/1783- Medicina, fl.13v.; A petição de matrícula está registrada em: AUC, Livro de Petições de Matrícula e inscrição – Faculdade de Medicina: Matrículas (1778-1790), Cota: IV 1ºD 15-3-4.

¹⁶⁹ A única exceção parece ter sido sua matrícula no quarto ano de medicina, no período letivo 1784/1785. Na sua petição de matrícula registra-se que a universidade colocou como condição a apresentação de exame de grego e certidão de idade. Ao que parece, Mello Franco havia perdido as devidas comprovações e alegava que a questão do exame deveria ser resolvida pela congregação da Faculdade de Medicina. Quanto a certidão de idade, afirma que seria impossível solicitar uma segunda via devido à distância de sua terra natal, mas ressalta que já a havia apresentado na ocasião de sua matrícula nos primeiros anos de universidade e “he bem de crer que o não o deicharão passar até agora sem ella. ”. A universidade acatou a argumentação do estudante e Mello Franco foi submetido com sucesso ao exame de grego em 14 de outubro de 1784. AUC, Livro de Matrículas da Faculdade de Medicina, 1778-1790, cota: IV 1ºD 15-3-4.

incompleto. As cadeiras de Instituições e matéria médica, por exemplo, continuavam acumuladas por José Francisco Leal há anos, e no caso de adoecimento de algum dos lentes das quatro cadeiras maiores (Matéria Médica, Instituições Médicas, Anatomia e Aforismos) não havia quem os substituísse prontamente. Tal situação também contribuía para tornar o ritual dos Atos, em que só tomavam parte os 5 professores catedráticos, mais difícil e moroso¹⁷⁰.

Como resposta a essas questões, o reitorado de Mendonça foi marcado por mudanças importantes. Se em algumas faculdades, como a de Teologia, notaram-se mudanças em sentido contrário ao do período pombalino¹⁷¹, no curso de Medicina seriam combatidas algumas das mazelas ainda pendentes desde a reforma, demonstrando o reforçado comprometimento de Maria I com as diretrizes dos novos Estatutos. Em aviso régio de 14 de novembro de 1783, a Rainha nomeava Francisco Tavares como Lente Proprietário da Cadeira de Matéria Médica,¹⁷² liberando José Francisco Leal de dividir-se entre esta e a cadeira de Instituições Médicas. Alguns meses antes, Leal já havia se precavido sobre a mudança e havia solicitado à Rainha que mantivesse seu ordenado referente à cadeira mesmo que outro a assumisse em seu lugar, alegando o “incomodo que lhe faria a falta della.” Seu pedido foi atendido em carta régia enviada ao reitor datada de 3 de setembro¹⁷³.

Com a nomeação de Francisco Tavares, a faculdade de Medicina começava a absorver em seu quadro de professores alunos formados sob os novos Estatutos. Tavares havia se submetido com sucesso aos Actos Grandes no ano de 1778, quando recebeu o grau de Doutor¹⁷⁴. Segundo Mirabeau, foi indicado para demonstrador de matéria médica no ano seguinte, e em 1781, a Congregação da faculdade já havia informado ao governo que o médico “tinha merecimentos para lente”¹⁷⁵. Mais tarde, Tavares se destacaria como personagem importante da história da farmácia lusitana, como autor da *Pharmacopeia Geral para o Reino, e Dominios de Portugal* (1794).

¹⁷⁰ MIRABEAU. op. cit. p.96.

¹⁷¹ Ramos destaca que a Faculdade de Teologia foi um dos primeiros alvos da preocupação reforçada da nova reitoria com a “eliminação de tudo quanto prejudicasse a religião e os costumes.” O autor relata que Mendonça passou a favorecer o manual de Búzio, em detrimento do de Gerbert, adotado após da reforma. RAMOS, op. cit., p.121-122.

¹⁷² AUC, Cópias dos livros da Alvarás, cartas régias, provisões, ordens e avisos da Secretaria de Estado pertencentes ao Governo da Universidade. 1771-1785 – Cota: IV 1ª.D 3-2-41.

¹⁷³ AUC, Alvarás, Avisos, cartas, e provisões régias, 1775-1789, IV-1ª.D-2-2-4, cx.4

¹⁷⁴ AUC, Cópias dos livros da Alvarás, cartas régias, provisões, ordens e avisos da Secretaria de Estado pertencentes ao Governo da Universidade. 1771-1785, Cota: IV 1ª.D 3-2-41.

¹⁷⁵ MIRABEAU. op. cit. p.78.

Ainda no mês de novembro de 1783, a Rainha enviou outro aviso mandando criar uma cadeira de terapêutica cirúrgica “ficando [ela] a respeito de todas as mais cadeiras desta Faculdade, sendo a mais moderna e última delas”¹⁷⁶. A nova disciplina deveria possuir um lente próprio, ao qual seria pago ordenado idêntico ao da Cadeira de Matéria Médica. A iniciativa demonstrava o comprometimento da monarca com um ponto fundamental da reforma do currículo médico de 1772: a equiparação da cirurgia à medicina. Os lentes dedicados à disciplina deveriam ter comprometimento exclusivo com a nova cadeira:

“E porque as liçoens desta cadeira pedem de sua Natureza que sejam explicadas por hum Lente que cada vêz mais se faça eminente nos Estudos e Disciplinas a ellas conducentes; assim como as da Cadeira de Anatomia; pela grande importância e (..) tempo e grande dificuldade, que há em se fazer hum Anatómico, e hum cyrurgião profundo que dem honra à Faculdade, e trabalhem em beneficio da Vida humana: Sou outrossim servida declarar que os Lentes que forem providos nas ditas cadeiras de Anatomia e de Therapeutica Cyrurgica, serão manentes nas referidas cadeiras, sem que delas tenham ascenso para outras: sem que com tudo pela sua provada aplicação, merecimento, e Serviço, fiquem privados de obterem as igualações em ordenados, e graduações às cadeiras superiores, quando pedir a justiça, e o seu pessoal merecimento que se premiem os seus trabalhos acadêmicos”¹⁷⁷

Para ocupar o cargo foi nomeado o Dr. Caetano José Pinto de Almeida, que ficaria também com o lugar de primeiro cirurgião do Hospital Real da Universidade¹⁷⁸.

No final de 1785, o principal Mendonça foi substituído pelo D. Francisco de Castro, de perfil mais moderado, segundo descreve Teófilo Braga¹⁷⁹. Com a morte do rei D. Pedro III a 5 de maio do ano seguinte, o novo reitor manifestou, em nome da Assembleia Geral das Faculdades Acadêmicas, as condolências do corpo da Universidade a Maria I.¹⁸⁰ Mesmo passando por momento pessoal delicado, a rainha não se furtou a continuar as transformações que julgava necessárias no curso de medicina da Universidade. Em carta de 26 de setembro, manifestava sua indignação com a demora dos professores para produzirem os compêndios próprios a serem utilizados nas aulas em

¹⁷⁶ Aviso de 12 de novembro de 1783. AUC, Cópias dos livros da Alvarás, cartas régias, provisões, ordens e avisos da Secretaria de Estado pertencentes ao Governo da Universidade. 1771-1785, cota: IV 1^a.D 3-2-41.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Carta régia de 4 de junho de 1783. AUC, Cópias dos livros da Alvarás, cartas régias, provisões, ordens e avisos da Secretaria de Estado pertencentes ao Governo da Universidade. 1771-1785 – Cota: IV 1^a.D 3-2-41.

¹⁷⁹ BRAGA. op. cit. p.698-699.

¹⁸⁰ Missiva régia de 26 de junho de 1786. AUC, Cartas Régias, Ofícios e Avisos expedidos para a Universidade. Vol. 7,1786-1798, fl.33. Cota: IV-1.^aD-3-2-13.

Coimbra. Alegava ver com desprazer que suas ordens nesse sentido ainda não tivessem sido cumpridas “e tendo visto que no espaço de quatorze anos, com a admiração das Universidades estrangeiras, não tenha a de Coimbra produzido à luz escripto algum, que faça ver progresso della; e se esteja servindo de livros adoptados, quando já podia ter próprios.”¹⁸¹ Em seguida, ordenava ao reitor que cuidasse para que as Congregações das Faculdades Acadêmicas tratassem “sem perda de tempo” da produção de seus respectivos compêndios, “Deputando para isto huma ou mais Pessoas, ou sejam dos Lentes Cathedraticos, ou sejam do Numero dos Oppozitores mais dignos, e conhecidamente hábeis”¹⁸².

A ordem repercutiu na Faculdade de Medicina, e em ata da reunião da Congregação de 2 de dezembro de 1786, ficou determinado que a produção dos compêndios ficaria distribuída da seguinte maneira: José Correa Picanço, lente de anatomia, ficaria responsável pelo compendio de anatomia e arte obstetrícia; a Caetano José de Almeida, lente de terapêutica cirúrgica, ficariam os de cirurgia e operações; Antônio José Francisco de Aguiar, lente da segunda cadeira de prática medica, seria responsável pelo de nosologia; Joaquim de Azevedo, lente substituto de 2ª cadeira de prática médica e de instituições médicas, o compendio de Patologia semiótica, etiológica e terapêutica; a Jose Pinto da Silva, lente substituto sem designação de disciplina, o compendio de fisiologia; a Antônio José Francisco de Aguiar, lente proprietário da 2ª cadeira de prática médica, o compendio de terapêutica médica; a Manoel Antônio Sobral, lente de aforismos, os respectivos compêndios. Francisco Tavares ficaria responsável pela produção dos compêndios de matéria médica, sobre os quais já vinha trabalhando anteriormente¹⁸³.

Apesar da obstinação da rainha em fazer cumprir suas ordens, de todos os compêndios solicitados aos professores da faculdade de medicina, somente o de terapêutica cirúrgica, produzido por Caetano José Pinto de Almeida e intitulado *Prima chirurgiae therapeutices elementa* (1790), e a *Medicamentorum Sylloge propria Pharmacologiae exempla sistens in usum academicorum praelectionum* (1787), de

¹⁸¹ Carta régia de 26 de setembro de 1786. AUC, Cartas Régias, Ofícios e Avisos expedidos para a Universidade. Vol.7, 1786-1798, fl.39. Cota: IV-1.ªD-3-2-13.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Ata da congregação de 2 de dezembro de 1786. AUC, Livro das Congregações da Faculdade de Medicina. Vol. 1, 1786-1796. Cota: IV 1ºD 3-1-82;

Francisco Tavares, viram a luz do dia. Todas os outros se perderam em meio a alegações de falta de tempo dos lentes responsáveis registradas em reuniões da congregação¹⁸⁴.

Em 1787, mais uma vez a monarca tomou medidas para exaltar o prestígio de sua instituição de ensino. Alegando haver, tanto na livraria da Universidade quanto nas “secretarias das congregações, muito dignas Dissertaçoens que nos Actos Grandes, e Exames Privados se fizeram desde a Nova Fundação da Universidade, ” mandava que as congregações examinassem as que fossem mais dignas de publicação e as mandasse para sua presença. A iniciativa visava mostrar que “não são só os Doutores das Universidades de Alemanha, os que podem encher de Luzes scientificas os outros Países pelo meyo da profuza multidão de Dissertações que espalham sobre matéria Juridica, e Filosoficas”¹⁸⁵. A ordem foi registrada em ata da congregação de medicina em 8 de maio de 1787, mas não sabemos quais obras foram selecionadas¹⁸⁶.

As tentativas de realizar mudanças no interior da faculdade de Medicina na década de 1780 indicam que a ideia de um “retorno conservador” na Universidade de Coimbra durante o período mariano deve ser tomada com cuidado. Como já mencionamos, se algumas faculdades sofreram coerções nesse sentido, no caso da de Medicina, o que se nota é uma forte preocupação em garantir e ampliar os avanços do projeto pombalino para o ensino médico.

Em 29 de julho de 1786, Francisco de Mello Franco concluiu os exames de formatura do quinto ano médico, realizados na presença do Principal Castro e dos Lentes de da Faculdade de Medicina. Com sua aprovação *Nemine Discrepante*, na forma dos Estatutos, finalmente obteve sua carta em 4 de agosto de 1786¹⁸⁷. Segundo seu biógrafo Pereira da Costa, Mello Franco tinha intenção de retornar ao Brasil após a formatura e teria partido logo em seguida para Lisboa para pegar o navio de volta para sua terra natal¹⁸⁸.

No entanto, as fontes mostram que o recém-formado médico não tinha planos de deixar Coimbra imediatamente. Logo que obteve a carta, submeteu pedido para ser nomeado Demonstrador de Matéria Médica, disciplina cujo Lente proprietário era

¹⁸⁴ BANDEIRA, Ana Maria. **Professores da Faculdade de Medicina de 1772-1820**. Coimbra: Coimbra editora, 1986.; **Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)**, vol.I. Coimbra: Coimbra Editora, 1982.

¹⁸⁵ Carta régia de 17 de março de 1787. AUC, Cartas Régias, Ofícios e Avisos expedidos para a Universidade, vol.7, 1786-1798, fl.79. Cota: IV-1.ºD-3-2-13.

¹⁸⁶ Ata da congregação de 8 de maio de 1787. AUC, Congregações da Faculdade de Medicina, vol. 1, 1786-1796. Cota: IV 1ºD 3-1-82.

¹⁸⁷ AUC, Livros de Exames de Medicina, I.I, fl.250.

¹⁸⁸ **Resumo Histórico da vida de Mello Franco...** p.07.

Francisco Tavares. A resposta veio em carta régia de 11 de janeiro do ano seguinte, na qual a rainha recusava o requerimento e mandava ao reitor que se conservasse “no exercício de Demonstrador, o que actualmente está servindo este lugar”¹⁸⁹. Tratava-se de Joaquim Freyre, mestre de Pharmacia, nomeado demonstrador pelo mesmo aviso régio que nomeou Francisco Tavares como Lente da disciplina em 1783¹⁹⁰.

Segundo Mirabeau, a recusa teria sido motivada pela passagem de Mello Franco pelo cárcere inquisitorial, mas não achamos comprovações disso.¹⁹¹ Mesmo se fosse esse o caso, isso não o impediria de ascender com relativa rapidez na corte lisboeta poucos anos depois, como veremos no próximo capítulo.

A partir da trajetória de Francisco de Mello Franco enquanto aluno da universidade de Coimbra, pudemos verificar como seu caminho esteve entrelaçado a questões fundamentais para compreendermos algumas das nuances da ilustração portuguesa no último quartel do século XVIII. Esse percurso é fundamental para que possamos entender como este personagem, ao mesmo tempo em que é um produto do reformismo ilustrado, também contribuiu de forma decisiva para forjar as características do contexto do qual fazia parte. Vê-lo por essa perspectiva é importante para que possamos compreender seus caminhos pessoais e intelectuais futuros, a serem analisados nos próximos capítulos.

¹⁸⁹ Carta régia de 11 de janeiro de 1783. AUC, Cartas Régias, Ofícios e Avisos expedidos para a Universidade, vol.7, 1786-1798, fl.168. Cota: IV-1.ªD-3-2-13.

¹⁹⁰ Carta régia de 14 de novembro de 1783. AUC, Cópias dos livros da Alvarás, cartas régias, provisões, ordens e avisos da Secretaria de Estado pertencentes ao Governo da Universidade, 1771-1785. Cota: IV 1ª.D 3-2-41.; MIRABEAU., op. cit., p.97.

¹⁹¹ Ibid. p.97, nota 1.

Capítulo II

De herege a médico da Câmara Real: a vida em Lisboa e o Tratado da Educação Física dos Meninos (1787-1809)

Francisco de Mello Franco teria chegado a Lisboa ainda em setembro de 1786, apenas um mês após obter licença para exercício de sua profissão.¹⁹² Mudou-se acompanhado de sua mulher, Rita, e de seus dois filhos nascidos em Coimbra, Maria, em 1783, e Justiniano, em 1784.¹⁹³ Inicialmente, estabeleceram-se na rua de Santo Ambrosio e posteriormente transferiram-se para a Rua do Colégio dos Nobres, e por fim, para a Rua do Arco a São Mamede.

Na capital lusitana, tiveram mais dois filhos: Anna, em 22 de junho de 1788, e Francisco em 12 de novembro de 1790.¹⁹⁴ No entanto, Pereira da Costa afirma que o casal teria perdido um terceiro filho, chamado Luciano, pouco depois de chegar à cidade¹⁹⁵. Carvalho, por sua vez, também faz referência ao batismo de uma menina chamada Maria e mais um menino, Justino, que teria morrido pouco depois de nascer.¹⁹⁶ Contudo, a narrativa do autor é muito imprecisa a esse respeito e não encontramos fontes documentais confiáveis para confirmar as informações.¹⁹⁷ De qualquer forma, esses últimos não são mencionados em nenhum documento que acompanha a trajetória de Mello Franco, sendo mais provável que só tenham sobrevivido os mais velhos, Maria e Justiniano, além de Anna e Francisco.

A situação não era atípica. Segundo Isabel dos Guimarães Sá, as altas taxas de mortalidade infantil e juvenil no Portugal moderno faziam com que os pais tivessem como expectativa a morte de um ou mais de seus filhos durante a mais tenra infância. O perigo era afastado à medida que as crianças se desenvolviam e ultrapassavam os primeiros e

¹⁹² **Resumo Histórico da vida de Mello Franco...** op. cit. p.07

¹⁹³ Embora não tenhamos os registros de nascimento de Maria e Justiniano, pode-se ter uma ideia bem aproximada pela data de seus respectivos batismos no arquivo da Universidade de Coimbra: AUC, Paróquia da Sé Velha, Livro de Baptismos, 1745-1789 fl.176; AUC, Paróquia da Sé Velha, Livro de Baptismos, 1745-1789. Fl.180

¹⁹⁴ As datas de nascimento de Anna e Francisco encontram-se nos registros de batismo das crianças, respectivamente: ANTT, Paróquia de São Mamede, Livro de Registro de Baptismos 1780-1790, fl.206; ANTT, Paróquia de São Mamede, Livro de Registro de Baptismos, 1790/1800, fl.16.

¹⁹⁵ COSTA, P.07.

¹⁹⁶ CARVALHO, P.43.

¹⁹⁷ Como não há qualquer referência a esses filhos ao longo da documentação que acompanha a trajetória de Mello Franco, é mais provável que só tenham sobrevivido os filhos mais velhos, Maria e Justiniano, além de Anna e Francisco.

mais frágeis anos de vida¹⁹⁸. Contudo, na época em que Mello Franco perdeu seus filhos, o problema começava a se fazer cada vez mais presente na agenda das autoridades públicas, inclusive com a colaboração das ideias do nosso jovem médico, como veremos.

Após o nascimento, o batismo era a etapa mais prezada pela sociedade Portuguesa. Ela sacramentava a entrada da criança na comunidade dos crentes, sem a qual sua própria existência pública estaria em risco¹⁹⁹. No caso dos filhos de Mello Franco, a escolha dos padrinhos já revelava as boas relações do médico nos primeiros anos em Lisboa. Enquanto Maria e Justiniano foram batizados, respectivamente, por Nuno de Freitas da Silva²⁰⁰ e José Bonifácio de Andrada e Silva²⁰¹ - na época, ainda estudantes em Coimbra - Anna foi apadrinhada pelo Conde e a Condessa de Avintes²⁰², e Francisco pelo Marquês das Minas e a esposa do Monteiro Mor do Reino²⁰³.

No entanto, a família sofreu grave revés em 1791. Um atestado de óbito lavrado na Paróquia de São Mamede em 28 de dezembro, registra que um “ataque apoplético” tirou a vida de D. Rita, esposa de Mello Franco.²⁰⁴ Não há registros de que o médico tenha se casado outra vez, sendo mais provável que tenha permanecido viúvo pelo resto de sua vida. Contudo, sua condição pode ter contribuído de forma indireta para sua ascensão como médico na corte de Lisboa.

Pereira da Costa afirma que logo após o falecimento de sua esposa, Mello Franco contratou uma ama para cuidar de seus filhos. Camilla, a ama escolhida, teria sido responsável pela criação de D. Thomaz de Mascarenhas, um dos filhos da Condessa de Óbidos, alguns anos antes. Mesmo prestando serviços à família do médico, a ama continuava a frequentar a casa de sua antiga senhora, que sofria de “moléstia chronica de estômago.”²⁰⁵ Diante da situação, teria convencido a condessa a contratar os serviços do médico de Minas Gerais, visto que outros haviam tentado tratá-la sem sucesso. O tratamento logo teria surtido resultado, fazendo com que Mello Franco adquirisse grande

¹⁹⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães. As crianças e as idades da vida. In.: MATTOSO, José (org.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal. A idade moderna**. Lisboa: Temas e debates, 2011. p.23

¹⁹⁹ Ibid. p.77.

²⁰⁰ AUC, Paróquia da Sé Velha, Livro de Baptismos, 1745-1789 fl.176

²⁰¹ AUC, Paróquia da Sé Velha, Livro de Baptismos, 1745-1789 Fl.180

²⁰² ANTT, Paróquia de São Mamede, Livro de Registro de Baptismos 1780-1790, fl.206;

²⁰³ ANTT, Paróquia de São Mamede, Livro de Registro de Baptismos, 1790/1800, fl.16.

²⁰⁴ O atestado de óbito deixa a questão em torno do nome da esposa de Mello Franco ainda mais confusa. Se na certidão de casamento registrava-se Rita Umbelina de Castro conforme mostramos no capítulo 1, no atestado lavrado na Paróquia de São Mamede lê-se: “D. Ritta Barbara cazada com o Dr. Francisco de Mello Franco moradora nesta freguesia na Travessa do Arco...” ANTT, Livro de Registro de Óbitos, Paróquia de São Mamede 1778/1795, p.153v. Cota atual: LxO2-cx.12.

²⁰⁵ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit.p.08

reputação nos circuitos da fidalguia lisboeta. Entre 1794 e 1795, também se notabilizou ao curar a Marquesa Niza, que sofria de “ataques de asma que a posarão em risco de vida”²⁰⁶. Conforme descreve Pereira da Costa, a enfermidade “exacerbava-se sempre durante a noite, o que obrigava o assistente a permanecer muitas noites junto de sua cama, ou recolher-se às duas ou três horas da manhã”. A dedicação de Mello Franco, mesmo morando a uma légua de distância de sua paciente, teria possibilitado a rápida recuperação da fidalga.²⁰⁷ O biógrafo destaca ainda que a cura da Marquesa de Niza teria possibilitado a Mello Franco afirmar-se de maneira definitiva como médico de prestígio entre a aristocracia de Lisboa, de modo que “foi desde este tempo geralmente estimado, pela maior parte da gente notável da capital”²⁰⁸. Seu sucesso, inclusive, teria possibilitado ao jovem médico comprar uma “grande casa na travessia de Sto. Amaro, mobília correspondente, e sege de cavalos...”²⁰⁹.

José Martinho da Rocha, por sua vez, revela que as curas das senhoras da aristocracia teriam feito a fama de Mello Franco percorrer os círculos da elite lisboeta de tal maneira que o médico teria sido chamado para ver a própria rainha em 1793, o que resultaria na sua nomeação para a Câmara Real no mesmo ano²¹⁰.

Embora não tenhamos como confirmar os fatos descritos pelos biógrafos de Mello Franco, sabemos que era comum que médicos avançassem na carreira a partir da cura de pacientes influentes. Jewson mostra que antes do estabelecimento da medicina hospitalar no século XIX, o sucesso terapêutico constituía uma chancela ainda mais eficaz para a ascensão profissional dos praticantes da medicina do que a conquista de cargos em instituições de destaque. Em um contexto em que a comunidade médica era marcadamente fragmentada e pouco institucionalizada, a terapêutica se assentava quase que exclusivamente na relação médico-paciente, o que conferia ao enfermo certo grau de controle sobre a reputação de seus clínicos²¹¹. Sob essa perspectiva, não estranha que a

²⁰⁶ Ibid. p.08

²⁰⁷ Ibid. p.09. O biógrafo ressalta que os deslocamentos noturnos por Lisboa eram bastante arriscados na época, visto que a cidade encontrava-se “infestada de ladrões.” Numa das noites em que Mello Franco atendia a Marquesa de Niza, sua casa foi atacada por invasores, “não conseguindo estes o seu intento por cauza dos vizinhos que acudirão.” A situação na cidade só teria chegado ao fim com a nomeação do Coronel Francês, Conde de Novion, para criar o corpo de polícia de Lisboa, o qual “com seus cavalos calçados de couro para não serem sentidos, e outras providencias que aquelle coroneo deo: extinguiu os ladroens daquela capital.” Ibid. p.09 (nota).

²⁰⁸ Ibid. p.10.

²⁰⁹ Ibid. p.09.

²¹⁰ ROCHA, op. cit. p.26

²¹¹ JEWSON, N.D. The disappearance of the sick-man from medical cosmology, 1770–1870.

International Journal of Epidemiology, v.38, pp.622-633, 2009.

partir de certa altura de sua carreira, Mello Franco tenha optado por declinar de nomeações para posições de destaque alegando que elas tomariam tempo excessivo de sua atividade clínica, como veremos no capítulo 4.

De todo modo, tudo indica que o médico já gozava de vida confortável na virada do século. Em edição da Gazeta de Lisboa de 1801, anunciava-se que o Abade Pinel, “hum dos Reitores da Casa de Educação”, havia obtido licença para estabelecer uma nova casa. Aos interessados em conhecer o plano pedagógico e o regulamento da nova instituição, recomendava-se que se dirigissem à rua formosa “nas casas do Doutor Francisco de Mello Franco”²¹².

O uso das casas pertencentes ao médico como ponto de referência no anúncio pode ser uma indicação de que ele era, de fato, figura conhecida na capital na época, pelo menos entre aqueles que tinham a leitura do jornal como hábito. Tal fato não é de se estranhar. Em 1801, Mello Franco já se encontrava estabelecido em Lisboa há mais de uma década, e, como veremos, não há dúvidas de que se tornou figura de prestígio na corte em tempo relativamente curto. Nas próximas páginas acompanharemos de modo mais contextualizado a ascensão de Francisco de Mello Franco como intelectual ilustrado, desde sua chegada a Lisboa até o período das invasões napoleônicas, entre 1807 e 1811.

O objetivo é mostrar como seu percurso esteve ligado a instituições, personagens e movimentos do reformismo que, no governo de D. Maria I, voltaram-se não apenas para o desenvolvimento econômico do império português, mas também para o alargamento da higiene em Portugal e da reorganização da atividade médica no reino. Para isso, elegemos quatro pontos: 1) sua participação na Academia de Ciências de Lisboa e nas redes de sociabilidade intelectual da capital; 2) a publicação de sua primeira obra pela Academia, o *Tratado da educação física dos meninos*, em 1790; 3) as relações que desenvolveu com a Coroa a partir de sua nomeação para médico da Câmara Real em 1793; 4) a nomeação para a Junta do Protomedicato em 1799, no contexto dos esforços estatais para a reorganização das profissões médicas em Portugal. Por fim, faremos uma breve contextualização das invasões francesas, entendidas como um momento de abalo das medidas reformistas tomadas até então, procurando identificar possíveis estratégias e posicionamentos de Mello Franco no período.

²¹² Gazeta de Lisboa, 30 de junho de 1801.

- A nomeação para correspondente da Academia de Ciências de Lisboa: o reformismo ilustrado sob o Governo de D. Maria I e seus espaços de sociabilidade.

Pouco antes de completar um ano residindo na capital lusitana, Mello Franco foi nomeado sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa em 26 de julho de 1787²¹³. Embora essa categoria fosse considerada uma espécie de via de acesso à instituição, como veremos adiante, ela parece bastante precoce para um médico licenciado apenas um ano antes. José Alberto Silva destaca que, para ser eleito correspondente, era necessário que o candidato tivesse feito alguma obra notável ou ter alguma memória aprovada pela Academia. No entanto, a prática mostrava que os procedimentos variaram ao longo do tempo, sendo comum que indivíduos fossem eleitos sem ter apresentado qualquer memória ou sem currículo literário que o justificasse²¹⁴. Sem dúvida, era esse o caso de Francisco de Mello Franco. Recém-chegado a Lisboa após tentativa frustrada de se manter como demonstrador de matéria médica em Coimbra, só viria a publicar sua primeira obra em 1790, já pela tipografia da Academia. Além disso, as supostas curas da Condessa de Óbidos e da Marquesa de Niza, relatadas por Pereira da Costa, só ocorreriam a partir de 1791. Portanto, pelo que sabemos de seus passos até aquele momento, não há nada em sua trajetória intelectual que justificasse a nomeação, o que faz com que nossas suspeitas recaiam sobre suas redes de sociabilidade.

Infelizmente, pouco sabemos sobre os contatos efetivos de Mello Franco nessa época, e tudo o que podemos fazer é levantar algumas hipóteses para serem verificadas em investigações futuras. Sendo assim, dois nomes poderiam estar ligados à sua entrada na Academia: o primeiro deles é Francisco Tavares, que como mencionamos no capítulo 1, ocupava a cadeira de Matéria Médica da Universidade de Coimbra na época em que Mello Franco solicitou vaga de demonstrador. Embora não tenhamos clareza sobre as relações que o estudante desenvolveu com o professor de medicina na época de seus estudos universitários, é possível que Tavares tenha dado seu aval para que Mello Franco solicitasse a vaga e, diante da recusa da Rainha, pode ser que tenha articulado para que seu pupilo fosse indicado para sócio correspondente. Não há dúvida que Tavares, que já era sócio da Academia das Ciências na época, era figura bastante articulada tanto no meio

²¹³ LIMA, Péricles Pedrosa. **Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa. 1779/1822**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa, 2009. p.103.

²¹⁴

universitário quanto político. Em 1787, foi nomeado lente da cadeira de Instituições Médico-Cirúrgicas e também Deputado da Junta da Fazenda, e nos anos seguintes, ocuparia a diretoria dos hospitais da universidade e seria nomeado para produzir a primeira farmacopeia geral do Reino, além de assumir o cargo de 1º médico de D. Maria I a partir de 1793²¹⁵.

Outros personagens também são possíveis. Na primeira edição do *Tratado da Educação Física dos Meninos*, há um parecer do abade José Correia da Serra no qual afirmava que Mello Franco era membro de comissão nomeada pela Academia para promover o “adiantamento da Medicina Nacional”, cuja formação havia sido proposta por ele próprio²¹⁶. Teófilo Braga afirma que o abade, um nome de peso da Academia de Ciências de Lisboa, estava entre as amizades mais próximas de Mello Franco na cidade, assim como os magistrados Antonio Ribeiro dos Santos e Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, também personagens de influência na corte.²¹⁷ Se esses fatos se confirmam, é possível que algum desses nomes também pudesse estar por trás da nomeação do jovem médico para sócio correspondente.

Apesar de tantas incertezas, não nos resta dúvidas de que Mello Franco foi um ativo participante de algumas das mais influentes redes de sociabilidade intelectual do reformismo ilustrado mariano. Mas, afinal, o que significava fazer parte desse universo? Quem eram esses personagens e que tipo de relações desenvolviam entre si e com o Estado reformador? A seguir, procuraremos definir algumas das feições gerais tomadas pelo reformismo durante o governo de D. Maria I para compreendermos melhor o ambiente no qual Mello Franco se inseriu desde que chegou em Lisboa, e no qual atuaria como médico e produtor de obras de medicina.

Já mencionamos que o reinado mariano foi marcado antes pela reacomodação de setores políticos mantidos à margem durante o período pombalino do que por uma ruptura com o modelo reformista vigente durante o consulado de Sebastião Carvalho de Melo. Por outro lado, essa constatação não nos permite caracterizar os dois períodos da mesma forma. Sob Maria I, o projeto reformista toma nuances próprias que reafirmam o compromisso com as reformas pombalinas. É durante esse período que o ensino de

²¹⁵ BANDEIRA, Ana Maria. **Professores da Faculdade de Medicina de 1772-1820**. Coimbra: Coimbra editora, 1986, p.104; PITA, João Rui Pita. **Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)**. Coimbra: Minerva, 1996. p.152.

²¹⁶ MELLO FRANCO, Francisco de. **Tratado de educação física dos meninos para uso da nação Portuguesa**. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1790, p.II

²¹⁷ BRAGA, op. cit. p.397 (nota).

ciências da natureza introduzido na reforma de 1772 ganha renovado destaque. Investe-se de forma mais intensa numa agenda política que prezava pela divulgação das luzes como forma de identificar e explorar novas potencialidades econômicas, políticas e sociais dos domínios imperiais²¹⁸. Para isso, exige-se cada vez mais de um corpo de funcionários empregados em níveis diversos da administração imperial que passa a produzir e fazer circular conhecimentos técnico-científicos de natureza variada. As informações coletadas ajudariam a compor uma ampla rede de circulação de conhecimentos que permitiria ao Estado português conhecer de forma mais aprofundada seus domínios na Ásia, Europa, África e América²¹⁹.

Os personagens envolvidos nesse processo eram, em grande parte, egressos da Universidade de Coimbra reformada e mostravam afeição a um espírito científico aplicado, de modo que a maior parte de seus esforços investigativos destinava-se ao auxílio às atividades econômicas do Império. Segundo Maria Odila Dias, esse pragmatismo, característico das luzes setecentistas, remetia ao período pombalino e já podia ser identificado nas obras de personagens importantes do reformismo lusitano da primeira década do século XVIII, dentre os quais, Antonio Ribeiro Sanches. No entanto, foi no período mariano e, posteriormente, no joanino, que ele se generalizou através de uma política de Estado bem determinada e afinada com os interesses materiais da elite rural luso-brasileira²²⁰. De acordo com Lorelai Kury, esse movimento reflete a conversão do império português ao modelo hegemônico franco-inglês, no qual as práticas científicas haviam se tornado parte integrante da rotina administrativa imperial. Para isso, foi fundamental a criação de espaços próprios ao saber científico, como as academias, e o envio de jovens para estudos no exterior e preparação de viagens filosóficas²²¹.

De maneira similar, Ana Lucia Cruz identifica dois movimentos dominantes na política estatal portuguesa: as viagens filosóficas e o memorialismo²²². Dois ministros de Maria I, sucessivamente responsáveis pelo Ministério de Negócios Estrangeiros e Ultramar, desempenharam papéis decisivos no processo: Martinho de Mello e Castro (1769-1796), inicialmente ministro de D. José que acabaria migrando para o governo

²¹⁸ CRUZ, op. cit., p.117.

²¹⁹ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol.8, 823-838, 2001, p.823-824; SILVA, Maria Nizza da. op cit. p.203.

²²⁰ DIAS, op. cit. p.48.

²²¹ KURY, op. cit. p.115.

²²² CRUZ, op. cit p.122,

mariano, e posteriormente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801)²²³. Segundo a autora, o projeto das viagens filosóficas também teve como um dos principais articuladores o padovano Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. Inicialmente encampado por Mello e Castro, o projeto também incluía a produção de memórias voltadas, sobretudo, para o desenvolvimento das técnicas agrícolas, além do reconhecimento e exploração de recursos naturais²²⁴.

Em consonância com o modelo pragmático de expedição científica setecentista, as viagens caracterizavam-se pela pretensão enciclopedista visando a produção de um conhecimento aprofundado sobre os territórios explorados²²⁵. Além disso, também buscavam informações sobre a natureza dos povos autóctones e verificavam suas possibilidades de “recuperação” civilizatória²²⁶.

Como resultados das pesquisas e observações, eram produzidas memórias voltadas para a sistematização e divulgação dos conhecimentos úteis obtidos pelos sábios. Esse processo contribuiu para a constituição de uma ampla estrutura editorial - em grande parte financiada pelo estado - que ficaria responsável pela impressão e distribuição dos textos. Nesse aspecto, a Casa Literária do Arco do Cego e a Academia de Ciências de Lisboa, cuja gênese detalharemos adiante, destacam-se como iniciativas fundamentais.

O projeto editorial do Arco do Cego foi mais uma das iniciativas tomadas sob a administração de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Entre 1799 e 1801, publicou mais de 80 obras que incluíam trabalhos de agricultura, navegação e medicina sob supervisão do Frei José Mariano da Conceição Veloso²²⁷. Segundo Cruz, a escolha de Velsoso para o projeto não foi fruto do acaso. O naturalista, natural de Minas Gerais, havia chamado a atenção do ministro por conta de seus esforços editoriais voltados para a difusão de conhecimentos agronômicos desde o final da década de 1780. Entre 1783 e 1790, realizou coletas de material botânico que depois vieram a constituir a conhecida obra *Flora Fluminensis*. Mais tarde, editou o periódico *Paládio Português*, além de envolver-se num projeto editorial visando a criação de uma rede de contatos com tipógrafos de várias partes da

²²³ Ibid.p.122,

²²⁴ Ibid.p.123.

²²⁵ CRUZ, op. cit. p.123.

²²⁶ Idem. Essa característica também não foi exclusiva das luzes luso-brasileiras, e se inserem num contexto de reconhecimento e exploração dos povos não europeus por parte de viajantes originários do velho continente. Ver: DUCHET, Michèle. **Anthropologie et histoire au siècle des lumières**. Paris : Albin Michel, 1995.

²²⁷ WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. **Revista Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.11, p.131-40, 2004; CRUZ, op. cit. p.135-136.

Europa interessados em editar obras que divulgassem “novidades agronômicas” em Portugal. Foi também autor da obra *O Fazendeiro do Brasil*, um trabalho extenso, organizado em 10 volumes a partir das informações agronômicas que havia coletado²²⁸.

Para além da questão editorial, a figura de Veloso é representativa da participação consistente de personagens originários do Brasil no reformismo mariano. Na maior parte formados na Universidade de Coimbra, os brasileiros mostravam relativa apetência para as ciências naturais em suas atividades como homens públicos. Em geral, como foi mencionado no capítulo 1, as possibilidades de inserção profissional no Estado já estavam no horizonte dos estudantes desde que ingressavam em Coimbra. portanto, uma vez empregados, tratavam de utilizar sua posição estratégica para ascender academicamente, como afirma Cruz:

“Ao mesmo tempo em que ocuparam cargos administrativos ou funções comissionadas pela coroa, esses colonos de elite procuraram obter visibilidade dentro da comunidade científica internacional através da sua inserção como membros das academias científicas, de Portugal e de outros países da Europa.”²²⁹

De acordo com a autora, a origem colonial desses personagens, tomada como um fator de auto identificação, aliava-se ao seu posicionamento institucional enquanto funcionários da coroa e homens de ciência, formando o que identificou como um “tripé de identificações”²³⁰. Tais características, localizava-os em esferas de pertencimento próprias e nem sempre compartilhada com seus colegas reinóis. Através de uma abordagem auto etnográfica, a autora identificou que a naturalidade dos intelectuais oriundos da colônia comportava “segmentações particulares, decorrentes da diversidade regional das várias pátrias chicas das quais os autores eram oriundos”²³¹. Através das obras, relatórios, cartas e ofícios produzidos por esses personagens é possível identificar identidades regionais, que se sobrepunham à identidade como súdito do império português, o que coloca em questão a existência de uma “identidade” propriamente luso-brasileira nesse período.

Dessa maneira, um personagem como Frei Manuel Arruda da Câmara, natural de Pernambuco e médico com passagem pela Universidade de Coimbra²³², demonstrava em

²²⁸ Ibid.p.136-137.

²²⁹ Ibid.p.179

²³⁰ Ibid.p.178.

²³¹ Idem

²³² Manuel Arruda da Câmara foi para Portugal acompanhado de seu irmão Francisco Arruda da Câmara, mas acabaria por não concluir os estudos por causa da perseguição do governo mariano aos estudantes que

sua *Memória sobre a cultura dos algodoeiros* reconhecer-se como membro de dimensões identitárias diversas. Pernambuco seria seu “País” e seu “lar”, de modo que se referia a seus conterrâneos como “patrícios”. Por outro lado, reconhecia Portugal como a “Nação”, à qual afirmava pertencer e ser útil²³³. Do mesmo modo, Alexandre Rodrigues Ferreira afirmava sentir-se em “outro Brasil” ao viajar pela Amazônia, durante sua viagem filosófica. Natural da Bahia, entendia que sua capitania de origem se encontrava num estágio de desenvolvimento superior, chegando a colocar-se no papel de “indutor do progresso” e “agente de transculturações” quando em contato com os colonos locais²³⁴.

A viagem filosófica de Ferreira é representativa da vocação exploratória e utilitária das viagens realizadas durante o governo mariano. A expedição percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá entre 1783 e 1792, e além de Ferreira como naturalista, contou com a participação de botânicos e desenhistas²³⁵. Seu apoio institucional veio da Academia das Ciências de Lisboa e do Ministério de Negócios e Domínios Ultramarinos, e seu planejamento contou com a participação fundamental de Domenico Vandelli. Como não poderia deixar de ser, as atribuições de Ferreira tinham fins primordialmente utilitários e estratégicos: seria responsável por realizar estudos sobre agricultura, confecção de mapas populacionais e de produção agrícola, além de verificar as condições materiais de vilas e fortalezas quanto a sua resistência a possíveis invasões estrangeiras²³⁶.

Vale destacar que toda a estrutura que dava suporte às viagens e produção de memórias alimentava-se dos debates filosóficos e científicos que apontavam em vários contextos ilustrados europeus da época. Lorelai Kury destaca a inexistência de um descompasso ideológico entre os setores da elite letrada luso-brasileira afinados com o

se mostravam simpáticos à Revolução Francesa. Matricularam-se então na Universidade de Montpellier, onde obtiveram grau de doutor em 1791. LIMA, op. cit. p.129-130.

²³³ “Não é a vaidade de me querer inculcar útil aos meus compatriotas, o que me obriga a levar ao Sucedâneo do trono de Vossa Alteza Real estas primeiras observações agrônômicas sobre a interessante cultura do algodão, que tenho feito, tendo sido servido de me encarregar do exame das produções naturais deste País, em que nasci e em que habito [...] Tendo ouvido na Universidade de Coimbra os Mestres comuns da Nação, e na de Monpelher (sic) os dois Sábios, assáz conhecidos na República Literária, quero dizer, a Antonio Gouan, em Botânica, e a João Antonio Chaptal, em Química, me recolhi ao meu lar, ardendo nos desejos de poder ser útil à minha Nação pelos conhecimentos que tinha adquirido em as Ciências Naturais. [...] Eu me apliquei então cuidadosamente a fazer todas as observações de que era capaz, segundo as luzes, ainda que tênues, que eu tinha adquirido, para que meus patrícios tivessem alguma cousa que lhes fosse própria, e não mendigassem de livros estranhos, que são raros, as noções que necessitavam.” CÂMARA, Obras reunidas., p.109. Apud.:CRUZ. op. cit., p.199.

²³⁴ Ibid.p.211.

²³⁵ RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Tempo**, v.3, n.6, 1998. p.160-161.

²³⁶ Ibid. p.162-165.

movimento reformista e seus congêneres europeus, o que garantia que esses intelectuais estivessem “a par das mais modernas teorias filosóficas e científicas do iluminismo”²³⁷. Desse modo, pode-se empreender que eles não simplesmente se apropriavam de ideias alheias, mas “participavam de forma ativa da República das Letras”²³⁸.

Aliás, mostrar-se afinado com a vanguarda filosófica e científica europeia era condição básica para que esses personagens pudessem acumular credenciais para avançar na carreira. Nesse aspecto, o nome de Bernardino Antonio Gomes (1768-1823), médico da Armada portuguesa, é representativo. Publicou obras em francês, inglês e latim, dentre elas, *Observationes botânico-medicae de nonnullis brasiliae plantis* (1803) e a *Memória sobre a Ipecacuanha fusca do Brasil, ou Cipó das nossas Boticas* (1801). Seus escritos sobre as propriedades medicinais das plantas, assim como suas análises químicas acabariam citados internacionalmente²³⁹.

Outro nome de destaque nesse quesito foi José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838). Brasileiro natural de São Paulo, foi aluno da Universidade de Coimbra nos anos 1780, sendo posteriormente enviado por Vandelli para uma viagem de estudos mineralógicos pela Europa central e norte entre 1790 e 1800. Graças ao prestígio acumulado, ocupou cargo de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino e a cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra não muito depois de seu retorno²⁴⁰. Assim como Bernardino Antonio Gomes, Bonifácio publicou memórias científicas em línguas estrangeiras em importantes periódicos científicos da época como o francês *Annales du Muséum d'Histoire Naturelle* e o alemão *Journal der Chemie*. Figura de destaque no reformismo ilustrado luso-brasileiro, também teve inserção em instituições europeias de renome, a exemplo da *Société Linnéene*, *Société Philomatique* e da *Société d'histoire naturelle de Paris*²⁴¹.

Bem inseridos nos meios da elite ilustrada, Gomes e Bonifácio foram amigos próximos de Francisco de Mello Franco, conforme veremos ao longo dos próximos capítulos. O primeiro seria seu colega na Academia de Ciências e na Instituição Vacínica de Lisboa durante os anos 1810, além de acompanhá-lo como segundo médico da princesa Leopoldina em sua viagem de volta ao Brasil em 1817. O segundo, como já mencionamos

²³⁷ KURY, op. cit. p. 113.

²³⁸ Ibid.p.113.

²³⁹ Ibid.p.113-114.

²⁴⁰ VARELA, Alex Gonçalves. “**juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português**”: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). Rio de Janeiro: Annablume, 2006.

²⁴¹ KURY, op. cit. p.114.

no capítulo 1, é tido como um dos suspeitos de participar da composição do poema *Reino da Estupidez* junto com Mello Franco, em meados da década de 1780. Após os tempos de faculdade, mantiveram estreita amizade registrada em trocas de cartas, além de dividirem o secretariado da Academia de Ciências de Lisboa em meados da década de 1810.

As contribuições de Francisco de Mello Franco para o reformismo ilustrado não se deram pela via das ciências da natureza e da produção de memórias econômicas, como a maior parte dos personagens mencionados até aqui. Porém, veremos ao longo das próximas páginas que seus escritos estão inseridos num amplo processo de reordenação do discurso médico e higiênico português, não menos afinado com as reformas. Talvez sua única ruptura com o perfil de intelectual originário da América Portuguesa identificado por Ana Lúcia Cruz, se dê pela própria questão da identidade. Apesar de ter nascido no Brasil, deixou as Minas Gerais ainda bastante jovem para estudar no Rio de Janeiro até se mudar para Coimbra e, posteriormente, Lisboa, onde se daria a maior parte de sua trajetória. Desse modo, passou a maior porção de sua vida longe da terra natal, para onde só regressou em 1817. Ao que parece, na ocasião de sua chegada, não se sentiria mais parte da colônia. Em carta escrita a seu irmão Joaquim Mello Franco não muito depois de seu desembarque no Rio de Janeiro, queixava-se: “De tudo preciso, pois estou no estrangeiro, onde todos os costumes me são novos, e tarde a eles me afarei, tendo vivido na Europa 45 para 46 anos.”²⁴² Retomaremos essa questão no capítulo 5, quando trataremos das circunstâncias do retorno de Mello Franco e do desenrolar de seus últimos anos de vida em terras brasileiras.

Para além das questões propriamente ligadas aos debates intelectuais e as relações identitárias desses intelectuais, não podemos ignorar as relações políticas que sustentavam e determinavam boa parte de suas trajetórias. Já mencionamos alguns dos possíveis efeitos de ligações dessa natureza para impulsionar a carreira de Mello Franco. No caso daqueles que atuaram como funcionários da Coroa nas colônias, o papel de representante do poder imperial nem sempre os colocava numa posição confortável diante de poderes locais. Diante disso, era indispensável que estivessem munidos da autoridade régia, mas, para tanto, deveriam ser capazes de se articularem junto ao poder metropolitano, onde as disputas não eram menos acirradas²⁴³. Sobre essa questão, a

²⁴² Carta de 10 de dezembro de 1817. ANTT, Projeto Reencontro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, microfilme nº77.

²⁴³ Ver também: CRUZ, op. cit. p.184; DOMINGUES, op. cit. p.824-825; KURY, op .cit.

trajetória do naturalista João da Silva Feijó, enviado da Coroa para fazer explorações no arquipélago de Cabo Verde, é exemplar. Imerso no campo de intrigas da colônia insular, foi difamado pela elite local como arrogante e prepotente, ao mesmo tempo em que seus superiores em Lisboa o consideravam inepto e demasiado jovem para levar a cabo os deveres que lhe foram atribuídos²⁴⁴. Magnus Pereira destaca que esse universo era bem conhecido pelo poder central que, de forma indireta, fortalecia sua soberania diante das cisões e disputas locais entre governadores, membros da pequena nobreza, homens letrados, ouvidores e câmaras, entre outros, constituindo o que chamou de “administração por intriga”²⁴⁵.

Toda essa rede de circulação de informações, homens de letras, funcionários imperiais, naturalistas, colonos e viajantes teve na Academia das Ciências de Lisboa um de seus mais importantes centros aglutinadores. Grande parte dos debates e da produção intelectual da elite letrada luso-brasileira do final do século XVIII convergiu para a instituição, tomada como instância de promoção e legitimação técnico-científica das explorações filosóficas conduzidas pela administração central²⁴⁶. Como veremos, sua origem, embora remonte a projetos anteriores, esteve intimamente ligada ao movimento memorialista e às viagens filosóficas que ajudaram a definir os contornos gerais da ilustração mariana. Voltemos então, para a Coimbra do final da década de 1770.

Como mencionados, apesar das iniciativas do governo mariano no sentido de reafirmar compromissos com os Estatutos de 1772, nota-se sensível recrudescimento no controle dos hábitos religiosos de alunos e docentes, sobretudo no reitorado do Principal Mendonça. Uma das consequências desse estado de coisas é que a Universidade ficou marcada por um clima de perseguição e intrigas, que atingiu com mais veemência os setores da intelectualidade universitária mais afeitos a ideias ilustradas. Dizendo-se fatigado da situação, Vandelli mostrou-se mais interessado em promover uma “nova Academia, na qual nem Assentos, nem Antiguidades, nem Conesias, Bispados, Becas, nem Colégios, nem intrigas de faculdades devem fazer perder inutilmente o tempo dos Acadêmicos [...]”²⁴⁷.

²⁴⁴ PEREIRA, Magnus de Mello. Um jovem naturalista num ninho de cobras: a trajetória de João da Silva Feijó em Cabo verde em finais do século XVIII. **História, questões & debates**, 36, pp.28-60, 2002.

²⁴⁵ Pereira desenvolve esse conceito de maneira mais ampla em sua tese de doutoramento. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna**. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

²⁴⁶ SILVA, José Alberto, op. cit. p.134; DOMINGUES, op. cit. p.830.

²⁴⁷ CARDOSO, José Luís. **O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989., p.48. Apud.: CRUZ, Ana Lúcia. op. cit. p.118.

A ideia não era nova. Na *Relação geral do estado da Universidade*, Francisco de Lemos faz referência ao projeto de formação de uma Congregação Geral das Sciencias, constituída pelas:

“tres Profissoens de Naturalistas, Medicos e Mathematicos, a qual tivesse por Instituto trabalhar no progresso, adiantamento, e perfeição das mesmas Sciencias do modo que felizmente se tem praticado, e pratica nas Academias mais Celebres da Europa; melhorando os Conhecimentos adquiridos, e adquirindo outros de novo...”²⁴⁸.

Lemos afirma que os estatutos da Congregação constituiriam a quarta parte do livro terceiro dos Estatutos de 1772, cujas três primeiras partes, conforme descrevemos no capítulo 1, eram formadas pelos regulamentos do curso médico, matemático e filosófico. Segundo o reitor, a parte contendo as definições da nova congregação já teriam sido aprontadas por ele, mas sua impressão não teria sido realizada por conta “de estar a Imprensa [da Universidade] então ocupada com a Edição dos Novos Estatutos.”²⁴⁹ De qualquer forma, Lemos renovava a esperança de ver a congregação tornar-se uma realidade em breve: “para completar-se o Estabelecimento Geral das Sciencias Naturaes; que tanto utilidade promete a estes Reynos e seus Senhorios”²⁵⁰.

Se a tal congregação não havia sido fundada na época da reforma da universidade, tudo parecia ainda mais difícil sob o reitorado de Mendonça. Assim, setores da intelectualidade começaram a se articular para a criação de uma Academia localizada em Lisboa, fora dos domínios da Universidade e de seu reitor. Teófilo Braga transcreveu algumas das correspondências trocadas entre o visconde de Barbacena e o professor Vandelli, datadas entre o final de 1778 e o princípio de 1779, nas quais aludem a esses primeiros esforços. Numa delas, o visconde afirmava: “A nossa Sociedade poderia ser bem suprida pela Congregação geral das Sciencias que se intenta fazer em Coimbra; mas receio que este estabelecimento se não execute tão cedo”²⁵¹. Em meio ao câmbio de missivas, os dois articuladores trocavam exemplares dos estatutos da *Sociedade Econômica de Londres* como modelo da instituição que pretendiam fundar.²⁵² Em outra

²⁴⁸ LEMOS, op. cit. p.109.

²⁴⁹ Idem

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Segundo Braga, as cartas fazem parte da *Collecção de Cartas do Visconde de Barbacena e Abade Correa da Serra dirigidas a Domingos Vandelli* e, ao que parece, estariam depositadas no arquivo Academia das Ciências sob a cota “Manuscritos da Academia, G.3, Est.6, nº1”, a carta transcrita seria a de número 3. BRAGA, op. cit. p.646.

²⁵² Idem.

carta, o visconde menciona que já estaria tratando, inclusive, de realizar os convites dos primeiros sócios, mas condicionava a abertura da instituição à presença de Vandelli.²⁵³

Finalmente, em aviso régio de 24 de dezembro de 1779, a rainha D. Maria I aprovou o estabelecimento da Academia das Ciências de Lisboa e o seu *Plano de Estatutos*. Quatro anos depois, outro aviso régio de 13 de maio de 1783 colocava a instituição sob proteção real, fazendo com que seu nome fosse alterado para Academia Real das Ciências de Lisboa, mantido até a instauração da República em 1910.²⁵⁴ É importante destacar que, para além das ambições de personagens como Vandelli e o Visconde de Barbacena, a criação da instituição representava um ponto de inflexão das diversas tentativas de fundação de agremiações voltadas para a produção de conhecimentos científicos em Portugal. Entre elas, incluem-se a Academia Cirúrgica Portuense (1748) e a Real Academia Medico-Portopolitana (1749), ambas pelas mãos do cirurgião Manuel Gomes de Lima Bezerra (1727-1806) e a Academia Médico, Cirúrgica, Botânico e Farmacêutica do Rio de Janeiro (1772-1779), sob patrocínio do 2º Marques de Lavradio. Apesar da duração efêmera, essas instituições contaram com o apoio e participação de nomes expressivos da intelectualidade ilustrada de sua época, como Antonio Ribeiro Sanches, Manuel Henriques de Paiva e Jacob de Castro Sarmiento²⁵⁵. Diante dessas iniciativas anteriores, a Academia Real das Ciências de Lisboa toma destaque não apenas por conta de sua vida longa, mas também pelo seu prestígio enquanto espaço privilegiado de debate, produção e circulação de informações. Por outro lado, como destaca José Alberto Silva, não podemos perder de vista que, embora tivesse sido forjada para servir à ilustração, a ACL era fundamentalmente uma instituição do antigo regime:

“...tal como qualquer outra sociedade de letrados setecentistas, fundou-se sobre uma matriz aparentemente paradoxal expressa pela coexistência entre uma pulsão igualitária, típica das sociedades de letrados, e uma desigualdade social estruturante, característica do seu contexto de Antigo Regime. Todos os sócios, dentro de cada uma das categorias – honorários, efetivos, livres ou correspondentes- são iguais entre si e, no entanto, todos eles diferem pela sua marca social e profissional”²⁵⁶.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ SILVA, op. cit., p.30.

²⁵⁵ Para mais detalhes sobre a criação e os personagens envolvidos com essas iniciativas anteriores a ACL, ver: SILVA, José Alberto, op. cit., p.31-34.

²⁵⁶ Ibid.p.48

Por ter sido concebida no momento imediatamente posterior à queda de Pombal, a nova instituição acabaria sendo absorvida pelo movimento de reacomodação das forças políticas no governo mariano, o que fez com que setores outrora aliados das instâncias de poder encontrassem espaço significativo na academia nascente. Nesse sentido, a análise de Silva é precisa ao mostrar a academia como corpo político, característica que não pode ser dissociada de sua vocação científica.

Dentre os grupos que se acomodaram em seu interior durante esses primeiros anos, destacam-se a ordem dos oratorianos e setores da aristocracia letrada desafetos de Pombal. Os oratorianos tiveram como seu principal representante padre Teodoro de Almeida, que afirmou na *Oração de abertura* da instituição que Portugal finalmente saía do “letargo em que nos séculos passados todos jaziam”, revelando viés fortemente anti-pombalino²⁵⁷. Ao mesmo tempo, os aristocratas críticos da ordem política anterior agora se viam dividindo o mesmo espaço institucional com grupos que a haviam dado suporte. Nesse contexto, o Duque de Lafões e o Conde da Barca se destacariam como facilitadores das relações políticas²⁵⁸. O último, inclusive, viria a desenvolver boas relações com Mello Franco muitos anos depois, sendo articulador de sua nomeação para primeiro médico da princesa Leopoldina em 1817, assunto a ser tratado no capítulo 5.

Esse estado de coisas se refletia na própria organização interna da instituição. O plano dos estatutos da Academia previa a criação de 5 categorias de sócios, eram elas: sócios honorários, sócios estrangeiros, sócios efetivos, sócios livres e sócios correspondentes²⁵⁹. Havia duas vias de acesso à honorabilidade acadêmica: a promoção no interior da Academia ou reconhecimento burocrático-acadêmico. Por conta da forte presença de eclesiásticos nos primeiros anos, o reconhecimento burocrático-eclesiástico também era comum. Silva destaca o grande prestígio conferido àqueles que ocupavam cargos na administração governamental que, a depender da posição, atingiam a honorabilidade de maneira automática, como o caso de ministros, conselheiros de Estado, deputados do Real Erário, dentre outros. Assim, dos 78 honorários eleitos entre 1780 e 1838, 59 (76%) o foram como consequência da ocupação de cargos de destaque no governo, no exército, na magistratura, ou no clero. Nesse período, apenas 19 indivíduos foram eleitos por meio de promoções no interior da Academia²⁶⁰. A partir da década de

²⁵⁷ Ibid.p.39.

²⁵⁸ Ibid.p.41-42.

²⁵⁹ Ibid.p.35.

²⁶⁰ Ibid.p.82-83.

1820, o título de sócio honorário ficou definitivamente restrito ao exercício do poder político, de modo que mais nenhum sócio da academia foi nomeado²⁶¹.

No entanto, é importante observar que o perfil institucional da academia não permaneceu estático. Em termos gerais, a presença do clero entre seus membros tendeu a decair, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XIX, com a emergência do movimento liberalista. Por outro lado, a presença da burocracia político-administrativa adquiriu importância crescente, saindo de 43% dos sócios efetivos em 1780, para 100% em 1820.²⁶² Quanto à produção científica, as obras econômicas de perfil agrário tenderam a dar mais espaço para a higiene, o que também foi incentivado pela presença maior de médicos entre os membros efetivos a partir da década de 1810.²⁶³

Não por coincidência, seria nesse período que Mello Franco atingiria seu auge político e intelectual na instituição, tornando-se membro efetivo em 1810 e chegando a vice-secretário poucos anos depois. No entanto, no final da década de 1780, nosso personagem ainda era recém-saído das cadeiras de Coimbra e iniciava sua ascensão como médico em Lisboa. Em 1790, já como sócio correspondente da ACL, publicou sua primeira obra.

- Tratado sobre a educação física dos meninos (1790): a higiene e os hábitos privados.

O *Tratado da educação física dos meninos para uso da nação portuguesa* foi a primeira obra assinada por Mello Franco. Em parte, sua publicação pela Academia de Ciências em 1790, apenas três anos após o jovem médico deixar Coimbra, revela o poder de suas conexões desde que chegou a Lisboa. A benção do secretário da Academia, o Abade Correia da Serra, para que o texto fosse levado à tipografia da instituição veio registrada na segunda página da obra. Embora não deixe de ser um parecer protocolar, praxe nas publicações da instituição, as poucas linhas extraídas das atas da assembléia de 01 de outubro de 1789 fornecem uma indicação valiosa sobre as posições conquistadas por Mello Franco naqueles primeiros anos:

“Tendo sido appresentado à Academia, pelo seu Correspondente do Número, e Membro da Comissão para o adiantamento da Medicina Nacional, Francisco de Mello Franco, o Tratado que tinha composto de Educação Fysica para o uso da

²⁶¹ Ibid.p.83.

²⁶² Ibid.p.97.

²⁶³ Ibid.p.102.

Nação Portuguesa, julgou a Academia que era digno de ser impresso à sua custa, e debaixo do seu Privilegio”²⁶⁴.

Pelo conteúdo do parecer, poderíamos especular se a obra foi encomendada como parte dos trabalhos de Mello Franco na referida comissão. No entanto, as poucas linhas escritas por Correia da Serra são tudo o que sabemos sobre a iniciativa, uma vez que nem o autor faz menção ao assunto ao longo do texto. Em todo caso, mesmo que a comissão jamais tenha saído do papel ou mesmo das ideias de Correia de Serra, a simples menção a Mello Franco como seu membro já indica que o médico despontava como uma das promessas de renovação da medicina portuguesa no final do Setecentos.

Quanto ao Tratado em si, a obra foi dividida em 12 capítulos dedicados ao estabelecimento de diretrizes médicas e pedagógicas voltadas para a educação de crianças. O autor afirma que a motivação para escrever sobre o tema veio de sua própria experiência como médico e pai de família, daí a razão de o texto ser voltado para o público amplo, não treinado nos princípios da medicina acadêmica:

“revolvi quantos livros pude descobrir sobre Educação fysica, ou corporal das crianças (...) Da lição conclui, que os Authores não só se encontravão em muitos pontos essenciaes, querendo cada hum sua cousa; mas que nenhum tinha feito sobre este assumpto hum Tratado, que nada omitisse do essencial, e que desse ás matérias a devida extensão”²⁶⁵.

A obra foi publicada num contexto de disseminação de manuais sobre educação de crianças em Portugal, durante a segunda metade do século XVIII. Ao analisar esses escritos em artigo recente, Laurinda abreu conclui que parte dessas publicações não passavam de traduções de obras estrangeiras, principalmente francesas, ou compilações de capítulos de diferentes autores e livros, frequentemente não identificados pelos autores lusitanos. Era comum que os médicos responsáveis pelas traduções assumissem a posição do autor ao fazerem acréscimos na obra original com comentários e indicações de aplicação das ideias propostas na realidade lusitana. Dentre as obras estrangeiras que inspiravam abordagens desse tipo, Abreu destaca os manuais *Domestic Medicine*, do médico inglês William Buchan e *Traité sur l'éducation des deux sexes* de Joly de Saint

²⁶⁴ MELLO FRANCO. **Tratado da educação física dos meninos para uso da nação portuguesa**. Lisboa: officina da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p.02.

²⁶⁵ Ibid.p.V

Valier²⁶⁶. Contudo, isso não impediu que ambas fossem formalmente traduzidas para o português por Manuel Henriques de Paiva e Luiz Carlos Moniz Barreto, respectivamente²⁶⁷.

Ao que parece, o tratado de Mello Franco não fugiu à regra. Embora não possamos dizer que se trate de uma tradução, a semelhança com a estrutura e a argumentação dispostas nas obras de Buchan e Saint Valier são consideráveis. Ao tratar do modo ideal de se vestir crianças, por exemplo, Mello Franco elenca seus argumentos quase que na mesma ordem que Buchan. Afirma que as roupas deveriam ser largas para não atrapalhar o desenvolvimento físico da criança e, em seguida fornece exemplos de enfermidades causadas pelos “abusos” frequentemente cometidos pelos pais²⁶⁸. O padrão se repete no capítulo seguinte, dedicado ao aleitamento materno. Assim como Buchan, Mello Franco defende o aleitamento como única fonte de alimento saudável para a criança, assim como o uso do leite das primeiras mamadas como purgante natural. No que se refere à transição para a alimentação sólida, o médico também sugere a mesma receita de miolo de pão diluído em leite como mistura nutritiva para o primeiro ano de vida²⁶⁹.

Mas não podemos cair na tentação de desqualificar trabalhos dessa natureza por conta de sua suposta falta de originalidade. É preciso considerar que a prática da tradução é necessariamente precedida de uma seleção do que se considera relevante traduzir. Nesse sentido, as obras vertidas para o português refletem as afinidades filosóficas de seus tradutores com ideias, propostas e conceitos presentes em contextos intelectuais exteriores a Portugal, e considerados pertinentes para dar conta de temas locais. Assim, como destacou Laurinda Abreu, o movimento das traduções também se liga a uma postura militante de parte desses personagens pelo projeto reformista que se buscava colocar em prática no reino naquela época²⁷⁰.

Por outro lado, a autora também nos lembra que a Coroa era a maior financiadora de obras do tipo. Ao encomendá-las, o poder central esperava que a produção literária da intelectualidade lusitana pudesse servir de suporte para a formulação de políticas públicas

²⁶⁶ ABREU, Laurinda. Portuguese experiences of artificial infant feeding in the late eighteenth century. **Food & History**. [no prelo]. Agradeço a Laurinda Abreu não apenas pelas conversas sobre o assunto, mas também por ter gentilmente permitido que eu tivesse acesso a um trecho do artigo antes de sua publicação.

²⁶⁷ PAIVA, Manuel Henriques de. **Medicina domestica, ou tratado de prevenir, e curar as enfermidades com o regimento, e medicamentos simples**. Lisboa: Typographia Morazziana, 1787; BARRETO, Luiz Carlos Moniz. **Tratado da educação fysica, e moral dos meninos de ambos os sexos**. Lisboa: Officina da Academia Real as Sciencias, 1787;

²⁶⁸ MELLO FRANCO, Tratado... op. cit. p.30-37.

²⁶⁹ Ibid., p.38-40

²⁷⁰ ABREU, op. cit. p.68.

que a auxiliassem na governança de seus súditos, e nesse sentido, as traduções também eram bem-vindas. Segundo Abreu, as obras financiadas pelo poder estatal agrupavam-se em três categorias principais: a manutenção de modelos de intervenção pública já testados em outros ambientes; formação de profissionais de saúde em sentido amplo; disseminação de informação médica e sanitária a nível nacional e de forma compreensível por um público não especializado²⁷¹.

Diante disso, percebe-se que, se por um lado, a prática das traduções denotava o comprometimento de membros da intelectualidade com as reformas, por outro, ela também não era de todo desinteressada. Ao publicar escritos produzidos segundo os requisitos demandados pela Coroa, seus autores não só contribuíam para o incremento da circulação de conhecimentos sobre o reino, mas também alargavam suas possibilidades de ascensão na corte e nos postos da carreira médica. Esse parece ter sido o caso de Mello Franco, como trataremos adiante.

Em sentido amplo, o aparecimento de manuais de educação infantil estava inserido num contexto de progressiva intervenção do discurso médico sobre os hábitos privados das populações que se intensifica a partir da segunda metade dos setecentos. Como aponta Sean Quinlan, a partir de um diagnóstico pessimista sobre a vida em cidades cada vez mais populosas e insalubres, parte da intelectualidade médica europeia voltou-se contra o que enxergavam como um processo de degeneração da espécie humana. O espaço urbano passava a ser visto como local privilegiado das paixões, das doenças e da desordem, que corrompiam a constituição física e moral humana, enfraquecendo a espécie e colocando em risco o equilíbrio e vitalidade do corpo social.²⁷²

Nesse contexto, a medicina se volta para intervenção direta sobre os hábitos individuais, como forma de reverter esse processo deletério. O objetivo era estabelecer um novo padrão comportamental que garantisse a criação de indivíduos saudáveis, de temperamento moderado e comprometidos com boas práticas de convívio social. Como mostraremos ao longo dos próximos capítulos, entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, essa associação entre moralidade e higiene ajudaria a cimentar uma duradoura aliança entre o discurso médico e os Estados nacionais, que apresentavam dificuldades para conciliar as demandas colocadas por um contingente populacional urbano cada vez maior e mais complexo.

²⁷¹ Idem.

²⁷² QUINLAN, Sean. **The great nation in decline**: sex, modernity and health crises in revolutionary France (1750-1850). Hampshire: Ashgate, 2007.

Parte da intervenção médica seria caracterizada por uma atuação direta sobre a vida privada, de modo que condutas alimentares, sexuais, parentais e comportamentais tornaram-se objeto de análise de médicos e agentes do Estado. Ao tratar dessa questão em Portugal, Bruno Barreiros mostra que no reino, assim como em outras partes da Europa, esse processo se deu em consonância com a emergência do núcleo familiar afetivo, progressivamente reivindicado em contraposição às tradicionais noções de linhagem e parentesco. O ideal de uma descendência forte e robusta começou a se sobrepor aos casamentos arranjados e, por vezes, endogâmicos, praticados desde a idade média. Essas práticas, embora enraizadas na tradição, passam a ser apontadas como causas de anomalias físicas, infanticídios, e até abandono de crianças. Na opinião dos médicos reformistas, males como esses teriam contribuição decisiva para o estado de degeneração da espécie humana do qual tanto se queixavam. A partir disso, passaram a reivindicar a realização de casamentos baseados na compatibilidade física e moral dos casais, o que incluía aspectos como temperamento, idade, compleição e estilo de vida. A expectativa era que quanto maiores fossem as afinidades do casal, mais saudável e robusta seria a prole. Procurava-se, assim, estabelecer um controle das variáveis biológicas do matrimônio, improvável de ser alcançado por meio dos tradicionais casamentos arranjados, que atendiam, primordialmente, a imperativos de ordem política e econômica²⁷³.

Barreiros também destaca que esse processo acompanha uma gradual diminuição da autoridade do *pater famílias* sobre a esposa e seus descendentes, ocasionando uma reorganização da estrutura de poder no ambiente doméstico. No âmbito jurídico, essa transformação se expressou na promulgação da carta de lei de 1775 que vetava os “abusos e tiranias” da autoridade paternal na organização de acordos matrimoniais²⁷⁴.

No caso do tratamento dispensado às crianças, a situação verificada em Portugal não era muito deferente de outras regiões da Europa. O falecimento nos primeiros meses de vida, como foi o caso de alguns dos rebentos de Mello Franco, estava longe de ser uma exceção. De maneira geral, as altas taxas de mortalidade excitavam ainda mais os temores relacionados à despovoação e a consequente falência econômica e militar de Portugal. Dessa forma, o investimento na criação de uma prole robusta e numerosa era posta como

²⁷³ BARREIROS, Bruno Paulo Fernandes. **Concepções do corpo no Portugal do século XVIII: sensibilidade, higiene e saúde pública**. Tese de doutorado apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2014 p.103-119.

²⁷⁴ Ibid, p.96

prioridade. Assim, obras como a de Mello Franco ajudavam a fortalecer um gênero literário necessário que, até então, era restrito a seções de tratados voltados para a conservação da saúde de adultos²⁷⁵.

Em sua obra, o jovem médico mostrava-se afinado com esses debates:

“Em Lisboa, cuja povoação he excessivamente grande, nascem milhares de crianças no anno; e que he feito delas? He bem facil de ver que quase todas morrem no berço; porque a não ser assim, Lisboa seria quase toda habitada de gente aqui nascida; mas duviso que de vinte habitantes hum seja natural desta Cidade, e raríssimos apparecem nas Provincias. Donde se inferem duas consequências; que a multiplicação da especie na Capital quasi toda perece no berço; e que para a povoarem tanto, se despovoão as Provincias; aonde não só a depravação de costumes, e falta de regimen não he tanta, mas tambem por se peccar muito menos na educação fysica das crianças.”²⁷⁶

Para Mello Franco, a “origem da despovoação, e da degeneração da espécie humana” merecia atenção especial das esferas governamentais, porque sem “vassallos robustos”, o Estado ficaria “como paralytico sem forças, sem energia, e tendendo cada dia para a sua inteira ruina”. Na sua perspectiva, a paralisia afetaria todos os domínios vitais para o sustento econômico e social português: “nem a agricultura, nem as artes, nem as sciencias poderão dar passo”.²⁷⁷ Sua obra, portanto, alinhava-se com os esforços para identificar e mitigar as causas de tão grave prognóstico:

“Donde nascerá, que sendo Portugal hum paiz tão favoravel á povoação, que ousadamente se póde affirmar, que he o mais benigno de toda a Europa, ella todavia cada vez se atraza mais? Muitas são as causas, que evidentemente concorrem para este atrazamento, tão são o luxo, a indolência, liberdade, ou perversidade de costumes, moda abusiva de differentes bebidas, falta de simplicidade nos comerres, etc; mas os erros immensos com que se crião as crianças; e faz admiração ver, que tendo todas as artes neste seculo chegado a um ponto de perfeição, só a de formar os homens esteja ainda em muitos Reinos na sua infância.”²⁷⁸

Visando contribuir para a reforma dos hábitos da população portuguesa, Mello Franco tratou um largo espectro de temas relacionados à educação infantil, vista como o primeiro passo para o estabelecimento de um novo padrão de cidadão no reino. Assim, dedicou o primeiro capítulo aos modos de se “reger uma mulher pejada”, passando pelas

²⁷⁵ SÁ, op. cit. p.79.

²⁷⁶ MELLO FRANCO, Tratado... op. cit. p.VII.

²⁷⁷ Ibid. p.VI

²⁷⁸ ibid., p.VII.

maneiras mais adequadas de se vestir as crianças, os benefícios dos banhos frios, amamentação, nutrição, dentre outros. Trata também das boas práticas durante o trabalho de parto e nos primeiros momentos de vida da criança, recomendando que fossem lavadas com água morna e preservadas de baixas temperaturas, que poderiam prejudicar sua frágil constituição²⁷⁹.

Os capítulos são compostos por artigos curtos, de no máximo dez páginas. Mello Franco limita-se a mostrar sua erudição por meio de citações de autores estrangeiros voltados para a questão da educação infantil, mais como suporte de suas convicções sobre os melhores procedimentos a serem seguidos pelos pais do que como subsídio para reflexões filosóficas mais alargadas a respeito da natureza e da fisiologia humana, como seria características de suas obras posteriores.

Ao longo do texto, condena de maneira veemente hábitos tradicionais da sociedade portuguesa, agora vistos como nocivos aos olhos da medicina. Sobre a contratação de amas, por exemplo, declarava que:

“De todas as modas, e costumes absurdos, que tem abortado o vaõ capricho humano, nenhum há tão prejudicial, nem tão desarrazoado, como a comum introdução das amas, alugadas para crearem filhos alheios; e tem-se feito tão geral este péssimo contagio, que até tem lavrado entre as pessoas da mais baixa esfera. Mas a moda he de sua natureza tão pouco apadrinhada da razão, que sempre a procuraõ cobrir com algum véo de honestidade; pois quasi todas recorrem á debilidade de constituição, e á insuficiencia de forças para tamanho pezo”²⁸⁰.

De fato, Isabel Sá mostra que prática da contratação das amas perpassava estratos sociais diversos, embora adquirisse contornos variados em cada um deles. De maneira geral, as mulheres da nobreza contratavam amas que prestavam serviços em domicílio, integrando-as ao quadro de criados da casa, porém com vencimentos mais altos do que a média dos serviçais. Para famílias menos abastadas, era comum que as crianças fossem enviadas para a ama, que as criava em sua própria casa. Em geral, quanto mais longe dos pais residisse a ama, menos próspera seria a família que contratou seus serviços. De qualquer forma, o que vale notar é que os pais não eram tão presentes na criação de seus filhos, o que conferia às amas um papel fundamental no tecido familiar em Portugal²⁸¹.

²⁷⁹ Ibid., p.18-21.

²⁸⁰ Ibid. p.48.

²⁸¹ Sá, op. cit. p.79.

Mello Franco se voltava contra esses costumes tradicionais e vociferava que as razões apresentadas pelas mães portuguesas para não cuidarem de seus filhos seriam “frívolas”, e que se mudassem de regime de vida poderiam perfeitamente se colocar em “estado de cumprir seus deveres”. A lactação seria um método muito recomendado nesse sentido, pois “fortifica compleições assas delicadas: e basta observar, que huma mã que cria tem huma saude mais robusta, huma alegria mais igual, hum appetie mais confiante, e a disposição geral mais forte...”²⁸².

Com tal recomendação, o médico contrariava mais outro hábito da nobreza lusitana. Era comum que as mães biológicas, sobretudo as da nobreza e da realeza, não amamentassem seus filhos, o que no contexto das tradições de linhagem representava uma possibilidade de retomar com mais rapidez a vida sexual²⁸³.

Para os casos em que a mães estivesse de fato impossibilitada de cuidar de sua prole, visto que a morte materna durante o parto não era rara, Mello Franco recomendava que a ama eleita fosse o mais semelhante possível à própria mãe da criança, não apenas “no genio, e temperamento, mas tambem no genero de vida”²⁸⁴.

Por ironia do destino, não muito depois da publicação do Tratado, o próprio médico se veria forçado a contratar uma ama para cuidar de seus rebentos. Como vimos acima, sua esposa faleceu em 1791, deixando-o com quatro filhos pequenos sob seus cuidados. Ainda assim, se o relato de Pereira da Costa corresponde ao que se passou, Mello Franco optou por uma ama que cuidasse de seus filhos em sua própria casa, mantendo a família sob o mesmo teto.

Mas o médico não era a única voz a se voltar contra hábitos arraigados da sociedade lusitana. Um ano após a publicação de Mello Franco, a Academia de Ciências imprimia outro *Tratado da educação fisica dos meninos*²⁸⁵. A obra, com título idêntico à de Mello Franco, foi escrita por Francisco José de Almeida, na época também membro correspondente da instituição. A história por trás da publicação de duas obras tão similares, e com apenas um ano de diferença ainda está para ser contada, visto que não tivemos acesso ao arquivo da academia durante a pesquisa para a produção deste trabalho. No entanto, ao comparar as duas publicações, percebe-se que as semelhanças iam além do título. Ambas tratam de temas praticamente idênticos organizados numa estrutura

²⁸² MELLO FRANCO, Tratado... op. cit. p.49.

²⁸³ SÁ, op. cit. p.78.

²⁸⁴ MELLO FRANCO, Tratado... op. cit. p.52.

²⁸⁵ ALMEIDA, Francisco José. **Tratado da educação fysica dos meninos, para uso da nação portuguesa**. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1791.

muito similar. As motivações expressas por Almeida para publicar a obra também não ficavam muito distantes das de Mello Franco, baseando-se num mesmo amálgama de experiência clínica e diagnóstico pessimista da saúde infantil no reino:

“Por tanto havendo tão poucos escritos na língua materna sobre o verdadeiro methodo de criar os meninos, pareceo-me dura guardar commigo por mais tempo algumas reflexões, que examinadas á luz da experiencia, estavaõ espalhadas nos meus diários, e só precisavam de ordem, e correcção. Mas em quanto me dava a limar os meus apontamentos com todo o cuidado de que eu sou capaz, pesavão muito sobre mim os erros que se praticavaõ no tratamento dos miseraveis innocentes. Tinha-me por cumplice em suas mortes, se pelo escrupulo de polir expressões, demorava hum escrito tendente a reformar abusos de tanta monta, e por desdita nossa taõ arreigados”²⁸⁶.

Assim como Mello Franco, Almeida também dedicou capítulos aos cuidados que se deve ter com as mulheres grávidas, os procedimentos mais adequados no momento do parto, alimentação, quase todos dispostos praticamente na mesma ordem. Quanto aos argumentos, os autores concordam em boa parte das vezes, apresentando variações menores em alguns temas. No caso das amas, por exemplo, Almeida recomendava que vivessem no campo por conta dos benefícios da “atmosfera mais energica, e mais franca”, que contribuía para o “movimento da nossa máquina; refrigera os humores; corrobora o bofe, e o estomago; e insinua-se nos alimentos já durante o seu fabrico, já na acção da mastigação”²⁸⁷. Sem dúvida, Mello Franco não discordaria desses argumentos, embora recomendasse que as amas devessem ter vida urbana caso as mães biológicas das crianças vivessem em cidades, e vice-versa.

A inoculação da varíola era outro assunto em comum para os dois autores. Apesar de se tratar de uma técnica bastante antiga, ela só foi definitivamente aceita entre os círculos médicos acadêmicos europeus no início do século XVIII²⁸⁸. O procedimento consistia na recolha de uma pequena amostra da secreção variólica de indivíduos infectados para ser aplicada em indivíduos saudáveis, por meio de uma pequena escarificação. Esperava-se que os indivíduos aplicados desenvolvessem versões mais brandas da doença e ficassem definitivamente imunes após rápida cura. Apesar de seus riscos,- os pacientes inoculados poderiam contaminar outros indivíduos saudáveis ou desenvolver a doença propriamente dita, ao invés da versão mais fraca - a inoculação era

²⁸⁶ Ibid, p.I

²⁸⁷ Ibid, p.56.

²⁸⁸ DARMON, Pierre. **La longue traque de la variole: les pionniers de la médecine préventive**. Paris : Perrin, 1986.

vista como a forma mais eficaz de prevenção da varíola na época, e era recomendada por vários manuais de medicina, a exemplo do de Buchan.

O manual do médico inglês parece ter sido a inspiração maior de Almeida para escrever sobre o assunto. Seu tratado contém uma “dissertação sobre a inoculação” organizada de maneira muito similar à do médico inglês.²⁸⁹ Mello Franco, por sua vez, menciona a morte do príncipe D. José, filho mais velho de D. Maria vitimado pela varíola em 1788, para reivindicar a instituição da inoculação como política pública em Portugal²⁹⁰. De fato, algumas iniciativas seriam colocadas em prática com esse objetivo em ainda na década de 1790 em meio a calorosos debates, como mostraremos no capítulo 4.

Por fim, cabe considerar que o tema da educação infantil também esteve presente nas páginas do *Jornal Encyclopedico*, uma das publicações periódicas nas quais o discurso médico e higiênico teve grande entrada nessa época. Entre novembro de 1788 e janeiro de 1792, foram publicados pelo menos quatro artigos sobre educação de crianças e jovens²⁹¹. De maneira geral, todos apresentavam o mesmo tipo de comprometimento com uma educação voltada para o fortalecimento físico e moral dos descendentes portugueses, sempre apontada como valor fundamental para a manutenção da vitalidade do corpo político e social do reino. O texto “Sobre o modo de educar as crianças; artigo dedicado às boas mãis”, por exemplo, saiu na edição de janeiro de 1790 do periódico, portanto no mesmo ano da publicação de Mello Franco. Da mesma forma que o médico de Minas Gerais, o autor do artigo procurava fazer de seu escrito uma espécie de manual, com linguagem objetiva e voltada para a prática:

“As mãis, que se encarregam do penível cuidado, mas ao mesmo tempo indispensavel, de educarem ellas mesmas a seus filhos, devem logo evitar o uso de coeiros, ou de outra coiza similhante, que os oprimma, e isto desde os seus primeiros dias: aos tres mezes porém da sua idade ao mais tardar deve-se-lhes dar hum vestido largo, e te-los deitados somente de noite; e de dia por mui pouco tempo: deixa-os rolar livremente sobre alguma alcatifa a fim de fortificar todos os musculos do corpo, antes de entrarem no trabalho de se sustarem de pé, e

²⁸⁹ ALMEIDA, Tratado... op. cit. p.91-119.

²⁹⁰ MELLO FRANCO, Tratado... op. cit. p.108-109.

²⁹¹ Eram eles: Na edição de novembro de 1788 foi publicado “Reflexões sobre a educação” (*Jornal Encyclopedico*, vol.6. Lisboa: Typographia nunesiana, 1788. p.206-225); Em Janeiro de 1790, “Sobre o modo de educar as crianças, artigo dedicado as boas mãis” (*Jornal Encyclopédico*, vol.8 Lisboa: Typographia nunesiana, 1790.p.42-46) e o “Discurso sobre o modo com que os mancebos devem ler nas aulas os autores clássicos antigos por MJG Sulzer sócio da Acad. de Berlim” (*Jornal Encyclopedico*, vol.8 Lisboa: Typographia nunesiana, 1790. p.185-198); Por fim, na edição de Janeiro de 1792 veio publicado o “Resumo das primeiras noções que devem servir de base a um sistema d’educação”(Jornal Encyclopedico, vol.14 Lisboa: Typographia nunesiana, 1792.p.01-06).

andarem: expo-los muitas vezes ao ar no principio da primavera, e ultimamente conservar-lhes nós os braços, cabeça, e pernas”²⁹².

Diante disso, percebe-se que a escolha do tema da primeira publicação de Mello Franco não foi fortuita. Tratava-se de assunto em alta entre os círculos médicos portugueses, o que provavelmente aumentava as chances do trabalho do jovem e ambicioso médico ter sua obra aceita para publicação pela Academia de Ciências. Por outro lado, se não temos como saber com exatidão os impactos causados pela obra em sua carreira, é certo que nos anos seguintes à publicação do *Tratado da educação física dos meninos*, Mello Franco experimentou rápida ascensão tanto na corte quanto nos espaços próprios da elite médica lusitana. Acompanharemos esse processo mais de perto nas próximas páginas.

- De réu da inquisição a médico da câmara Real: Francisco de Mello Franco na corte de Lisboa.

No início de fevereiro de 1792, Luís Pinto de Sousa Coutinho, ministro de Maria I, enviou ofício a Cipriano Ribeiro Freire, representante da diplomacia portuguesa em Londres, no qual relatava: “Tenho o dissabor de participar a V. M.^{ce} que Sua Magestade se acha actualmente padecendo huma affecção melancólica que tem degenerado em insânia, e chega aos termos de um frenezim”²⁹³. Diante da situação extremamente delicada, Coutinho recomendava a Freire que procurasse imediatamente o Dr. Francis Willis, renomado médico da corte inglesa, e lhe propusesse uma viagem a Lisboa. No caso de sua concordância, ordenava que lhe aprontassem “todo o dinheiro que pedir para esta viagem, sem limitação alguma, passando sobre o Erário Régio as Letras necessárias...”²⁹⁴. Obviamente, a escolha de Willis não era ao acaso: o médico tinha reconhecida experiência no tratamento de doenças mentais, e havia adquirido notoriedade ao acompanhar o rei George III, acometido por sintomas análogos aos da monarca portuguesa.

²⁹² Jornal Encyclopedico, vol.8. Janeiro de 1790, p.44-45.

²⁹³ BEIRÃO. Caetano. **D.Maria I (1777-1792)**: subsídios para a história de seu reinado. Lisboa: Empresa nacional de publicidade, 1934., p.411.

²⁹⁴ Ofício de 04 de fevereiro de 1792. Arquivo dos Ministério dos Negócios Estrangeiros – Offícios, L.º IIº, fl.241. Apud. BEIRÃO, op. cit., p.411.

No mesmo documento, Coutinho afirmava que a doença já havia dado sinais anteriores, mas a situação havia se deteriorado de maneira considerável a partir de outubro de 1791:

“Desde os princípios de Outubro, se lhe principiou a descobrir uma grande melancolia, aflições nocturnas, sonos interrompidos, e abatimento de espirito; isto continuou com pouca diferença até fins de Dezembro, e no principio de Janeiro se sangrou Sua Magestade por Conselho dos Medicos; depois deste termo tem crecido a moléstia progressivamente, e há nove dias se lhe tem exaltado a ponto que se recêa muito hum frenezim completo. Este he o verdadeiro estado em que S. Mag.^{de} se acha no dia de hoje, o qual apresento a V. M.^{ce} para o Medico poder julgar se acaso reputa sua vinda oportuna, e se pode com probabilidade achar ainda os meios de salvar a S. Mag.^{de} do perigo que a ameaça, e de a poder restituir ao seu primeiro estado de saúde”²⁹⁵.

É difícil determinar as causas da doença que acometeu D. Maria I naqueles meses, embora seus biógrafos levantem várias hipóteses. Luís de Oliveira Ramos aponta que na segunda metade dos anos 1780, a rainha havia sofrido várias perdas de pessoas próximas, dentre elas, D. Pedro III, seu marido, D. José, seu filho, D. Mariana, sua filha, D. Frei Inácio de São Caetano, seu confessor e o Marques de Angeja, seu ministro.²⁹⁶ Para além do sofrimento pessoal, o desaparecimento do marido, do confessor e de um de seus principais ministros, com os quais costumava dividir assuntos de Estado, deve ter tornado mais solitária a governança, justamente num momento em que era crucial conciliar forças políticas para garantir a sustentação do novo reinado. Nesse aspecto, o sismo causado pela Revolução Francesa e o temor de que o movimento pudesse se espalhar por toda a Europa, também pode ter contribuído para pressionar ainda mais uma personalidade que, segundo Ramos, era dada à melancolia desde jovem²⁹⁷.

O fato era que, com o agravamento da doença, a governança começava a entrar em risco. Ainda em fevereiro de 1792, uma comissão de 17 médicos foi convocada a deliberar sobre o estado da monarca e suas condições de permanecer à frente dos assuntos de Estado. Foram colocadas quatro questões aos notáveis, que se pronunciaram da seguinte maneira, no dia 10:

“Quezitos e Respostas dos Professores sobre a saúde de Sua Magestade no estado em que se acha:

²⁹⁵ Ofício de 04 de fevereiro de 1792. ANTT, Arquivo dos Ministério dos Negócios Estrangeiros, Offícios, L.º IIº, fl.241. Apud. BEIRÃO, op. cit., p.412.

²⁹⁶ RAMOS, op. cit. p.226.

²⁹⁷ RAMOS, op. cit. p.227.

1 – Se a sua moléstia dá esperança próxima de melhora.

2- Se haverá demora no perfeito restabelecimento.

3- Se he compatível com o restabelecimento alguma aplicação de Sua Magestade aos Negocios do Governo

4- Se actualmente será prudente tocar a Sua Magestade nestas cousas, sem risco de alterar o progresso de seu restabelecimento.

Nós os médicos abaixo assignados, em conferencia respondemos ao primeiro quesito desta proposta negativamente, ao segundo afirmativamente, ao terceiro e quarto negativamente. Palacio de Lisboa 10 de Fevereiro de 1792”²⁹⁸.

O documento era assinado por médicos de renome de Lisboa e professores de medicina, como Ignacio Tamagnini, Feliciano Antonio de Almeida e José Corrêa Picanço. O nome de Francisco de Mello Franco, sobre o qual nos estenderemos mais adiante, aparecia em penúltimo²⁹⁹.

O parecer logo ressoou pela administração régia. No mesmo dia, os quatro ministros de despacho do gabinete e membros do Conselho de Estado, Marques de Ponte de Lima, Martinho de Mello e Castro, José de Seabra da Silva, Luis Pinto de Souza Coutinho, publicaram um assento no qual afirmavam que, diante da “triste situação de que atestam uniformemente os Professores” deveria o príncipe “violentar sua natural e exemplar moderação fundada no respeito, veneração e ternura a sua Augusta May” e assumir o exercício da administração em seu nome, “prossequindo o despacho sem a mínima alteração na Chancellaria (...)enquanto durar o impedimento de Sua Magestade”³⁰⁰. Seguindo a orientação, D. João publicou imediatamente um decreto

²⁹⁸ Parecer de 10 de fevereiro de 1792. ANTT, Feitos findos, diversos, documentos referentes ao Brasil, mc,2, nº6 e 7 (cópia).

²⁹⁹ A lista completa dos membros da junta era: Antonio Jose Pereira Manoel de Moraes Sorares, Antonio Soares de Macedo Lobo, Joaquim Xavier da Silva Mauricio, Jose Alvares de Sá, Jose Vicente Borzão, Jose Martins da Cunha Pessoa, Jose Correa Picanço, Feliciano Antonio de Almeida, Francisco José de Aguiar, Francisco José Pereira, Jose Pereira da Cruz, Manoel Dias Baptista, Manoel Luis Alvares de Carvalho, Ignacio Tamagnini, Francisco de Mello Franco e João Alvares de Silva. Idem.

³⁰⁰ Segue a transcrição do texto completo: Os quatro ministros de Despacho do Gabinete, Marques de Ponte de Lima, e Mordomomor, Ministro da Real Fazenda e Prezidente do Real Erário, Martinho de Mello e Castro Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, José de Seabra da Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reyno, Luis Pinto de Souza Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, unicos membros do Conselho de Estado segundo sua ultima, e actual composição, Representarão com o mais profundo respeito pela sua Alteza o Principe Nosso Senhor, movidos pella sua honra e fidelidade e pela obrigação de seus cargos que nas presentes circunstâncias do notório impedimento da Raynha Nossa Senhora para expedir os negócios do governo: na triste situação de que atestam uniformemente os Professores [no documento autentico e original deste junto], de não poder a mesma senhora nem poder ouvir agora nem aplicar-se antes desaparecimento

reconhecendo a decisão da junta médica e se responsabilizando pela administração régia de forma interina³⁰¹. Quatro dias depois, convocava os tribunais a retornarem ao Paço, para beijarem sua mão e reconhecerem sua autoridade³⁰².

A despeito do tom de provisoriedade contido na documentação, a realidade é que D. Maria I jamais retornou ao poder. A permanência do Dr. Willis no palácio de Queluz entre março e agosto de 1792, embora tenha soado promissora de início, acabou por não surtir o efeito esperado sobre o estado da rainha³⁰³. Assim, D. João assumiu o lugar de sua mãe permanentemente, embora sua regência só seria formalizada em 1799.

Por volta de 1794, seu tratamento foi confiado a Francisco Tavares. Na época, o médico ocupava posto de primeiro lente da 2ª cadeira de Prática médica na Universidade de Coimbra, e era o Primeiro médico da Câmara Real desde o ano anterior³⁰⁴. Desligado de suas funções universitárias em abril de 1795, mudou-se para Lisboa, onde ficaria responsável pela saúde da rainha até a partida da monarca para o Brasil, em 1808.³⁰⁵ Porém, tudo indica que foi convocado apenas para garantir o bem-estar físico de sua paciente, sem pretensão de restabelecer sua sanidade mental. Segundo Ramos, a vida de

e indefinível tempo as couzas tão embaraçadas e ponderosas como as do governo, que até retardarião e impediriam ao seu dezejado e esperado restabelecimento e na urgente necessidade de acudir à Excelentíssima (?) expedição que não pode mais estar perpeplexo e suspensa sem arriscar a danmo irreparável às dependências internas e externas: devia Sua Alteza violentar sua natural e exemplar moderação fundada no respeito, veneração e ternura a sua Augusta May, a Rainha e Nossa Senhora [por ser também esta a indubitável e constante vontade da (..) Senhora a quem a moléstia não] permittio oportunamente, e nem permite o publicala, e autenticala com a Real assinatura, como se desejava por maior decoro, decência e dignidade de sua Magestade e de Ssua Alteza para conservação dela havia Sua Alteza ser servido que o exercício da administração fosse por elle mesmo suprido em nome da Rainha Nossa Senhora, prosseguindo o despacho sem a mínima alteração na Chancellaria, concebendo-se os despachos no Real Nome de Sua Magestade assignados por sua Alteza enquanto durar o impedimento de Sua Magestade, e Ella não alterar esta disposição provisional: para firmeza, e guarda do sobredito firmarão este assento por memória q assinarão e impetrarão de Sua Alteza para constar de sua justa devida, necessária e Real condescendência o authentica-se com sua Real Assinatura ficando este assento servido de baze às ordens competentes, que devem expedir-se para legítima e legal observância das Reais Resoluções e Mandados. Palacio de Lisboa a 10 de Fevereiro de 1792. =Com a Rubrica do Principe Nosso Senhor= Marques Mordomo Mor – José de Seabra da Silva= Martinho de Mello e Castro =Luis Pinto de Sousa Couto.= Jozé Seabra da Silva. ANTT - Feitos findos, diversos, documentos referentes ao Brasil, mç.2

³⁰¹ Decreto de 10 de fevereiro de 1792. ANTT, Feitos findos, diversos, documentos referentes ao Brasil, mç.2

³⁰² “O Principe Regente meu Senhor he servido que os Tribunaes Revenhão beijar a mão amanha à 4ª feira que se handem contar 15 do corrente, pelas 11 horas da manhã, o que participo a Vossa Mercê para que com seus companheiros se ache no Paço, visto a mª assitª menção dar lugar a acompanhar em Corpo de Tribunal D.º g(de) a Vossa Mercê. Paço em 14 de Fevereiro de 1792. =Marquez Mordomomor Senhor José Seabra da Silva; Francisco Betamio.” Decreto de 14 de fevereiro de 1792. ANTT, Feitos findos, diversos, documentos referentes ao Brasil, mç.2

³⁰³ BEIRÃO, op. cit. p.418-419.

³⁰⁴ Foi nomeado em 1º de janeiro de 1793, mas o alvará só foi formalizado a 20 de junho de 1795. ABREU, Laurinda. **Pina Manique: um reformador no Portugal das luzes**. Lisboa: Gradiva, 2013. p.350.

³⁰⁵ MIRABEAU, op. cit. p.264; BANDEIRS, op. cit. p.102-105.

D. Maria após o impedimento limitou-se a dar bênçãos a seus familiares e passear de coche com o príncipe herdeiro, sem exercer qualquer participação nos negócios de Estado. Viria a falecer no Rio de Janeiro em 1816³⁰⁶.

Se o parecer da junta de médicos marcou a alienação definitiva de Maria I dos assuntos da corte, para Mello Franco, a ocasião sinalizava sua aproximação com as altas esferas de poder, tanto da classe médica quanto da aristocracia. Naquela altura, despontava como médico em Lisboa e acumulava boas relações na corte, que haviam possibilitado, inclusive, sua nomeação pelo Marques de Castelo Melhor para atuar no Hospital de São José no início de 1791³⁰⁷.

Finalmente, D. João o nomeou médico honorário da Real Câmara em agosto de 1793, apenas um ano e meio depois do impedimento da Rainha³⁰⁸. Embora as fontes encontradas não nos permitam desvendar os pormenores políticos por trás da nomeação, tudo indica que ela contribuiu para que Mello Franco recebesse mais dois títulos de prestígio até final da década: o primeiro deles foi o de Cavaleiro Fidalgo em 1796, para o qual recebeu mercê de 3.000 réis de moradia, além de outros benefícios³⁰⁹; o outro foi o de deputado extraordinário da junta do protomedicato, cargo de indicação régia e reservado aos médicos de melhor reputação na corte, do qual trataremos na próxima seção deste capítulo³¹⁰.

Como era de se esperar, a notável ascensão de Mello Franco ao longo da década de 1790 ocorreu dentro dos mecanismos típicos das redes clientelares do Antigo Regime português. Baseadas em relações de interdependência entre os indivíduos, essas redes alimentavam-se de uma economia de favores que transpassava os níveis jurídico, econômico e monástico:

³⁰⁶ RAMOS, op. cit. p.231.

³⁰⁷ Embora a nomeação esteja registrada nos livros do hospital depositados na Torre do Tombo, a consulta aos livros de pagamento do período não constam o nome de Francisco de Mello Franco. Segue a nomeação transcrita: “Vizitadores de Nossa Senhora encarregados de me auxiliarem no governo no Hospital de São Joze ademitão a Curar no mesmo ao Dr. Francisco de Mello Franco, visto acharse provido hum dos lugares de Medico pela deliberação da Meza na Conferencia de doze do prezente mez independente de apresentar nomeação que ainda não está passada. Lisboa 13 de Fevereiro de 1791 = Marquez de Castello Melhor – Cumpra-se, Registre-se. Lisboa 14 de Fevereiro de 1791. Com a Rubrica do Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Cartano de Noronha Bernardes.” Alvará de 14 de fevereiro de 1791. ANTT, Hospital de São José, lv. 944, fl.138v.

³⁰⁸ ANTT, Registro Geral das Mercês de D. Maria I, lv.20, fl.63

³⁰⁹ Junto com os 3.000 réis de moradia, que complementavam os 7.500 que já possuía, passou a ter direito a um alqueire de cevada por dia. Aviso de régio de 3 agosto de 1796. ANTT, Registro Geral das Mercês de D. Maria I, lv.20, fl.351.

³¹⁰ Decreto de 27 de novembro de 1799. ANTT, Ministério do Reino, livro 356, fl,7.

“Estas ordens normativas eram estruturantes dos modos de ver, pensar e agir, e nenhuma delas se superiorizava. Ao invés, constituíam o universo mental que condicionava as representações e práticas sociais. Razão pela qual relações de natureza meramente institucional ou jurídica tinham tendência para se misturarem e coexistirem com outras relações paralelas (que no nosso imaginário ganhavam inevitavelmente um tom espúrio e ilegítimo), que se assumiam como tão ou mais importantes do que as primeiras, e se baseavam em critérios de amizade, parentesco, fidelidade, honra, serviço”³¹¹.

Nesse universo, a política de mercês funcionava como um dos instrumentos de mediação das relações de poder entre o monarca e os membros da aristocracia que prestavam serviços à Coroa. No âmbito da estrutura administrativa régia, ela era regida pela Mesa da Consciência e Ordens, a instância responsável pelo manejo formal dos assuntos derivados da consciência do monarca, constituindo uma espécie de “tribunal da graça”³¹².

Assim, em retribuição aos serviços prestados à Real Câmara, em janeiro de 1802, o príncipe regente fez mercê a Mello Franco do ofício de Escrivão da Ouvidoria Geral do Rio das mortes, em Minas Gerais.³¹³ No entanto, ao que parece, verificou-se, meses depois, que o cargo já havia sido dado em mercê a “outro sogeito”³¹⁴, de modo que lhe foi então oferecida a propriedade vitalícia do Ofício de Escrivão das Fazendas dos Defuntos e ausentes, Capelas, Resíduos da Comarca de Sabará.

O ofício era parte da Provedoria das Fazendas dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos, instituição que fazia parte do arcabouço judicial da América Portuguesa. Dentre suas atribuições estava a intervenção direta na regulamentação e transmissão de bens e heranças, assim como o cumprimento dos testamentos dos indivíduos que haviam falecido sem deixar herdeiros³¹⁵. Ao escrivão, incumbia auxiliar o provedor realizando registro de inventários em livros e escrituração de receitas e despesas de autos de arrematação de bens. Além disso, era também responsável por guardar uma das três

³¹¹ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. As Redes Clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.339-349.

³¹² O termo é empregado por José Subtil em: SUBTIL, José; HESPANHA, Antonio Manuel; GOUVEIA, António Camões; MONTEIRO, Nuno. Os poderes do Centro. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.149.

³¹³ Alvará de 22 de Fevereiro de 1802. ANTT, Chancelaria de D. Maria I, lv. 65, fl. 308

³¹⁴ Verba de 07 de julho de 1802. ANTT, Chancelaria de D. Maria I, lvr.67 fl.80

³¹⁵ COSTA, Wellington Júnio Guimarães da. Das desordens na Provedoria de Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos na América Portuguesa. In.: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015 Florianópolis, Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, p.1-19. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434426149_ARQUIVO_TextoANPUHWellington.pdf. Acessado em 08 de junho de 2016.

chaves do cofre onde eram depositadas as receitas das arrematações dos bens de defuntos e ausentes, ficando as outras duas guardadas à cargo do provedor e do tesoureiro³¹⁶.

Como se pode imaginar, no contexto de uma monarquia pluricontinental, na qual os agentes da administração régia se encontravam distantes do poder central, era comum surgirem conflitos jurisdicionais em torno das práticas administrativas e institucionais das provedorias. Em geral, as contendas eram motivadas por interferências indevidas de governadores nas atividades dos provedores ou rivalidades entre esses e os juízes de fora. Além disso, não eram raras as denúncias de uso indevido dos recursos contidos nos cofres das provedorias³¹⁷.

Mesmo longe, Mello Franco parecia estar atento a essas questões. A carta oficializando seu título foi emitida em 30 de agosto de 1802³¹⁸, e como naquela época residia em Lisboa, foi emitido um alvará datado de 15 de dezembro concedendo-lhe “faculdade de nomear serventuário” para o mesmo cargo³¹⁹. Embora não saibamos quem foi o indicado, é fato que o médico se manteve informado sobre os riscos que seu título corria.

Quatro anos antes de sua nomeação, um aviso régio de 26 de outubro de 1798 havia criado a Villa de Paracatu do Príncipe, desmembrada da Villa de Sabará. É possível que a separação tenha causado desentendimentos de ordem jurisdicional entre as provedorias das duas cidades desassociadas, o que provavelmente continuou após a nomeação de Mello Franco em 1802. Assim, a Mesa de Consciência e Ordens emitiu um decreto, datado de 21 de julho 1804, esclarecendo que:

“o lugar de Escrivão da Provedoria do distrito da dita Villa [Paracatu do Principe] fica também pertencente ao referido Francisco de Mello Franco, e que a elle toca nomear a pessoa, que houver de servir o mencionado lugar de Escrivão, cujo cartório ficará fazendo parte do Cartório principal da Commarca de Sabará”³²⁰.

O documento não foi suficiente para tranquilizar o médico. Em carta ao Visconde de Anadia, solicitou a emissão de um novo alvará dirigido à Mesa de Consciência contendo mais esclarecimentos sobre o decreto:

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Carta régia de 30 de Agosto de 1802. ANTT, Chancelaria de D. Maria I, lv.67 fl.108.

³¹⁹ Alvará de 15 de Dezembro 1802. ANTT, Chancelaria de D. Maria I, lv. 66, fl. 343.

³²⁰ AHU, ACL, CU, 011, Cx.1., Doc.26. Disponível em Projeto Resgate –Minas Gerais (1680-1832): http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pesq=melo%20franco&pasta=ahu_acl_cu_011%20cx.%20171\doc.%2026_ Acessado em 08 de junho de 2016.

“Pela cópia do decreto junto verá V. Ex^a que nada se pode dizer com mais clareza, porem estas ultimas palavras = cujo cartório ficará fazendo parte do cartório principal da Comarca do Sabará = podem para o futuro das dissensões entre o Ouidor do Sabará, e o Juiz de Fôra do Paracatú em detrimento dos povos, e igualmente do proprietário”³²¹.

Mello Franco alegava que o “espírito” do decreto de 21 de julho era justamente o de conservar uma divisão já praticada: “e tanto he assim, que até me concede a faculdade de nomear serventuário. ” No entanto, receava que ouvidor do Sabará, valendo-se da falta de clareza do trecho do documento que destacava em sua carta, pudesse pedir ao Catório de Paracatú “os papéis que quisesse, alegando ao pé da letra, que este Cartorio he huma parte do seu.” Solicitava então, um novo decreto explicitando que “nunca se poderá entender que os dois Cartorios ficão dependentes hum do outro”, embora pertencessem ao mesmo dono³²². Finalmente, um documento régio de fevereiro de 1805 atendeu sua reivindicação³²³.

A situação mostra que Mello Franco não só era reconhecido pelos serviços prestados à Coroa, como também já acumulava prestígio suficiente para interceder em seu favor junto à administração. Assim, também começava a utilizar suas relações em benefício de seus familiares. Como veremos adiante, poucos anos depois, solicitaria a sobrevivência do mesmo cargo de escrivão da vila de Sabará para seu filho mais novo, Francisco, enviado ao Brasil às vésperas das invasões napoleônicas em Portugal. Além disso, em abril de 1804, também fez requerimento ao príncipe regente como procurador

³²¹ Idem.

³²² Idem. Segue a transcrição da carta completa: Pela cópia do decreto junto verá V. Ex^a que nada se pode dizer com mais clareza, porem estas ultimas palavras = cujo cartório ficará fazendo parte do cartório principal da Comarca do Sabará = podem para o futuro das dissensões entre o Ouidor do Sabará, e o Juiz de Fôra do Paracatú em detrimento dos povos, e igualmente do proprietário.

He verdade que o espirito do Decreto he conservar a divisão já praticada, e tanto he assim, que até me concede a faculdade de nomear serventuário: mas poderá em qualquer tempo o Ouvidor do Sabará, valendo-se das palavras do Decreto acima trasladasas, pedir do Cartorio do Paracatú os papeis, que quiser, alegando ao pé da letra, que este Cartorio he huma paerte do seu. O Juiz de fora de Paracatú há de resistir a esta exigência: donde nascerão embaraços, e contendas, até que venha o caso à Decisão do Throno.

Nestes termos suplico a V. Ex^a hum Aviso dirigida à Mesa da Consciência, no qual se explique, que por aquelas palavras do Decreto nunca se poderá entender que os dois Cartorios ficão dependentes hum do outro, os quais ficão (...) realmente divididos, como estavam antes da nova declaração feita por S.A.R. a meu beneficio: mas sim que este todo, separado em duas partes fica pertencendo ao mesmo Proprietário, como assaz explica a Mente do Decreto.

Espero dever a V. Ex^a. o complemento deste beneficio; e igualmente o favor de fazer vir o Aviso à minha mão, a fim de o ajuntar à Carta, em que se há de lavrar a Apostilla. Tem a honra de apresentar este papel a V. Ex^a.

o mais reverente, e fiel criado

Francisco de Mello Franco

³²³ Apostila de 16 de Fevereiro de 1805. ANTT, Chancelaria de D.Maria I, lv.71 fl.337.

de seu irmão Joaquim de Mello Franco, padre em Minas Gerais. Pedia para que Joaquim fosse provido na Igreja de Santo Antônio do Paracatu no caso desta ficar vaga pela promoção do vigário geral, Gabriel Bezerra Bittencourt, na Igreja do bairro Boa Vista da Figueira da Sé de Olinda. Apresentando-se como Médico da Câmara de V.A.R., recomendava: “recahe bem esta Graça, não só pela idoneidade que mostra [o suplicante] pela atestação do seu Bispo, mas também por estar servido de amparo a sua Mai Viuva, e a 2 irmãs portanto”³²⁴. Mais uma vez, sua influência surtiu efeito e o pedido aprovado em agosto do mesmo ano³²⁵.

Como veremos a seguir, para além das questões ligadas à burocracia estatal, os créditos adquiridos por Mello Franco junto ao poder régio também o possibilitaram integrar alguns dos principais espaços institucionais dedicados à reordenação das profissões médicas no Portugal setecentista.

- A nomeação para a Junta do Protomedicato: elites médicas e regulação das profissões de saúde em Portugal.

Após seis anos servindo como médico da Câmara Real, um decreto régio de 27 de novembro de 1799 fez de Francisco de Mello Franco deputado extraordinário da Junta do Protomedicato, ao lado de Manuel Luiz Alvares de Carvalho, que também servia à mesma câmara³²⁶. Segundo Carvalho, na época da nomeação, a junta havia sido elevada a Real Junta do Protomedicato, tendo como presidente perpétuo o Mordomo-mor da Casa Real, e mais cinco deputados ordinários, dois natos, o Físico-Mor e o Cirurgião-Mor do Reino, além de dois médicos e um cirurgião servidores da Câmara Real. Somavam-se ainda dois deputados extraordinários de nomeação régia escolhidos entre os médicos de melhor reputação na corte, que no caso, eram os dois nomeados no referido decreto³²⁷. Se a instituição era mesmo organizada desta forma, não resta dúvidas de que Mello Franco

³²⁴ Requerimento de 06 de setembro de 1804. AHU, ACL, CU, 015, Cx.250, D.16779. Também pode ser acessado em http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&pesq=melo%20franco&pasta=ahu_acl_cu_015%20cx.%20250\doc.%2016779 Acessado em 08 de junho de 2016.

³²⁵ Idem

³²⁶ Além desses, o documento também nomeava para deputado ordinário Jose Martins da Cunha Pessoa, em retribuição aos cuidados dispensados à Rainha D. Maria I, e Norberto Antonio Chalbert, cirurgião da Câmara Real. Decreto de 22 de novembro de 1799. ANTT, Ministério do Reino, liv.356, fl.07.

³²⁷ CARVALHO, p.33.

estava definitivamente inserido no primeiro escalão da comunidade médica lisboeta de seu tempo.

De fato, desde sua criação, a Junta do Protomedicato configurou-se como um espaço de privilégio reservado à elite médica de Portugal, tanto que durante os primeiros anos de funcionamento, todos os seus integrantes foram escolhidos entre médicos da Real Câmara.³²⁸ Sua criação data de junho de 1782, em parte como resultado dos esforços que o Intendente Geral de Polícia de Lisboa, Diogo Inácio de Pina Manique, vinha empreendendo há alguns anos junto ao poder régio. Em 1780, enviou um ofício ao Visconde de Vila Nova Cerveira no qual solicitava a criação de uma comissão constituída por médicos, cirurgiões e boticários notáveis para atuar sobre o grande:

“número de charlatoens e mezinheiros, que sem autoridade andao praticando curas com total ignorância dos princípios físicos, em damno irreparável da saúde dos povos e que contra a mesma se tem armado outros indivíduos, abrindo logeas com drogas, e denominando-se boticários sem exame, sem princípios e alguns com huma crassa ignorância”³²⁹.

Como salienta Laurinda Abreu, a questão não era nova. Séculos antes, situação similar havia motivado a criação do cargo de físico-mor, responsável por aplicar exames, emitir licenças e fiscalizar a atuação dos profissionais responsáveis pelos cuidados de saúde da população. Contudo, o baixo valor das multas, compra de licenças, suborno dos representantes-fiscalizadores e abusos de poder pouco contribuíram para que o quadro mudasse até a segunda metade do século XVIII³³⁰.

A questão da regulação das atividades de cura era apenas parte do drama mais amplo da precariedade da saúde no reino. Médicos e cirurgiões devidamente habilitados existiam em número escasso, revelando a grande dificuldade do poder central em levar assistência terapêutica à população. Tal quadro também contribuía para colocar em cheque a própria legitimidade e o prestígio social dos profissionais detentores de cartas devidamente validadas. Os custos de se tratar com médicos ou cirurgiões formalmente capacitados eram consideravelmente maiores, o que somado à sua escassez, os tornavam inacessíveis para a maior parte da população. Além disso, a legislação acentuava o

³²⁸ ABREU, p.353.

³²⁹ ANTT, Intendencia Geral da Policia, liv.1, fls.59-61. Apud.: ABREU, op. cit. p.318.

³³⁰ ABREU, Laurinda. A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e interesses privados. In.: **Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII**. Lisboa: Biblioteca Nacional, p.97-122.

problema ao determinar a exclusividade do exercício da medicina, cirurgia e farmácia, de modo que nenhum profissional pudesse congrega nenhuma dessas atividades³³¹.

Como se todas essas adversidades não fossem suficientemente dramáticas, era comum que os poucos profissionais disponíveis tivessem habilidades muito aquém dos imperativos de suas funções³³². Diante desse quadro desolador, a população acabava por nutrir forte desconfiança em relação aos métodos e práticas da medicina academicamente validada. Na realidade, identificavam-se muito mais com as terapêuticas ministradas por curadores e filantropos de espécies variadas, que se baseavam em crenças populares, religiosas e até mágicas para curar seus pacientes. Em outras palavras, exatamente o tipo de praticante que Pina Manique denunciava no ofício de 1780.

O século XVIII é o período no qual o Estado português avançou de forma mais efetiva contra essas práticas tendo, na maior parte das vezes, as elites médicas como suas principais aliadas. Do ponto de vista sócio profissional, os curadores tomavam boa parte de um mercado que poderia ser explorado por médicos, cirurgiões e boticários licenciados, logo, tornava-se urgente desqualificá-los e disputar legitimidade diante da população. Nesse sentido, Timothy Walker destaca o amplo uso do aparato inquisitorial pela classe médica visando condenar curas mágicas durante o iluminismo português. Num momento em que tanto a crença na medicina mágica, quanto a própria inquisição encontravam-se em decadência, médicos treinados sob os balizamentos iluministas acusavam seus rivais de bruxaria, em parte, para eliminá-los de seu caminho³³³.

Como era de se esperar, as rivalidades também existiam entre os agentes de cura legitimados pelo Estado. Aos médicos, interessava a revisão da exclusividade do exercício das atividades curativas, principalmente no que tocava às suas disputas com os cirurgiões. Na realidade, a legislação portuguesa reproduzia uma divisão de atribuições que perdurou até o século XVIII em boa parte da Europa. Medicina e cirurgia eram entendidas como domínios de conhecimento distintos, embora complementares. Assim, enquanto médicos se dedicavam a dissertar sobre o corpo – identificar a doença e indicar a terapêutica mais adequada-, os cirurgiões teriam a incumbência de agir sobre ele, realizando cirurgias, sangrias, curativos, etc. A questão que se colocava no caso português era que, diante da escassez de médicos e dos altos custos de seus serviços, os cirurgiões

³³¹ BARREIROS, op. cit. p.162-163.

³³² Ibid. p.164.

³³³ WALKER, Timothy. **Médicos, medicina popular e inquisição**: a repressão das curas mágicas em Portugal durante o iluminismo. Rio de Janeiro: Fiocruz/Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

tendiam a avançar sobre os assuntos da jurisdição de seus rivais. Com a unificação, os médicos poderiam fazer o caminho contrário e tomar pra si parte do mercado ocupado pelos cirurgiões. Além disso, a concentração de mais de um saber terapêutico num mesmo agente de cura, tenderia a diminuir os preços cobrados pelos serviços³³⁴.

Vale salientar que a aliança entre saber médico e Estado nesse período não foi exclusividade da realidade portuguesa, e muito menos teve como única motivação questões de natureza sócio profissional. Por razões que veremos ao longo dos próximos capítulos, tanto os movimentos pela união com a cirurgia, quanto pelo avanço persecutório sobre as artes de cura consideradas ilegítimas, também corresponderam a transformações de caráter epistemológico das concepções de corpo, doença e higiene dominantes no Setecentos.

Em Portugal, a ideia de criar uma instância reguladora das atividades de saúde que pudesse substituir o cargo de físico-mor não era exatamente nova, e remete aos escritos de Antônio Ribeiros Sanches. Sua obra *Apontamentos para estabelecer-se um tribunal & colégio de medicina*, escrita na década de 1760, já elencava os problemas decorrentes da falta de jurisdição e regulação do exercício da medicina, cirurgia e farmácia no reino. E segundo Barreiros, parece ter servido de inspiração teórica para a entidade criada em 1782:

“Instituição composta inicialmente por cinco médicos e dois cirurgiões, o Protomedicato consubstanciava a ideia de um Tribunal Médico que, por via de uma rede alargada de comissários e visitadores gerais, abrangeria todo o território nacional. Dentre as principais incumbências dos comissários, distribuídos por cada distrito do Reino, estava a realização de uma visita ou correição anual que visava dar notícia àquele órgão do número, assistência, e merecimento dos indivíduos empregados em qualquer dos ramos da Arte de Curar e da necessidade das Povoações que neles carecerem (...)”³³⁵.

Com a criação do novo órgão, a jurisdição do físico-mor e cirurgião-mor ficaram suspensas. Dentre as atribuições da Junta, estava a fiscalização das licenças, aperfeiçoamento da formação teórica e prática e garantia ao respeito entre as jurisdições das várias categorias de profissionais. Tentava-se assim, restabelecer o monopólio médico sobre o corpo e a cura. Porém, na prática, a realidade se mostrava muito mais desafiadora.

Desde seu início, a junta sofreu de males muito similares aos do cargo de físico-mor. Conflitos jurisdicionais, competências sobrepostas e poderes pessoais sustentados

³³⁴ BARREIROS, op. cit. p.170-171.

³³⁵ BARREIROS, op. cit. p.162.

por redes clientelares administradas por secretários que arrendavam suas contribuições a serventuários, prejudicaram o funcionamento e a eficácia da instituição. Tudo ficava ainda mais complicado com a ausência de um regimento próprio que regulasse de forma clara suas atribuições³³⁶. No plano jurisdicional, houve conflitos com a Universidade de Coimbra no que dizia respeito a emissão de diplomas e formação de profissionais. O ressentimento de Coimbra teve início com a própria criação da Junta, uma vez que a universidade tinha previsto a formação de órgão regulador similar nos Estatutos 1772, embora não a tivesse praticado³³⁷.

Por fim, conforme já sinalizamos, o órgão era dominado pelas elites médicas da Corte, o que acabou por torná-lo um espaço de privilégios que se somava aos outros já gozados por esse grupo. Sobre esse aspecto, a falta do regimento também contribuiu para que fossem mantidos os privilégios do físico-mor e cirurgião-mor, embora a Junta os tivesse suprimido, o que potencializava o poder dos médicos e cirurgiões da corte³³⁸.

Em novembro de 1798, Francisco Tavares foi designado deputado do Protomoedicato num contexto de renovação do órgão. Na mesma época, também foram nomeados José Corrêa Picanço e João Francisco de Oliveira³³⁹. Picanço era antigo colega de Tavares na Universidade de Coimbra, e ocupava posto de primeiro cirurgião da Câmara Real após ter se afastado da universidade em 1790³⁴⁰. Oliveira, também médico régio, era físico-mor do exército.³⁴¹ Sob a liderança de Tavares, os três tinham a incumbência de fazer a Junta se sobrepor ao emaranhado de querelas jurisdicionais em que havia se metido e fazer face às críticas de sua atrapalhada atuação.

Elevada à condição de Tribunal Régio em maio do ano seguinte, o posto de físico-mor e cirurgião-mor foram retomados, respectivamente ocupados por Tavares e Picanço³⁴². Foi nesse contexto em que Mello Franco foi nomeado deputado extraordinário, em novembro de 1799, sendo provável que sua escolha estivesse ligada a esse redirecionamento da instituição. Nesse sentido, a influência de seus antigos professores pode ter sido decisiva na sua escolha junto ao Príncipe.

Contudo, apesar do maior dinamismo adquirido sob liderança de Tavares, o Protomedicato acabaria sucumbindo às suas mazelas: foi extinto em 1809 e substituído

³³⁶ ABREU, Laurinda. **Pina Manique...** op. cit. p.337.

³³⁷ Ibid. p.332-348.

³³⁸ Ibid. p.337.

³³⁹ Ibid. p.353.

³⁴⁰ BANDEIRA, op. cit. p.89

³⁴¹ ABREU, Laurinda. **Pina Manique...** op. cit. p.353.

³⁴² Ibid. p.359.

pela Fisicatura-mor pelo príncipe regente a partir do Rio de Janeiro.³⁴³ Em 1813, seria a criada a Junta da Saúde Pública, com funções similares. Mais uma vez, Mello Franco seria chamado a fazer parte, mas recusaria o convite, conforme veremos no capítulo 4.

- As invasões francesas e a partida da Família Real: a vida na capital sem corte.

Na ocasião da extinção do Protomedicato, Portugal passava por grande ebulição política e social, com repercussões significativas para as iniciativas de reforma em curso. Em perspectiva mais ampla, as adversidades eram um desdobramento dramático de complexos processos políticos e culturais que alteravam a configuração geográfica e política europeia da época.

O processo de independência dos Estados Unidos da América, em 1776, e a Revolução Francesa, treze anos depois, geraram clima de forte polarização política que acabou se refletindo nas relações diplomáticas entre vários Estados da Europa. Nesse contexto, o posicionamento assumido pela coroa portuguesa no âmbito das relações exteriores foi a neutralidade. No caso da independência americana, a adesão à Liga dos Neutros, em 1783, possibilitou certa liberdade do comércio marítimo e a assinatura de acordos bilaterais com a antiga colônia inglesa³⁴⁴. Por outro lado, a sucessão dos acontecimentos na França, a partir de 1789, tornaria a manutenção dessa postura insustentável.

Em Portugal, à medida em que o cenário político francês se radicalizava, o temor de que o movimento revolucionário pudesse se espalhar pelo continente e atingir a península ibérica aumentava. No princípio, a diplomacia lusitana em Paris, representada por D. Vicente de Sousa Coutinho, viu com algum otimismo o desenrolar dos fatos na cidade. Em junho de 1789, ou seja, um mês antes da eclosão da revolução, escreveu para Portugal afirmando que a França “regenerada” viria a ser uma das mais “formidáveis” nações da Europa, e sinalizava que o reino poderia se beneficiar dos exemplos de reforma postos em prática pelos franceses³⁴⁵. No entanto, em janeiro de 1790, quando a revolução já tomava curso, demonstrava total desilusão com o que via e temor de que o movimento

³⁴³ Idem. Sobre a atuação da Fisicatura-Mor no Brasil, ver: PIMENTA, Tania. **Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil no começo do século XIX**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

³⁴⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. O processo político. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal. O Liberalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998 p.21.

³⁴⁵ Ibid. p.22.

se espalhasse: “os amigos da liberdade, ou para melhor dizer, os inimigos do sossego público, tinham composto em todas as línguas um catecismo dessa doutrina e intentavam espalhá-la pela Europa”³⁴⁶.

Ao longo da década de 1790, o temor de uma invasão do exército revolucionário na península ganhou força entre parte da elite lusitana. Nesse sentido, a carga simbólica da decapitação em praça pública do monarca francês, Luis XVI, no inverno de 1793, apontava o que o futuro poderia reservar. Como medidas preventivas, as apreensões de navios franceses, impedimento de desembarque de soldados republicanos e encarceramento ou expulsão de franceses suspeitos tornaram-se práticas constantes da Intendência Geral de Polícia, a cargo de Pina Manique³⁴⁷. Sobre esse aspecto, vale notar que a circulação de livros e ideias também sofreu grande vigilância no período também pelas mãos da Intendência, conforme veremos no próximo capítulo.

Com a ascensão de Napoleão ao poder na França, na ocasião do golpe de 18 de Brumário (9 de novembro de 1799), o projeto expansionista francês ganhou força. Diante da rivalidade com a Inglaterra, as terras lusitanas se tornaram ponto estratégico para os planos de sufocar a economia inglesa, uma vez que uma invasão militar à ilha permanecia inviável num primeiro momento. Por conta das longas relações comerciais entre os dois países, Portugal havia se tornado umas das principais portas de entrada do comércio britânico no continente europeu. A situação tomaria contornos mais dramáticos a partir do bloqueio continental imposto pelo Imperador Napoleão aos países sob seu domínio para impedir o comércio inglês com o continente, em 1806³⁴⁸.

O fato é que com a radicalização da conjuntura diplomática, Portugal era forçado a uma situação paradoxal. Sua costumeira neutralidade tornava-se insustentável, ao mesmo tempo em que qualquer posicionamento implicava grandes riscos. Aliar-se com a Inglaterra tornaria certa a invasão francesa, ameaçando a autonomia sobre seu território e a própria Coroa. Por outro lado, a submissão a Napoleão implicaria a perda da América

³⁴⁶ Ibid. p.22

³⁴⁷ Ibid. p.23; VILLALTA, op. cit.; DeNIPOTI, Claudio Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou Quando os ingleses atiraram livros ao mar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 431-448 – 2008; DeNIPOTI, Claudio; FONSECA, Thais Nivea de Lima e. Censura e mercê: os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-154, 2011; NEVES, Lúcia Maria Bastos das; Ferreira, Tânia Maria Bessone. Medo dos “abomináveis princípios franceses”: a censura de livros nos inícios do século XIX no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.113-119, 1989.

³⁴⁸ SARDICA, José Miguel. **A europa napoleônica e portugal: messianismo revolucionário, política, guerra e opinião pública**. Lisboa: Tribuna, 2011. p.84.

Portuguesa para o domínio naval britânico, ávido por compensar as perdas econômicas impostas pelo bloqueio³⁴⁹.

Na conjuntura interna, os temores pela invasão, existentes desde a década de 1790, cresceram em escala vertiginosa na virada do século. Os gastos militares atingiram patamares elevados, contribuindo para prejudicar uma economia já combalida. Dentre os vários posicionamentos em disputa no ambiente político, destacava-se certa polarização entre o “partido inglês” e o “partido francês”, ambos em debate sobre a saída mais adequada para a situação. Nesse contexto, uma ideia acalentada há muito começou a ganhar força: a transferência da corte para o Rio de Janeiro. Sugerida, dentre outras ocasiões, num dos escritos de D. Luís da Cunha, destacado membro da diplomacia portuguesa da primeira metade do setecentos, a proposta tomava novo flego no alvorecer do século XIX. Embora arriscasse a perda definitiva do território da metrópole, o projeto poderia garantir a integridade da coroa e o domínio sobre a principal colônia, de onde se poderia organizar uma reação militar³⁵⁰.

O ano de 1807 foi decisivo. Em meados de agosto, chegou a Lisboa o ultimato francês: ou a Coroa aderiria às exigências do bloqueio continental, ou Portugal seria invadido. Apesar disso, a Coroa portuguesa ainda protelava qualquer decisão nesse sentido até 20 de outubro, quando declarou o fechamento dos portos portugueses à Inglaterra. No entanto, dois dias depois, fechou acordo com a Inglaterra garantindo a proteção da família Real em sua transferência para o Brasil. Contraditoriamente, declarou, em 08 de novembro, a prisão e o confisco dos bens dos ingleses em Portugal, numa nova tentativa de aplacar a irritação napoleônica. O impasse foi mantido até D. João tomar conhecimento dos termos do acordo de Fontainebleau, que partilhava o território português entre franceses e espanhóis independente das concessões feitas a Napoleão. Opta-se então por honrar o acordo feito com os ingleses, que já ameaçavam bombardear Lisboa, e seguir para o Brasil³⁵¹. Finalmente, em 29 novembro, após longa preparação, a corte embarcou com destino a sua colônia na América. A decisão era inédita: nenhuma corte havia abandonado a metrópole europeia para se estabelecer em umas de suas colônias antes.

³⁴⁹ Ibid. p.79-85.

³⁵⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A vida política. In.: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; PEDREIRA, Jorge Ferreira. **O colapso do império e a revolução liberal (1808-1834). vol.1.** Madri/Carnaxida: Marpfre/Objectiva, 2013. p.47-48.

³⁵¹ SARDICA, op. cit.p.85-98.

As tropas francesas chegaram a Lisboa comandadas pelo General Junot dando início à ocupação. O domínio napoleônico duraria até agosto de 1808 quando, com a ajuda dos ingleses, a resistência portuguesa conseguiu expulsar o invasor. As tropas francesas fariam mais duas tentativas de tomar o reino: uma em março de 1809, sob o comando do General Stout, e outra no verão de 1810, sob o comando de Massena. Em ambas ocasiões foram derrotadas, sob o custo de grande instabilidade política, econômica e social em Portugal. Contudo, só Junot conseguiu tomar Lisboa, ficando a segunda e a terceira invasão restritas ao norte e à região central do país, respectivamente³⁵².

Nos meses que precederam a primeira invasão, Mello Franco enviou três cartas para seu amigo, José Bonifácio de Andrada e Silva. Na missiva do dia 05 de setembro, tratava, entre outros assuntos, do envio de seu filho Francisco para estudar Teologia em Coimbra, onde Bonifácio era lente da recém-criada cadeira de Metalurgia³⁵³. Seguindo o costume entre as famílias abastadas que mandavam seus filhos para a universidade, valia-se da antiga amizade para perguntar se Bonifácio estaria confortável em receber o jovem estudante “debaixo de suas telhas” ou se seria melhor que ficasse instalado em outro lugar, porém contando com sua “vigilância” e “direção”³⁵⁴:

“Já lho disse e torno a dizer-lhe que não pretendo nunca economizar na educação dos filhos e como há muitos anos me conhece terá visto que não sou homem para abusar da bondade dos meus amigos”³⁵⁵.

De fato, o prestigiado médico de Lisboa investia boa soma na formação de seus filhos. Segundo Pereira da Costa, já havia mandado Justiniano para estudar em Göttingen, na Alemanha, dois anos antes³⁵⁶. Agora enviava seu filho mais novo para seguir carreira eclesiástica em Coimbra, o que demonstra sua notável prosperidade. No entanto, o que chama mais atenção nessa primeira carta é a ausência de qualquer menção ao dramático quadro político pelo qual Portugal passava naqueles dias. Curiosamente, o assunto só viria à tona na segunda carta, enviada dias antes da partida de Francisco para Coimbra, no fim de setembro.

³⁵² ARAÚJO, op. cit. p.37.

³⁵³ VARELLA, Alex Gonçalves. “**juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português**”: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006. p.161.

³⁵⁴ Carta a José Bonifácio de Andrada e Silva. Lisboa, 05 de setembro de 1807. BNRJ, Manuscritos, I-4,29,73.

³⁵⁵ Idem

³⁵⁶ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit, p.14. Sobre a escolha da universidade alemã e a trajetória de Justiniano falaremos nos capítulos 4 e 5.

Na missiva do dia 26, Mello Franco procurava acertar os últimos detalhes da viagem e pedia orientações a Bonifácio sobre as formas mais indicadas de se deslocar para o norte. Na impossibilidade de acompanhar seu rebento na jornada, enviava-o junto a um Frade Procurador da província do Rio de Janeiro, cuja identidade não é revelada. O clérigo também seria responsável por levar as cartas de recomendação que Mello Franco pretendia entregar a seus contatos em Coimbra, como forma de garantir a boa acolhida do rapaz na cidade:

“Por elle escreverei ao Senhor Bispo Conde, e a alguns amigos do nosso tempo ainda ahi existentes. Não por lhe serem precisos, mas pelo acto de civilidade. Confio tudo do Paulista velho”³⁵⁷.

Após esclarecer alguns detalhes financeiros – deixaria aos cuidados de Bonifácio 12 moedas para primeira despesas, batina e livros, além de 6400 réis para “despesas miúdas e divertimentos”- o pai zeloso reforçava a firmeza de caráter e a retidão do jovem estudante: “Ainda não tive com elle nem sombra de desprazer, mui reflectido, e de muita sisudez, e brio”³⁵⁸.

Somente ao final da carta, o médico demonstrava preocupação com o quadro político do reino:

“Muito mal assombradas estão as nossas coisas politicas, e não sei como o nosso Ministério se tirará de tal aperto. Tudo o que se vê he tenebroso. Copenhague ficava em bombardeamento, mas os Dinamarquezes deffendião se encarniçadamente. Pobres Dinamarquezes, que constantemente seguirão mais? E que será de nós agitados pela França e Inglaterra”³⁵⁹.

A situação de Francisco preocupava. Afirmava que se não pudesse contar com seu amigo, “não mandaria o rapaz em tão críticas circunstâncias; mas enfim lancemo-nos entre os braços da sorte”³⁶⁰.

³⁵⁷ Carta a José Bonifácio de Andrada e Silva. 26 de setembro de 1807. BNRJ, Manuscritos. I-4,29,73a. Por Senhor Bispo Conde, Mello Franco referia-se a D. Francisco de Lemos, o reitor da Universidade de Coimbra. Como vimos no capítulo 1, Lemos foi o reitor que havia ficado à frente da instituição durante a reforma de 1772. Após ser demitido pelo governo mariano em 1779, foi reconduzido ao cargo vinte anos depois, de onde só sairia em 1821. Não custa notar que foi durante o primeiro reitorado de Francisco de Lemos que Mello Franco foi denunciado à Inquisição. A naturalidade com que o médico se refere ao Reitor quase trinta anos depois, contudo, é mais um indicativo de que a investigação, e posterior condenação, não deixou qualquer mácula em sua reputação.

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ Idem.

A terceira carta data de 14 de outubro, mas não contém indicação de ano. Todavia, seu conteúdo deixa claro se tratar de uma missiva enviada por Mello Franco no auge das tensões políticas em que Portugal se encontrava:

“Hontem aqui esteve comigo seu Irmão, e estimei as noticias, que me deo de o ter deichado sem Sezoins. Tenha cuidado em evitar as repetiçõins que são de reccar no Inverno. Vejo que hum Pai de familia deve escrupulosamente cuidar na sua conservação, e a sua saúde está, como deve ser, mui alterada. – Tudo aqui por ora está do mesmo modo; pois que se espera o ultimatum até 20. Cuida-se no embarque do Principe da Beirra; e está tudo nomeado para o acompanhar. Esperamos pois o desenredo desta Tragedia”³⁶¹.

Segundo Pereira da Costa, as relações entre Mello Franco e José Bonifácio eram bastante íntimas nessa época. Diz o biógrafo que o médico teria ficado responsável por fornecer apoio financeiro à mulher de seu amigo durante o período em que aquele esteve em sua famosa viagem científica, mencionada acima. Com seu retorno e a nomeação para a cadeira de metalurgia, Bonifácio teria se mudado para Coimbra. Porém, na ocasião da primeira invasão francesa, teria enviado sua família para Lisboa, onde teriam a residir próximo à residência de Mello Franco³⁶².

Ao que parece, a proximidade entre os dois também possibilitava que Mello Franco usasse suas conexões com Bonifácio para favorecer outros aliados seus que tivessem assuntos pendentes com o reitor D. Francisco Lemos, de volta ao cargo desde 1799. Logo no início da carta do dia 05 de setembro, antes de tratar da viagem de seu filho, o médico afirmava “remeter incluso” um requerimento “que há pouco me pedia pessoa muito da minha amizade lho dirigisse para nisso fazer com o Senhor Bispo Conde o que puder”. Na carta de 14 de outubro, por conseguinte, voltava a cobrar uma resposta de Bonifácio: “Perguntão-me pelo despacho daquele requerimento, que lhe enviei. Dê-me resposta disso, qualquer que seja”³⁶³.

Quanto a Francisco, o jovem aspirante a clérigo, a instabilidade política em Portugal teria forçado seu pai a alterar os planos na última hora, enviando-o para o Rio de Janeiro, de onde teria seguido para Minas Gerais³⁶⁴. Para garantir o conforto financeiro de seu filho no Brasil, Mello Franco enviou algum tempo depois, um pedido de sobrevivência do ofício de Escrivão da vila de Sabará em favor de Francisco e suas irmãs,

³⁶¹ Carta de 14 de outubro s/a. BNRJ, manuscritos, I-4, 29, 77.

³⁶² **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit., p.34

³⁶³ Carta de 14 de outubro s/a. BNRJ, manuscritos, I-4, 29, 77.

³⁶⁴ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit., p.14; ROCHA, op. cit. p.28

D. Anna e D. Maria. No documento, o médico alegava que estivera impossibilitado de partir para o Brasil junto com a Família Real “pelo repente, e pela falta de meios” e que ainda estaria impossibilitado de fazer a travessia “por causa de complicação de família.” Assim, como solução para o impasse:

“fez com que fosse para o Rio de Janeiro seu filho Francisco de Mello Franco, em quanto elle não podia, para testemunho da sua fiel vontade, arrojando-se a dar este arriscado passo, quando Portugal gemia debaxo do ferres jugo do Tyranno: Que achando-se nesse Paiz o dito seu filho, e tendo duas filhas donzelas, na incerteza da vida, e das coisas humanas se atreve, fiado tão somente na singular Bondade de VAR, a ir a seus Reais pés, como fiel vassalo, que tem a honra de ser criado de VARm pedir a sobrevivência do dito Officio para o filho que aí tem, com a pensão de duzentos e quarenta mil réis para cada huma de suas irmãs, passando de huma a outra em caso de morte”³⁶⁵.

Ora, pela correspondência trocada com Bonifácio, sabemos que é muito improvável que Mello Franco tivesse planos de mudar-se para o Brasil. O argumento de que Francisco havia sido enviado para ocupar seu lugar até sua chegada faz ainda menos sentido, visto que até poucos dias antes da partida do rapaz, tudo estava acertado para que fosse para Coimbra iniciar os estudos de teologia. Além do mais, vimos que assim que foi feita a mercê, o médico tratou cuidadosamente junto ao poder régio para que pudesse nomear serventuário para o cargo, o que teoricamente não justificaria a alegada urgência na chegada de seu filho. Por fim, o argumento de que Mello Franco estaria impedido de sair de Portugal por questões de família também soa duvidoso. Até onde se sabe, naquela altura o médico não tinha nenhum outro familiar em Lisboa além de D. Ana e D. Maria, visto que seu outro filho, Justiniano, estava em Göttingen, e sua esposa, D. Rita, era falecida desde 1791. Portanto, a não ser que se tratasse de questão relacionada às duas filhas, não havia nada de ordem familiar que impedisse o médico de atravessar o Atlântico.

Diante dessas imprecisões, uma outra versão dos fatos parece mais provável: as alegações de Mello Franco não seriam nada além de artifícios para sensibilizar a vontade régia. Como efeito da partida inesperada de Francisco, Mello Franco agora tentava utilizar sua mercê para assegurar os rendimentos do filho longe de casa, e de quebra, garantir a estabilidade pecuniária de suas filhas, ainda solteiras. A questão é que, juridicamente, a sobrevivência do cargo só poderia ser efetuada em favor do filho primogênito. Assim, é mais provável que Mello Franco tenha carregado na dramaticidade de suas alegações

³⁶⁵ Pedido de sobrevivência do Ofício de Sabará, sem data. BNRJ, divisão de manuscritos, C-36,15.

como tentativa de conseguir que fosse aberta uma exceção para seu caso. Contudo, o fato de Francisco não ser o mais velho foi precisamente o motivo da negação do pedido pelo poder régio³⁶⁶.

De todo modo, no contexto instável de Portugal em 1807, a decisão de mandar o jovem para o outro lado do atlântico acabaria por se mostrar acertada. Durante a segunda invasão francesa, quando as tropas do General Stout chegaram pelo norte, Bonifácio engajou-se no movimento de resistência lutando no Corpo Militar Academico de Coimbra³⁶⁷. Caso ainda estivesse responsável por Francisco, estaria impossibilitado de cumprir o papel de protetor prometido a seu amigo.

Nas ocupações francesas, a vida em Lisboa foi marcada por dificuldades. Durante a primeira invasão, apesar das tropas de Junot terem chegado à capital desgastadas pela longa e penosa viagem, não encontraram resistência. A Família Real, ao partir, confiou o governo a um Conselho de Regência que agora se via diante da incumbência de lidar com o invasor. Não tardou para que o general francês impusesse seu poder: proibiu o ajuntamento de populares em Lisboa, determinou a diminuição do exército português e a extinção das milícias, e tornou público o decreto de Napoleão instituindo pesada contribuição de 100 milhões de francos a Portugal³⁶⁸.

A situação tornou inviável uma economia cuja saúde já se encontrava longamente afetada. A partida da corte também teve forte contribuição, já que as naus que partiram de Lisboa levaram algo em entre 8 e 15 mil dos indivíduos mais abastados de Portugal, o que na época correspondia a cerca de 5% da população de Lisboa e 0,5 % população portuguesa³⁶⁹. A riqueza que atravessou o oceano deixou imenso rombo nos cofres do reino, o que contribuiu para a quase total paralisação das suas atividades econômicas³⁷⁰.

Após a expulsão das tropas de Junot, em agosto de 1808, as cartas enviadas pelos governadores portugueses a D. João não escondiam a situação de extrema gravidade das contas públicas. Ao mesmo tempo, deixavam entrever certa animosidade em relação ao apoio inglês, mais interessado em garantir suas posições políticas do que de fato garantir a soberania portuguesa, como ficou claro com a exclusão da representação lusitana na assinatura da Convenção de Sintra, que negociou a rendição de Junot entre franceses e

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio**. São Paulo: cia das Letras, 2012., p.70-73.

³⁶⁸ SARDICA, op. cit. p.21-22.

³⁶⁹ Ibid. p.111-112.

³⁷⁰ Jácome Ratton, um negociante francês estabelecido em Portugal, relatou a paralisação de oficinas, trabalhos agrícolas, generalizando miséria, insegurança e revolta. Ibid. p.115.

ingleses.³⁷¹ Além disso, a distância da corte fazia com que o poder central respondesse de forma demasiado lenta às urgentes necessidades da antiga capital. Tais questões ajudavam a alimentar uma certa sensação de orfandade entre os portugueses, que longe de sua corte, arriscavam-se entre o jugo britânico e o francês³⁷².

A precariedade também atingiu em cheio os serviços de assistência à saúde. Um mês após a expulsão, o administrador da Enfermaria Real, Anildo José Gomes, enviou carta aos Governadores do Reino na qual relatava:

“a indigência a que se vê reduzida e a necessidade que tem sofrido os Empregados da dita Caza pela falta de seus ordenados que era o único recurso a sua subsistência da mesma forma os Criados do Príncipe Regente Nosso Senhor que cheios de moléstias, e a maior parte de avançada idade, a que SAR mandara para a dita enfermaria para nella serem tratados individuos que se empregarão toda a sua vida no Serviço do Mesmo Senhor, se vê-em reduzidos a mendicidade”³⁷³.

Sem obter os resultados esperados, Anildo Gomes voltou a escrever para os governadores em 12 de outubro. Mais uma vez, relatava a situação precária dos empregados da enfermaria e fazia referência à promessa do príncipe regente de manter o serviço durante sua ausência, “visto que se acha Regenerado o Governo Nacional”³⁷⁴.

Não sabemos exatamente como se deu a atuação de Mello Franco durante esses tempos conturbados, e não há notícias de que tenha se engajado na resistência, como o fez José Bonifácio. Porém, no capítulo 4 veremos que alguns anos mais tarde, Mello Franco definiria aos acontecimentos na França em 1789 como uma “horrenda e furiosa revolução”. Napoleão, por sua vez, seria descrito como “detestável Corso”³⁷⁵. De certa maneira, seus posicionamentos não surpreendem, visto sua posição na corte e as consequências das ofensivas militares napoleônicas em Portugal. Pereira da Costa afirma que na época da invasão o médico era um dos clínicos mais abastados de Lisboa: “Na rua em que morava tinha três grandes prédios, dos quaes occupava hum, em outra rua tinha

³⁷¹ ALVES-CAETANO, António. Encontros e desencontros epistolares: governadores do reino a norte de câncor e corte em capricórmio (1808-1820). In.: FARIA, Ana Leal; AMORIM, Maria Adelina. **O Reino sem corte: a vida em Portugal com a vinda da corte para o Brasil (1807-1821)**. Lisboa: Tribuna, 2011. p.22.

³⁷² Ibid. p.25-49.

³⁷³ Carta de 26 de setembro de 1808. ANTT, correspondências do Administrador da Enfermaria Real, Ministério do Reino, mç. 279

³⁷⁴ Carta de 12 de outubro de 1808. ANTT, correspondências do Administrador da Enfermaria Real, Ministério do Reino, mç. 279

³⁷⁵ MELLO FRANCO, Francisco de. Discurso proferido pelo vice-secretário na sessão pública de 24 de junho 1816. **História e memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.5, pt.1. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1817 p.XIII-XIV.

outro, ter d'estas propriedades valião ao menos na ocasião em que forão vendidas vinte contos de reis cada uma, a que habitava valia trinta contos..."³⁷⁶. O biógrafo afirma que o médico vendeu seus bens por uma quantia abaixo da que valiam, mas não especifica se isso ocorreu na época das invasões ou na ocasião de sua volta ao Brasil, dez anos depois. De todo modo, parecia ter uma vida confortável:

“tinha abundancia de todos os gêneros da primeira necessidade; muitos proprietários dos arredores da Cidade dos quaes era Medico, lhe mandavão todos os anos trigo, cevada, palha de trigo, porcos, aves de todas as qualidades, frutas da estação de abundancia dos gêneros que lhe entravam em caza, particularmente nas festas de anno, causava admiração nos vizinhos e a muitos inveja, entretanto mandava repartir por algumas famlias pobres parte dos gêneros que recebia; se acrescentarmos a isso os rendimentos da sua clinica, vêsse que era o Medico mais rico que havia em Lisboa”³⁷⁷.

Diante disso, o mais provável é que nosso personagem tenha continuado sua clínica em Lisboa na medida em que a dramática situação política e social do reino o permitiu. Durante a segunda invasão, seu nome constava na relação de pessoas que haviam doado “bestas muares” para o serviço do Parque de Artilharia, conforme noticiava edição da Gazeta de Lisboa de abril de 1809³⁷⁸. Na terceira invasão, de acordo Pereira da Costa, teria se engajado na assistência da população vinda do norte, que se instalou em Lisboa para fugir de uma epidemia de febre contagiosa³⁷⁹. De fato, veremos no capítulo 4 que Mello Franco esteve entre os quatro médicos nomeados para uma comissão da Academia das Ciências para dar assistência à população refugiada em Lisboa³⁸⁰.

Com a derrota das tropas de Massena, em 1811, encerrou-se a terceira e última invasão francesa, tornando possível a reabilitação da administração do reino, agora com a corte sediada no Rio de Janeiro. Se os ingleses foram favorecidos na remontagem da estrutura governativa, aqueles que haviam colaborado com os franceses tornaram-se alvos de dura perseguição política, em parte levada a cabo pela Intendência Geral de Polícia. Como define Ana Araújo, instalou-se em Portugal uma espécie de lógica da traição:

³⁷⁶ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit. p.13

³⁷⁷ Ibid, p.13-14.

³⁷⁸ Gazeta de Lisboa, 14 de abril de 1809. Suplemento especial.

³⁷⁹ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit. p.10-11. O biógrafo enfatiza que a assistência gratuita aos pobres sempre foi parte da atuação clínica de Mello Franco.

³⁸⁰ MÜLLER, João Christiano. Discurso pelo secretário na sessão pública de 24 de junho de 1812. **Memorias de Mathematica e Physica da Academia de Sciencias de Lisboa.** vol.3. p.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1812. p.XLIII, nota a.

“As primeiras proclamações dos governadores do Reino visam atenuar os excessos de zelo persecutório do homem comum, ao mesmo tempo que um édito da Intendência Geral de Polícia impõe e transfere a acusação da rua para a delação em sede própria. A insegurança e o medo são momentaneamente vencidos quando o povo conquista o direito de nomear oculta e anonimamente os seus traidores. Mas esta prática, que gera terror entre os atingidos pela devassa popular, conduz à punição exemplar pelo aparelho judicial e, nessa medida, é utilizada para reforçar a imagem de um poder frouxo e debilitado por anteriores pactos de colaboracionismo. Os libelos difamatórios instalam-se no quotidiano das grandes cidades, mas é em Lisboa que os processos adquirem maior publicidade e efeito político”³⁸¹.

Esse estado de coisas também se refletiu na Academia das Ciências. Os anos das invasões mantiveram agitadas as articulações políticas que já caracterizavam seu cotidiano desde sua fundação. Como destaca Silva, na época da primeira incursão francesa em solo lusitano, o general Junot - feito governador-geral de Portugal e duque de Abranches por Napoleão- foi escolhido como sócio correspondente da Academia, acompanhado do General de brigada Carrion de Nizas. Tempos depois, uma comissão constituída por Domingos Vandelli, Joaquim de Foios e Francisco Borja Garção Stockler apresentou ao general o diploma de sócio honorário, já que Janot havia declinado a oferta do título de presidente da instituição³⁸².

No entanto, com a derrota dos franceses, a situação se inverteu, e os favorecidos passaram a ser os ingleses em retribuição ao apoio militar. A reorientação ficou clara no discurso do pronunciado em 1812 pelo secretário da academia, João Christinano Müller, no qual enaltecia a figura do príncipe de Gales, Charles Stuart, nomeado por D. João para compor a Regência, e também agraciado com o título de sócio honorário da academia, em 1810³⁸³. Müller também exaltava as campanhas militares de Lord Wellington, e demonstrava entusiasmo ao se referir ao “programa extraordinário de 27 de abril de 1811”, que oferecia “humas medalha de ouro no valor de 50\$000 réis” para quem produzisse “a melhor obra em desempenho deste assumpto”³⁸⁴.

Por outro lado, aqueles que haviam favorecido os franceses haviam se tornado alvo do despreço da instituição. Em assembleia de 11 de fevereiro de 1810, Alexandre António das Neves apresentava petição em defesa de Francisco Stockler, acusado de colaboracionismo com os franceses por conta da nomeação de Junot como sócio

³⁸¹ ARAÚJO, op. cit. p.39.

³⁸² SILVA, José Alberto. op. cit. p.85-86.

³⁸³ MÜLLER, João Christinano. Discurso pelo secretário na sessão pública de 24 de junho de 1812. op. cit. p.XXVI

³⁸⁴ Ibid. p.XXXII

honorário em 1807³⁸⁵. Dentre outros argumentos, Neves afirmava que as circunstâncias impostas pelo domínio francês tornaram a nomeação do general a única alternativa possível para evitar sua nomeação como presidente, naturalmente ocultando o fato de que, como mencionado por José Silva, o título foi oferecido a Junot após sua recusa em assumir o cargo máximo da academia.

Vandelli também pagaria caro pelo favorecimento ao general francês. Na onda de perseguições promovidas pelas autoridades portuguesas em setembro 1810, o naturalista foi uma das várias personalidades - em sua maioria ligadas à magistratura, comércio, profissões liberais, exército e clero - que tiveram suas casas devassadas e a prisão decretada. Contudo, em meio às fortes reações geradas pelas arbitrariedades da justiça portuguesa no episódio, parte delas vinda de membros de destaque da ocupação inglesa, Vandelli acabaria entre o reduzido grupo de condenados que se refugiaram em Londres, de onde só retornaria em 1815³⁸⁶. A articulação livrou-o de ser deportado para a ilha Terceira, nos Açores, destino da maior parte dos condenados³⁸⁷.

Em meio a essas polêmicas, o ano de 1810 também marcaria a admissão de Francisco de Mello Franco como sócio efetivo da Academia de Ciências. Como veremos no capítulo 4, sua nomeação se deu poucas semanas após a assembleia na qual Alexandre Neves apresentou sua petição em defesa de Francisco Stockler. Desde já, isso nos permite afirmar que, embora não saibamos muito sobre o efetivo posicionamento do médico durante as invasões, é certo que ele não seria aceito caso pairasse sobre sua trajetória qualquer suspeita de colaboracionismo.

Nesse sentido, no que diz respeito a seu perfil pessoal, a questão do prestígio adquirido junto à corte e à aristocracia, além dos vários episódios narrados ao longo do capítulo, nos permitem reter algumas características importantes. Como homem da corte, Mello Franco desenvolveu estratégias de ascensão social razoavelmente bem definidas. Além disso, procurou não só garantir as conquistas adquiridas ao longo do caminho, como também convertê-las em benefício de seus familiares aos moldes da sociabilidade do Antigo Regime. Ao analisar sua trajetória por esse viés, fazemos emergir um personagem distinto daquele geralmente descrito como egresso dos cárceres do Santo Ofício e autor de polêmicas obras anônimas. Tendo isso em vista, no próximo capítulo, trataremos dessa

³⁸⁵ Ata da assembleia de 11 de fevereiro de 1810. BACL, Atas anteriores a 1810.

³⁸⁶ Como destaca Ana Araújo, parte dos portugueses exilados na capital inglesa durante esses anos teriam papel decisivo na articulação de movimentos de contestação do governo português anos seguintes, sobretudo através de uma imprensa de emigração, como veremos no capítulo 4. ARAÚJO, op. cit. p.39.

³⁸⁷ Idem.

outra faceta geralmente atribuída a Francisco de Mello Franco. Apesar de duvidosa do ponto de vista historiográfico, como veremos, ela joga luz sobre questões importantes para a compreensão do universo do pensamento médico português de finais do Setecentos.

Capítulo III

Médicos do Homem, não apenas do corpo: a redefinição do papel social da medicina em Portugal final do século XVIII.

No final de 1794, foi posta a venda nas lojas de livreiros de Lisboa uma obra intitulada *Medicina Theologica*. Apesar de se tratar de obra anônima, sua impressão havia sido precedida de todas as formalidades requeridas pela censura régia, recebendo a aprovação da *Real mesa da comissão geral sobre o exame e censura de livros*. No entanto, o clamor gerado pelo seu conteúdo foi tal que pressionou as autoridades a voltarem atrás em sua decisão e mandar recolher todos os exemplares ainda disponíveis. Como era de se esperar, o efeito gerado pela atrapalhada proibição foi o oposto ao pretendido: a procura pela obra foi ainda maior que a inicial, fazendo com que o valor cobrado pelos exemplares restantes chegasse a 6:400 réis no mercado clandestino.³⁸⁸

O texto foi recebido como um ataque aos confessores. Acusados de serem incapazes de distinguir o pecado da patologia, eram chamados a se instruir em medicina- mais especificamente de neurologia- antes de aplicarem penitências a seus fiéis. Seu título completo era *Medicina Theologica, ou supplica humilde, feita a todos os Senhores Confessores, e Directores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes a emenda dos peccados, principalmente da Lascivia, Colera, e Bebedice*³⁸⁹. Ao longo de 23 capítulos, seu autor também dissertava sobre a natureza das paixões no homem e seus efeitos sobre sua condição física e moral, além de estabelecer uma dietética voltada para seu controle em alternativa às penitencias morais aplicadas pelos clérigos.

Pode-se ter uma ideia do tipo de apreensão que afirmações dessa ordem causariam numa sociedade profundamente marcada pelo catolicismo. Como já notamos anteriormente, mesmo nos tempos pombalinos, quando a autoridade longamente enraizada da Companhia de Jesus foi desafiada, a sacralidade da Igreja Católica e a legitimidade de sua jurisdição sobre a salvação das almas dos súditos nunca foi posta em xeque. Questionamentos desse viés sempre estiveram muito além dos limites e dos objetivos das reformas, vide a estrita delimitação do espaço de atuação concedido pela Coroa aos homens ilustrados sob seu comando, conforme tratamos no último capítulo.

³⁸⁸ SILVA, Francisco Innocencio da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Vol.6. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p.175

³⁸⁹ **Medicina Theologica ou súplica humilde feita a todos os senhores Confessores e Directores sobre o modo de proceder com os seus penitentes na emenda dos peccados, principalmente da lascívia, cólera e bebedice**. Lisboa: Officina Antonio Galhardo, 1794.

As reações foram várias. O viajante francês Carrière destacou o distúrbio causado pela obra na ocasião de sua publicação que, “indignou os cidadãos de diversas classes, bradaram os devotos, os verdadeiramente devotos ficaram escandalizados e as pessoas de bem resmungaram”³⁹⁰. Segundo o viajante, o tumulto atingiu tal magnitude que chegou ao conhecimento do governo, que respondeu com a supressão da *Real Mesa da Comissão Geral sobre o exame e censura de livros*, embora os vencimentos de seus membros tenham sido mantidos. A medida governamental teria causado um vazio de pelo menos seis meses nos órgãos da censura estatal, o que prejudicou enormemente o comércio de livros³⁹¹.

No que diz respeito a seu conteúdo, Carrière manifesta desprezo similar ao que dispensava à produção intelectual lusitana de forma geral. Descreve-a como

“obra impregnada de materialismo, de proposições equívocas, de absurdos, de ridicularias, de obscenidades, de troças provocantes que podiam aquecer as imaginação dos portugueses, já de si tão quente, ensinando o caminho do vício aos jovens dos dois sexos e às virgens consagradas ao Senhor. Favorecendo os maus costumes, era um livro verdadeiramente perigoso”³⁹².

Do ponto de vista teológico, a reação mais contundente veio alguns anos depois. Em 1799, o Frei Manuel de Santa Ana publicou as *Dissertações theologicas medicinaes, dirigidas a instrução dos penitentes, que no sacramento da penitencia sinceramente procurão a sua santificação, para que se não contaminem com os abominaveis erros de hum livro intitulado Medicina Theologica, ou Supplica Humilde a todos os Senhores Confessores, e directores, etc. Cujos erros refuta nesta obra com a verdadeira doutrina dos Padres, escritura e sagrados concilios*³⁹³. De maneira geral, o Franciscano da província da Arrábida tentava reabilitar a primazia da confissão e da penitência diante do ataque do escrito anônimo. Para ele, o deslocamento do tratamento dos distúrbios morais da esfera da penitência para a dos remédios físicos significava uma afronta que colocava

³⁹⁰ CARRIÈRE, J.B.F. **Panorama de Lisboa no ano de 1796**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989. p. 104,105.

³⁹¹ Ibid., p.105. Retomaremos a questão da supressão da Real Mesa mais adiante.

³⁹² Idem.

³⁹³ SANTA ANNA, Manuel de. **Dissertações theologicas medicinaes, dirigidas a instrução dos penitentes, que no sacramento da penitencia sinceramente procurão a sua santificação, para que se não contaminem com os abominaveis erros de hum livro intitulado Medicina Theologica, ou Supplica Humilde a todos os Senhores Confessores, e directores, etc. Cujos erros refuta nesta obra com a verdadeira doutrina dos Padres, escritura e sagrados concilios**. Lisboa: Regia officina typografica. 1799. 2. v.

em risco toda a sustentação da relação tradicional do Homem com o Divino. Aos seus olhos, tratava-se de uma evidente negação da fé³⁹⁴.

Ao observarmos a exaltação de ânimos gerada pela obra à luz da trajetória de Francisco de Mello Franco até aquele momento, surpreende que a autoria da *Medicina Theologica* tenha ficado tão associada ao médico de Minas Gerais. Conforme temos mostrado, entre sua formatura na Universidade de Coimbra em 1786 e a publicação da obra polêmica no final de 1794, nosso personagem pôs em prática uma bem-sucedida estratégia de ascensão profissional. Naquela altura, o jovem e ambicioso médico egresso das cadeiras de Coimbra havia se tornado um respeitado clínico da Corte em Lisboa, com amplo trânsito entre setores da elite ilustrada e do poder régio. O risco de pôr tudo a perder parecia ser demasiado grande para uma figura tão zelosa de suas conquistas, mesmo que seu passado de herege do Santo Ofício pese em contrário.

Por outro lado, essa não é a única obra anônima, e polêmica, atribuída a nosso personagem. Vimos no capítulo 1 que, de forma não menos incerta, afirma-se que o poema *Reino da Estupidez* tenha circulado em Coimbra a partir da pena de Mello Franco em meados da década de 1780. Além dessa, mais duas obras são também atribuídas a Mello Franco: trata-se da *Resposta ao Filósofo Solitário* e *Resposta Segunda ao Filósofo Solitário*, ambas publicadas em 1787 em réplica à obra apócrifa *O Filósofo Solitário*, que circulou pela corte na época.

Em linhas gerais, o texto de inspiração rousseauiana apontava a vida em sociedade como a causa da degeneração humana e, à semelhança do filósofo de Genebra, defendia uma reaproximação do homem com sua natureza através de um regime de vida campesino. As duas respostas, por sua vez, contrapunham-se o escrito anônimo e defendiam a vida em sociedade como condição essencial para o pleno desenvolvimento humano, tendo o conhecimento médico na condução do processo.

Nas próximas páginas, refletiremos sobre a questão da autoria da *Medicina Theologica* à luz da trajetória de Francisco de Mello Franco, eventualmente tecendo algumas considerações sobre as respostas ao *Filósofo Solitário*. Embora trate-se de um enigma de difícil elucidação, veremos como uma análise mais detalhada do tema pode revelar conclusões surpreendentes.

³⁹⁴ Para uma análise mais concisa dos argumentos de Santa Anna ver: NUNES, Rossana. **Nas sombras da libertinagem:** Francisco de Mello Franco (1757-1822) entre Luzes e Censura no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

Por outro lado, o conteúdo e a recepção dessas obras em seu contexto de origem geraram debates demasiado ricos para que sejam eclipsados pela busca por seu real autor. Mais do que obras polêmicas, trata-se de escritos que apontam para a redefinição do papel desempenhado pelo conhecimento médico na sociedade portuguesa no final do Setecentos. As referências mobilizadas tanto pelos seus autores quanto pelos seus detratores revelam que a circulação de ideias filosóficas, em especial, as orientações pedagógicas na base da formação médica em Coimbra iam muito além do que os Estatutos de 1772 deixavam entrever. Mesmo diante da possibilidade de nosso personagem não ter se envolvido diretamente nas discussões, é certo que estava a par desse universo de ideias, conforme suas obras posteriores demonstrariam.

Sendo assim, nossa análise se concentrará em 4 questões principais: 1) a autoria e as apreensões geradas pela *Medicina Theologica* no contexto da perseguição às ideias sediciosas em Portugal no final do século XVIII; 2) as concepções acerca da natureza humana mobilizadas na obra à luz dos debates médicos da época; 3) uma breve apreciação da circulação de ideias médicas na faculdade de Medicina de Coimbra após 1772; 4) por fim, faremos algumas considerações sobre o debate em torno do *Filosofo Solitário*, sobretudo as concepções da relação medicina e sociedade articuladas pela obra e por seus críticos.

- O ofício de Pina Manique de 17 de dezembro de 1794: libertinagem em Lisboa no final do século XVIII.

Logo após a proibição do escrito pela Real Mesa Censória, iniciou-se uma implacável busca pelo autor de obra tão polêmica. À frente dos esforços persecutórios, mais uma vez encontramos a figura de Diogo Inácio de Pina Manique, o Intendente Geral da Polícia de Lisboa. Em dezembro de 1794, intendente enviou um relatório ao mordomo Mor-Marquês de Ponte Lima, no qual relava os rumos da investigação:

“Tendo noticia que em huma Taverna, que fica na Rua Direita dos Remulares, sahe ao Caes, se juntavão huns estrangeiros, cantando ao som de huma Rabeca todas as noites, e que as cantigas eram as Revolucionarias, e nos intrevalllos conversavão em voz alta em Francez, aprovando os procedimentos da conversão, e terem por justo a morte do Infeliz Reu Luiz dezesseis, da Raynha, e da Infanta, e aplaudindo isto ao som da Rabeca, e das cantigas, e não faltavão noite alguma na mesma Taverna a executar o que refiro: Mande averiguar este facto por meyo de hum sumario pelo corregedor do bairro dos Remulares, e dele verá Vossa Excelência, o que consta, e se verifica ser certo o facto das cantigas, que cantavão

cinco francezes, e de hirem a mesma taverna todas as noites; ainda que como erão cantadas em Francez, as testemunhas não depõem do que ellas continham, e só vim a primeira do sumario, que he o Medico, que foi da Camera de Sua Magestade o Infeliz Rey Luiz Decimo sexto, que especificamente depões serem as mesmas, cantigas das Revolucionarias, e que as conversas, que estes cinco franceses, tinham entre si eram sediciosas”³⁹⁵.

Ao serem interrogados sobre suas atividades suspeitas, os cinco franceses admitiram as reuniões na dita taverna todas as noites, onde cantavam ao som da rabeca, porém, negaram o conteúdo sedicioso das conversas e das canções. Pina Manique dá especial atenção ao fato de dois dos suspeitos terem confessado frequentar a casa do Consul da América do Norte, personagem que já estava na mira da Intendência de Polícia há algum tempo. Pina Manique insinua a formação de um grupo de libertinos em torno da figura do “temível” diplomata.

Segundo ele, um dos franceses detidos também teria ligações com o irlandês Henrique Gallwey, um “jacobino do Partido do Consul da América”. Gallwey também era velho conhecido de Pina Manique. Anos antes, durante uma revista a um navio que aportou em Lisboa com artistas irlandeses, o intendente tentou convencê-los a ficar na cidade. Na ocasião, Gallwey era o comissário da embarcação e confessou ao intendente que eles se destinavam à América do Norte. Agora, suas suspeitas em torno da relação do irlandês com os americanos se confirmavam: um dos franceses suspeitos informou em seu depoimento que o irmão de Gallwey estava para se casar com a filha do Consul³⁹⁶.

As revelações não paravam por aí. Cada informação que chegava ao conhecimento de Pina Manique era mais uma peça de uma quebra-cabeça que o intendente tentava montar. Conforme relata alguns parágrafos adiante, havia outro personagem cujas ligações suspeitas com o Consul também chamavam sua atenção:

“Devo igualmente notar a V.E. para combinar, como digo, com o que tenho dado contas a V.E. nas datas de 5, e 6 de Novembro, e 7 de Agosto do presente anno, e outras mais que tenho feito presenta a V.E. sobre os factos desta natureza, em os quaes entra o consul da America, e os seos sequazes, o quanto hé terrível este Consul da America; agora tenho averiguado que este papel, que sahio impresso denominado “Medicina Theologica” foi levado à imprensa por Caetano Dragace, o que escreve, e assiste em caza do Consul da America”³⁹⁷.

³⁹⁵ ANTT, Intendência Geral da Polícia, Conta para a Secretaria, L. IV, págs. 232-233. O documento também foi transcrito por Inocêncio Francisco da Silva em seu Dictionnaire Bibliographique Portuguez, no verbete referente à Medicina Theológica, tomo VI, p.175. Disponível on line em <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/016843-06#page/179/mode/1up> Acessado em 16 de agosto de 2016.

³⁹⁶ ANTT, Intendência Geral da Polícia. Conta para a Secretaria, L. IV, págs. 232-233.

³⁹⁷ ANTT, Intendência Geral da Polícia. Conta para a Secretaria, L. IV, págs. 232-233.

Tratava-se do veneziano Caetano Dragazzi, preso por Pina Manique sob a acusação de sedição, em cuja residência o intendente relatava ter encontrado os originais de outra obra anônima, intitulada *Dissertação sobre o Estado passado e presente de Portugal* de conteúdo “pouco favorável” à Rainha, seus ministros e seu confessor.

Ao que parece, Manique acreditava estar diante de uma trama conspiratória. Na casa de Dragazzi, também havia encontrado “numero e quesitos” de perguntas feitas pelo “Ministro Residente da America” acerca do “estado em que se achavão os Arsenaes e as foras do Exercito.” De acordo com o Intendente, as respostas teriam sido feitas pelo veneziano suspeito em conjunto com um francês chamado Vautier “que servia de guarda livros a Braz Francisco Lima, cazado com a sobrinha do Marechal de Campos Bartholomeu da Costa”³⁹⁸.

De posse dos escritos apreendidos durante as diligências que resultaram nas prisões de Dragazzi e Vautier, Pina Manique relata ter mostrado:

“a letra do papel intitulado *Dissertação sobre o Estado passado e presente de Portugal* (...)ao Impressor Antonio Rodrigues Galhardo,[que] declara, sem duvida, ser a letra própria do original do papel intitulado *Medicina Theologica*, que esta na Real Meza da Comissão Geral”³⁹⁹.

A trama se fechava aos olhos do Intendente. Ele destaca então o potencial sedicioso das duas obras anônimas e “o quanto vão avançando os passos para por huma parte atacarem a Religião, que temos a fortuna de professar, na parte mais essencial, e no outro papel o Trono, e os seos Ministros de Estado”.⁴⁰⁰ Em seguida, faz um alerta a Ponte de Lima:

“Confesso a V.E. que lembrando-me do que acontecia em Pariz, e em toda a França, cinco anos antes do ano de 89, pelas tavernas, pelos cafés, pelas praças, e pelas Assembleas a liberdade, e indecência, com que se falava nos Misterios mais Sagrados da Relligião Catholica Romana, e na Sagrada Pessoa do Infeliz Rey, e da Raynha...”⁴⁰¹.

Pina Manique aproveita a referência à Revolução Francesa para fazer outra denúncia ao Ministro: afirma encontrar-se em Lisboa um tal Brossonete, e que este seria “sócio de Robespier”. O “terrível homem”, como descreve, ficaria por vezes hospedado

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Idem.

na “caza do Espírito Santo de Lisboa” com o Padre Theodoro de Almeida e outras com o Abade Correa da Serra⁴⁰² Acrescenta ainda que o “dito Francez com as suas mal intencionadas intenções” pretendia “ganhar o conceito de algumas pessoas de sexo frágil” como forma de “disseminar suas errôneas e sediciosas Doutrinas”⁴⁰³.

O intendente nutria profunda desconfiança em relação aos homens de letras de Lisboa, e parecia querer informar o ministro sobre tudo o que fosse possível. Logo em seguida, retoma o assunto da polêmica aprovação da *Medicina Theológica* pela Real Mesa da Comissão Geral, e afirma ter verificado que os originais em posse do impressor Antonio Rodrigues Galhardo só continham a assinatura do principal presidente e de mais dois deputados, o Padre Antonio Pereira de Figueiredo e o militar de origem germânica João Guilherme Muller. Enfatizava o perfil suspeito de ambos, “conhecidos por muita gente por sediciosos e perigosos”. Sobre Müller, mencionava ainda seu “espírito Republicano”, comprovado por sua duvidosa aclamação das “ações dos franceses” na Gazeta de Lisboa⁴⁰⁴.

Para além da questão em torno da autoria da *Medicina Theologica*, o ofício de Pina Manique revela muito sobre o clima de apreensão que pairava sobre as autoridades régias naquela época, como se percebe pelo tom de urgência das palavras do intendente deixa entrever. Desse modo, a polêmica em torno do escrito anônimo atribuído a Mello Franco, assim como o próprio ofício, não pode ser devidamente compreendida sem que se faça referência a esse contexto. Por isso, antes de nos debruçarmos sobre as supostas relações de nosso personagem principal com a *Medicina Theologica*, faremos uma breve incursão no ambiente de circulação de ideias em Portugal ao final do Setecentos.

Como descreve Vilallata, a passagem do século XVIII para o XIX foi marcada por uma inquietude política, social, cultural e religiosa entre as autoridades comprometidas com a defesa das instituições do Antigo Regime português⁴⁰⁵. De maneira geral, expressões de contestação da autoridade política e religiosa irrompiam de maneira cada vez mais frequente entre grupos tributários de vertentes mais radicais do pensamento ilustrado. Aos olhos das autoridades repressoras, era frequente que os indivíduos ligados a esses grupos fossem identificados a partir da etiqueta de “libertinos”, como define o autor:

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime Português (1788-1822)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016., p.45.

“Na passagem do século XVIII para o século XIX, o libertino era aquele que usava a razão como crivo básico para o entendimento e a vivência do mundo. Disto poderia derivar a heresia, e/ou um desregramento moral, e/ou a contestação política. Portanto, no contexto supracitado, libertino poderia tanto ser o ‘livrepensador’ tributário do pensamento das Luzes radicais, com o ‘herege’ ou o ‘monarcômano’, ou o devasso, reunindo essas quatro condições, ou duas delas, sem que esta combinação, frise-se, fosse necessária”⁴⁰⁶.

Na tentativa de garantir o controle político e doutrinário caro à manutenção da legitimidade do estado monárquico e do catolicismo, o aparato repressor governamental teve na Inquisição e na Intendência Geral de Polícia de Lisboa duas de suas principais frentes de combate à libertinagem. A Intendência havia sido criada em 1760 pelo marquês de Pombal, e desde 1780, um decreto de D. Maria I havia feito de Pina Manique seu chefe. Suas atribuições eram amplas e cobriam vários setores da administração pública.

Já mostramos no capítulo anterior como o órgão exercia interferência direta nos procedimentos regulatórios das profissões médicas em Portugal nesse mesmo período, no entanto, suas competências iam muito além disso. A intendência também era responsável pela assistência e vigilância de mendigos, órfãos e desvalidos⁴⁰⁷, limpeza das ruas, iluminação pública, organização do comércio de rua e dos estabelecimentos comerciais, e regulação de outros ofícios além dos de saúde, como torneiros, fogueteiros, hortelões e outros⁴⁰⁸. Em outras palavras, ela exercia papel decisivo na manutenção da ordem pública, e uma vez que ideias sediciosas estivessem em circulação, a repressão também seria da sua alçada.

Mas não era apenas isso que estava em jogo naquele momento. As manifestações críticas à ordem vigente eram sintoma de uma mudança de atitude mais profunda, inscrita na vaga iluminista que varria várias partes da Europa setecentista. Em suas investigações, Pina Manique assistia a um movimento cujos contornos eram muito mais amplos do que as fronteiras do reino, ou mesmo do próprio império português. Tratava-se da emergência, em Portugal, de uma esfera pública cada vez mais comprometida com a emancipação da consciência pública em relação ao estado monárquico e à Igreja. Como descreve Villalta, mais do que meras heterodoxias, as leituras e os escritos libertinos propunham uma visão dessacralizadora dos textos e do mundo, apontando para uma nova ordem moral, religiosa e política⁴⁰⁹.

⁴⁰⁶ Ibid. p.45 [nota 30].

⁴⁰⁷ Sobre as atividades de assistência da IGP na administração de Pina Manique, ver: ABREU, Laurinda. **Pina Manique...** op. cit.

⁴⁰⁸ VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime Português...** op. cit., p.46.

⁴⁰⁹ VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime Português...** op. cit. p.63.

O potencial transformador desse movimento não passava despercebido para o Intendente de Polícia. Mencionamos no último capítulo como, na década de 1790, parte das monarquias europeias acompanharam incrédulas os desdobramentos do movimento revolucionário francês iniciado em 1789. Nesse contexto, a sombra do processo de independência das colônias inglesas na América do Norte, iniciado em 1776, e as revoltas escravas no Haiti, a partir de 1791, também contribuíam para afligir de maneira particular uma monarquia escravocrata e profundamente dependente de suas posses no além-mar.

É precisamente a esse estado de coisas que Pina Manique faz alusão no ofício de dezembro de 1794, quando alerta o Ministro-mor sobre a semelhança entre os casos de libertinagem em Lisboa e o ambiente intelectual parisiense às vésperas da revolução, citado acima. Se nada fosse feito contra esta esfera pública emergente, Portugal não escaparia de ter o mesmo destino que a França. De certa forma, os temores do intendente não eram infundados, e o clima de contestação das autoridades instituídas não era exclusivo de Lisboa, espalhando-se também por outras partes do Império Português, em especial a América Portuguesa.

Como aponta Villalta, mesmo que não tivesse as mesmas proporções que no Reino, a presença dessa “audiência” crítica não pode ser subestimada, sobretudo em cidades como o Rio de Janeiro, Recife e Salvador. O autor mostra como, nessa época, multiplicaram-se as perseguições a indivíduos e grupos que professavam ideias vistas como ameaçadoras à ordem política, religiosa e colonial. Na Bahia, inclusive, utilizava-se o termo “francesia” para designar ações que expressassem sentimentos antimonárquicos, autonomistas ou antirreligiosos⁴¹⁰.

Essa renovada esfera mental desdobrou-se em movimentos que puseram em questão as relações entre colônia e metrópole na América Portuguesa, em parte, embalados pelo processo de deterioração da economia imperial. Como Kenneth Maxwell descreveu, para além de suas especificidades locais, as conjurações ocorridas em Minas e na Bahia podem ser tomadas como exemplo de movimentos cuja inspiração ideológica, em graus variados, flertou com experiências exteriores ao império português. São conhecidas as tentativas de aproximação de brasileiros com figuras ligadas ao movimento da independência americana, como foi o caso dos estudantes de Minas Gerais José Joaquim Maia e Barbalho e Domingos Vidal Barbosa, que travaram contato com Thomas Jefferson, em 1786. Ambos eram estudantes de medicina da Faculdade de Montpellier e

⁴¹⁰ Ibid., p.53-54.

articularam-se com Jefferson durante sua estadia na França nos anos que antecederam a revolução⁴¹¹. No caso baiano, a experiência francesa foi ainda mais marcante no que tocava à emancipação política, igualdade entre os indivíduos e libertação dos cativos, mesmo que as razões humanitárias não fossem a motivação maior desse último ponto⁴¹².

Conexões dessa natureza alimentavam as inquietações das autoridades, o que se expressa no empenho de Pina Manique em desvendar redes potencialmente conspiratórias entre libertinos portugueses e estrangeiros. Não é por acaso que personagens como o padre Theodoro de Almeida, o Abade Correia da Serra, o padre Antonio Pereira de Figueiredo e o João Cristiano Müller são descritos em tom tão suspeito pelo intendente. Como membros da intelectualidade portuguesa, eram participantes ativos das redes de sociabilidade intelectual e política que, conforme vimos nos capítulos anteriores, ao mesmo tempo em que conferiam vigor ao reformismo ilustrado português, poderiam significar uma ameaça ao Estado monárquico.

O Padre Theodoro de Almeida foi figura emblemática das ambíguas relações entre religiosidade e filosofia natural na ilustração portuguesa, e sua extensa produção intelectual contribuiu de maneira destacada no processo de renovação cultural do Reino. Membro da ordem dos Oratorianos, foi perseguido por Pombal logo após este ter concluído sua ofensiva contra os jesuítas. Exilado, só retornou a Portugal após a queda do Ministro de D. José I em 1777. Enquanto esteve ausente, estabeleceu contato com personagens da intelectualidade lusitana dentro e fora do reino, como João Chevalier, José Seabra da Silva e Antonio Ribeiro Sanches.⁴¹³

O Abade Correia da Serra, como sabemos, esteve entre os principais artífices da criação da Academia de Ciências de Lisboa, e exerceu papel de destaque nas articulações políticas da intelectualidade ilustrada ligada à instituição.

Também membro da ordem dos Oratorianos, o padre Antonio Pereira de Figueiredo havia sido figura próxima a Pombal, e destacou-se como um dos principais teóricos do regalismo que respaldou a ofensiva contra os jesuítas durante seu consulado. Desde a demissão do ministro em 1777, ficou em posição delicada no contexto da reordenação política do governo mariano⁴¹⁴.

⁴¹¹ MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790... op. cit. p.157-158.

⁴¹² Ibid. p.177.

⁴¹³ Sobre a trajetória de Theodoro de Almeida ver: DOMINGUES, Francisco Contente. **Ilustração e Catolicismo: Teodoro de Almeida**. Lisboa: Colibri, 1994.

⁴¹⁴ SANTOS, Candido dos. Anónimo Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung: ensaio sobre o regalismo e jansenismo em Portugal na segunda metade do século XVIII. **Revista de História das ideias**, volume 4 , tomo I, 1982, pp.167-203; DOMINGUES, Francisco Contente... op. cit.

Nascido em Göttingen, João Cristiano Müller, mudou-se para Lisboa em 1773. Seus estudos sobre a língua portuguesa lhe renderam a nomeação para membro supranumerário da Academia das Ciências em 1787. Após converter-se ao catolicismo, passou a servir à Coroa portuguesa, sendo nomeado para deputado da Real Mesa da Comissão Geral, e posteriormente, tradutor na Marinha portuguesa. Ao que parece, as suspeitas de Pina Manique sobre Müller não foram adiante, visto que seria eleito secretário da Academia de Ciências em 1809⁴¹⁵. Vale lembrar que a expulsão dos franceses pôs em curso um movimento de perseguição aos suspeitos de colaboração com os invasores na Academia conforme tratamos no capítulo 2. Nesse caso, se houvesse desconfianças em relação a Müller, o mais provável é que seu nome fosse rejeitado para o cargo, o que não ocorreu.

Apesar das trajetórias heterogêneas, esses personagens tinham em comum as articulações, mesmo que de natureza diversa, no cenário político do reino e, sobretudo, um contato próximo com a cultura das luzes. Já bastava para que se tornassem suspeitos aos olhos de Pina Manique. Contudo, não consta entre os alvos do intendente um nome muito caro à nossa narrativa: Francisco de Mello Franco.

Pelo que já sabemos da trajetória do médico de Minas Gerais até aqui, não resta dúvidas de que ele seria objeto das investigações da Intendência Geral de Polícia caso tivesse levantado alguma suspeita. Seu passado de “herege e dogmático”, a ativa atuação nas redes de sociabilidade da intelectualidade ilustrada de Lisboa e suas conexões na corte, poderiam facilmente ter pesado contra nosso personagem, e excitado a fina sensibilidade de Pina Manique em sua busca por conspirações sediciosas.⁴¹⁶ No entanto, as suspeitas tomaram outra direção. Ao invés de Mello Franco, Pina Manique prendeu Caetano Dragazzi como autor da *Medicina Theologica*. Como se pode conferir no ofício, a apreensão do manuscrito *Dissertação sobre o Estado passado e presente de Portugal* na residência do veneziano e a suposta confirmação do editor Antonio Rodrigues Galhardo de que a letra deste conferiria com as do original da *Medicina Theologica* pareciam confirmar as suspeitas do Intendente. Embora isso não seja suficiente para

⁴¹⁵ MORATO, Francisco Manoel Trigozo D’Aragão. Elogio Histórico de João Christiano Müller. In.: **História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa**, vol.4. pt.2 Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1815. p.LXXII.

⁴¹⁶ A autoria do Reino da Estupidez também poderia ser mais um fator a fortalecer essa hipótese. No entanto, além de sua real participação na produção do poema ser incerta, conforme já tratamos, não sabemos se nessa época Mello Franco já seria apontado como seu autor.

comprovar a autoria de Dragazzi, caso seja verídico, pode indicar que ele estivesse pelo menos ligado ao círculo de libertinos em torno do Consul Americano.

A questão que chama a atenção é que, além de nenhuma suspeita ter pairado sobre Mello Franco na época, não há nenhuma evidência de que ele tivesse qualquer relação com o grupo, pois até onde pudemos verificar, suas redes de sociabilidade passavam ao largo das figuras citadas por Pina Manique. Diante disso, Augusto da Silva Carvalho, em seu já mencionado artigo biográfico sobre Francisco de Mello Franco, mostra-se cético quanto a autoria do médico, e acrescenta que a *Medicina Theologica*, do ponto de vista intelectual, destoa do restante de sua produção⁴¹⁷. De fato, como analisaremos na próxima seção, a obra parece dialogar com debates médicos ocorridos no contexto francês em meados do século XVIII. Os autores que servem como referência filosófica para boa parte dos posicionamentos mais marcantes no escrito jamais foram mencionados por Mello Franco no restante de suas obras, nem mesmo no *Tratado da Educação Física dos Meninos*, publicado apenas quatro anos antes da *Medicina Theologica*.

Do ponto de vista de sua trajetória, a autoria de obra tão polêmica fica ainda mais improvável ao considerarmos que a publicação da obra anônima de 1794 coincide justamente com o período de ascensão de Mello Franco na corte de Lisboa. Como temos mostrado, em 1794 ele já havia adquirido notoriedade como médico da corte e prestava serviços na Câmara Real, para a qual havia sido nomeado apenas um ano antes. Tudo isso após uma entrada relativamente precoce na Academia de Ciências como correspondente, pela qual havia publicado sua primeira obra ainda em 1790. Visto por essa perspectiva, parece que naquela altura seu passado de estudante condenado pela Inquisição estava distante, dando lugar a um homem tão abastado quanto comprometido com sua ascensão sócio profissional e de sua família, um perfil que manteria até o fim de sua vida.

Diante disso, e tendo em vista a complexidade e a volatilidade das relações de corte características do Antigo Regime, não é difícil perceber o altíssimo risco que um personagem como Mello Franco correria ao publicar obra de teor tão polêmico. É provável que a simples suspeita de que a obra fosse de sua autoria bastaria para que as posições conquistadas ao longo de sua carreira fossem afetadas de maneira praticamente irreversível. Definitivamente, esse não parece ser o perfil do personagem que nossa análise vem revelando.

⁴¹⁷ CARVALHO, op. cit. p.30

Além disso, há outros fatos que parecem afastar ainda mais a sombra do manuscrito anônimo da trajetória de nosso personagem. Quase 27 anos depois da publicação da *Medicina Theologica*, a edição de 18 de agosto de 1821 do *Diario das Cortes Geraes Extraordinárias da Nação Portguezza* registrava que:

“D. Anna Dragazzi, viuva de Caetano Alberto Dragazzi, expõe que havendo seu marido feito imprimir no anno de 1794 um livro intitulado *Medicina Theologica*, de que fora redactor, fora este prohibido depois de impresso, fazendo-se apprehensão a 2000 exemplares por ordem da Meza do Desembargo do Paço, e além disto se procedera a prisão pelo dito Dragazzi, na qual este contraíra a moléstia de que depois falleceo.

Pede que se lhe entreguem os exemplares que forão apprehendidos ou a sua importância”⁴¹⁸.

Após julgar o caso, a Comissão de Instrução Pública decidiu que a viúva de Dragazzi não tinha direito de receber o preço correspondente aos exemplares recolhidos, uma vez que a apreensão havia sido feita por tribunal competente: “mas que em atenção á despesa que diz fizera seu marido nesta impressão, e a ter-se proclamado a liberdade d'imprensa, se lhe devem restituir os exemplares que existirem...”. Sem maiores exigências, a devolução dependeria apenas da comprovação, da parte de Anna Dragazzi, de que os exemplares “de direto lhe pertencem”⁴¹⁹.

Além de contar como evidência de que Caetano Dragazzi esteve, de fato, relacionado à *Medicina Theologica*, a nota traz outras pistas relevantes sobre o caso. Em primeiro lugar, ela nos dá uma noção de seu alcance editorial: a tiragem de 2000 exemplares indica que se trata de uma obra de recepção considerável entre o público leitor português. Isso sem considerar o número de exemplares que continuaram circulando na clandestinidade após a proibição. Com isso, também poderíamos especular sobre as intenções de Anna Dragazzi em reaver os escritos. É presumível que, ao exigir a devolução dos exemplares como alternativa ao pagamento de sua importância, a viúva pretendesse mais do que simplesmente ser indenizada pelo destino de seu marido. Afinal, não faria muito sentido manter os 2000 exemplares da *Medicina Theologica* sob sua guarda, sendo mais provável que ela tivesse intenção de coloca-los à venda ou até mesmo reeditá-los.

Pouco sabemos sobre a situação pecuniária da viúva nessa época, mas um aviso publicado na *Gazeta de Lisboa* alguns anos antes fornece mais algumas pistas relevantes

⁴¹⁸ *Diario das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portguezza*, n.178, 1821, p.2320.

⁴¹⁹ *Idem*.

sobre ela e seu falecido marido. Na edição de 10 dezembro de 1817, Anna Dragazzi, descrita como “viúva de hum negociante desta Praça”, propunha estabelecer uma “casa de Educação” na rua dos Faqueiros nº121. Coadjuvada por suas filhas, a diretora cobrava entre 600 e 14\$000 réis mensais para ensinar a meninas habilidades variadas como leitura, “cozer e marcar”, “bordar”, “fazer flores” e “aprender a ler, e falar o Francez.”⁴²⁰. Não sabemos se a fundação da escola teve alguma relação com possíveis dificuldades financeiras decorrentes da morte de seu marido, o que também poderia ser uma motivação para solicitar a os valores correspondentes aos exemplares apreendidos anos mais tarde. Mas o fato de a publicação se referir a Anna Dragazzi como viúva de um comerciante indica que Caetano Dragazzi não exercia atividade médica. Sendo assim, é possível que ele também não fosse o autor da obra, mas alguém responsável por sua publicação.

Quanto à decisão da Comissão de Instrução Pública, esta seria um completo disparate aos olhos dos censores de 1794. Como uma obra tão polêmica e ameaçadora poderia voltar à circulação 27 anos depois?

A resposta é que os tempos eram outros. Aliás, não é nenhuma coincidência que a solicitação de Anna Dragazzi às Cortes tenha sido realizada em 1821. Em 05 de abril daquele ano, um decreto do príncipe regente havia extinguido a Inquisição em Portugal, pondo termo ao longo processo de decadência da instituição. Cada vez mais criticada no contexto europeu das luzes, como descrevem Marcocci e Paiva, ela havia ganhado alguma sobrevida em Portugal durante o consulado pombalino, o que a permitiu continuar na ativa a despeito de seu crescente “anacronismo” diante da alteração do quadro de valores da cultura europeia⁴²¹. Na prática, isso significou submeter-se aos desígnios do Estado português. Mencionamos no primeiro capítulo como Pombal se utilizou do órgão para perseguir seus desafetos políticos e garantir o espaço de sua agenda reformista, a exemplo da criação da própria criação da Real Mesa Censória de Livros em 1768. Contudo, isso não reverteu o processo de esvaziamento de suas atividades e de sua razão de ser diante das transformações culturais em curso.

Marcocci e Paiva mostram como, ao longo da segunda metade do século XVIII, o tribunal inquisitorial teve seus procedimentos cada vez mais contestados, o que se traduziu numa perda progressiva de legitimidade. Os grandes rituais que alardeavam sua atuação no passado foram suprimidos, e práticas como açoites severos e galés foram

⁴²⁰ Gazeta de Lisboa, 10 de dezembro de 1817, nº292.

⁴²¹ MARCOCCI; PAIVA. op. cit. p.357.

desaparecendo, assim como as punições por bruxaria e curas mágicas.⁴²² De forma alternativa, passaram a ser privilegiadas as punições verbais e degredações, ao mesmo tempo em que o tribunal se afirmava como braço auxiliar do Estado na manutenção de princípios básicos, como a monogamia e o catolicismo⁴²³.

É nesse contexto que deve ser compreendido o seu auxílio à perseguição aos libertinos no final do século. Os temores com a libertinagem vinham se adensando pelo menos desde os tempos do consulado pombalino, tornando-se uma questão mais candente a partir da década de 1770. Em parte, eram motivados por episódios que sugeriam o aumento do desrespeito à religião católica e pela Igreja, que incluíam desde roubos e sacrilégios em templos até suspeitas de leituras sediciosas. Mesmo assim, essas investigações não fugiram ao processo mais geral de esvaziamento da Inquisição portuguesa. Marcocci e Paiva destacam que apesar de terem constituído um obstáculo momentâneo, as ofensivas inquisitoriais contra a libertinagem não foram suficientes para barrar o alastramento dessas ideias pelo reino:

“...a impiedade alimentada pela adesão aos filósofos das luzes alastrava, nas décadas finais do século XVIII, por muitas outras regiões da província, desde o Alandoral a Transoco, entre professores, proprietários, lavradores, estudantes, sacerdotes, perante a brandura e inação do Santo Ofício, que raramente processava, mesmo quando dispunha de graves denúncias reveladoras de crenças heterodoxas”⁴²⁴.

Mesmo a denúncia do grupo de estudantes de Coimbra em 1779 não foge à regra. O auto de fé público que condenou Mello Franco e seus colegas em 1781 foi o último do seu tipo, e sintomático do crescente receio da instituição em tornar públicos eventos dessa natureza⁴²⁵. Nesse sentido, conforme mencionamos no capítulo 1, também não estranha que tenham sido libertados um ano depois, e menos ainda que o embaraço com o Santo Ofício não tenha afetado suas carreiras junto ao Estado português.

O governo de D. Maria I aprofundou o perfil estatizante imposto por Pombal à Inquisição. A utilização da experiência investigativa do tribunal na perseguição a

⁴²² Ibid.p.368-369. Apesar de Timothy Walker ter demonstrado um aumento significativo das denúncias de curas mágicas durante esse período, o autor expressa conclusões similares às de Marcocci e Paiva, ao afirmar que a resposta do tribunal nesses casos correspondeu muito mais ao processo de utilização da máquina inquisitorial na ofensiva da medicina acadêmica contra os curandeiros, no contexto da reorganização das profissões médicas no reino, do que à crença de que os denunciados estivessem de fato em contato com forças malignas sobrenaturais. WALKER, op. cit.

⁴²³ MARCOCCI; PAIVA. op. cit.p.369.

⁴²⁴ Ibid, p.377.

⁴²⁵ Idem.

doutrinas sediciosas serviu antes à garantia da estabilidade do regime monárquico do que à fiscalização da fé religiosa. Nesse sentido, a nomeação de um inquisidor geral em 1787 foi sintomática. Embora possa parecer uma ruptura com a política pombalina, que havia deixado o cargo vago desde 1774, a escolha de D. frei Inácio de São Caetano para o posto, confessor da monarca desde sua infância, foi demonstração explícita de que o tribunal deveria permanecer sob sua influência. Mais significativo ainda foi o fato de o novo inquisidor assumir suas funções antes do aval do Papa, mostrando seu progressivo isolamento em relação a Roma em favor do Estado português.⁴²⁶

Logo que assumiu, o novo Inquisidor tratou de alterar de maneira significativa a política censória. A criação da *Real Mesa da Comissão Geral sobre o exame e censura de livros* extinguiu a estrutura da *Real Mesa Censória* criada por Pombal. No lugar de uma organização tripartida, composta pelo Desembargo do Paço, inquisidores e bispos, optava-se pela exclusão de qualquer elemento ligado ao Santo Ofício, deixando-o isolado da vigilância sobre a circulação de livros. No entanto, no contexto da perseguição à *Medicina Theologica* anos mais tarde, essa opção seria revista.

Já mencionamos que a repercussão causada pelo aparecimento da obra em novembro de 1794 fez com que sua aprovação inicial pela Real Mesa da Comissão Geral fosse revogada. Segundo afirmou o viajante francês Carrière, citado acima, a mudança de posição foi uma resposta à pressão de setores da sociedade lisboeta escandalizados com seu conteúdo, de maneira que a crise gerada teria sido responsável pela extinção da própria *Real Comissão Geral*⁴²⁷.

Embora não saibamos até que ponto o caso da *Medicina Theologica* motivou a medida régia, o fato é que o decreto que determinou a supressão do órgão censório foi publicado no mesmo dia que o ofício de Pina Manique: 17 de dezembro, ou seja, algo em torno de um mês após a publicação do escrito anônimo. Um novo decreto de 30 de julho do ano seguinte reabilitou a influência inquisitorial sobre a censura de livros, ao retomar a estrutura tripartida dos tempos pombalinos. No entanto, apesar de um aumento das denúncias de livros proibidos a partir de meados da década de 1790, somente 4 processos forma instaurados até 1820⁴²⁸.

Finalmente, a Inquisição chegaria a seus últimos anos extremamente combalida. Como mostrou Bethencourt, a emergência do liberalismo a havia tornado mais

⁴²⁶ Ibid., p.381-389.

⁴²⁷ CARRIÈRE, op. cit. p.105.

⁴²⁸ MARCOCCI; PAIVA. op. cit. 389-390.

enfraquecida do que nunca. No alvorecer da década de 20 do Oitocentos, o projeto hegemônico de uma sociedade de indivíduos era incompatível com uma instituição responsável pela fiscalização das consciências religiosas em nome da sociedade. Questões dessa natureza eram agora consideradas de foro individual. Mais do que política, sua extinção se relaciona a uma transformação cultural que demandava novas lógicas de representação da sociedade e do exercício do poder⁴²⁹.

Essa mudança de mentalidade fica expressa no próprio veredito das Cortes em relação à solicitação de Ana Dragazzi. A devolução dos exemplares apreendidos baseava-se na lei de imprensa promulgada em Portugal em 12 julho de 1821, apenas três meses após o decreto que extinguiu a Inquisição no reino, conforme o trecho abaixo:

“Parece á Commissão de instrucção publica que a supplicante não tem direito algum de receber o preço dos exemplares apprehendidos por ter sido a apprehensão feita por tribunal competente; **mas que em attenção á despeza que diz fizera seu marido nesta impressão, e a ter-se proclamado a liberdade d'imprensa,** se lhe devem restituir os exemplares que existirem, uma vez que ella mostre competentemente que de direito lhe pertencem: **o que tudo se deve entender nos termos do decreto da liberdade d'imprensa** [grifos meus]”⁴³⁰.

A lei havia sido resultado de acalorados debates entre setores favoráveis e contrários à manutenção da censura, e posteriormente, seria utilizada como instrumento de controle do Estado liberal sobre a imprensa⁴³¹. De qualquer forma, nos interessa observar que, nessa época, o modelo de repressão de ideias vigente na década de 1790 já se encontrava em desuso.

Desse modo, no que se refere à investigação da autoria da *Medicina Theológica*, nosso percurso até aqui apontou as suspeitas para um comerciante veneziano e nos afastou justamente da figura que nos levou até ela: Francisco de Mello Franco. Como se pode ver, a tarefa é complexa e acreditamos que insistir na empreitada neste momento pode significar um desvio considerável dos objetivos deste trabalho. Contudo, é certo que, a partir do que temos mostrado, a participação do médico Minas Gerais na publicação do escrito anônimo parece cada vez menos provável. Mas resta uma pergunta a ser feita: como seu nome ficou tão associado a uma obra que não escreveu?

⁴²⁹ BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições**: Portugal, Espanha e Itália (XV-XIX). São Paulo: Cia das Letras, 2000., p.397-402.

⁴³⁰ Diario das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa, n.178, 1821, p.2320.

⁴³¹ TENGARRINHA, José. **Da liberdade mitificada à liberdade subvertida**: uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828.. Lisboa: Colibri, 1993.

A resposta talvez esteja num relato de uma experiência pessoal de Inocêncio Silva, contido no verbete sobre a *Medicina Theologica* no famoso *Diccionario Bibliographico Portuguez*, do qual é autor:

“Em uns papeis que a fortuna me deparou escriptos da mão do P. Joaquim Damaso, congregado do Oratorio e bibliothecario que foi d’el-rei D. João VI achei essa noticia, com algumas outras, abonadas todas de verdadeiras pelo character honrado e fidedigno de quem as escreveu. Conta elle, que o próprio Mello Franco lhe declarára no Rio de Janeiro ser sua aquella obra, mostrando-lhe por essa ocasião um exemplar d’ella, com algumas correcções e copiosismos aumentos, a qual se propunha reimprimir; e sem duvida o fizera, se a morte sobrevinda entretanto lhe não cortasse a execução d’estes, e de outros projectos”⁴³².

Se esse encontro de fato ocorreu, ele teve lugar entre 1817 e 1822, ou seja, entre o retorno de Mello Franco ao Brasil e seu falecimento cinco anos depois. De fato, já vimos que o contexto político e social da corte nessa época não seria tão refratário às ideias contidas na *Medicina Theologica*, logo o já estabelecido médico não estaria arriscando tanto de sua carreira e reputação ao assumir a paternidade de uma obra que havia gerado tanta polêmica mais de duas décadas antes. A questão é que o relato de Inocêncio é o único fator que pesa a favor da autoria de Mello Franco, e até o momento, não foi encontrada evidência alguma que o comprove. Ainda assim, ele parece ter sido tomado por algumas narrativas posteriores como confirmação suficiente de que a obra foi mesmo escrita por ele. Nesse sentido, é provável que o passado do personagem com a inquisição, além da atribuição da autoria do *Reino da Estupidez* e das respostas ao *Filósofo Solitário* tenham contribuído para construir a imagem do libertino que, ao mesmo tempo em que frequentava a corte, publicava obras polêmicas e apócrifas.

Nas próximas páginas, analisaremos a *Medicina Theologica* por um outro viés: os debates médicos e as concepções do físico e moral humanos contidos no escrito. Nosso objetivo será mostrar que os argumentos mobilizados na obra eram mais do que meras provocações à ordem monárquica e religiosa. Na verdade, eles se assentavam numa longa tradição de debates filosóficos acerca das relações entre o corpo e a alma que, ao longo do século XVIII, foi apropriada por correntes médicas comprometidas com um projeto de renovação das relações entre medicina e sociedade.

⁴³²Diccionario Bibliographico Portuguez, no verbete referente à Medicina Theológica. SILVA, Francisco Innocencio da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. vol.4. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p.175. Disponível on line em <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/016843-06#page/179/mode/1up> Acessado em 24 de agosto de 2016.

- Medicina Theologica: a relação entre corpo e a alma na medicina europeia setecentista.

Para além das questões relativas à censura e à libertinagem próprias ao contexto português das últimas décadas do século XVIII, é necessário ressaltar que a *Medicina Theologica* dialoga com processos históricos mais amplos do que seus perseguidores deixavam entrever. Trata-se, evidentemente, de uma obra afinada com pressupostos do Iluminismo setecentista, e recepcionada pelas autoridades lusitanas à sombra dos desdobramentos do processo revolucionário francês. No entanto, é possível ir além. As propostas do escrito anônimo que suscitaram a indignação de homens como Pina Manique, Carrière e Frei Manuel Santa Anna não são meras excentricidades heréticas de alguma mente menos afeita à ortodoxia católica. Trata-se, na verdade, de uma referência a uma longa tradição de pensamento acerca das relações entre o corpo e a alma. No âmbito da medicina iluminista, os contornos adquiridos por essas discussões dariam origem a uma profusão de modelos explicativos sobre o físico e o moral humanos, que em última instância, contribuíram para redefinir o estatuto da medicina diante do discurso teológico, sobretudo por meio de uma progressiva, mas não completa, laicização dos discursos sobre o comportamento humano.

Nesse contexto, a retomada de concepções que supunham relações recíprocas entre os domínios do corpo e da alma, ainda no final dos seiscentos, abriu caminho para que a medicina pudesse reivindicar a ampliação de seu espaço jurisdicional. Afinal, ao agir sobre o corpo, o médico também estaria intervindo sobre o comportamento dos indivíduos. Nesse sentido, adentrava-se num terreno tradicionalmente restrito aos confessores que, no caso da *Medicina Theologica*, eram convocados a estudar medicina antes de estarem habilitados a distinguir o pecado da patologia.

Defendida por várias correntes filosóficas, essa concepção não adentrava os setecentos exatamente como uma novidade, sendo definida antes como um resgate de concepções da tradição hipocrática que haviam sido marginalizadas pelo triunfo das explicações mecanicistas dos fenômenos do corpo, na emergência da chamada “nova filosofia” no século anterior. *Grosso modo*, a dualidade entre uma alma imaterial ligada a um corpo material remete à concepção platônica de uma realidade dividida entre uma dimensão imaterial e perfeita, onde se conceberiam as ideias inatas e as virtudes, contraposta à uma dimensão material, local da existência humana e definida como uma espécie de cópia imperfeita da primeira. Em linhas gerais, essa concepção seria

posteriormente apropriada pelo cristianismo na construção de uma cosmologia dividida entre a alma, representando a vida espiritual divina e eterna, e o corpo, tomado como a dimensão mundana da espiritualidade, e portanto, essencialmente carnal, decaído e sujeito a tentações e vícios diversos.

Na medicina, a tradição hipocrática, predominante na Europa ocidental até o século XVI, preconizava um enquadramento holístico da natureza humana. O corpo era concebido a partir da interação de quatro humores: bile-negra, sangue, bile amarela e fleuma, responsáveis pela definição das características físicas e morais dos indivíduos. Assim, aqueles sanguíneos tenderiam a apresentar grande vigor físico e temperamento agitado, como resultado da predominância do humor do sangue. Naqueles onde predominasse a bile-negra, a constituição física seria mais lânguida, apresentando comportamento melancólico. A bile-amarela seria responsável por temperamentos coléricos e constituição física magra. Os fleumáticos, por fim, tenderiam a apresentar comportamento lento e inerte, com constituição física corpulenta⁴³³.

Os quatro humores seriam derivados dos quatro elementos básicos que constituiriam o universo: terra, fogo, ar e água. Dessa maneira, a tradição hipocrática era fundamentalmente holística, presumindo a unidade entre corpo e comportamento. Como define Roy Porter, físico e psicológico eram dois lados da mesma moeda⁴³⁴.

Nessa concepção, a doença não seria definida pela interferência de um corpo estranho ao organismo, mas sim, como resultado de um desequilíbrio entre os humores que o constituem. Assim, a atividade médica consistiria em auxiliar a *physis* (natureza) a retomar o equilíbrio humoral e garantir a manutenção de uma vida saudável. Os recursos terapêuticos eram amplos, de modo que o praticante da arte de cura deveria estar a par das especificidades de cada um de seus pacientes, levando em consideração não apenas seu temperamento, mas também seu regime de atividades físicas, hábitos alimentares, clima, atividade intelectual, profissão, local de moradia dentre outros. Constituíria-se assim, uma terapêutica de amplo espectro e, ao mesmo tempo, profundamente individualizada.

No século XVII, as renovações da filosofia natural, geralmente identificadas sob a etiqueta historiográfica da Revolução Científica, definiram-se por uma forte rejeição

⁴³³ PORTER, Roy. **Das Tripas Coração: uma breve história da medicina**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.43

⁴³⁴ PORTER, Roy. **Flesh in the age of reason: the modern foundation of body and soul**. New York/London: W.W. Norton & Company, 2003., p.47.

discursiva às concepções aristotélicas amplamente nas universidades europeias da época. Designadas de maneira pejorativa como *peripatéticas*, passaram a ser apontadas como resultado de especulações vãs e de apropriações acríticas das leituras das autoridades antigas⁴³⁵. Em seu lugar, reivindicava-se a aplicação de métodos de pesquisa indutivos, calcados na observação direta dos fenômenos naturais e explicados a partir das leis da física mecânica⁴³⁶.

Assim, ao invés de uma dimensão holística do mundo natural, marcada pelas noções de qualidade, afinidade, simpatias e antipatias, emergia um discurso voltado para a experimentação, tendo como pressupostos a mensuração, a quantificação e a precisão. Nesse contexto, a linguagem matemática afirmou-se como a mais adequada para descrever o mundo natural e atestar a validade das asserções sobre os fenômenos naturais. O desenvolvimento de instrumentos de precisão atingiu patamar técnico inédito, dando suporte às exigências experimentais que entravam na ordem do dia de filósofos naturais que buscavam não apenas a coleta de dados considerados confiáveis sobre os fenômenos, mas também a replicabilidade de seus experimentos⁴³⁷.

No âmbito dos debates médicos, essa mudança de paradigma recolocou a questão corpo/alma, eclipsada tanto pelas concepções holísticas da medicina hipocrática quanto por suas interpretações galênicas. A ideia de um corpo cujo funcionamento se daria à semelhança de uma máquina, com pulmões executando a função de foles, o coração como uma bomba hidráulica e veias e artérias como canais hidrodinâmicos - em grande parte influenciada pelas apropriações dos estudos anatômicos de personagens como William Harvey (1578-1657), descobridor da circulação sanguínea — prescindia de qualquer princípio imaterial para ter suas causalidades explicadas. Conhecida como iatrofísica, essa tradição médica teve entre os anatomistas italianos alguns de seus principais representantes. Marcello Malpighi (1628-1694), Giovanni Borelli (1608-1679) e seu discípulo Giogio Baglivi (1668-1707) foram alguns dos que se dedicaram ao estudo das estruturas constituintes do corpo e suas funções no conjunto da máquina humana⁴³⁸.

Por outro lado, essa reelaboração da natureza humana recolocava o problema do lugar da alma. Afinal, se o funcionamento do corpo prescindia de sua interferência, como se daria a ligação entre as partes? Na versão de Descartes, que concebia as duas instâncias

⁴³⁵ Como mostrado no capítulo 1, essa atitude seria reproduzida por parte da intelectualidade lusitana da primeira metade dos setecentos, no contexto da reforma da Universidade de Coimbra.

⁴³⁶ SHAPIN, op. cit.; ROSSI, op. cit.

⁴³⁷ SHAPIN, op. cit..

⁴³⁸ POTER, Roy. *Flesh in the age of reason...* op. cit., p.52.

como derivadas de naturezas completamente distintas, a ligação seria feita através da atuação dos chamados “espíritos animais”⁴³⁹. Essas estruturas, também presentes na tradição galênica, seriam constituídas de uma matéria extremamente sutil que, levadas pela circulação até a glândula pineal, a morada da alma no corpo, transmitiriam os impulsos corporais sob a forma de estímulos mecânicos. Essa concepção procurava responder à questão integrando-a na cosmologia cartesiana. Para o filósofo, o universo seria regido estritamente por princípios mecânicos, sem qualquer intervenção divina. A existência do criador não era negada, mas reduzida ao papel de um relojoeiro que, após ter concebido um universo mecanicamente perfeito, o pôs a funcionar de maneira autônoma.

Autores como Roy Porter e Ann Thomson mostram como, no princípio, a filosofia cartesiana foi bem recebida pelos filósofos plantonistas ingleses ligados à Universidade de Cambridge no século XVII. De fé calvinista, Henry More viu com bons olhos a possibilidade de aderir a um modelo filosófico alternativo ao aristotélico que comportava a dualidade corpo-alma sem aparentes contradições com o modelo cristão. No entanto, uma vez utilizada contra os filósofos materialistas que, a exemplo de Thomas Hobbes, postulavam o determinismo de uma ordem mecânica governada por leis imutáveis, o mecanicismo cartesiano provou-se um falso aliado. A impossibilidade de interferência direta da alma sobre o corpo significava também a negação da interferência divina, e imaterial, sobre o mundo físico, o que poderia abrir caminho para formulações que negassem a própria existência de Deus⁴⁴⁰.

Robert Boyle foi outro ávido defensor da atuação direta do divino sobre o mundo físico. Afeito à nova filosofia, reivindicava o modelo experimental como forma de comprovar a existência e a interferência divina nos fenômenos da natureza, evidenciando a insuficiência de explicações que, a exemplo da cartesiana, recorressem a causalidades estritamente materiais⁴⁴¹.

Nesse contexto, as formulações de John Locke conferiram novos contornos ao debate. Seu *Ensaio sobre o entendimento humano* (1689) apresenta a natureza humana como uma *tabula rasa*, ou seja, não há ideias inatas. Tudo que o homem sabe sobre si e sobre o que está à sua volta seria adquirido por meio de seus sentidos. A filosofia de

⁴³⁹ Como nos lembra Roy Porter, a referência a *animais* na expressão nada tem a ver com as bestas, mas sim, com o sentido de *aquilo que anima*. Ibid.p.75

⁴⁴⁰ ibid. p.83-93; THOMSON, Ann. **L'âme des lumières: le débat sur l'être humain entre religion et science angleterre-france (1690-1760)**. Paris: Champ Vallon, 2013.

⁴⁴¹ POTER, Roy. **Flesh in the age of reason...** op. cit., p.90-93

Locke desconfia de uma alma racional derivada de uma ordem divina, eterna e imutável. A identidade humana seria, pelo contrário, mutável, constantemente feita e refeita a partir dos estímulos e informações recebidas pelos sentidos, alçados ao centro do debate filosófico⁴⁴².

Ao longo do século XVIII, essas variadas propostas foram apropriadas por correntes de pensamento médico diversas. De maneira geral, nota-se um movimento de revisão das concepções mecanicistas, sobretudo as de matriz cartesiana. Cada vez mais, a possibilidade de se explicar o funcionamento do corpo humano exclusivamente por meio de leis mecânicas tornou-se alvo de críticas, e investiu-se na observação como o caminho mais adequado para demonstrar a fragilidade de afirmações desse tipo.

No contexto germânico, as concepções animistas articuladas por Georg Ernst Stahl (1660-1734) formularam a dualidade corpo/alma em novos termos. Se, por um lado, seu modelo rompia com a independência proposta por Descartes, por outro, subordinava o corpo de forma quase que absoluta à alma, defendida como a força responsável pela gestão de todo o organismo. Nessa perspectiva, o desenvolvimento do corpo seria também o desenvolvimento da alma racional, que “aprenderia” a gerir as funções orgânicas, tanto voluntárias (movimento dos membros, e uso dos sentidos) quanto as involuntárias (batimentos cardíacos, digestão, secreção, etc) nos primeiros anos de vida⁴⁴³.

Concepções alternativas também eram apresentadas em outros contextos intelectuais, em geral, a partir da articulação do mecanicismo com um vocabulário médico renovado. Assim, ao lado das metáforas mecânicas já utilizadas para explicar as funcionalidades das partes constituintes do organismo vivo, emergiram referências a estruturas novas, como nervos, fibras sensíveis, tecidos irritáveis, entre outras⁴⁴⁴.

Nesse sentido, os estudos de Albrecht von Haller (1708-1777) constituíram um marco importante. Autor de um modelo fisiológico calcado nas noções de *sensibilidade* e *irritabilidade* dos nervos, o professor da Universidade de Leiden teve grande aceitação na Europa, chegando a ser adotado também na Universidade de Coimbra, como veremos

⁴⁴² Ibid., p.6-8; ROUSSEAU, Georges (org.). **The languages of psyche: mind and body in elightenment thought**. Los angeles: University of California press, 1990. p29

⁴⁴³ REY, Roseline. L’ame, le corps et le vivant. In. : GRMEK, Mirko ; FANTINI, Bernardino. **Histoire de la pensée médicale en occident. Vol.. 2. De la Renaissance aux Lumières**. Paris: Éditions du Seulo, 1996., p. 117-55.

⁴⁴⁴ REY, Roselyne. **Naissance et développement du vitalisme en France**. Oxford : Oxford University/ Voltaire Foudation, 2014.; DUCHESNEAU, François. **La physiologie des lumières: empirisme, modèles et théories**. Paris: Classiques Garnier, 2012. WILLIAMS, Elizabeth A. **The physical and the moral: Anthropology, physiology, and philosophical medicine in France, 1750-1850**. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

adiante. Parte de suas formulações mostram-se devedoras dos estudos do filósofo inglês Thomas Willis (1621-1675) que, no século XVII, postulou a existência de uma alma corporal característica dos seres vivos e presente no sangue e no fluido nervoso do cérebro e dos nervos.⁴⁴⁵

No contexto francês, os médicos vitalistas ligados à Faculdade de Medicina da Universidade de Montpellier postularam a existência de propriedades vitais exclusivas à matéria viva. Inspirados pelo newtonianismo, refutaram as explicações mecânicas ao atribuir o funcionamento dos órgãos à atuação de forças próprias aos tecidos e estruturas orgânicas que os constituem. Nessa perspectiva, os batimentos cardíacos, por exemplo, não seriam o resultado da atuação de princípios mecânicos, mas sim de propriedades pulsativas do tecido cardíaco. Dessa maneira, quando tomadas em seu conjunto, as diferentes partes constituintes do organismo vivo, e suas diferentes propriedades, apresentariam uma relação simbiótica, representada por uma força vital que, à semelhança das *physis* grega, seria responsável pela coordenação do funcionamento geral da *economia animal*⁴⁴⁶.

Apesar de se apresentarem de maneiras muito variadas, é importante não perdermos de vista que essas diferentes vertentes médico-filosóficas apontavam para algumas questões de fundo comum. Cabe reter duas delas. Em primeiro lugar, a denúncia da insuficiência da física mecânica para explicar todos os fenômenos da vida fez emergir a especificidade do biológico enquanto categoria analítica. Cada vez mais, procurava-se compreender as leis e propriedades específicas que regiam os fenômenos da matéria orgânica, que não mais compartilhava todas as suas causalidades com os fenômenos da matéria inanimada. Em outras palavras, a vida passava a ser um objeto em si, cuja compreensão se restringia àqueles que se dedicassem ao estudo das suas especificidades⁴⁴⁷. Em segundo lugar, essas reformulações fizeram com que a estrita separação entre corpo e alma proposta por Descartes fosse progressivamente esvaziada em favor de concepções que subentendiam uma relação de reciprocidade entre os domínios do físico e do moral, agora interligados por nervos e estruturas sensíveis de todo tipo, que determinavam as funções fisiológicas e involuntários do corpo no lugar de analogias com alavancas, roldanas, dobradiças, foles, etc.

⁴⁴⁵ PORTER, Roy. **Flesh in the age of reason...** op. cit, p.55-57.

⁴⁴⁶ WILLIAMS, op. cit., p.29-40.

⁴⁴⁷ Para uma apreciação mais ampla desse tema, ver: ROGER, Jaques. **Les sciences de la vie dans la pensée française au XVIIIe siècle**. Paris : Albin Michel, 1993.; REY, Roselyne. **Naissance et développement du vitalisme em France**. op. cit.; DUCHESNEAU, op. cit.

Em termos terapêuticos, isso significava que o médico, através da intervenção sobre o corpo, estaria habilitado a alterar o estado da alma, e assim, adentrar os domínios do comportamento humano. Na prática, isso significava que o conhecimento médico avançava sobre assuntos que eram tradicionalmente restritos ao discurso teológico. A medicina, enquanto discurso, deixa para trás sua primazia na assistência à dimensão física da natureza humana, para se apresentar como instância capacitada para tratar de sua totalidade. No mundo social, esse deslocamento jurisdicional da Medicina expressou-se através de uma profusão de projetos de reforma que, no contexto da ilustração, contribuiu para o assentamento dos alicerces teóricos das políticas de higiene articuladas por vários Estados europeus no período, ávidos por garantir o controle e a conservação do corpo social⁴⁴⁸.

Em Portugal não foi diferente. Como já indicamos no primeiro capítulo, o século XVIII foi também um período de transformações importantes no ambiente médico lusitano. No bojo da reação ao aristotelismo da educação jesuítica, os reformadores da medicina portuguesa passaram a desqualificar concepções mágico-astrológicas ainda largamente articuladas por praticantes das artes médicas por todo o reino, em favor de um conhecimento acadêmico afinado com inovações teóricas que se mostravam mais adequadas aos objetivos reformistas do consulado pombalino⁴⁴⁹. Essa reorientação pedagógica, como já mencionamos, seria institucionalizada na reforma do currículo da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Mesmo tendo surgido 22 anos após a promulgação dos Estatutos, a *Medicina Theologica* dialoga com esse contexto de reacomodação do saber médico na sociedade portuguesa. Se, por um lado, seu conteúdo supostamente libertino excitava as preocupações de uma coroa ameaçada pela crise do Antigo Regime, os clérigos a viam como a expressão de outro processo concomitante: a laicização dos discursos sobre o comportamento humano. Mesmo que seu autor não negasse a utilidade do trabalho dos confessores, a reivindicação por uma atividade confessional pautada pelo conhecimento médico já soava suficientemente ameaçadora.

⁴⁴⁸ Como exemplo dessa aproximação entre as novas formulações da medicina filosófica e o mundo social, nota-se o surgimento da chamada Ciência do homem em vários contextos iluministas europeus. Sua expressão na França foi estudada por Williams e Rey, já a sua versão inglesa por Packham e Porter.

⁴⁴⁹ Sobre a presença de práticas médico-astrológicas em Portugal no século XVIII, ver: CAROLINO, Luís Miguel. **A escrita celeste: almanaques astrológicos em Portugal nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Acces, 2002.

Os posicionamentos do autor a respeito da questão foram objeto logo do primeiro capítulo, intitulado: “Os senhores confessores devem ser chamados Médicos do homem, e não só do seu espírito”:

“Se esta proposição se entendesse do mesmo modo, como vulgarmente entendem os Fysicos, quando chamaõ Medicos do Espirito a Antonio Le Camus, a Verdriers, e outros que escreverão da Medicina do Espirito, e do equilibrio do Corpo com a alma, então eu ficaria descançado, e com Medicos tão sábios passaria a expor todos os methods de curar as paixões da alma; porém a intelligencia da dita proposição não he a mesma nos Theologos, que nos Fysicos, porque estes por Medicos do Espirito entendem aquelles Medicos, que não dividindo no homem vivo a alma do corpo, mas considerando sempre sua união, e mútua correspondência em todas as acções de qualquer gênero que sejaõ, julgaõ que o espírito he sempre affectado quando no corpo se produz alguma mudança, e que remedeada esta mudança do corpo se remedeia em consequencia a turbação do espírito”⁴⁵⁰.

Além de demarcar o que acreditava ser o espaço de atuação próprio à medicina e à teologia, o autor assenta sua argumentação numa apropriação original da tradição de debates sobre o problema corpo/alma. Para ele, na versão preconizada pelos teólogos, o corpo “he sempre olhado como um escravo rebelde, e merecedor sómente de ser dilacerado com tormentos, por concorrer algumas vezes para a execução do peccado.”⁴⁵¹ Nessa concepção, a alma racional seria “Rainha e Senhora” do corpo, não se submetendo aos seus desígnios por outra via que não fosse a da vontade. Esse equívoco, argumenta, faria com que a maior parte dos pecados julgados no “Tribunal da Penitencia” não fossem mais do que enfermidades corporais. Portanto, o mero conhecimento dos pecados e das virtudes não seria suficiente⁴⁵².

Nessa perspectiva, o papel desempenhado pelo corpo não poderia ser ignorado pelos confessores, uma vez que ele poderia sim interferir diretamente sobre a vontade e determinar a conduta moral dos indivíduos. A vontade, assim, deixa de ser entendida como uma faculdade exclusivamente relacionada à imaterialidade da alma e passa ser condicionada pela sua interação com o corpo: “fazendo ambos hum só supposto, huma só pessoa”⁴⁵³, É daí que se abre caminho para a legitimação da medicina enquanto instância capacitada para dissertar sobre o comportamento pecaminoso, pois só os médicos saberiam:

⁴⁵⁰ **Medicina theologica...** op. cit. p.7.

⁴⁵¹ Ibid., p.13

⁴⁵² Ibid, p.26.

⁴⁵³ Ibid, p.14

“como a alma obra no corpo, e o corpo na alma, sabem como ambos se communicão, e se firmão em suas paixões, e adquirem sua virtudes; e depois de conhecido do jogo deste mecanismo occulto, desta sympathia admirável, tiraõ indicações seguras, formão juízos certos, e applicão remédios não só Moraes, mas tambem fysicos, ou proporcionaõ ambos de modo que facilmente curem os peccadores de suas enfermidades espirituaes, e corporaes, e os dirigem em fim nos caminhos da saúde do corpo, e da salvação da alma”⁴⁵⁴.

Segundo o autor anônimo, a noção de que o corpo corrompido afetaria a alma já estaria posta nas próprias escrituras. Seguindo o exemplo de Jesus Cristo, que salvava almas ao curar corpos, muitos “santos Papas”, “bispos” e outros “ministros do altar” teriam unido teologia e medicina produzindo:

“mais fruto na Igreja de Deos do que aquelles Theologos Asceticos e abstractos, que occupados unicamente de ideas Platonicas e Aristotelicas, tomaraõ por profana toda a Medicina, e vieraõ a desprezar todas as Leis da Natureza, observando muito mal as sobrenaturaes, e Divinas”⁴⁵⁵.

A raiz do problema estaria então na formação dos confessores. Alheios aos conhecimentos específicos ao corpo, agora necessitavam prestar contas à Medicina:

“porque seria inefficiente agir apenas na alma. Orações, jejuns e disciplinas de nada valem. Ao invés de considerar o corpo um mero escravo rebelde da alma, o confessor deve aprender as leis que regem seu funcionamento. Não basta apenas ser médico de almas, ele deve necessariamente remediar o corpo”⁴⁵⁶.

Para isso, a obra *Médecine de l'Esprit* (1753) de Antoine Le Camus (1722-1772) era apontada como referência fundamental, exatamente por ensinar a “remediar as paixões da alma remediando as enfermidades do corpo”.⁴⁵⁷ Entretanto, só livros não seriam suficientes. Fiel ao espírito filosófico iluminista, afirma que a natureza deveria ser o “código dos senhores confessores”, pois só ela possibilitaria conhecer as enfermidades que afetariam os penitentes. Assim, trazendo o pecado para a ordem dos fenômenos naturais, o autor dedica sete capítulos da *Medicina Theologica* ao estudo das paixões e

⁴⁵⁴ Ibid, p.16.

⁴⁵⁵ Ibid, p.17

⁴⁵⁶Ibid., p.336.

⁴⁵⁷ Ibid, p.27

suas afecções sobre o corpo, além de indicar uma grande variedade de medicamentos que poderiam ser ministrados pelos médicos para alterar sua condição. Em outras palavras, a obra propunha o que Paulo José da Silva bem definiu como “penitência moral materializada em preparado químico”⁴⁵⁸.

A referência à obra de Le Camus também indica o tipo de diálogo que a *Medicina Theologica* pretendia estabelecer com o mundo social. A *Médecine de l'Esprit* foi publicada em meados do século XVIII, num momento de intensas transformações sociais que colocavam a ordem social tradicional francesa. A intervenção de Le Camus se deu a partir de um movimento de afirmação do discurso médico como instância capacitada para garantir a manutenção de um corpo social mais estável e, portanto, menos sujeito a ebulições:

“Après avoir attentivement réfléchi sue les Causes Physiques, qui modifiant différentement les corps, varioient aussi les dispositions des esprits, j’ai été convaincu qu’en employant ces diferentes causes, ou en imitant avec art leur pouvoir, on parviendroit à corriger par de moyens purement mécaniques, les vices de l’entendement & de la volonté [...] Il s’agissoit de tracer une méthode par laquelle on pût déraciner les défuts que l’on pense appartenir à l’ame, de la même manière que les Médecins guérissent une fluxion de poitrine, une dysenterie, une fièvre maligne, & toutes les autres maladies qui n’attaquent, ou ne paroissent attaquer que les corps”⁴⁵⁹.

A obra tem como ponto de partida a reivindicação de que o corpo tem papel preponderante na determinação das disposições morais dos indivíduos. Assim, ao intervir no organismo de seus pacientes, o médico também poderia modificar seu comportamento. Em sentido amplo, isso significava dizer que a prática médica tinha potencial para alterar todo o tecido social.

Em termos epistemológicos, as considerações de Le Camus indicam uma ruptura com a separação absoluta entre corpo e alma proposta por Descartes, apesar da sua insistência num modelo fisiológico “puramente mecânico”. De fato, o próprio autor declara seu afastamento em relação ao filósofo de Genebra quando afirma que os desejos não provêm diretamente da alma, pois seriam mediados pelas sensações, cuja origem é o corpo:

⁴⁵⁸ SILVA, Paulo José Carvalho da. A psicopatologia entre a alma e os nervos: a *Medicina Theologica* (1784) de Francisco de Melo Franco. **Filosofia e História da Biologia**, v.3, pp. 335-345, 2008., p.336., p.42.

⁴⁵⁹ LE CAMUS, Antoine. **Médecine de l'esprit**. v.1. Paris: Ganeau, 1753, p.VIII

« Au reste nous ne suivrons pas en tout point cette admirable Philosophie; non pour diminuer les tributes de louanges qui lui est dû, mais pour suivre la vérité, et simplifier, s'il est possible, la Doctrine que nous avons reçû jusqu'à present sur les divers désirs qu'éprouve notre ame dans les sensations.

Il suffit de dire que ces désirs dépendent de sensations pour appercevoir dans nos corps une certaine disposition organique propre à les produire. Pour s'en convaincre il ne fault que jeter un coup d'oeil sur les inclinations que donnent les différents tempéraments; il ne fault que faire attention aux mouvement qui se passent en soi-même dans les différentes Passions »⁴⁶⁰.

A obra foi dividida em três livros: o primeiro mostrava como as funções do entendimento e a origem da vontade são mecânicas; o segundo dedicava-se a examinar todas as causas físicas que exerciam perturbações sobre o espírito; o terceiro, por fim, tratava os defeitos das operações do entendimento e da vontade de acordo com a constituição de cada indivíduo. O tema das paixões era explorado num dos capítulos do primeiro livro, intitulado *Des Passions*.

Segundo Quinlan, essas concepções chegavam ao ambiente intelectual francês num momento de crença numa suposta decadência física e moral do país⁴⁶¹. Nesse contexto, a medicina passou a abarcar um largo espectro de questões que se ligavam a uma nova concepção de saúde pública, sobretudo no que dizia respeito ao estabelecimento de ideais de beleza, saúde e conduta moral. A sociedade urbana era apontada como um dos principais agentes corruptores dos regimes de viver, afetando com especial intensidade os intelectuais, mulheres, crianças e membros dos setores mais progressistas das elites. Le Camus explicava, então, a importância da educação corporal:

“Que les climats, le régime de vivre, l'éducation corporelle, ayant un pouvoir efficace sur la nature du sang, il est evidente que se causes doivent produire les mêmes effects sur les Tempéraments. Donc par ces causes mécaniques, on peut apporter un changement notable à son Tempérament, l'altérer, peut-être même l'échanger; donc l'on peut se procurer telle espece de caractere ou de génie; don l'on peut permettre un fond ingrat & stérile, avec in fond abondant & fécond; donc les Tempéraments sont un moyen Physique pour acquérir de l'esprit, ou pour rémédier à ses vices.”

Concepções similares às de Le Camus também estavam presentes em outros tratados médicos de vocação reformista surgidos na França no mesmo período, dentre

⁴⁶⁰ Ibid. p.134

⁴⁶¹ QUINLAN., op. cit. p.20-23.

eles: *L'idée de l'homme physique et moral* (1755) de Louis de Lacaze, *Essai sur la nature de l'âme* (1757) de Antoine Louis e *Traité des sens* (1742) de Claude-Nicolas Le Cat - sendo este último uma referência não menos importante para a *Medicina Theologica*. De maneira geral, todas insistiam que as aflições da alma possuíam base física, e apenas um doutor bem treinado nos meandros dessa relação poderia tratá-la⁴⁶².

Por outro lado, tais reivindicações também se ligavam a um processo de reordenação de poderes no campo das artes de curar francês da época. Fatores como o acirramento das disputas entre médicos e cirurgiões; o aumento do número de médicos licenciados e as crescentes críticas aos cuidados oferecidos aos pacientes nos hospitais colocavam em risco o espaço de atuação e a própria legitimação da medicina acadêmica, apesar de suas inúmeras fragmentações e disputas internas. Tal estado de coisas tornava urgente a proposição de um novo modelo de intervenção social pela ciência médica.

Um dos mais significativos desdobramentos institucionais dessas preocupações viria em 1778, com a criação da *Société Royale de Médecine*. A nova instituição trataria da reorganização administrativa das instituições assistenciais e daria os primeiros passos na criação de um sistema de saúde nacional francês. Mas não apenas isso. Para Mitchell, a Société representava uma aliança da intelectualidade médica ilustrada francesa com o Estado absolutista. Sua criação expressava a crença de que era possível reformar o Estado sem questionar sua legitimidade. Do ponto de vista sócio profissional, tal posicionamento era conveniente, pois garantia aos médicos acesso direto à administração pública⁴⁶³.

Daí resulta seu perfil marcado por um tratamento técnico das questões sociais, e caracterizado pela aplicação das inovações teóricas sobre as questões ligadas ao físico e moral humanos. O enquadramento holístico sobre a natureza humana, originado dos debates médicos, foi transposto na forma de mapeamentos de epidemias, estudos técnicos do clima, geografia e dos hábitos de populações locais. Na prática, esses estudos caracterizavam um novo modelo de aproximação científica com o mundo social, que seria utilizado em suporte à ordem monárquica desejosa de novos mecanismos de controle sobre as populações⁴⁶⁴.

Já sabemos que o surgimento da *Medicina Theologica* em Portugal também se dá num momento agudo do processo de reorganização das artes de curar no reino. Conforme

⁴⁶² Ibid.

⁴⁶³ MITHCELL, Harvey. Politics in the Service of Knowledge: The Debate over the Administration of Medicine and Welfare in Late Eighteenth-Century France. **Social History**, v.6, n.2, pp.185-207, 1981.

⁴⁶⁴ WILLIAMS, op. cit.

mostrado no capítulo 2, a criação da Junta do Protomedicato, em 1782, em parte inspirada na própria experiência francesa da SRM, marcou uma nova ofensiva do Estado português sobre um estado de coisas similar ao francês. Embora não tenha originado estudos de maior amplitude sobre o estado da saúde em partes diversas do reino, como sua congênere do além-pirineus, a Junta também representou uma aliança do Estado com as elites médicas de Lisboa, ávidas por afirmação social. Como salientou Larinda Abreu, o órgão foi ocupado por indivíduos ligados aos mais altos círculos da medicina acadêmica portuguesa durante toda a sua existência, como atesta o lugar de destaque conferido a figuras como Francisco Tavares e o próprio Francisco de Mello Franco.

Sendo assim, se os argumentos da *Medicina Theologica* pareciam estar tão de acordo com as pretensões sócio profissionais dos médicos portugueses, o que poderia então explicar a ausência de qualquer manifestação conhecida de membros da classe em seu favor? Talvez um ataque tão radical à prática confessional significasse uma ofensa também para aqueles que, mesmo ligados à classe médica, eram profundamente marcados por uma identidade católica. A elite dos médicos da corte era, por definição, composta por indivíduos que ocupavam posições privilegiadas na organização social, e portanto, zelosos de seus privilégios. É possível que, para esses homens, a sublevação da religião correspondesse à sublevação de uma ordem social que os favorecia. Isso pode nos ajudar a compreender porque a autoria de um personagem com o perfil de Mello Franco nos parece improvável.

Contudo, cabe salientar que os ataques perpetrados pela *Medicina Theologica* aos confessores já haviam sido feitos décadas antes por um nome de destaque da medicina ilustrada lusitana: Antonio Ribeiro Sanches (1699-1773). Em 1753, o cristão novo radicado Paris produziu o manuscrito *Dissertação sobre as paixões da alma* que, de forma similar ao escrito censurado em Lisboa quarenta anos depois, utilizava-se das recentes formulações sobre a questão corpo/alma para condenar as punições morais aplicadas pela Igreja aos seus fiéis e afirmar a legitimidade médica para discernir o pecado e a patologia.⁴⁶⁵

“Este modo de curar e de fazer de maus naturais, bons e prudentes, e de estúpidos, espertos e inteligentes, se perdeu totalmente. Toda a cura são açoutes e pancadas e o medo é o que

⁴⁶⁵ Para uma análise mais aprofundada da obra de Sanches, ver: FREITAS, Ricardo Cabral de. **O físico e o moral na Dissertação sobre as paixões da alma (1753) de Antonio Ribeiro Sanches (1699-1783)**. Dissertação de mestrado apresentada à Casa de Oswaldo Cruz na Fiocruz. Rio de Janeiro, 2012. Sobre as semelhanças de conteúdo entre as duas obras, ver: EDLER, Flavio; FREITAS, Ricardo. O “imperscrutável vínculo”: corpo e alma na medicina lusitana setecentista. **Varia Historia**. v.29, n.50, p.435-452, mai-ago, 2013.

serve a reprimir-lhes aqueles maus ímpetos mas jamais a mudar-lhes a natureza. Já notei no princípio desta dissertação a causa porque os médicos largaram este método de curar. Seria utilíssimo à Religião e à República que houvessem médicos que soubessem curar tão bem as enfermidades do ânimo e terem uma Farmacopeia a propósito para mudarem as constituições como a têm para curar as enfermidades”⁴⁶⁶.

Mais adiante, acrescenta:

“Acusamos temerariamente de viciosos aqueles que não podem corrigir-se da frequência dos actos luxuriosos, da bebedice, de jogar as cartas e furtar. São estes vícios enfermidades, na verdade, do ânimo e que têm a sua origem na conformação e nos humores do corpo”⁴⁶⁷.

Apesar das semelhanças, não há indícios de que o autor da *Medicina Theologica* tenha tido contato com o texto de Ribeiro Sanches. Talvez porque a obra permaneceu como manuscrito até 1787, quando foi publicada de maneira póstuma com o título *Affections de l'âme* na *Encyclopédie Méthodique*, pelas mãos do amigo de seu autor e membro da *Société Royale de Médecine*, Charles Andry (1741-1829).

Mas, se por um lado, a *Dissertação sobre as paixões da alma* está quarenta anos distante dos eventos em torno da *Medicina Theologica*, não podemos deixar de notar suas aproximações com uma de suas principais referências: a *Médecine de l'Esprit*, de Antoine Le Camus. Ambas foram produzidas em Paris no ano de 1753. Já mencionamos como Sanches, mesmo distante de Portugal, destacou-se como um dos membros da intelectualidade lusitana que contribuíram para o norteamento teórico das reformas educacionais no período pombalino. Durante sua estadia em Paris, aproximou-se de personagens de destaque do iluminismo francês, como D'Alembert e Diderot, chegando a produzir um verbete sobre a sífilis na famosa *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, editada por eles⁴⁶⁸. No âmbito dos círculos médicos parisienses, tornou-se figura próxima de Vicq D'Azyr, personagem de destaque da *Société Royale de Médecine*, da qual se tornou membro correspondente⁴⁶⁹.

⁴⁶⁶ SANCHES, Antonio Ribeiro. **Dissertação sobre as paixões da Alma**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. p. 20.

⁴⁶⁷ Ibid. p.21. Esse trecho não aparece na versão francesa do texto publicada na *Encyclopédie Méthodique*.

⁴⁶⁸ SANCHES, Antônio Ribeiro. VEROLE GROSSE. In. : **Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. Tome dix-septième. Paris: VENERIEN-Z. 1995.

⁴⁶⁹ D'Azyr viria a ser responsável, inclusive, pelo elogio póstumo a Sanches pela SRM. VICQ D'AZYR, Félix. **Éloges historiques**. v.3. Paris: Duprat-Duverger, 1805., p.218-259.

Não nos cabe neste momento investigar em detalhe as relações de Sanches com os círculos médicos franceses, visto que nossos objetivos são outros. Mas é certo que o médico português estava muito bem informado sobre os debates filosóficos que ocorriam entre seus colegas parisienses. Portugal se manteve como tema central de sua produção intelectual durante a maior parte de sua trajetória fora do reino, inclusive, isso fez com que fosse agraciado com uma pensão vitalícia do erário real para que produzisse obras de caráter reformista voltadas para a realidade lusitana⁴⁷⁰.

De maneira geral, o que aproxima Sanches, Le Camus e o autor anônimo da *Medicina Theologica* é a intenção de responder ao que enxergavam como sendo um cenário de decadência social em seus respectivos tempos históricos, apresentando a medicina como instância mais capacitada para intervir nesse estado de coisas.⁴⁷¹ Não há dúvida de que não foram os únicos a fazer essa operação, mas o que os particulariza é o radicalismo de suas propostas para seus respectivos contextos de recepção. Como mencionamos acima, no longo percurso dos debates sobre o problema corpo/alma, as formulações alternativas à tradição cristã sempre estiveram sujeitas a acusações de materialismo. Embora as obras em questão enfatizem, não o isolamento, mas, ao contrário, a interdependência entre o material e imaterial, a própria ideia de que os estados da alma poderiam ser determinados pelo corpo soava aos ouvidos religiosos como uma contestação da imortalidade e da racionalidade da mesma⁴⁷².

O risco era alto, e seus autores sabiam disso. Não foi por acaso que Antoine Le Camus gastou 5 páginas do prefácio da *Médecine de l'Esprit* defendendo-se das possíveis acusações de materialismo e justificando que, apesar de suas concepções, acreditava na imortalidade e na imaterialidade da alma racional:

« Car comme j'entreprends d'explquer de façon mécanique les fonctions de l'ame unie au corps, et comme le secours que j'indiquerai pour rémedier aux vices des corps, qui occasione la mauvaise disposition des ames sont tous physiques : quelqu'un peut-être inférer delà que je donne à penser que l'ame n'est qu'une simple machine qui ne va que par ressort, ou du moins une simple modification de la matière, si elle n'est matiere elle-même. A Dieu ne plaise que je pense ainsi, ou que j'induisse les autres à le croire. (...) Je n'ignore pas que l'ame est une substance contingente, raisonnable, spirituelle e immortelle : mais je sçai aussi que par des causes vraiment mécaniques l'ame est aidée ou contrainte dans ses opérations ; que souvent par des causes dela

⁴⁷⁰ FREITAS, op. cit.; Sobre a trajetória e redes de sociabilidade do médico português, ver também: DULAC, Georges. Science et politique: les réseaux du Dr. António Ribeiro Sanches (1699-1783). *Cahiers de monde russe*, v.43., n.2-3., p.251-274., 2002.

⁴⁷¹ QUINLAN., op. cit. p.21-32

⁴⁷² Sobre isso ver: THOMSON. op. cit.

même nature elle est detournée de ses fonctions indépendamment de la volonté»⁴⁷³.

No caso das duas obras relacionadas a Portugal, como mostramos, o ataque aos teólogos é bem mais direto, o que tornava a situação consideravelmente mais delicada por se tratar de um reino profundamente marcado pelo catolicismo. Na *Dissertação sobre as paixões alma*, escrita em forma de missiva, Sanches recomenda a seu interlocutor que a mantivesse em segredo, evitando que caísse em mãos erradas:

“Muitas e muitas coisas tinha ainda que ajuntar aqui, mas como escrevo em língua vulgar e que estas cartas poderão cair em outras mãos do que as de VM, quero conter-me para que não ofenda a quem não está inteirado dos verdadeiros princípios da Física e da Metafísica como VM. Contentar-me-ei que redunde alguma utilidade deste trabalho à minha Pátria no caso que mostrasse a necessidade que tem a sociedade que os males e enfermidades do ânimo ou paixões da alma venham a cair na consideração dos médicos. Contentar-me-ei se VM ficar persuadido daquele círculo que o ânimo pode fazer no corpo enfermo, e que este corpo também pode afectar, e alienar o ânimo e que no caso que VM achar que poderá este escrito dar alguma matéria e murmúrio ou de escândalo aos ignorantes da Verdadeira e Santa Religião ou dos princípios políticos como se deve reger a Sociedade Cristã, que VM use somente dele e que lhe seja útil na sua prática.”⁴⁷⁴

É provável que a divulgação da obra em Portugal na década de 1750, em pleno pombalismo, tivesse gerado desdobramentos similares aos que a *Medicina Theologica* gerou quarenta anos depois, o que certamente comprometeria as boas relações de Sanches com a Coroa e a diplomacia lusitana. Isso explica porque ela a manteve fora dos olhos das autoridades durante toda sua vida.

Quanto à *Medicina Theologica*, mesmo protegido pelo anonimato, seu autor também procurou se prevenir das reações eclesiásticas. Contudo, seria forçoso afirmar que se tratava apenas de uma estratégia para se livrar de eventuais punições. Na verdade, embora a obra se mostre crítica aos métodos utilizados pelos confessores, ela permanece fortemente ancorada na moral católica, característica que, de certo modo, também poderia ser atribuída à obra de Sanches. Esse ponto é crucial para entendermos os limites da crítica dirigida à prática confessional por esses autores: no fundo, não se tratava de combater a

⁴⁷³ LE CAMUS, op. cit. p.XVII-XXII

⁴⁷⁴ SANCHES, Antonio Ribeiro. *Dissertação sobre as paixões da alma...* op. cit., p.23. Na versão francesa, publicada em forma de verbete de dicionário, essas referências foram, evidentemente, editadas. SANCHES, Antonio Ribeiro. Affections de l'âme. In.: *Encyclopédie Méthodique*. Paris: Panckoucke, 1787, p.252-284

moralidade cristã mas, pelo contrário, de propor meios considerados mais eficazes de reafirmá-la. Isso fica claro no penúltimo capítulo da obra, intitulado *A confissão freqüente he o remedio moral, e fysico mais útil para curar as enfermidades da lascívia, cólera, e bebedice*. Nele, afirma-se que a obediência a Deus e às suas vontades e leis seria a forma mais aconselhada de se “conservar uma vida permanente, e prolongada com saude corporal, e espiritual neste mundo, e no outro”⁴⁷⁵. Nessa perspectiva, medicina e confissão deveriam ser complementares, resultando antes num reordenamento jurisdicional entre elas do que na sobreposição de uma pela outra:

“mas se a este pensamento ajuntarmos o de que os Senhores Confessores nos podem também ensinar os remédios fysicos com que moderemos nossas paixões (...) então qual será a utilidade de que confessemos haver achado na Confissão Sacramental? Serão tantas quantas são as virtudes, que podemos praticar conduzidos da graça do Espírito Santo...”⁴⁷⁶

Para não deixar dúvidas, o último capítulo da obra foi intitulado “Supplica Humilde aos Senhores Confessores”, procurava afirmar de maneira inequívoca a fidelidade e o zelo pela religião:

“Nós os pecadores confessamos aos vossos pés nossos peccados todos, mas no proposito da emenda, que devemos protestar, não vos podemos asseverar, que entre huma segurança firme de não recahirmos nos tres peccados da lascívia, cólera, e bebedice, a que nos havemos habituado. Estes tres peccados, sendo na verdade que não nos tirão a liberdade para os evitarmos, nos tentaõ com tudo com tantos enganos, e attracções, que não nos atrevemos a deixá-los. Até agora quase desesperados do remédio não o temos buscado. Nós nos persuadimos que nossos máos hábitos depois de se converterem em nossa natureza já não podiaõ ser extirpados sem destruição da nossa alma. Estamos desenganados, descobrio-se huma Medicina, que mudando os nossos ditos máos hábitos nos faz possuir no corpo, e na alma huma saúde perfeita. Vóis sois, Senhores Confessores, os que possuis esta Medicina; curai-nos pois, tende de nós compaixão porque vo-lo pedimos com as mesmas instancias, com que os enfermos pediaõ saude a Jesu Christo nosso primeiro Medico, a quem vóis imitais, caminhando pelos passos de sua mesma misericórdia. Nós somos como ovelhas entregues ao vosso cuidado, não nois deixeis perecer devorados pelos lobos de nossas paixões. Affugentai, matai estas feras péssimas para que apareçamos no meio do Rebanho do Senhor como Cordeiros bem lavados, que sobem das fontes da vida. Dai-nos remédios a nosso males, ensinai-nos com que Medicina nos curemos, que nós em retribuição pediremos também a Deos vos encha de sciencia, e santidade para continuardes a ser em sua Igreja como luzes brilhantes, que iluminaõ a todo homem, e o sal da terra, que a preserva da corrupção. Amen.”

⁴⁷⁵ *Medicina Theologica...* op. cit., p.144.

⁴⁷⁶ *Ibid.*, p.145.

Como se sabe, de nada adiantou a atitude conciliatória. A obra foi considerada de teor herético e censurada. É possível que, aos olhos da censura, mesmo a sugestão de uma relação de complementaridade entre medicina e teologia significasse um recuo inaceitável para a Religião, sobretudo num ambiente social ameaçado pela libertinagem e pela sublevação social representada pela Revolução Francesa.

Entretanto, ainda há questões sem resposta acerca de sua autoria e origem. Sem dúvida, o fato de *Médecine de L'Esprit* constar no catálogo de livros pertencentes a Mello Franco, depositado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, conta a favor do médico de Paracatu.⁴⁷⁷ Por outro lado, sua trajetória na corte e o curso da investigação de Pina Manique apontam em outra direção, como temos mostrado.

Nesse caso, uma vez afastada a possibilidade de a autoria ser de Mello Franco, quais informações nos restariam sobre a origem da *Medicina Theologica*? Muito poucas, sem dúvida. Mas com o que sabemos é possível levantar algumas hipóteses.

No que diz respeito a seu suposto autor, Caetano Dragazzi, vimos acima que não possuía qualquer formação médica, tendo se estabelecido como comerciante em Lisboa. Dessa maneira, fica difícil acreditar que, se o veneziano foi mesmo o responsável pela publicação, ela tenha sido fruto exclusivo de suas ideias. Dadas as ligações de Dragazzi com círculos libertinos da corte, conforme atesta o ofício de Pina Manique, é possível que a obra seja uma tradução de algum escrito marginal do iluminismo francês, que chegou às mãos do grupo ligado ao Consul americano em Lisboa em meio ao fluxo de obras de conteúdo herético que circulavam clandestinamente entre eles.

Obviamente, trata-se de uma hipótese que ainda necessita de investigações mais contundentes. De qualquer forma, o aparecimento do escrito em 1794 não foi por acaso. Se é verdade que os responsáveis por sua publicação não estavam diretamente ligados a atividades médicas, pode ser que a iniciativa de publicá-la realmente não significasse mais do que uma provocação à Igreja, num ambiente onde já fervilhavam movimentos de contestação da ordem tradicional. Mas no que diz respeito às concepções filosóficas da obra, será que elas dialogavam com as concepções articuladas pelos médicos portugueses? Se a reforma universitária de 1772 significou uma reorientação dos estudos médicos, até que ponto a nova formação abria caminho para formulações como aquelas?

⁴⁷⁷ Catálogo de livros do Sr. Dr. Francisco de Melo Franco. BNRJ, manuscritos, 06, 4, 006. Na verdade, de um inventário da biblioteca de Francisco de Mello Franco, vendida em 1824 para a Biblioteca Imperial, como se chamava a instituição na época, após a morte do médico.

- As ideias médicas na Faculdade de Medicina: entre os Estatutos e a prática.

O Setecentos marca um processo de redefinição das fronteiras tradicionais da medicina em Portugal, ainda nos resta compreender como essa transformação se deu plano das ideias médicas. Já apresentamos as linhas gerais do percurso seguido pelos debates ocorridos em alguns dos principais contextos iluministas europeus, mas seria razoável atribuir esses mesmos encaminhamentos ao contexto lusitano? Evidentemente, se nos mantivermos afeitos aos postulados de uma historiografia tradicional do iluminismo português, a resposta será negativa. Para os adeptos da tese do isolacionismo, como se sabe, a presença marcante do catolicismo e da pedagogia jesuítica teria impedido a renovação de ideias no reino. Em outras palavras, as inovações trazidas pela “nova filosofia” do século XVII, mencionadas acima, teriam sido impedidas pelos inicianos de entrar no reino português por não condizerem com suas convicções religiosas. Assim, relegado ao aristotelismo quando o resto da Europa já debatia o triunfo da filosofia mecanicista, Portugal só ingressaria na “ciência moderna” a partir da década de 1750, com a expulsão dos jesuítas e as reformas pombalinas.

Conforme tratamos no primeiro capítulo, essa versão, em grande parte inspirada na historiografia republicana do século XIX, encontra-se ultrapassada há algum tempo. Já se sabe que os inicianos não apenas se mantiveram a par das inovações filosóficas como costumavam aplicá-las em suas próprias investigações. Se essas concepções não se tornaram hegemônicas em Portugal durante sua administração, era mais por lhes parecerem filosoficamente inferiores aos postulados aristotélicos do que por não corroborarem suas convicções religiosas. Em contraposição, a proeminência que essas inovações filosóficas adquiriram entre os círculos ilustrados portugueses e nos Estatutos de 1772 explica-se justamente por elas terem se mostrado como o esteio teórico ideal para a reforma cultural e pedagógica que almejavam implementar.

Entretanto, resta saber como essas ideias foram apropriadas pelos reformadores da medicina portuguesa, sobretudo no ensino oferecido na Universidade de Coimbra, principal espaço de formação da medicina acadêmica de Portugal.

Recentemente, Jean Abreu foi um dos autores que se debruçaram sobre esta questão ainda pouco explorada pela historiografia da medicina luso-brasileira. Na sua interpretação, os Estatutos de 1772 configuram um marco na incorporação dos princípios

mecanicistas por parte dos médicos portugueses⁴⁷⁸. Segundo afirma, a adesão ao mecanicismo faria parte de um processo de laicização da medicina portuguesa, também incentivada pela difusão da anatomia descritiva. Essa nova tendência se contrapunha às concepções hipocrático-galênicas predominantes na formação médica lusitana, também apropriadas pelas correntes mágico-astrológicas largamente presentes no universo das artes de curar em Portugal. Uma de suas expressões eram os populares almanaques astrológicos – também conhecidos como lunários dos tempos, sarrabais ou folhinhas do ano- que relacionavam os dias do ano ao “homem anatômico” e a representações dos signos do zodíaco de partes do corpo humano e dos temperamentos⁴⁷⁹.

Segundo Abreu, essas antigas tradições mesclavam religião, ciência e sociedade de modo indissociável, de modo que o homem seria um microcosmo do universo, e portanto, teria sua constituição afetada pelos corpos celestes e forças espirituais. Nesse sentido, a adesão aos princípios mecânicos teria imposto aos médicos lusitanos o desafio de conciliar o materialismo subjacente às formulações do corpo-máquina com os princípios teológicos. Esses esforços configurariam um imperativo para aqueles que quisessem publicar suas ideias sem ter problemas com a censura imposta por uma “estrutura de poder pouco afeita ao radicalismo”⁴⁸⁰.

Nesse sentido, o autor afirma que a rejeição de Antonio Verney ao cartesianismo no *Verdadeiro Methodo de Estudar* não seria mais do que um recurso discursivo para afastar suspeitas sobre sua fé, uma vez que o filósofo de Genebra era considerado materialista por alguns setores da Igreja. Contudo, a contradição teria ficado evidente quando o mesmo Verney se viu obrigado a reafirmar a dualidade cartesiana para justificar a prática da dissecação: “Deus infundiu a alma no corpo para governar e servir-se dele como instrumento para algumas coisas; mas quanto à vida física, é certo que a alma ignora o que sucede nele”⁴⁸¹. Da mesma maneira, Abreu aponta que o médico Manoel de Moraes Soares tentava proteger-se de perseguições ao conciliar o mecanicismo com os princípios da Criação, quando afirmou que a fábrica do corpo humano “construiu admiravelmente o seu autor divino sobre as leis matemáticas”⁴⁸².

⁴⁷⁸ ABREU, Jean Luiz Neves. **Nos domínios do corpo: o saber medico luso-brasileiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p.69.

⁴⁷⁹ Ibid. p.57-58. Sobre os almanaques e a medicina mágico-astrológica ver também: CAROLINO, op. cit.

⁴⁸⁰ ABREU, Jean., p.65-66,180.

⁴⁸¹ VERNEY, Luis Antonio. *Verdadeiro método de estudar* [1746]. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950. p.27. Apud. ABREU, op. cit. p.66

⁴⁸² SOARES, Manuel de Moraes. **Memorial critico-médico-histórico-físico Oferecido a Favor da Faculdade de Medicina e de seus Alunos**. Lisboa: Officina de Francisco Luis Ameno, 1760. Apud. ABREU, op. cit, p.66.

Assim, a *Medicina Theologica* é apontada pelo autor como um escrito radical que, na contramão dos esforços conciliatórios de outros representantes do mecanicismo em Portugal, colocava a medicina à frente da teologia para tratar das doenças da alma⁴⁸³.

No entanto, consideramos que a ideia de uma “conciliação” entre mecanicismo e religião não é adequada para entendermos os que se passava nos debates médicos em Portugal nessa época. Como mostrado acima, a própria *Medicina Theologica* contém várias passagens que afirmam o apreço de seu autor pela religião católica, de maneira que as proposições defendidas na obra tinham como objetivo um aperfeiçoamento da atividade confessional, e não sua diminuição. Além disso, reduzir os posicionamentos religiosos dos médicos portugueses a uma estratégia para evitar problemas com a censura é ignorar características fundamentais dos debates filosóficos dos quais se apropriavam.

Já mencionamos no primeiro capítulo que a afirmação de que o mecanicismo é incorporado ao pensamento médico português no século XVIII não basta, uma vez que a filosofia mecânica nunca se apresentou como um corpo de ideias unívoco. Vimos que mesmo as propostas mecanicistas de personagens como Robert Boyle, Descartes ou Newton apresentavam divergências entre si a respeito temas fundamentais, como a própria questão da intervenção divina no mundo físico. A questão teológica, nesse sentido, não era algo a ser “conciliado” com a filosofia, mas sim, parte constituinte e indissociável da cosmovisão desses filósofos naturais. Para eles, qualquer enunciado sobre os fenômenos físicos que não abarcasse a questão do divino não teria validade filosófica, a não ser, é claro, para aqueles que dividavam da própria existência de Deus. Como vimos acima, o caso da reação dos platonistas de Cambridge ao cartesianismo, analisado por Ann Thomson, é ilustrativo dessa questão. O entusiasmo inicial de Henry More com as ideias de Descartes se esvaiu quando o filósofo se deu conta de que elas colocavam em xeque a intervenção divina no mundo material, e por causa disso, não poderiam fazer sentido.

Tudo indica que as coisas não foram diferentes no mundo português. Afinal, seria uma contradição um personagem como António Verney, por exemplo, afastar-se de Descartes exclusivamente por medo da censura. Isso significaria insinuar que o frei da Ordem dos Oratorianos poderia ter convicções potencialmente materialistas que deveriam ser escondidas das autoridades, o que não parece ser o caso.

⁴⁸³ Ibid. p.67-68

A questão, na verdade, se deve a outro processo. Já mencionamos que o mecanicismo, sobretudo o de matriz cartesiana, adentra o século XVIII sob forte ataque de correntes filosóficas alternativas. Isso não se devia apenas ao suposto materialismo subjacente à dualidade cartesiana, mas, sobretudo, à constatação de que a observação direta dos fenômenos vitais tornaria evidente a insuficiência dos princípios mecânicos para dar conta dos mesmos. Desse modo, na esteira da rejeição a todo e qualquer sistema filosófico, recomendada pelo ecletismo setecentista, as concepções cartesianas passaram a ser desqualificadas como resultado de uma especulação teórica pouco afeita à observação, apesar de seu rigor matemático.

Assim, no contexto da revisão dos postulados mecanicistas no século XVIII, a física newtoniana emergiu como referência de destaque para várias correntes médicas. Ao contrário de Descartes, Newton admitia a interferência de propriedades não materiais nos fenômenos físicos. À semelhança da gravidade e do magnetismo, cujos efeitos eram observáveis nos fenômenos ainda que suas causas fossem desconhecidas, vertentes de pensamento médico passaram a admitir a presença de propriedades igualmente desconhecidos na matéria orgânica para explicar o funcionamento dos organismos vivos⁴⁸⁴. A noção de força vital, defendida pelas correntes vitalistas, assim como a ideia de irritabilidade e sensibilidade exploradas por Haller, são exemplos dessa apropriação.

Visto por essa perspectiva, quando retomamos a crítica de António Verney ao cartesianismo, fica claro que o frei estava mais preocupado em mostrar-se conhecedor dos debates filosóficos mais recentes do que defender-se da censura:

“Ouveram na verdade nesse tempo alguns omens, que escreveram muito bem, e reformaram o estudo da Filozofia, e consequentemente da Medicina, ma V.P. não ignora que neste tempo apareceram os Cartezianos e Gezendistas, que duraram até o fim desse século: os quais com sias suas ipoteses fizeram muito mal à Fizica, e Medicina: supondo coisas que nem avia. Ainda os que nam eram Cartezianos, mas somente seguiam a Medicina Mecanica, fundando-se na Matemática; como Borelli, Bellini, Bernoulli, Keill &c. ainda que fossem tam praticos da Matematica, e mostrassem o modo, de raciocinar sem engano; contudo algumas vezes se-enganaram, porque supõem coizas, que nam estam provadas. Finalmente, somente depois que se abriram as Academias Regias, que foi depois do ano 60 do seculo passado, é que a Medicina começou: da qual depende em tudo, e por tudo. *Newton*, que entam floreceo, deu lhe a ultima mam: e pouco a pouco ate o fim deste seculo se foi introduzindo, e no prezente, se pratica com aplauzo.”⁴⁸⁵

⁴⁸⁴ SHAPIN, op. cit. p.155-165.; REY, Roselyne. *L'ame, le corps et le vivant ...* op. cit. p.129-132.

⁴⁸⁵ VERNEY, Luis Antônio. *Verdadeiro método de estudar*. Vol.2. Valensa: Officina de Antonio Balle, 1746. p.102.

A divulgação do newtonianismo em Portugal remete, pelo menos, aos tempos de Jacob de Castro Sarmiento, médico português radicado em Londres, responsável pela publicação da *Verdadeira Theorica das Mares, Conforme à Philosophia do incomparavel cavalheiro Isaac Newton*, a primeira obra de filósofo natural britânico traduzida para o português em 1737.⁴⁸⁶ No entanto, seus postulados só se tornariam mais aceitos no reino a partir de sua apropriação por intelectuais reformistas, como o próprio Verney, e, sobretudo, na reforma da Universidade de Coimbra. Conforme discutimos no capítulo 1, o terceiro livro dos Novos Estatutos também afirmava a física newtoniana como principal referência da nova Faculdade de Filosofia, em detrimento do cartesianismo. Não se trata de mero detalhe. A escolha da vertente newtoniana demonstra que os Estatutos procuravam introduzir no ensino universitário o que havia de mais recente sobre na filosofia natural.

Mas, por outro lado, até onde podemos tomar os Estatutos como uma referência das ideias filosóficas que circulavam em Portugal e na própria Universidade? E mais, a exemplo da *Medicina Theologica*, até que ponto essas ideias respaldaram a reivindicação de uma nova jurisdição para a medicina portuguesa no âmbito das reformas?

No plano institucional, sabemos que a reforma não se concretizou de imediato. No caso da Faculdade de Medicina, dependências como o Dispensatório Farmacêutico e o Hospital universitário, apesar de estarem em consonância com as novas orientações pedagógicas, levaram algum tempo para entrar em funcionamento efetivo. Também já tratamos da questão da falta de professores, que se arrastaria até meados da década de 1780, quando da intervenção de D. Maria I. Na mesma época, a rainha também exigiu que os professores se empenhassem na produção de compêndios próprios visando substituir os livros de autores estrangeiros, medida que se revelou praticamente infrutífera, como revelaram as atas da congregação da Faculdade de Medicina.

No que diz respeito às ideias, uma leitura mais criteriosa do novo currículo médico revela pistas interessantes. No capítulo 1, sinalizamos que a adoção das ideias de Boerhaave, sobretudo no que dizia respeito à classificação de doenças, era condicionada à aparição de algum autor que tratasse da questão com maior precisão. Nesse sentido, os

⁴⁸⁶ Sobre Jacob de Castro Sarmiento e a divulgação do Newtonianismo em Portugal, ver: PINTO, Helio. **Jacob de Castro Sarmiento e o Conhecimento Médico e Científico do século XVIII**. Dissertação para obtenção do Grau de Doutor no Programa Doutoral em História, Filosofia e Património da Ciência e da Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa, 2015.

estudos nosológicos de Boissier de Sauvages, um dos vitalistas ligados à Faculdade de Montpellier, são citados como referência possível, mas que ainda necessitavam de maiores confirmações. Também notamos que essa passagem ajuda a ilustrar uma certa abertura dos Estatutos a novas ideias, não só motivado pelo espírito eclético do iluminismo, mas também por perceber que as ideias que estavam sendo adotadas pela Universidade naquele momento poderiam não ser mais a vanguarda da filosofia europeia.

Na obra comemorativa dos cem anos da reforma da Faculdade de Medicina Bernardo Antonio Serra de Mirabeau, dedicou um capítulo inteiro ao tema das “doutrinas médicas professadas na Universidade desde a Reforma até 1822”. Lente catedrático de medicina, Mirabeau fez uma análise das concepções médicas presentes em algumas das teses de doutoramento defendidas na instituição após a reforma e concluiu que o universo de ideias presente na universidade é bem maior do que o proposto nos Estatutos. Na versão do autor, a opção por Boerhaave e pelo mecanicismo como referências filosóficas da reforma do ensino médico se deve, antes de tudo, pela escolha de um caminho mais consagrado, num ambiente de debates em plena ebulição:

“Grave transformação se operava nas sciencias medicas quando Junta de Providencia Litteraria começou a intender na reforma da Universidade. Os antigos systemas de Medicina, e os que sucessivamente se formaram depois do renascimento das letras, achavam-se em extremos de decadência. Em compensação, o rumo que havia tomado a physiologia após o conhecimento das propriedades vitaes, e os progressos sempre crescente da anatomia abriam largos horizontes, e preparavam os fundamentos para a constituição de novas teorias médicas. Mas estas vicissitudes das sciencia, com quanto exprimissem o resultado de muito lidar, e fossem o indício de incontestavel aperfeiçoamento, não deixavam todavia entreter a duvida e de protelar a incerteza. Em taes circunstancias apurar as verdades scientificas e emittir opinião fundamentada era tarefa de não pequenas dificuldades. (...)”

Portanto, sem omitir as providencias para as necessidades que pareciam avizinhar-se, sahiu da hesitação adoptando para a actualidade doutrinas bem definidas e sancionadas pelo acolhimento geral. Boerhaave era ainda a primeira autoridade na sciencia; seus escriptos e opiniões erma assumpto de largos coemmentarios”⁴⁸⁷

Em teoria, poderíamos concluir que o novo currículo médico já estaria defasado desde sua inauguração. Mirabeau afirma que Boerhaave continuaria como referência de destaque da faculdade durante mais de dez anos depois da reforma, mesmo após a publicação das *Primeiras Linhas de Medicina*, de William Cullen (1710-1790), em 1776, e do impacto causado pelas obras de Albrecht von Haller (1708-1777), marcos

⁴⁸⁷ MIRABEAU, op. cit. p.133-134.

importantes para os estudos médicos na época⁴⁸⁸. O autor especula, então, que Boerhaave tenha sido formalmente substituído como referência por volta de 1784, quando foi criada a cadeira de patologia cirúrgica, já que, em 1786, utilizava-se Haller e Cullen nas cadeiras de fisiologia e patologia, respectivamente⁴⁸⁹. No entanto, embora Haller não seja citado nos Estatutos de 1772, lembramos que D. Francisco de Lemos, em sua *Relação Geral do Estado da Universidade* de 1777, já apresentava o médico germânico como referência para as aulas de Instituições Médicas do terceiro ano, que abarcava lições de fisiologia⁴⁹⁰.

Mas o estranhamento de Mirabeau não é fortuito. Boerhaave destacou-se na primeira metade do século XVIII como professor de medicina da faculdade de Leyde. Suas aulas atraíram estudantes de várias partes da Europa – entre eles, o português Antonio Ribeiro Sanches – fazendo com que ficasse conhecido como *communis Europae praeceptor*.⁴⁹¹ De maneira geral, suas ideias são relacionadas à tradição iatromecânica, concebendo o funcionamento do corpo a partir da interação entre os sólidos e fluidos, que interagiriam segundo as leis da hidrodinâmica. Mesmo que Boerhaave se identificasse como um newtoninano convicto⁴⁹², seu modelo de mecanicismo o aproximava das concepções cartesianas, ao conceber o funcionamento do corpo de maneira estritamente mecânica.

Seu aluno, Albrecht Von Haller, ficaria conhecido como um dos fundadores de um novo modelo de fisiologia em meados do século. Sua obra mais conhecida, *Elementa physiologiae corporis humani* consiste em oito volumes, publicados entre 1757 e 1766. Haller desafiou as concepções iatromecânicas sobre os nervos ao introduzir a noção de irritabilidade como uma força inata do tecido muscular, e que estaria relacionada aos movimentos involuntários do corpo. Para seus antecessores, a exemplo de seu mestre em Leyde, a irritabilidade dependeria de estímulo direto nos nervos, que a ativaria de maneira mecânica. Além de uma nova concepção de irritabilidade, Haller introduziu a noção de sensibilidade, também entendida como propriedade inata da fibra nervosa. Esta última estaria relacionada às sensações recebidas pelos sentidos e aos movimentos voluntários.⁴⁹³

⁴⁸⁸ Ibid.137.

⁴⁸⁹ Ibid. p.143.

⁴⁹⁰ LEMOS, op. cit. p.69-70.

⁴⁹¹ MAZZOLINI, op. cit. p.99.

⁴⁹² Descreveu-se como newtoniano “convaincu et convainquant” em carta a Julien Offray de La Mettrie, negando ser classificado como um materialista, como o descrevia seu colega francês. DUCHESNEAU, op. cit. p.219.

⁴⁹³ DUCHESNEAU, p.218-220.

Cullen, por sua vez, destacou-se como um dos principais representantes do vitalismo escocês⁴⁹⁴. Também ligado aos estudos das propriedades nervosas, criou um sistema médico conhecido como neuropatologia, que atribuía à causa de todas as doenças às categorias de espasmo e atonia, entendidas como anomalias do tônus das fibras animadas causadas pela ação de uma força nervosa.⁴⁹⁵ Segundo descreve Packham, sua ideia de força vital, apesar de vaga – descrita como uma “certa condição das fibras e dos nervos”- ajudou a propagar no contexto britânico, a noção de uma força animadora mortal, passível de ser danificada ou até mesmo perdida, porém, maleável e sujeita a recuperação, mesmo após morte aparente⁴⁹⁶.

Diante da progressiva decadência das explicações iatromecânicas, autores como Haller e Cullen estiveram presentes entre as correntes de pensamento médico mais prestigiadas na segunda metade do século XVIII, sobretudo por conta dos promissores estudos sobre o sistema nervoso. Tudo indica que tiveram boa aceitação em Portugal: a obra de Haller como veremos adiante, seria adotada pela Universidade de Coimbra, e embora não tenhamos notícias sobre a adoção de obras de Cullen pela instituição, suas obras circularam em versões inglesas e francesas no reino⁴⁹⁷.

Se a opção inicial por privilegiar Boerhaave mostra que os Estatutos de 1772 optaram por privilegiar autores e obras mais consagradas, isso não impedia que obras mais recentes não tivessem acolhida na Universidade, sendo, inclusive, apropriadas em conjunto com referências mais clássicas, mesmo que pareça contraditório a olhos mais habituados a uma narrativa mais linear do pensamento médico setecentista. Assim, ao analisar a tese de Francisco Tavares, o primeiro doutor formado pela universidade reformada em 1778 e futuro professor da instituição, Mirabeau identifica “o eclectismo de Boerhaave vago e indeciso entre as doutrinas do passado e o princípio prometededor da irritabilidade Halleriana”⁴⁹⁸. Segundo descreve, coabitavam no trabalho de Tavares referências a autores modernos com categorias mais tradicionais, a exemplo dos espíritos

⁴⁹⁴ PACKHAM, Catherine. **Eighteenth Century Vitalism: bodies, culture, politics**. London: Palgrave, 2012, p.19-20.

⁴⁹⁵ GRMEK, Mirko. Le concept de maladie. In. : GRMEK, Mirko ; FANTINI, Bernardino. **Histoire de la pensée médicale en occident. Vol.. 2. De la Renaissance aux Lumières**. Paris: Éditions du Seulo, 1996, p.172.

⁴⁹⁶ PACKHAM, op. cit. p.20.

⁴⁹⁷ A afirmação de Mirabeau é confirmada pela quantidade considerável de exemplares de suas obras em inglês e francês no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal. Não encontramos notícias de que tenham sido traduzidas para o português. MIRABEAU. op. cit. p.137.

⁴⁹⁸ Ibid. p.138.

animais, o que classificou como uma “reliquia aristotélica”⁴⁹⁹. Em outro documento da mesma coleção, não identificado pelo autor, aponta a presença de “princípios fundamentaes de duas escolas, senão opostas, ao menos muito diferentes.” O trecho segue abaixo:

“Na repartição de pathologia geral atribuem-se as doenças dos sólidos, ‘já a maior ou menor conexão das suas partículas elementares, donde procede a debilidade, a laixidão, a rigidez, o augmento de elasticidade; já ao excesso ou deficiencia de força vital, com que tem relação o augmento de irritabilidade, o torpor e os seus efeitos respectivos”⁵⁰⁰.

A passagem aponta uma convivência entre princípios mecanicistas, como os de Boerhaave, com asserções vitalistas para explicar um mesmo fenômeno, mostrando que ambas concepções estavam presentes no ensino da Universidade ainda na década 1770. Evidentemente, é preciso ter cautela com o que Mirabeau descreve como “ideias opostas”. A simples leitura de uma das teses da coleção da universidade não é suficiente para compreendermos como que essas concepções eram apropriadas pelos professores e estudantes da faculdade de medicina, tarefa para a qual ainda nos falta fontes e espaço. Contudo, as conclusões do autor são importantes para nos indicar que a faculdade médica nunca ficou restrita às orientações dos Estatutos. Na prática, o documento funcionava muito mais como uma espécie ementa do curso médico, sendo antes um estabelecimento de suas diretrizes gerais e princípios filosóficos do que um registro do que de fato compunha a formação dos alunos.

Os debates sobre o currículo e a formação também continuaram após a reforma. Mesmo com a manutenção do uso de compêndios estrangeiros, após a tentativa fracassada de D. Maria I em fazer os professores da Faculdade de Medicina produzir compêndios próprios, os lentes mantiveram discussões sobre o programa de ensino. Nas actas da congregação da faculdade de medicina de 30 de julho de 1789, foi solicitado a Francisco Tavares, já professor da cadeira de Instituições Médico-Cirurgicas, que “fizesse as Notas, que julgar merecem os Compendios de Phisiologia de Haller, e Pathologia, de Boerhaave e as offerecesse, ou apresentasse em Congregação na conformidade dos Estatutos para serem aprovados por ella”⁵⁰¹. É mais provável que o professor nada tenha apresentado a

⁴⁹⁹ Ibid. p.138. Como já mencionamos, sabe-se que os espíritos animais foram também apropriados por Descartes, tornando-se parte fundamental de seus estudos sobre a relação corpo/alma.

⁵⁰⁰ Ibid. p.140

⁵⁰¹ Ata da congregação de 30 de julho de 1789. **Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)**, vol.I. Coimbra: Coimbra Editora, 1982. p.133; MIRABEAU, op. cit. p.146.

respeito, visto que um ano depois, uma nova reunião da congregação o nomeava para elaborar a *Pharmacopea Universal da Nação*, junto com Joaquim de Azevedo⁵⁰². Não muito depois, deixaria a cadeira de instituições para assumir a 2ª cadeira de prática médica em fevereiro de 1791⁵⁰³.

A questão seria retomada por Joaquim Navarro de Andrade, que assumiu o lugar de Tavares na cadeira de Instituições, na congregação de 23 de maio de 1796. Na ocasião, queixou-se dos “inconvenientes, que se seguirão de se explicar Physiologia pelo Compendio d’Haller, e preferindo a este o de Caldani”⁵⁰⁴. O Reformador Reitor Principal Castro, no entanto, manifestou-se contra a mudança argumentando que a decisão deveria ser tomada numa outra reunião da congregação com maior quórum: “tendo cada hum d’elles pençado sobre este objeto, se pudesse fazer huma mais bem acertada escolha de Compendio, visto que esta só deve ter princípio em Outubro”⁵⁰⁵.

O assunto voltou a ser discutido em julho daquele ano, quando Andrade voltou a se manifestar sobre o assunto. Contudo, o registro nas atas não deixa claro se o compendio foi adotado pela congregação⁵⁰⁶.

O italiano Leopoldo Marcantonio Caldani (1725-1813) foi professor da Universidade de Pádua no final do século XVIII. Ficou conhecido um dos continuadores da pesquisa sobre a irritabilidade de Haller, junto com Felice Fontana (1730-1805) e Samuel-Auguste Tissot (1728-1797). Entre outros conceitos, propunha uma distinção absoluta entre irritabilidade e sensibilidade, visto que suas experiências mostravam que uma poderia se reproduzir sem os fenômenos relativos à outra.⁵⁰⁷

A discussão em torno da obra de Caldani em Coimbra revela a intenção de setores da faculdade em dar um passo adiante nas concepções hallerianas já estabelecidas nas aulas da Universidade, e indica que debates dessa natureza continuaram muito depois da promulgação dos novos Estatutos. É claro que esse processo já estava previsto no documento de 1772, mas é preciso analisá-lo menos sob a perspectiva de uma contínua “modernização dos estudos” e mais como um processo de debate em torno das escolhas teóricas feitas pela faculdade à luz das discussões filosóficas que ocorriam em diversos cenários europeus da época.

⁵⁰² Ata da congregação de 23 de julho de 1790. Ibid. p.156.

⁵⁰³ BANDEIRA, op. cit. p.102.

⁵⁰⁴ Ata da congregação de 23 de maio de 1796 **Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)**, vol.2 Coimbra: Coimbra Editora, 1982. p.86.

⁵⁰⁵ Idem.

⁵⁰⁶ Ata da congregação de 30 de julho de 1796. Ibid. p.94.

⁵⁰⁷ DUCHESNAU, op. cit. p.253.

Sendo assim, se a reforma dos estudos médicos em 1772 pode ser entendida sob a perspectiva da institucionalização de uma nova formação médica em Portugal, categorizá-la como a introdução da “ciência moderna” na universidade não é operacional. Em primeiro lugar, porque, em geral, tudo aquilo que é apresentado como absolutamente inovador, costuma guardar continuidades com aquilo que diz negar. Em Coimbra não parece ter sido diferente: nervos irritáveis e forças vitais continuaram convivendo com humores e sangrias mesmo após a reforma, e isso não significa que a Universidade não estivesse atenta ao que se passava fora do reino. Em segundo lugar, porque apontar a modernização do currículo não basta: é necessário compreender as escolhas teóricas feitas por aqueles que reformavam o ensino na instituição. Como mencionamos, o novo currículo não é um esforço raso de atualização da formação médica. Dentro do grande universo de ideias e conceitos relacionados à etiqueta “ciência moderna,” há inúmeras contradições, disputas e debates. Assim, apropriar-se desse processo é também apropriar-se dessas questões.

É claro que para termos um panorama mais preciso das ideias médicas que circulavam em Portugal nesse período, a análise dos Estatutos por si só não é suficiente. Seria necessário sair do ambiente universitário e ver como esses debates se refletiram nos espaços de produção intelectual da medicina portuguesa de finais do Setecentos. No entanto, pelo que mostramos aqui, pode-se constatar que as correntes médicas críticas ao mecanicismo cartesiano estiveram presentes na reforma da Universidade em suas mais diversas variações. Sem dúvida, a presença desses debates no ambiente intelectual português contribuiu não apenas para o processo de reorganização das artes de curar no reino, mas também ajudou a determinar o tipo de intervenção que a medicina passou a reivindicar para si.

- O *Filósofo Solitário*: natureza humana, medicina e sociedade em novos termos.

Como bem sabemos, a *Medicina Theologica* não foi a única obra anônima polêmica a circular por Portugal entre os últimos decênios do século XVIII. Também não foi a única obra apócrifa atribuída a Francisco de Mello Franco: a *Resposta ao Filósofo Solitário* (1787) e a *Resposta Segunda ao Filósofo Solitário* (1787) vinculam nosso personagem a mais uma polemica entre setores da intelectualidade lusitana. Assim como nas outras obras atribuídas ao médico brasileiro que passaram por nossa análise, a determinação de sua autoria ainda parece incerta.

As respostas atribuídas a Mello Franco são, na verdade, réplicas a uma obra também anônima que circulou em Portugal por volta de 1787, intitulada o *Filósofo Solitário*. Em linhas gerais, trata-se de um texto de inspiração rousseauiana que, no meio de um período culturalmente conturbado do iluminismo português, mostrava-se a avesso ao ambiente social enquanto espaço adequado para a produção de ideias. Assim, recomenda aos filósofos: “Quem busca as causas naturaes dos efeitos naturaes, deve habitar nos montes; porque a Natureza fala por huma boca na solidão, e por outra nos povoados”⁵⁰⁸. A sociedade era apresentada como fonte de corrupções ou, na melhor das hipóteses, uma distração indesejada para aqueles que quisessem refletir de maneira livre e equilibrada: “Longe dos tumultos da cidade e mais longe ainda das Academias, estudo a Natureza mais que os Livros. Entre os arvoredos do meu retiro estimo mais a Religião do, que a própria vida”⁵⁰⁹.

Como bem afirmou Ana Cristina Araújo, o escrito contradizia questões basilares do novo modelo de sociabilidade intelectual em pleno advento da formação da opinião pública no iluminismo lusitano:

“Na base destas premissas, compreende-se que um dos tópicos fundamentais da polémica iniciada com a publicação de *O Filósofo Solitário* se centre, ideologicamente, na oposição público/povo. A irreduzível dicotomia que caracteriza o emprego dos dois termos radica no subentendido de que o elemento popular, dominado pelo preconceito, pela força irracional das paixões e pela ignorância, representa o inverso da autoridade “respeitável” e avisada do público que arbitra as discussões, condena os hábitos comuns e julga os erros do maior número. A irrevogabilidade das regras evidentes, racionais e universais que comandam o julgamento público, ininteligível ao povo, não se lhe aplica. Os decretos desta entidade superior e inteiramente livre estão, portanto, para além do senso comum”⁵¹⁰.

A reação foi implacável. Ao menos oito obras foram publicadas no mesmo ano em resposta ao escrito apócrifo, incluídas as duas respostas atribuídas a Francisco de Mello Franco, suscitando um vivo debate que perpassava temas variados⁵¹¹.

⁵⁰⁸ **O Filósofo solitário**. vol.1. lv.1 Lisboa: Regia Officina Typographica, 1786. p.03

⁵⁰⁹ Ibid. p.04.

⁵¹⁰ ARAÚJO, Ana Cristina. *O Filósofo Solitário e a esfera pública das Luzes*. In.: **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p.201

⁵¹¹ Dentre as que tivemos acesso, constam **Defeza do Filosofo solitário**. Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Souza, 1787; **A pratica que teve o pae do Filosofo Solitario com o senhor seu compadre, acerca dos estudos e obras de seu filho**. Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Souza, 1787.; **O Filosofo solitário convencido por si mesmo**. Lisboa: na Officina de Lino da Silva de Godinho, 1788; **O Filosofo solitário justificado**. Lisboa: Na Officina de José de Aquino Bulhoens, 1787; **Parecer sobre os dous papeis O Filosofo Solitario e O Filosofo Solitário Justificado**. Lisboa: Regia Officina

A obra original consistia em 4 livros dispostos entre 3 tomos, e abordava temas ligados ao corpo e sua formação, a alma, lógica, leis naturais, fisiologia, dentre outros. Contudo, como a *Segunda Resposta ao Filosofo Solitario* denunciaria, trata-se de uma tradução parcial da obra *De la Philosophie de la Nature*, de Deslisle de Sales, produzida em 1771. Curiosamente, como nota Ana Cristina Araújo, a versão francesa da obra havia sido considerada “indigna de aprovação” pela censura em parecer de 11 de março de 1771. A justificativa era que ela continha referências a autores “exterminados da ortodoxa Republica Literária”, a exemplo de Locke, Bayle, Pope, Voltaire, Leibniz, dentre outros. Além disso, eram destacados os posicionamentos supostamente duvidosos do autor em matéria de religião e suas inclinações materialistas, sobretudo por referências a autores como Haller, Leibniz e Buffon⁵¹².

A aprovação da versão em Português da obra em 1787, sem dúvida, configurou um revés para a Real Mesa à semelhança daquele que aconteceria com a Medicina Theologica alguns anos depois. Segundo descreve Araújo, a operação foi marcada por suspeitas de quebra de sigilo e de falta de unidade dos critérios da Mesa, sobretudo após a repercussão da obra, o que fez com que os documentos comprometedores relativos à aprovação desaparecessem⁵¹³.

Com relação a seu conteúdo, o escrito mostra-se afinado com os debates fisiológicos de seu tempo. Afirma uma concepção racionalista da natureza humana, mas rejeita o materialismo:

“Os corpos existem: e entre todos os que se conhecem, o do Homem he o mais perfeito. Estas duas proposições não tem character de Problemas: he por isso mesmo desnecessário que as Demonstrações venhão em seu socorro. A sua verdade em tudo he igual aos axiomas da Geometria, que servem de prova a tudo, sem terem necessidade della.

Berckeleio, e de la Metrie negando-a, atroarão o Mundo Literario. Não em canço em mostrar a falsidade dos seus princípios, porque já hoje está assentado que o primeiro foi extravagante; e que o segundo foi tolo”⁵¹⁴.

Ao dissertar sobre a alma, recusa-se, como outros filósofos de seu tempo, a descrever os meandros da ligação dessa com o corpo humano: “Eis-aqui o grande

Typographica, 1787; **Demonstraçam analytica de todos os erros prejuízos, e futilidades, que contem o terceiro tomo do Filozof Solitario**. Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Souza, 1787; **Rizos do Filosofo Solitario**. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1788. Agradeço a Rossana Nunes por ter gentilmente cedido as cópias para a realização desta pesquisa.

⁵¹² ARAÚJO, O Filosofo Solitario... op. cit. p. 203.

⁵¹³ Ibid. p.203-204.

⁵¹⁴ **O Filosofo Solitario...** op. cit. .p.7-8.

problema da Natureza, de quem o Homem é solução; mas Deos ocultou-nos o methodo”⁵¹⁵. No entanto, era certo que ambas eram feitas de “propriedades essencialmente incompatíveis,” sendo a alma imaterial e imortal. Ao conceber as relações entre ambos, sua atitude newtoniana ficava explícita:

“Não pode haver uma acção sem huma reacção. As d’Alma são huma espécie de força motriz, de quem se podem calcular os effeitos, mas não determinar a causa. O mesmo succede em todos os primeiros princípios. Deos confiou-nos o grande livro da Natureza; mas tirou-lhe o frontespicio, e os títulos dos capítulos”⁵¹⁶.

Contudo, o Filósofo Solitario não crê numa reciprocidade absoluta entre alma e corpo. A alma é definida como um “ente activo” que atua sobre o corpo por meio da Vontade, sua “força motriz.” Embora retome o princípio lockeano “sinto, logo existo”, defende que os sentidos teriam assento na alma, e não no corpo: “Hum homem que dorme com os olhos abertos, não vê.”⁵¹⁷

Como podemos ver, a concepção de natureza humana do Filósofo Solitário é consideravelmente distinta da articulada pelo autor da *Medicina Theologica*. Para a obra de 1794, como sabemos, a base da argumentação a favor da medicina estava justamente na ideia de uma relação recíproca entre alma e corpo, o que habilitaria o médico a tratar do moral. Para o Solitario, a alma concentra não apenas as operações racionais, mas também as sensações. Os sentidos, nessa concepção, são “meio interposto entre ella [a alma] e os objetos”⁵¹⁸.

O papel atribuído à medicina também é bastante distinto nas duas obras. Enquanto a *Medicina Theologia* tem como argumento principal uma reivindicação pela ampliação jurisdicional da medicina, o Filósofo Solitario mostra-se um virulento crítico do saber médico. O autor cultiva grande ceticismo em relação à medicina, e define-a como a “arte de conjecturar”:

“Não posso entender que certeza podem ter os Medicos nas suas decisões. Os tres maiores Mestres Hippocrates, Sydenham, e Boerhaave, que eles conhecem, são os tres partidários rigorosos do Scepticismo. A cada passo estão dizendo, que as excepções são mais que as regras, e que meio seculo de trabalho apenas deixa conjecturas na Medicina.

⁵¹⁵ **O Filósofo solitário.** vol.1. lv.2 Lisboa: Regia Officina Typographica, 1787 p.9

⁵¹⁶ Ibid. p.9-12

⁵¹⁷ Ibid. p.22.

⁵¹⁸ Ibid. p.20.

À vista desse parecer dos Mestres terão os discípulos mais diretos a nossa crença? Os que estão compondo livros para esclarecer os Homens, e os que estão fazendo homicídios para os curar, conhecem por ventura o Mecanismo do Corpo Humano, para darem a verdadeira força às suas molas, e o verdadeiro movimento às suas rodas?”⁵¹⁹

Logo em seguida, o Filósofo dispara contra a anatomia: “O estudo anatômico está muito adiantado, mas he nos corpos mortos. De que serve hum conhecimento exacto das partes do corpo, se senão sabe quem as desarranja?”⁵²⁰ Mais adiante conclui: “A verdade he que não há doença incurável para a Natureza, quando todas o são para os Medicos”⁵²¹.

O autor dedica um dos artigos para explicar que “a natureza não produz doentes”. Os males da saúde do homem teriam origem na corrupção de suas aptidões naturais que, quando respeitadas, garantiriam uma “vida feliz” e temperada. Condena então o estilo de vida urbano como causa das mais diversas doenças e distúrbios: a moda, com seus espartilhos que alteravam a forma natural do corpo das mulheres; a amamentação precocemente interrompida, que impedia a boa saúde das crianças; a corrupção moral da vida urbana, que dava terreno para o domínio das paixões sobre os indivíduos, e assim por diante⁵²².

A saúde, então, era definida um estado resultante do equilíbrio entre os alimentos, e os trabalhos, de forma que o homem do campo adoecia por nutrir-se mal e trabalhar muito, enquanto o da cidade, nutria-se exageradamente e trabalharia pouco. Assim, o equilíbrio físico e moral do homem dependeria do vigor de seu temperamento, de modo que essa busca deveria ser feita pela aproximação do homem com sua natureza, o que prescindida da intervenção médica: “Não frequento das aulas de Galeno, nem leio as Obras de Boerhaave: mas bem conheço que o Homem adoece quando se aparta da Natureza.”⁵²³

As reações à obra foram inúmeras e incitaram debates tão variados quanto os temas abordados. Contudo, realizar uma abordagem alargada do debate nos desviaria sensivelmente de nossos objetivos no momento, por isso, vamos nos ater a uma das questões que parecem ter suscitado mais polêmica e está diretamente relacionada à nossa análise até aqui: a questão da legitimidade da medicina enquanto discurso organizador do mundo social.

⁵¹⁹ Ibid. p.31.

⁵²⁰ Ibid. p.31

⁵²¹ Ibid. p.33

⁵²² Ibid. p.24-30.

⁵²³ Ibid.p.30.

De maneira geral, nota-se que, ao duvidar da capacidade do conhecimento de fornecer qualquer resposta válida para os problemas do mundo social, o *Filosofo Solitario* mexeu com os ânimos daqueles que apostavam no fortalecimento da medicina como um discurso cada vez mais atuante na sociedade portuguesa. Como temos mostrado, as últimas décadas do século XVIII presenciaram um movimento de reordenação das artes de curar em Portugal e, não por acaso, a réplica ao escrito anônimo foi imediata: todas as sete respostas publicadas contra o *Filosofo Solitario* foram impressas ainda em 1787, ano de publicação do escrito anônimo. A única obra em seu favor foi a “Defeza do filosofo solitário contra todas as satyras” que, assim como o *Filosofo Solitario*, afirmava a medicina como uma “atividade conjectural”, comparando a figura do médico a um “cégo armado com hum bastão para fazer as pazes, levanta-o sem saber, em quem há de descarregar o golpe: se pilha a Enfermidade, destróe a Enfermidade; se pilha a Natureza, destróe a Natureza”⁵²⁴.

As respostas atribuídas a Mello Franco dão o tom sobre o tipo de reação das réplicas ao *Solitario*. Diante do ceticismo de seu antagonista, a primeira resposta baseia sua argumentação na reivindicação de uma outra concepção sobre a natureza humana:

“Até aqui ainda ninguém estando senhor de si chegou a dizer que o homem tinha nascido para a solidão: e se he certo, como lho posso mostrar, que o homem nace para a felicidade, sofrerei que v.m. diga que vivendo elle no estado para o qual o destinou Author da natureza, seja por força infeliz? Ao contrario direi que achando-se o homem na solidão, que lhe não he natural, aqui he que vem a ser desgraçado. Dirá alguem que o peixe fora d’agua vive bem, e que o animal terrestre fora do fluido, que o cerca, fóra do ar vive seu comodo? Pois logo, meu Solitario, com profere huma proposição destas; como tem a corage de chamar Enthusiasta a quem segue o que a natureza dicta, a quem vive segundo as leis do seu estado fysico, e moral?”⁵²⁵

O argumento não poderia ser mais claro. Uma vez que a vida em sociedade estava inscrita na natureza humana, a solidão seria sua negação. Mais do que seu ambiente natural, a vida em sociedade é afirmada como condição fundamental para a sobrevivência humana, de maneira que o próprio corpo não resistiria à natureza sem a sociedade: “Esta necessidade fysica por si só basta para mostrar que a espécie humana só à sombra da sociedade podia durar, e multiplicar-se; e que a affeição dos Pais, e Mães aos filhos he indispensável, e pelo mesmo caso natural.”⁵²⁶ A vida em sociedade não seria apenas

⁵²⁴ **Defeza do filosofo solitário contra todas as satyras...** op. cit., p.11.

⁵²⁵ **Resposta ao filosofo solitário...** op. cit. p.4-5.

⁵²⁶ *Ibid.* p.7.

condição básica para a sobrevivência do corpo, sendo também indispensável como a origem das virtudes humanas, já que “o homem em fim, só he homem, por que se soube unir ao homem”⁵²⁷.

No que se refere ao tema da medicina, as discordâncias não eram menores. Nem todas as enfermidades teriam origem nos hábitos do homem, havendo também aquelas que dependiam do “clima” das “temperaturas”, das “corrupções espontâneas da atmosfera.” Contudo, não nega que a vida em sociedade possa trazer desequilíbrios à saúde. Era necessário, portanto, não sua negação, mas o controle de seus excessos:

“Huma sociedade requer homens, que governem, e homens, que obedeçam; para se governar bem, he preciso cultivar o espirito, em huma palavra he preciso estudar, quer dizer, passar huma vida sedentária: e quem ignora os danos que acompanhaõ este gênero de viver? Huma sociedade grande, que he a de que falarei daqui em diante, não pode substituir bem, sem que haja mil officios, que trazem aos que os exercitaõ, muitas e muitas, doenças. (...) por consequência os Medicos verdadeiros são precisos para prevenirem, e curarem estas molestias inseparáveis da Sociedade ainda a bem regulada; e deste modo não são, como v.m. diz, o flagello da humanidade, são homens de muita consideração no corpo econômico de qualquer Estado”⁵²⁸.

Assim ficava explícito o papel que se queria dar à medicina na ordem social: uma instância moderadora de seus vícios, que intervêm para garantir a prevalência da natureza humana diante dos eventuais excessos causados pela vida urbana. Sobre o papel do médico nesse processo, afirma: “*Medicus est minister nature*”. Ao praticante da medicina, caberia o papel de auxiliar “a natureza socorrida pela mão do Medico, pode conservar, mil vezes conserva as suas forças, que aliás pereceriam”⁵²⁹. A natureza por si só, portanto, não seria suficiente para curar a manter a boa saúde, sendo indispensável a interferência do médico.

A segunda resposta não parece ter sido publicada muito depois da primeira e revela um pouco mais sobre a identidade de seu autor. Ele narra como chegou até suas mãos uma cópia do *Filosofo Solitario* e que se sentiu motivado a responder suas afirmações logo após a leitura. Enviou então o texto para alguns amigos, no que um deles o respondeu afirmando que a obra anônima era, na verdade, uma cópia da *Philosophie de*

⁵²⁷ Ibid. p.8.

⁵²⁸ Ibid. p.30-31.

⁵²⁹ Ibid. p.35

la Nature de Deslisle de Sales.⁵³⁰ O texto, então, segue demonstrando ponto a ponto as partes retiradas da versão original em francês.

Não há como afirmar que o autor seja Mello Franco. Na verdade, nem sabemos como que as duas respostas foram relacionadas ao autor. Quanto aos seus argumentos, eles corroboram muito do que o médico de Minas Gerais afirmaria em suas obras posteriores, porém, a julgar pelas outras réplicas ao *Filosofo Solitário* e pelo próprio contexto da reforma médica em Portugal, tudo indica que se trata de argumentos correntes entre a intelectualidade ilustrada, e não como um elemento identificador de sua autoria.

A “pratica que teve o pae do *Filosofo Solitário* com o senhor seu compadre” tratava de maneira debochada o escrito anônimo, por meio de uma conversa imaginária entre pai do filósofo rousseauiano e um de seus compadres sobre os descaminhos da obra de seu filho. Em certa altura, o compadre elogia a primeira Resposta como “obra douda estofa” que teria deixado “pouco a desejar”. Contudo, apontava que a réplica “esgrimia contra uma caverna, por onde resoaõ agora em Portugal as vozes, que há muito se derramraõ na França”⁵³¹. Apesar disso, nada revela sobre seu autor, e nem faz referências significativas ao tema da medicina.

Os libelos seguintes parecem corroborar muito da concepção do papel da medicina defendida na *Resposta*. O “*Filosofo Solitario convencido por si mesmo*”, afirma sua importância e não nega os desacertos da prática médica, porém aponta que é necessário distinguir os bons dos maus médicos, assim como sempre houve em todas as artes⁵³².

O *Filosofo Solitario justificado* critica a aversão do Solitário pela vida social e desdenha das suas citações filosóficas. Faz uma acalorada defesa de Hipócrates, “grande homem a Epoca da grandeza, da utilidade, e do esplendor da Medicina”, contra os deboches feitos por seu adversário e o acusa de ser seguidor dos Peripateticos “que fizeraõ decahir todas as sciencias pelos frívolos, e fúteis princípios em que se fundavaõ”. Ao fim, condenava o filósofo:

“Tu serás em fim chamado ao Tribunal da Razaõ, aonde verás duas Classes de juizes, os saons Filósofos, e os homens sábios; e por partes os honrados e verdadeiros Discipulos de Hippocrates ,Sydenhaõ e Boerhaave: acuzado o processo ouviras coberto de pejo, e de vergonha a douda e justíssima Sentença,

⁵³⁰ **Resposta segunda ao filosofo solitário...** op. cit. p.7-9.

⁵³¹ **Pratica que teve o pae do filosofo solitário com o senhor seu compadre...** op. cit. p.09.

⁵³² **Filosofo solitario convencido por si mesmo...** op. cit. p.17.

Condemnaõ este Orate a viver entre os idiotas, e na sociedade dos povos selvagens, ainda sua estragada Filosofia, ponha hum entredito eterno a todas as Sciencias, e reduza este infeliz bando de homens, quase à natureza dos brutos”⁵³³.

No *Parecer sobre os dous papeis O Filosofo Solitario, e Filosofo Solitario Justificado*, o autor se apresenta como médico e propõe uma análise dos dois escritos citados no título. A crítica mais longa e contundente, sem dúvida se dirige ao Filosofo Solitário, sobretudo por conta de sua concepção de solidão. Afirma a vocação social do homem descrevendo-a como um fruto da vontade divina, que “depois de mandar a todas as espécies que crescessem, inspirou no coração do homem a inclinação, e desejo de companhia, a que os Naturalistas chamaõ *Sociabilidade*”⁵³⁴. Mais adiante, critica o isolamento tão valorizado pelo Solitário, mostrando que a vida campesina é também uma vida social. Nesse sentido, defende que a voz da natureza é a mesma no campo e na cidade⁵³⁵. De maneira similar à Resposta, não nega a degradação que a vida social pode trazer para o indivíduo, mas defende que sua origem se assenta nos abusos. Da mesma forma, reconhece os erros e falhas da medicina, mas defende-se argumentando que ela não tem o controle de tudo, e em muitos casos, só resta ao médico evitar “hum mal maior.” Assim, mais uma vez a função do médico se define no sentido de “conservar e restituir a saude”⁵³⁶. Sobre o *Filosofo Solitario Justificado*, como era de se esperar, as críticas são menos extensas. Porém, não se furta a chamar seu autor de “crítico maligno”, por conta de sua falta de cordialidade, na manutenção de uma “modéstia Christã e Filosofica; de sorte que o erro não insulte a quem erra”⁵³⁷.

As reações numerosas e imediatas ao Filosofo Solitário revelam o frescor de um debate acerca do renovado posicionamento do conhecimento médico na sociedade portuguesa. Em geral, as obras que saíram em defesa da medicina assentaram seus argumentos em concepções que vinham sendo defendidas por intelectuais portugueses com Verney e Ribeiro Sanches, desde a primeira metade do século XVIII. No plano filosófico, mais uma vez vimos a expressão de debates que estavam na ordem do dia para muitas correntes filosóficas europeias. Isso mostra que Portugal estava definitivamente a par dos debates mais recentes, e além disso, indica que os debates absorvidos pela formação médica em Coimbra se expressavam nos debates que ocorriam fora do ambiente

⁵³³ **Filosofo solitario justificado...** op. cit. p.31.

⁵³⁴ **Parecer sobre os dous papeis o filosofo solitario, e filosofo solitario justificado...** op .cit. p.4

⁵³⁵ Ibid. p.8

⁵³⁶ Ibid. p.13-14.

⁵³⁷ Ibid. p.17.

universitário. É significativo que ao escrever uma resposta aos seus críticos, o autor do *Filosofo Solitário* desqualificasse seus adversários debochando de seu linguajar característico de professores e alunos de Coimbra, onde diz também ter estudado medicina:

“Não estranhei a linguagem, porque sempre conheci entre os Professores da Faculdade. Estas palavras asneira, tolaria, paradoxo, blasfêmia, e outras deste lote reináram antigamente nas disputas médicas: por esta causa no meu tempo em Coimbra os actos de Medicina sempre forão o divertimento dos Estudantes”⁵³⁸.

No próximo capítulo, retomaremos nosso percurso pela trajetória de Francisco de Mello Franco. Reencontraremos nosso personagem na década de 1810, quando Portugal se recuperava depois do turbulento período das invasões francesas. Era tempo de retomar as rédeas da administração pública, e também dar continuidade à afirmação da medicina como um discurso social legítimo e associado às esferas de poder.

⁵³⁸ **Rizos do filosofo solitario excitados por seus antagonistas...** op. cit. p.15

Capítulo IV

A retomada do projeto higiênico português: Mello Franco na Academia de Ciências (1810-1817)

Em 28 de fevereiro de 1810, Mello Franco foi finalmente nomeado sócio efetivo da Academia de Ciências de Lisboa. O decreto assinado pelo presidente Fernando Maria Gomes de Redondo e pelo secretário João Guilherme Christiano Müller, foi emitido em nome de D. João – agora denominado “príncipe do Brasil regente de Portugal”- e indicava que o médico havia sido eleito por votação unânime: “que seu nome seja inscrito nos registros, que a honra e a dignidade da Academia lhe seja conferida em razão do grande valor de seu talento e ilustração”⁵³⁹.

Na verdade, seu nome já havia sido cogitado para o cargo de sócio ainda em 1798. As atas da assembleia de 13 de janeiro daquele ano registram os resultados das eleições dos “Offícios e Cargos Acadêmicos”, nas quais Francisco de Borja Garção Stockler foi eleito secretário, ficando Antonio Caetano do Amaral com o cargo de vice.⁵⁴⁰ Mello Franco aparece entre os eleitos para sócios livres, que passavam a ocupar as vagas deixadas por Vicente Coelho Seabra Telles, João Pedro Ribeiro e Joaquim de Santo Agostinho, eleitos sócios efetivos. Além desses, também haviam deixado seus cargos vagos o falecido Felix Antonio Castrioto e o Frei José Mariano da Conceição Veloso, “excluído da Academia”, conforme noticiava o documento⁵⁴¹. Assim, junto com o médico de Minas Gerais, foram nomeados Joaquim José Ferreira Gordo, José Veríssimo Alvares da Silva, Manoel do Espirito Santo Limpo, Felix do Avelar Brotero e José da Cunha Pessoa⁵⁴².

Contudo, no fim do documento, uma observação da Secretaria da Academia datada de 18 de abril afirmava que Mello Franco “não respondendo em tempo a Carta de

⁵³⁹ Decreto de 28 de fevereiro de 1810. Apud. ROCHA, op. cit. p.29, nota 19.

⁵⁴⁰ Também foi registrada a eleição de Domingos Vandelli para a direção da classe de ciências naturais. Assembleia de 13 de janeiro de 1798. BACL, Livros e Atas do Conselho e da Classe de Ciências Anteriores a 1810.

⁵⁴¹ Nascido em Minas Gerais, o Frei Veloso (1742-1811) obteve destaque como autor da *Flora Fluminensis*, um dos primeiros levantamentos realizados sobre a flora do Rio de Janeiro. Na época de seu afastamento, estava em plena articulação para a publicação da obra junto a figuras influentes do mundo científico luso-brasileiro. Segundo Magnus Pereira, razões de ordem política fizeram do Abade Correia da Serra, secretário da Academia, um obstáculo às pretensões de Veloso e, aparentemente, seu desligamento estava relacionado às rugas entre os dois. PEREIRA, Magnus. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*, v.15, n.29, pp. 498-526, jul-dez, 2014.

⁵⁴² Assembleia de 13 de janeiro de 1798. BACL, Livros e Atas do Conselho e da Classe de Ciências Anteriores a 1810.

participação que lhe foi expedida pedindo-lhe resposta sobre a sua aceitação, a sociedade determinou que elle fosse conservado na classe dos correspondentes”⁵⁴³.

Ao que parece, só em 1810 Mello Franco teve nova chance de se tornar sócio da Academia, embora o documento assinado por Redondo e Müller não especifique se o médico era admitido como sócio livre ou efetivo⁵⁴⁴. De qualquer forma, sua ascensão na instituição é inegável, visto que cinco anos depois seria eleito vice-secretário durante o mandato de seu amigo José Bonifácio, mesmo que a ideia não o agradasse muito, como veremos adiante.

O fato é que a admissão como sócio da Academia de Ciências Lisboa posicionou o já experiente médico no centro do principal espaço de produção científica lusitana. Se por um lado, pôde contar com suas poderosas conexões para se movimentar no interior da instituição, por outro, foi também favorecido por um contexto no qual a higiene e as medidas preventivas de saúde tomavam maior destaque na agenda da Academia. Na esteira da reorganização da administração portuguesa após os anos conturbados das invasões, a instituição esteve à frente de iniciativas ambiciosas no campo da saúde pública, com destaque para a retomada dos esforços de disseminação da vacina antivariólica no reino. Nesse contexto, personagens com o perfil intelectual de Mello Franco encontraram maior espaço de articulação.

Como membro da Academia, fez parte do grupo de médicos que criou e liderou a *Instituição Vaccínica de Lisboa* em seus primeiros e mais ativos anos. Também utilizou de sua posição para alavancar a carreira de seu filho, Justiniano, que em 1813 retornou a Lisboa depois de concluir os estudos de medicina em Göttingen. Na capital, passaria a integrar os quadros da *Instituição Vaccínica* ao lado do pai e de outros nomes de destaque da elite médica portuguesa do início do século XIX. Nessa mesma época, Mello Franco também publicou sua obra mais completa e ambiciosa, os *Elementos de Higiene* (1814), na qual põe sua erudição à serviço dos debates emergentes sobre higiene na Europa, articulando-os com concepções sobre a natureza humana inspiradas em correntes médicas vitalistas.

Por outro lado, não podemos esquecer que sua consagração ao longo desses anos se deu em meio a um contexto ainda conturbado da história portuguesa e da própria Academia. Embora o fim da ameaça francesa tenha permitido uma maior autonomia sobre

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ Contudo, veremos mais adiante que o médico foi nomeado substituto de efetivo da classe de ciências naturais em 1812, o que torna mais provável que tenha sido admitido como sócio livre em 1810.

a administração pública por parte das autoridades lusitanas, a interferência inglesa nos assuntos de Estado permaneceu por um tempo mais alongado. Também não ajudava o fato de o príncipe regente encontrar-se a um oceano de distância, deixando em seu lugar uma regência acanhada diante da diplomacia inglesa, que agora cobrava o preço de seu decisivo apoio a Portugal durante as invasões.

Sem perder essas questões de vista, o capítulo se debruçará sobre a participação de Mello Franco em alguns dos principais projetos de intervenção higiênica na sociedade portuguesa nesses tempos de relativa retomada da soberania portuguesa. Assim, privilegiaremos quatro temas principais: 1) A participação da Academia de Ciências na reestruturação da saúde pública no reino; 2) A *Instituição Vaccínica de Lisboa* e a disseminação da vacina antivariólica em Portugal; 3) As redes de Mello Franco na Academia de Ciências e suas estratégias afirmação como membro da elite médica portuguesa. 4) as concepções sobre o físico e o moral articuladas por Mello Franco nos *Elementos de higiene* e suas relações com contexto do higienismo em Portugal.

- A Academia de Ciências e a reestruturação da saúde pública no reino.

No capítulo 2, mencionamos que a eleição de Mello Franco como membro da Academia de Ciências de Lisboa se deu em meio a uma conjuntura tensa no interior da instituição. A oficialização de sua admissão se deu em meio a um movimento de perseguição aos membros acusados de colaboração com os invasores franceses, como reflexo de uma “lógica de traição” que se instalou em vários setores da sociedade portuguesa naqueles tempos, como definiu Ana Araújo⁵⁴⁵. Como sabemos, apenas dezessete dias antes da sua nomeação, Alexandre Antonio das Neves saía em defesa de Francisco Stockler, acusado de traição ao nomear o general Junot como sócio honorário na época da primeira invasão. Meses mais tarde, seria a vez de Domingos Vandelli, um dos fundadores da Academia, partir para o exílio em Londres, sob a mesma acusação. Todavia, cabe notar que a instituição não permaneceu paralisada diante do cenário político conturbado, que tomaria caminhos mais radicais nos anos seguintes, conforme veremos no capítulo 5.

Mesmo com inescapáveis dificuldades financeiras, parte da atuação da academia nesses anos foi marcada pelo seu engajamento na retomada do projeto higiênico no reino

⁵⁴⁵ ARAÚJO, Ana Cristina. O processo político... op. cit. p.39.

no contexto da reorganização administrativa no mesmo período. O próprio Mello Franco demarcava a nova fase da instituição, demonstrando entusiasmo com os horizontes que se abriam na saúde pública portuguesa com a fundação da *Instituição Vaccínica de Lisboa*:

“Ainda vai durando este horrível conflito; porque barbaramente insistem no malvado projecto de segunda vez nos captivarem; mas finalmente (graças mil, e mil vezes a Providencia!) muito mais desassombrados de segunda invasão, respiramos hum ar mais puro, e benéfico. Já tornão a lembrar projectos, que tendem ao bem geral da Sociedade; já os literatos abrem seus livros, que por muito tempo estiveram em perfeito ocio, já finalmente a Academia Real das Sciencias traz à lembrança, que o nosso Soberano, tendo dado exemplo em seus augustos Filhos, e tendo feito huma Instituição vaccinica na sua nova Capital, quer que a vaccina seja propagada nos seus Reinos. Fórma por tanto outra em Lisboa, onde toda a classe de pessoas póde achar gratuitamente este seguro preservativo contra as bexigas”⁵⁴⁶.

Na verdade, a própria admissão de um personagem com seu perfil na Academia pode ser entendida como expressão de um progressivo reforço da presença médica nos quadros da instituição a partir da década de 1810. De acordo com José Alberto Silva, mesmo que os médicos correspondessem formalmente a apenas 1/8 (12,5%) dos membros da classe de ciências naturais em 1812⁵⁴⁷, sua presença seria reforçada pela nomeação de médicos como substitutos de membros efetivos que se encontravam afastados. Foi assim que, em junho daquele ano, Bernardino António Gomes (1768-1823) e Francisco Soares Franco (1771-1844) juntaram-se ao bacharel em Filosofia Sebastião Francisco Mendo Trigo (1773-1821) como substitutos de Domenico Vandelli, exilado em Londres desde 1810; do Visconde Barbacena Luís António Furtado de Castro do Rio e Mendonça, preso na França, de onde retornaria em 1816; e do Abade Correia da Serra, em missão diplomática na Filadélfia⁵⁴⁸.

Na assembleia de 23 novembro, seria a vez de Mello Franco ser nomeado substituto efetivo da classe de ciências naturais, na mesma ocasião em que seu amigo pessoal, José Bonifácio de Andrada e Silva, foi escolhido Secretário da instituição⁵⁴⁹. Não sabemos a quem Mello Franco substituiu, mas é possível que sua nomeação tenha se dado

⁵⁴⁶ **Collecção de opúsculos sobre a vacina feitos pelos socios da Academia Real das Sciencias, que compoem a Instituição Vaccínica.** Lisboa: na Typographia da Academia, 1812.

⁵⁴⁷ Corresponderiam a 6/8 (75%) da classe de ciências naturais em 1838. SILVA, José. **A Academia Real das Ciências...** op. cit. p.102.

⁵⁴⁸ Idem.

⁵⁴⁹ Ata da Assembleia de 23 de novembro de 1812. BACL, Livro das Sessões do conselho e das Assembleas Geraes.

em circunstâncias similares às de Gomes e Franco. De qualquer maneira, o fato é que mais um médico passou a compor a classe, fortalecendo a presença dos representantes da medicina na instituição.

Contudo, mesmo antes de fazer parte da classe de ciências naturais, o médico já estava envolvido em iniciativas de saúde pública conduzidas pela ACL. Como já indicamos no capítulo 2, Mello Franco foi um dos quatro comissários nomeados para dar assistência à população do interior que se refugiou em Lisboa vitimada por uma epidemia de febre durante a invasão das tropas de Massena em 1811⁵⁵⁰. No discurso proferido em junho de 1812, João Christiano Müller destacava que a iniciativa havia sido posta em prática diante do risco de contágio que os “emigrados das Províncias” traziam para a capital. Em assembleia extraordinária, os sócios da classe de ciências naturais “discutirão meios de socorrer medica, e economicamente os doentes, e de obviar a propagação do mal”. O conselheiro Francisco Tavares encarregou-se de “reduzir a huma nota e instrucção popular o resultado desta deliberação”, e em seguida, foi nomeada uma comissão, da qual faziam parte o próprio Tavares, José Martins da Cunha Pessoa, Bernardino Antonio Gomes e Francisco de Mello Franco:

“Na Assembleia imediata a esta, de 12 de Abrill, apresentou o Senhor Tavares os papeis de que na antecedente se incumbira, e ficou resolvido mandar logo imprimir o Aviso Público, que eles continhão. Assentou-se além disso, em que se dessa parte de todas estas deliberações ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Vice-Presidente, pedindo a sua aprovação, e que as fizesse presentes ao Governo. Poucos dias depois apresentou o dito Illustrissimo e Excelentissimo Senhor hum Aviso da S.A.R., em que se approvarão as disposições da Academia. Não parecia então faltar mais coisa alguma para pôr em plena execução as intenções da Sociedade, senão a compra e distribuição de remédios contra a infecção, e encarregou-se ao Secretario a ulterior diligencia para este efeito”⁵⁵¹.

Contudo, segundo conta Müller, a comissão encontrou grandes dificuldades desde o início. Parte delas por conta da escassez de ácido sulfúrico, “communmente denominado espirito de *vitriolo*,” na capital. A substância era um dos principais ingredientes utilizados para a produção dos remédios necessitados pela comissão, e mesmo o contato direto do Secretário da Academia com os “mais afamados Droguistas desta Praça” revelou-se infrutífero. Optou-se então pela intervenção do vice-presidente para que o governo emitisse um aviso ordenando que o “Oleo de Vitriolo” armazenado

⁵⁵⁰ As circunstâncias da epidemia também foram debatidas pelos editores do Jornal de Coimbra nas edições de Julho e Agosto de 1812. Ambas estão disponíveis em: **Jornal de Coimbra**, vol.2, p.63-76;140-149.

⁵⁵¹ MÜLLER, João Christiano. Discurso pelo secretário na sessão pública de 24 de junho de 1812... op. cit. p.XLII-XLIII nota a.

na alfândega fosse vendido à Academia de Ciências “quanto fosse necessario para seu fim.” Entretanto, a ordem foi frustrada, visto que a alfândega alegou que todo o estoque disponível havia sido despachado para fabricantes pouco dias antes, o que deixou a academia sem outra alternativa a não ser “passar, loja por loja, todas as em que se vendião drogas officinaes, e de comprar com dinheiro à vista, e a todo o preço todas as porções, que se encontravão” a fim de obter a quantidade necessária para “preencher as vistas da nossa Sociedade”⁵⁵².

A curta saga da comissão liderada por Tavares é ilustrativa das dificuldades que se colocavam no caminho da Academia ao levar adiante iniciativas de saúde pública com alcance mais alargado, sobretudo num cenário político e social tão adverso quanto o daqueles anos. Por outro lado, ela também é resultado de uma modificação de seu perfil de atuação. Como bem definiu José Silva, o modelo utilitarista da Academia de Ciências evoluiu do economismo de incidência agrária de seus primeiros anos, para o que se consolidaria como uma espécie de “sanitarismo ilustrado” entre a segunda e a terceira décadas do século XIX.⁵⁵³ No entanto, é bom ressaltar, isso não quer dizer que ela tenha deixado de lado seu tradicional hibridismo programático, ainda presente por meio do desenvolvimento de estudos que cobriam desde assuntos como astronomia e química até língua portuguesa e direito, como atestam as publicações suas Memórias.

De maneira geral, pode-se dizer que as reorientações programáticas da Academia correspondiam, em alguma medida, às transformações sofridas pela própria medicina portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII. Nos últimos capítulos, vimos que esse processo surtiu efeitos significativos tanto sobre os fundamentos teóricos do ensino universitário quanto sobre a própria regulamentação das profissões de saúde. A reformulação do currículo dos estudos médicos em Coimbra se inscreve no processo de abandono das concepções do corpo como unidade exclusivamente regida por princípios mecânicos, em favor de uma terapêutica de caráter cada vez mais holístico e assentada em correntes filosóficas que reivindicavam um modelo de intervenção médica atento às especificidades da matéria orgânica. Como efeito, o discurso médico lusitano também passou a reivindicar o alargamento de sua jurisdição, atribuindo-se legitimidade para tratar de temas ligados ao comportamento humano e à própria organização da vida social, como ficou expresso tanto nos debates em torno da *Medicina Theologica* quanto do *Filosofo Solitário*.

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ SILVA, José. *A Academia Real das Ciências...* op. cit. p.59.

No início do século XIX, como destaca Bruno Barreiros, essa tendência se reforça, de maneira que discurso médico português passa a se dirigir menos à conduta privada dos indivíduos em favor de enunciados mais voltados para o plano político e público⁵⁵⁴. Mello Franco foi um dos personagens que participaram ativamente desse contexto, tanto a partir de suas contribuições intelectuais, como veremos mais à frente, quanto ao fazer parte de algumas das expressões institucionais do higienismo lusitano.

Em 1813, foi convocado para compor a Junta de Saúde Pública, um dos órgãos criados a partir do legado da conturbada junta do protomedicato, extinta em 1809. As atribuições do novo órgão sucediam as da *Junta de Providências contra a Peste*, constituída em 1804, para adotar medidas preventivas contra a epidemia de peste bubônica que assolava a Espanha. De maneira similar, a criação de Junta de 1813 também era uma resposta das autoridades portuguesas para impedir a chegada de uma nova epidemia de peste a Portugal, agora vinda da Ilha de Malta e de outras regiões do Mediterrâneo⁵⁵⁵.

No entanto, para além das motivações mais imediatas ocasionadas pela epidemia, Laurinda Abreu destaca que a criação da nova instituição também foi uma reação ao diagnóstico nada otimista sobre o quadro da saúde pública em Portugal, conforme exposto em um inquérito realizado por ordem régia em outubro do ano anterior. O documento deixava claro que pouco havia mudado no reino apesar das reformas realizadas nos decênios finais do século XVIII.⁵⁵⁶ De fato, a nova junta também não teria uma vida tão longa, sendo extinta em 1820 para dar lugar à Comissão de Saúde Pública. Enquanto esteve atuante, suas funções incluíam o controle do estado de saúde dos portos, estabelecimento de quarentenas, investigação sobre mortalidade da população e suas causas, a salubridade do espaço urbano e das províncias do interior, dentre outros.

A convocação de Mello Franco e dos outros membros da junta foi realizada em 28 de agosto de 1813, mesma data da portaria que criava a instituição. De acordo com o documento, foram escolhidos junto com o médico de Minas Gerais o Capitão de Mar e Guerra e Inspetor interino do Arsenal Real da Marinha, Carlos May, o desembargador Bartholomeu José Nunes Giraldo, o Físico Mor da Armada Real, Ignacio Xavier da Silva, além de Bernardino Antonio Gomes, Francisco Jozé de Almeida e Henrique Xavier Baeta. Também foram convocados o bacharel Luiz António Rebello da Silva, que

⁵⁵⁴ BARREIROS, op. cit. p.119.

⁵⁵⁵ ANTT, Ministério do Reino, Saúde Pública, Maço 969.

⁵⁵⁶ Portaria de 24 de outubro de 1812. ABREU, Larinda. **Pina Manique...** op .cit.p.390.

ocuparia o cargo de secretário e José Pinheiro de Freitas Soares⁵⁵⁷, que posteriormente publicaria seu *Tratado de Polícia Médica* (1818), como uma espécie de orientação teórica da instituição, sobre o qual falaremos mais adiante.

Em seguida à convocação, foi publicada uma circular dirigida a cada um dos escolhidos, ordenando que comparecessem à sala da Companhia dos Guardas Marinhas, no Arsenal Real da Marinha, no dia 30 do mesmo mês para a realização da primeira sessão da nova Junta.⁵⁵⁸ No entanto, uma carta sem data dirigida a “Sua Alteza Real”, noticiava que Mello Franco havia declinado da nomeação, alegando que

“30 annos de huma severa Prática, dos que perto de 20 forão empregados no Serviço immediato de Vossa Alteza Real, lhe tem gasto as forças, e feito mui precária a sua saúde, e que hoje em dia mal pode satisfazer as obrigações da sua Clinica, de que não póde prescindir portanto”⁵⁵⁹.

Embora seja possível que a atividade clínica e o trabalho na Câmara Real realmente mantivessem o médico ocupado, há outro fator que pode ter sido decisivo para seu desligamento da Junta de Saúde Pública. Naquela altura, Mello Franco fazia parte do grupo de médicos ligados à Academia de Ciências que se engajaram no que seria um dos mais ambiciosos projetos de saúde pública em Portugal na época: a criação da *Instituição Vaccinica de Lisboa*.

- A Instituição Vaccínica de Lisboa no combate à varíola em Portugal: intervenção do Estado e padronização de práticas.

As circunstâncias da gênese do novo órgão subordinado à Academia foram narradas por Bernardino António Gomes, um dos principais nomes ligados à empreitada⁵⁶⁰. Segundo descreve, a criação da *Instituição Vaccinica* foi motivada pelo

⁵⁵⁷ ANTT, Ministério do Reino, Saúde Pública, Maço 969.

⁵⁵⁸ Idem.

⁵⁵⁹ Ibid. Embora o desligamento seja certo, é difícil estabelecer a cronologia exata da participação de Mello Franco na Junta. Vários documentos encontrados no mesmo maço, incluindo sua carta de demissão e outros ofícios em que seu nome é citado, encontram-se sem data. No conjunto, é possível encontrar mais dois ofícios em que seu nome é convocado para compor a comissão incumbida de estabelecer medidas prevenção contra a chegada da peste. Um deles consiste numa ordem do Príncipe Regente para que fosse criada uma comissão interina de saúde para tomar as “providências extraordinárias” que se mostrassem necessárias diante do flagelo. O segundo trata de outro ofício em que Mello Franco é convocado para compor a Junta de Saúde Pública, junto com Carlos May e Bartholomeu José Nunes Giraldo.

⁵⁶⁰ Recopilação histórica da Instituição Vaccinica de Lisboa durante seu primeiro anno de atividades. Discurso pronunciado em 24 de junho de 1813. **Memorias de Mathematica e Physica da Academia de Sciencias de Lisboa**. vol.3. p.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1812. p.LXXVI.

estado decadente em que se encontrava a higiene pública em Lisboa – incluídas as iniciativas de combate à varíola- após a partida de “Sua Alteza Real” para o Brasil, em 1807. Com o fim das invasões francesas quatro anos depois, era chegada a hora de retomar os esforços para a reorganização da administração pública, e a academia “não podia ficar insensível sabendo que a Vacinação (...) tinha decaído tanto entre nós, que pouco menos se achava anichilada”⁵⁶¹.

A sugestão para a criação do serviço teria partido do próprio Gomes em sessão ordinária de 08 de abril de 1812. Com o apoio dos presentes, foi convocada uma sessão extraordinária “para melhor se deliberar sobre este objeto”⁵⁶². Da nova sessão, além de Gomes, participaram os membros do corpo de médicos da Academia que ajudariam a compor o núcleo inicial do novo órgão. Eram eles: Francisco Soares Franco, José Martins da Cunha e Francisco de Mello Franco. Gomes descreveu com entusiasmo os desdobramentos da reunião:

“O resultado della foi o que era de esperar-se de homens cheios de luzes (fallo dos meus Collegas), e de homens com vivos sentimentos de humanidade e de patriotismo (fallo agora também de mim). Approvou-se o projecto, e resolveo-se que se organisasse a Instituição Vaccinica, a qual não só vaccinasse gratuitamente e em dias prefixos todos os que buscassem o preservativo das Bexigas, mas também cuidasse em generalizar por todo o Reino, fazendo e colligindo ao mesmo tempo as experiências e observações, que podessem servir para illustrar as propriedades da Vaccina”⁵⁶³.

O grupo inicial foi logo ampliado para dar conta dos objetivos ambiciosos do projeto, passando a “agreggar a si alguns Medicos de conhecida philanthropia e merecimento litterario”⁵⁶⁴. Assim, além dos quatro membros que participaram da sessão extraordinária, passaram a contar também José Maria Soares, José Pinheiro de Freitas, José Feliciano de Castilho e Francisco Elias Rodrigues.

Formada a comissão, o regulamento da instituição foi aprovado em sessão do dia 14 de outubro de 1812, dando respaldo para as atividades que já eram realizadas desde o mês de junho. Mello Franco havia sido responsável pela obtenção da matéria seca com Dona Angelica Tamagnini, que já aplicava a vacina regularmente na cidade de Tomar

⁵⁶¹ Idem

⁵⁶² Idem.

⁵⁶³ Ibid, p.77

⁵⁶⁴ Idem

antes mesmo da iniciativa da Academia de Ciências⁵⁶⁵. Os primeiros a receberem “os benefícios da instituição” foram seis meninos órfãos da Casa Pia⁵⁶⁶.

No regulamento previa-se que seus membros deveriam ser médicos da Academia que “espontaneamente e com zelo quizessem prestar-se ao trabalho, que o objecto da Instituição exige”⁵⁶⁷. Esperava-se que todos estivessem presentes nos dias de vacinação e que fizessem “as observações e experiencias que julgarem a proposito”. Considerando que as atividades clínicas particulares pudessem impedir a presença de todos os membros, também era previa a presença de cirurgiões para executar as vacinações e tomar as notas necessárias. No entanto, em acordo com a vocação pública do serviço prestado, vetava-se qualquer tipo de remuneração a esses últimos vinda dos vacinados, assim como se proibía que vacinassem “mercenariamente” fora da Academia”⁵⁶⁸.

Para garantir que a vacina chegasse a toda população do reino, além dos membros ligados à Academia, a *Instituição Vaccinica* recrutou uma rede de vacinadores correspondentes espalhados pelas províncias, composta por médicos, cirurgiões, padres, sangradores, ou até mesmo pessoas leigas consideradas capazes de executar a vacinação. Além da aplicação, eles deveriam compilar observações sobre o número de vacinados, casos de reações particulares ao material vacínico, casos em que a vacina não havia funcionado como o esperado, e assim por diante. As informações deveriam ser preenchidas num formulário fornecido aos correspondentes pela Academia, que depois retornava a Lisboa para registro e deliberação de seus membros nas reuniões realizadas no Palácio da Academia, todas às quartas e domingos⁵⁶⁹.

A criação da instituição em Lisboa seguiu-se à *Junta Vacínica da Corte* no Rio de Janeiro, criada por D. João no ano anterior⁵⁷⁰. Tratava-se das iniciativas mais recentes do

⁵⁶⁵ Segundo José Alberto Silva, Angelica Tamagnini (1770-1827) foi nomeada correspondente da ACL em Outubro de 1812 em reconhecimento aos seus trabalhos de vacinação. Pertencia a uma família da nobreza lombarda e havia ido para Portugal na companhia de seu tio, Inácio Tamagnini (1731 –1805). Este foi médico da câmara de D. João VI e um dos primeiros sócios da Academia de Ciências de Lisboa. Junto com Maria Isabel Wanzeller, da cidade do Porto, Angelica Tamagnini seriam as únicas mulheres correspondentes da Instituição Vaccina de Lisboa. SILVA, José. A instituição vacínica da real academia das ciências de Lisboa: uma rede contra a varíola. In.: **XI Congresso Luso-brasileiro de história das ciências, 2011, coimbra. CLBHC – Livro de Resumos**. Coimbra: Fundação para a Ciência e Tecnologia FCT Portugal, v.01, pp.683-701, 2011. p.693.

⁵⁶⁶ Como veremos adiante, nesse período a vacina ainda era aplicada pelo método braço a braço, portanto o material retirado das crianças daria início ao ciclo de reaproveitamento da matéria vacínica no restante da população da capital.

⁵⁶⁷ O Regulamento da Instituição Vaccini de Lisboa foi publicado na coleção de opúsculos. **Collecção de opúsculos feitos sobre a vacina...** op. cit. p.07.

⁵⁶⁸ Ibid. p.09

⁵⁶⁹ Idem.

⁵⁷⁰ Sobre o combate à varíola no Rio de Janeiro, ver: FERNANDES, Tania Maria Dias. **Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

Estado português para combater uma doença que há muito constituía um problema de saúde pública Império. Para além dos prejuízos econômicos e sociais causados tanto na antiga quanto na nova corte, a situação também era dramática em regiões mais distantes, principalmente por conta do fluxo de cativos contaminados nos navios negreiros. Nessas regiões, a varíola também constituiu um problema significativo ao alterar fluxos migratórios e a oferta de mão de obra tanto negra quanto indígena⁵⁷¹.

No caso de Portugal, contudo, é importante destacar que a instituição nascente estava longe de ser a primeira iniciativa de combate à varíola pelas autoridades. Assim como na maior parte da Europa, a prática da inoculação já era bastante utilizada e havia sido objeto de esforços anteriores de sistematização de um serviço regular e de amplo alcance⁵⁷². Até mesmo a vacina, criada pelo médico inglês Edward Jenner (1749-1823)⁵⁷³ em 1796, não tardou a chegar ao reino e já era aplicada, mesmo que de maneira restrita e sem regularidade, antes da fundação da *Instituição Vaccinica de Lisboa*. Como veremos adiante, todas essas iniciativas se deram em meio a intensos debates entre membros da intelectualidade lusitana a respeito da varíola, a validade de seus métodos de combate e seus efeitos sobre a realidade social do reino. Assim, a criação dos médicos da Academia de Ciências em 1812 deve ser vista como mais um capítulo de um longo e tortuoso processo de estruturação de serviços de saúde pública em Portugal, que remete às décadas

⁵⁷¹ Sobre os efeitos da varíola na Amazônia colonial ver: SÁ, Magali. A “peste branca” nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v.11, n.4, pp.818-826, dez. 2008; SÁ, Magali. A “peste branca” nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v.11, n.4, pp.818-826, dez. 2008. Ao analisar as epidemias de varíola em Goiás, Oliveira enfatiza que o isolamento da região contribuiu para que ela não fosse significativamente afetada no século XVIII. No entanto, a situação se tornaria mais dramática no século seguinte. OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.20, n.3, pp.939-962, jul-set. 2003.

⁵⁷² A prática da inoculação consistia em aplicar uma fração da secreção variólica de indivíduos infectados em indivíduos saudáveis, na esperança de que as erupções se manifestassem com menos intensidade, garantindo a imunidade do inoculado. As práticas de inoculação variaram bastante dependendo do contexto em que foram utilizadas. De maneira geral, os médicos europeus realizavam o procedimento a partir de uma escarificação na pele do indivíduo saudável, por onde era aplicada a secreção ressecada. DARMON, op. cit. p.76.

⁵⁷³ Ao perceber que os ordenhadores de Gloucestershire costumavam ficar imunes à varíola após ter contato com o *cowpox*, Jenner realizou experiências de inoculação em seres humanos a partir da secreção das pústulas de bovinos. Como resultado, os indivíduos inoculados passaram a apresentar apenas uma pequena pústula no local da inoculação, acompanhada de sintomas bem mais brandos que os apresentados pelos indivíduos inoculados com material humano. Dois anos depois, publicou a obra *An inquiry into the causes and effects of variolae vaccinae. A disease discovered in some of the western countries of England* (1798), na qual descrevia minuciosamente o procedimento da vacinação e destacava suas vantagens em relação à inoculação. Apesar do pouco entusiasmo inicial na recepção do tratado, o procedimento se espalhou pela Grã-Bretanha e por várias regiões da Europa nos anos seguintes, sobretudo após ser testado com sucesso no *Smallpox Hospital* em Londres. BYNUM, William. **História da medicina**. Porto Alegre: L&PM, 2011. p.84

finais do século XVIII, e que era retomado com novo vigor após os conturbados anos de guerra.

Em 1796, foram iniciadas as atividades do Hospital Real da Inoculação das Bexigas como forma de disseminar a inoculação variólica no reino. Criado na esteira de iniciativas similares ocorridas em outros países europeus a partir dos anos de 1740 -a exemplo de Inglaterra, Dinamarca, Itália, Holanda e Suécia- a instituição foi posta sob os cuidados de Francisco Tavares que, em 1799, apresentou à Coroa um pequeno opúsculo relatando as atividades do hospital nos seus primeiros anos de vida, intitulado *Resultado das Observações feitas no Hospital Real da Inoculação das Bexigas nos annos de 1796, 1797 e 179*⁵⁷⁴. O livreto, embora de medidas reduzidas e com apenas 38 páginas, fornece um bom panorama da introdução da inoculação em algumas regiões da Europa e da sua utilização no Império Português, iniciada ainda em 1768:

“E seguindo esta ordem achamos, que pelos annos de 1768 se começou a exercitar a inoculação das bexigas na nossa capital por médicos estrangeiros, entre os quaes foi o Doutor Wade do Real Collegio dos Nobres, que fez públicos os seus resultados. Alguns médicos Portugueses (ainda que poucos) a praticarão igualmente com felicidade; e só se apontão dous casos funestos, que mais tiverão por causa o descuido de se observar a dieta antes da operação e durante as bexigas, do que a natureza do remédio”⁵⁷⁵.

Apesar do suposto sucesso da prática, Tavares já afirmava a necessidade de um estabelecimento público que pudesse realizar “huma serie continuada de factos públicos, que fizesse ver, e persuadir aos Portugueses a pratica desta interessante operação”⁵⁷⁶. O Hospital Real da Inoculação havia sido criado justamente para suprir essa carência. As primeiras atividades foram realizadas em junho de 1796, com o “ensaio da inoculação” em seis indivíduos, um dos quais tinha sinais de que já havia “padecido das bexigas anteriormente”.⁵⁷⁷ De acordo com o autor, nos anos posteriores, o número de vacinados foi ainda maior, contando 118 em 1797 e 102 em 1798⁵⁷⁸.

No entanto, as atividades do Hospital Real da Inoculação das Bexigas aconteciam de maneira quase que concomitante à descoberta da vacina antivariólica, que não tardaria a chegar em Portugal. Segundo Antonio de Almeida, membro da *Instituição Vaccinica*

⁵⁷⁴ TAVARES, Francisco. **Resultado das Observações feitas no Hospital Real da Inoculação das Bexigas nos annos de 1796, 1797 e 1798**. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1799. p.07-08

⁵⁷⁵ Ibid..15-16.

⁵⁷⁶ Idem.

⁵⁷⁷ Ibid. p.17

⁵⁷⁸ Ibid. p.23-35

de Lisboa e autor dos *Annaes Vaccinicos de Portugal*, a inovação teria chegado em terras lusitanas ainda em 1799. O autor faz referência a uma carta enviada ao periódico *Investigador Portuguez em Inglaterra* pelo médico António José de Almeida na qual informava a “inoculação da vaccina” no próprio Hospital de inoculação de Lisboa⁵⁷⁹.

Na primeira década do século XIX, a vacina começou a ser aplicada por médicos e cirurgiões espalhados pelo reino de forma independente. A “matéria vacínica”, também chamada de “linfa” ou “humor vacínico”, costumava ser importada da Inglaterra, e muitos dos vacinadores haviam adquirido sua formação em Edimburgo e Londres. A chegada do material também costumava ser noticiada pelos jornais da capital informando o nome do vacinador e sua região, com destaque para *O Investigador Português* e *Jornal de Coimbra*, cujos editores eram médicos formados na Inglaterra⁵⁸⁰. Nessa mesma época, a criação do *Estabelecimento Vacínico*, vinculado à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, também se revelou um dos primeiros espaços de experiências com a técnica visando sua difusão no Reino⁵⁸¹.

A questão também atraía a atenção da Corte. Em 1803, foi publicada a tradução da obra de Edward Jenner para o português, feita por João António Monteiro, lente de metalurgia em Coimbra, sob ordem de D. João⁵⁸². Como salientou Tânia Fernandes, a varíola gerava apreensões entre as elites, já que atingia todos os extratos sociais, e na Família Real, o assunto era particularmente delicado. O príncipe regente havia perdido dois de seus irmãos e um filho vítimas da doença, o que acabou tornando-o um divulgador da nova técnica, e que contribuiu para a criação da *Junta Vaccinica da Corte* no Rio de Janeiro⁵⁸³.

Acontecimentos desse tipo exaltavam as sensibilidades e eram combustível poderoso para os debates. Almeida aponta nos *Annaes Vaccinicos* que a morte do príncipe

⁵⁷⁹ A prática parece ter tomado alguma força e regularidade nos anos posteriores, visto que Almeida relata que a edição da Gazeta de Lisboa de 3 de agosto de 1805 informava a chegada da primeira remessa de “humor vaccínico” no mesmo Hospital. ALMEIDA, Antonio de. *Annaes vaccinicos de Portugal* ou memoria cronológica da vacinação em Portugal, desde a sua introdução até o estabelecimento da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa. In.: **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.4, pt.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1815. p.42.

⁵⁸⁰ SILVA, José. A instituição vacínica da real academia das ciências de Lisboa...op. cit. p.685-687.

⁵⁸¹ ALMEIDA, op. cit. p.52-55. Bernardo Mirabeau também faz referência aos experimentos feitos na Universidade em MIRABEAU, op. cit. p.114-115.

⁵⁸² JENNER, Edward. **Indagação sobre as causas, e efeitos das bexigas de vacca molestia descoberta em alguns condados occidentaes de Inglaterra, particularmente na comarca de Gloucester, e conhecida pelo nome de vaccina. Traduzida por João António Monteiro, lente de metalurgia na Universidade de Coimbra.** Lisboa: Typographia régia, 1803.

⁵⁸³ FERNANDES, op. cit. p.30-31.

da Beira, em junho 1801, teria sido importante para despertar o interesse governamental sobre a vacina⁵⁸⁴. Por outro lado, a morte do Duque de Miranda ainda na infância, alguns anos depois, também seria utilizada por Heleodoro Jacinto de Araújo Carneiro (1776-1849) como uma das suas justificativas para se opor à adoção do procedimento pelo governo.

A obra de Carneiro foi publicada como resultado de sua temporada na Inglaterra em missão da Coroa portuguesa para investigar a vacinação no Hospital de Londres. Publicado em 1809 com o título *Reflexões e observações sobre a pratica da inoculação da vaccina e as suas funestas consequencias, feitas em Inglaterra pelo Dr. Heleodoro Jacinto de Araujo Carneiro*, o texto é um ataque virulento à vacina e a Edward Jenner. O autor transcreve trechos da obra do médico de Gloucestershire para rechaçá-lo e debocha de suas conclusões sobre a origem e os princípios de sua descoberta.

Para Carneiro, a ampla aceitação da vacina era fruto de uma articulação política entre os aliados de Jenner e o Parlamento inglês para vender uma solução contra o mal das bexigas que se revelava sedutora aos olhos população, mas que se baseava em fundamentos teóricos falsos. Duvidava da possibilidade da vacina proteger contra as bexigas “assim como de qualquer outra doença eruptiva” e acusava a formação de um verdadeiro “partido Jenneriano” na política inglesa, que teria se encarregado de pôr em prática um esforço para, por meio das Academias e Instituições, impor ao público a novidade com a chancela da nobreza: “Tão pouco racional e sedutor era o projeto da vacina!”⁵⁸⁵

A resposta viria dois anos depois, na forma de um artigo dos editores do *Investigador Portuguez*, Bernardo José de Abrantes e Castro (1771-1834), Vicente Pedro Nolasco da Cunha (1773-1834) e Miguel Caetano de Castro (1773-1844), todos médicos e defensores da vacina. As colocações de Carneiro foram rebatidas em um longo artigo publicado entre as edições de dezembro de 1811 e janeiro de 1812. Os autores procuraram refutar cada um os argumentos de Carneiro apontando incoerências e pautando suas

⁵⁸⁴ ALMEIDA, op. cit. p.44. Francisco Tavares também se refere à morte do príncipe da Beira, só que em 1798, ainda no contexto das inoculações no conduzidas no hospital sob sua responsabilidade. Na ocasião, foi enfático ao afirmar que a morte não se devia à inoculação realizada quatro dias antes, uma vez que várias outras crianças vacinadas no mesmo período encontravam-se em plena saúde. TAVARES, op. cit. p.31-35

⁵⁸⁵ CARNEIRO, Heleodoro Jacinto de Araujo. **Reflexões e observações sobre a pratica da inoculação da vaccina e as suas funestas consequências**. Lisboa: Nova Officina de João Rodrigues Neves, 1809. p.XI.

colocações nas experiências e relatos de médicos ingleses e portugueses favoráveis à prática⁵⁸⁶.

Heleodoro Carneiro, por sua vez, não havia sido o primeiro a escrever sobre a vacina por encomenda da Coroa. Ainda em 1801, Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) havia publicado o *Preservativo das Bexigas e dos Terríveis Estragos Ou História da Origem e Descobrimento da Vaccina, dos seus Effeitos e Symptomas e do Método de se Fazer a Vaccinação*⁵⁸⁷. Sua aparição antecede a tradução do tratado de Jenner para o Português, só editada dois anos depois, como mostrado acima. Na obra de apenas 46 páginas, divididas em 13 capítulos, Paiva procura esclarecer cuidadosamente para o público leigo a história da vacina, suas qualidades, métodos de aplicação, sintomas relacionados, medidas terapêuticas, entre outros. O último capítulo é dedicado à exposição das vantagens da vacina em relação a outros meios de preservação da varíola. Tratava-se de uma resposta aos anti-vacinadores portugueses que afirmavam ainda faltarem observações suficientes sobre os reais efeitos da prática, ainda mais por se tratar da inoculação de uma doença originada em animais. A morte de um vacinado em Lisboa era usada para corroborar tais receios, mas Paiva contrariava os críticos:

“Porque á primeira duvida se responde que além da tradição immemorial daquelles povos de Inglaterra onde começou a descobrir-se, existem já mais de cinco mil observações feitas de propósito em todas as nações da Europa sem exceptuar Portugal. A segunda não deve haver receo de introduzir huma doença que livra de outra tão funesta, como as bexigas ordinárias; á terceira se responde, que ainda quando o exemplo apontado não fosse, como se provou já, effeito do contagio das bexigas ordinárias que tinha recebido antes da vaccinação, hum só caso funesto he tão pouco em comparação dos muitos que morreriam sem esta operação, e do grande numero das pessoas livres por meio della que não se deve tardar nada em espalhar e promover hum remédio tão vantajoso e útil á humanidade”⁵⁸⁸.

Nos últimos parágrafos, recomenda o amplo uso da vacina e clama aos médicos que a utilizam que recolhessem suas observações para publicarem “com a sinceridade que os enobrece”. Reivindicava também que as famílias também acolhessem a vacina:

⁵⁸⁶ **O Investigador Portuguez em Inglaterra**, vol.2. Londres: H. Bryer, 1812. p.173-200;352-377.

⁵⁸⁷ PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de. **Preservativo das bexigas e dos seus Terríveis Estragos ou Historia da Origem e Descobrimento da Vaccina**. Lisboa: a Officina de João Procopio Correa da Silva, 1801

⁵⁸⁸ Ibid, p.39-40

“Quanto serão digno da nossa veneração, respeito e reconhecimento aqueles que se enfraquecem de seus prejuízos!”⁵⁸⁹

Nesse contexto, a criação da *Instituição Vaccinica de Lisboa* configurava um novo espaço de produção e sistematização de conhecimentos sobre a varíola e a vacina. Contudo, ela se difere das iniciativas que a precederam não só pela pretensão de estabelecer uma rede de vacinação que cobrisse todo o reino, mas, sobretudo, pela tentativa de padronização dos procedimentos e observações realizados pelos vacinadores, que eram posteriormente remetidas para a apreciação dos médicos no Palácio da Academia em Lisboa. Tal esforço originou número considerável de materiais e informações produzidas pela instituição, tanto com vistas a popularização da vacina quanto para garantir a sistematização da sua aplicação. Boa parte delas pode ser encontrada na *Collecção de Opusculos da Vaccina*, uma compilação de treze opúsculos publicados entre 1812 e 1814 pela tipografia da Academia. Além do regulamento da IV, a publicação também compila prestações de conta dos secretários e observações dos membros sobre a vacina e sua evolução nos pacientes, dentre outros documentos⁵⁹⁰.

A contribuição de Mello Franco se deu através da publicação da *Breve Instrucção do que há mais essencial a respeito da vacina*⁵⁹¹, que compõe o terceiro volume da

⁵⁸⁹ Ibid. p.41.

⁵⁹⁰ No volume XIII dos opúsculos encontra-se um modelo da tabela em que os vacinadores do reino deveria preencher as informações que seriam remetidas a Lisboa. A tabela encontra-se transcrita abaixo:

“Provincia de..... Provedoria de..... Nome da Povoação.....

Mez, e anno

Nome do Correspondente.

Vaccinados.

Ficarão em observação do mez antecedente.....

Vaccinarão-se no decurso do mez, e estão completas as observações.....

Somma:.....

Vaccina Legitima.....

 Espúria.....

 Duvidosa.....

 Nulla.....

Somma:.....

Ficão Vaccinados, mas ainda em Obsrvação para o mez seguinte.....

N.B. Devem escrever-se em papel separado os Diarios dos casos, em que houver cousa extraordinária, e notável.”

Collecção de Opusculos da Vaccina... op.cit. p.138.

⁵⁹¹ Ibid. p.25-72. Embora não haja qualquer referência a respeito da autoria das instruções no Opúsculo, Bernardino Antonio Gomes revela em seu discurso de recopilação histórica dos trabalhos da instituição vacínica que Mello Franco foi responsável pela sua produção: “He a este benemérito Membro, que Instituição deve a *Breve Instrucção a respeito da Vaccina*, que acaba de publicar; Obra, que ella desejava muito como hum dos meios mais conducentes a generalizar a Vaccinicação, e que elle desempenhou,

coleção. Para se proteger das críticas dos detratores da vacina e garantir a legitimidade do procedimento e da própria *Instituição Vaccinica*, a obra procurava estabelecer uma padronização dos procedimentos, garantindo que mesmo os correspondentes das províncias mais distantes, que muitas vezes nem tinham formação médica, fossem capazes de vacinar corretamente e acompanhar o desenvolvimento da vacina sem equívocos.

Assim, as instruções apresentavam-se como uma espécie de guia para vacinadores. Era dividido em onze artigos: 1) Das circunstancias, que podem abstar a vacinação; 2) Descrição da vacina e suas irregularidades; 3) Das propriedades da vacina e da sua excelência sobre a inoculação das bexigas; 4) Das qualidades que deve ter o vírus vacínico para o bom êxito da vacinação; 5) Do modo de tirar a matéria, ou vírus vacínico, e de a conservar; 6) Do novo método de conservar o vírus da vacina; 7) Do modo de vacinar; 8) Do progresso regular da bexiga vacínica; 9) A vacinação, para ser preservativa, deve ser constitucional. Qual o modo de a reconhecer; 10) Do tratamento medico da vacina; 11) Comparação resumida da vacina verdadeira e falsa⁵⁹².

A minúcia das instruções fornecidas pelo médico de Paracatu fica evidente no artigo sétimo, dedicado ao “modo de vacinar”:

“Já fica dito o modo de picar a vesícula, e que de cada punctura sahe huma gota de liquido. Nesta pois se molha a ponta do instrumento; e depois se espera alguns segundos, para que o liquido com a acção do ar adquira certo grão de viscosidade, a fim de se conservar hum pouco adherente ao instrumento. A parte mais própria para a vaccinação he a superior, e anterior do braço. Entende-se por superior, pouco mais ou menos, um terço do braço; porque he onde há mais músculos; e por anterior aquela, que fica livre de ser comprimida, e maltratada, ainda que o vaccinado se deite sobre qualquer dos lados. (...) Então no lugar indicado introduz horizontalmente a ponta do instrumento, pouco mais ou menos, a oitava parte de huma polegada entre a epiderme, e a cútis; e aqui o conserva por alguns instantes. Quando o tira, põe em cima o dedo polegar da mão esquerda, para que dentro do lugar, onde se meteo o instrumento, fique o vírus bem depositado”⁵⁹³.

Como sabemos, o tema da varíola não era estranho para nosso personagem que, vinte anos antes, havia se mostrado um ávido defensor da inoculação ao dedicar o último capítulo de seu *Tratado da Educação Física dos Meninos* ao procedimento. Em 1812, no

fazendo-a particularmente admirável pela mui própria e elegante simplicidade de seu estilo.” GOMES, Bernardino Antônio. Recopilação histórica dos trabalhos da IV durante seu primeiro ano. In.: **Memorias de Mathematica e Physica da Academia de Sciencias de Lisboa**. vol.3. p.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1812. p.LXXXIII

entanto, mostra-se convicto quanto à superioridade do procedimento j Jenneriano. Em referência aos debates travados entre inoculadores e vacinadores na virada do século, toma a questão como encerrada e defende a vacina com o mesmo vigor com que outrora havia defendido a inoculação:

“He superfluo pertender provar a utilidade da Vacina, por ser hoje em dia a opinião dos homens mais doutos do mundo litterario, não fundada em theoréticas especulações, mas sim em experiências bem reguladas, e sobremaneira repetidas, as quaes tem posto fóra de toda a duvida a proposição seguinte= A vaccina he hum seguro preservativo da horrenda, e funesta moléstia das Bexigas, sendo ao mesmo tempo mui suave no seu decurso, e de nenhum modo arriscada”⁵⁹⁴

Por outro lado, quando assumiu a diretoria rotativa do serviço de vacinação, durante o mês de outubro de 1812, revelou-se frustrado com a baixa adesão dos portugueses ao procedimento antivariólico:

“He finalmente digno de attenção que em huma tão populosa capital pouca gente se delibere a buscar este facil, e efficaz meio de fugir de huma enfermidade em geral funesta, não só por causar muitas vezes a extinção da vida, mas também por deixar deformidades, que ás vezes tirão o uso natural de órgãos importantes, desfigurando os semblantes”⁵⁹⁵.

As razões por trás disso são muitas. Já comentamos que a população, sobretudo a pertencente aos estratos sociais mais baixos, nutria forte desconfiança em relação à medicina acadêmica. No caso da vacina, a resistência era potencializada pela novidade da técnica: a ideia de aplicar em seres humanos saudáveis um material derivado da secreção variólica de animais parecia completamente bizarra, mesmo para uma população longamente familiarizada com a prática da inoculação. Temia-se, por exemplo, que o processo pudesse transmitir feições animais para os indivíduos, “avacalhando-os”⁵⁹⁶.

⁵⁹⁴ MELLO FRANCO, Francisco de. *Breve Instrução a respeito da Vaccina*. In.: **Collecção de Opusculos da Vaccina...** op. cit. p.17.

⁵⁹⁵ Ibid, p.74.

⁵⁹⁶ Essa crença, contudo, tomava mais força a partir da segunda metade do século XIX, com o surgimento da vacina animal, na qual o material aplicado em humanos era originado diretamente dos bovinos contaminados. No início do século, diante da dificuldade de se realizar a retirada diretamente do animal, optava-se por replicar a vacina retirando material de indivíduos previamente vacinados, por meio do método conhecido como vacina braço-a-braço. FERNANDES, Tânia. *Vacina Antivariólica: ciência técnica e o poder dos homens*: Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.20.

Outra questão se associava às doenças que poderiam ser supostamente transmitidas por meio da vacinação, como a tuberculose, sífilis e erisipela⁵⁹⁷.

De fato, apesar do entusiasmo demonstrado por Mello Franco nas instruções, o procedimento estava sujeito a falhas. Ao prestar conta dos trabalhos realizados pelo serviço de vacinação durante sua direção, o próprio médico afirmava que dos 42 indivíduos vacinados, apenas 17 apresentaram a “verdadeira vacina”. Do restante, 2 apresentaram vacina falsa e, nos outros 23, a vacina falhou. As baixas são atribuídas a diversos fatores que nos revelam parte das adversidades enfrentadas pelo serviço.

A dificuldade de se obter material animal em escala mais alargada fazia com que apenas um número reduzido de indivíduos recebesse a vacina dessa forma, de maneira que os seguintes eram vacinados a partir do material retirado do grupo inicial, e assim por diante⁵⁹⁸. Em outras palavras, os próprios vacinados alimentavam o estoque dos vacinadores, o que exigia que todos retornassem à instituição após o surgimento da erupção cutânea no local da aplicação para que fosse realizada a retirada do material a ser utilizado em outros indivíduos. Contudo, nem todos os vacinadores tinham as habilidades necessárias para identificar se as pústulas dos vacinados estavam em estágio ideal para a extração da amostra, ocasionando a produção de vacinas de efeito reduzido ou nulo.

Daí a preocupação de Mello Franco em dedicar o último capítulo das instruções ao estabelecimento de orientações para os vacinadores distinguirem os casos em que a vacina se revelava verdadeira, falsa ou falha. Por meio de uma minuciosa tabela, o médico procura demonstrar as propriedades que distinguiam a evolução desejada do tratamento das suas manifestações duvidosas. Dentre outras características, a vacina verdadeira poderia ser identificada por volta do terceiro dia, por meio de uma vesícula “dura ao tato” e passível de “ser comprimida até certo ponto sem risco de arrebentar.” A vesícula da vacina falsa, por sua vez, seria mais protuberante e apresentaria aparência “amarellada e crutosa”, além de ser frágil ao toque. Quanto ao líquido a ser colhido no sétimo dia para a produção de novas vacinas, o verdadeiro se caracterizaria por uma “pequena gota cristalina”, enquanto no falso, “o que sahe he puriforme”⁵⁹⁹.

Por outro lado, o médico também apontava que além das deficiências na identificação da evolução correta da aplicação, era comum que os vacinados não retornassem após os sete dias necessários para a retirada do material, o que gerava

⁵⁹⁷ Idem.

⁵⁹⁸ Esse método ficou conhecido como vacinação braço-a-braço.

⁵⁹⁹ MELLO FRANCO, Francisco de. Breve Instrucção a respeito da Vaccina... op. cit. p.67.

dificuldades para os vacinadores que, diante do pouco material disponível, eram forçados a produzir vacinas a partir de “vírus menos próprios”⁶⁰⁰.

Em relação ao número elevado de falhas notificadas naquele mês de outubro, Mello Franco afirmava que a maior parte seria derivada de indivíduos da Casa Pia. O médico se justifica afirmando ter observado que

“muitos tinham alguma erupção cutânea, assim como algum incômodo nos olhos. He de se supor que seja esta huma das causas de falhar tanto nelles a vacinação; por que mui graves observadores tem conhecido que as erupções cutâneas, tanto febrís, como infebrís, estorvão o desenvolvimento do vírus vaccinino, fazendo com que elle ou não se actue, ou dê Vaccina falsa”⁶⁰¹

Para além dos problemas próprios à vacinação, a *Instituição Vaccinica de Lisboa* nunca gozou de situação confortável, tanto do ponto de vista financeiro como administrativo. Mesmo tendo sido criada num contexto de retomada dos projetos de saúde pública em Portugal, padecia com o estado de penúria do reino após a partida da Família Real. Segundo José Silva, o fato de a instituição não ser diretamente integrada à burocracia estatal dificultava ainda mais a situação, fazendo com que dependesse de apoios financeiros intermitentes. Além disso, mesmo que ela tenha sido responsável por um avanço inédito nos esforços de criação de uma rede de vacinadores, a malha de colaboradores ainda estava longe de dar conta das necessidades do reino⁶⁰².

De maneira geral, a oscilação do número anual de vacinados variou ao sabor da própria situação institucional da entidade. O período de maior atividade se deu entre os anos de 1816 e 1817, em parte graças a uma loteria no valor de cinquenta contos de réis administrada pela Academia de Ciências para a ampliação da rede de vacinação⁶⁰³. No

⁶⁰⁰ Ibid, p.74. Note-se que no início do século XIX, o termo “vírus” não possuía o mesmo significado que nos dias atuais. No dicionário de Antônio de Moraes (1789) é definido como “matéria que infecciona o corpo, como peçonha.” MORAES, Antonio. **Diccionario da lingua portuguesa recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado**. vol.2 [1789] Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p.857.

⁶⁰¹ MELLO FRANCO, Francisco de. Conta do que houve de digno de observação no mez de Outubro, dada á Instituição Vaccinica pelo Director no mesmo mês. In.: **Collecção de Opusculos da Vaccina...** op. cit. p.73.

⁶⁰² SILVA, José. A instituição vacínica da real academia das ciências de Lisboa... op. cit. p.692.

⁶⁰³ Em fevereiro de 1815, uma comissão de membros da *Instituição Vaccinica* sugeriu a criação da loteria como forma de garantir o pagamento dos vacinadores correspondentes. Alegavam que, ao vacinar de graça, consumiam os colaboradores “tempo que podião empregar em seu particular beneficio (...) Muitos por conseguinte que subissem do mero, escasso produto da sua Profissão, devem em breve cançar, como tem cançado no Serviço Patriotico, mas gratuito da Instituição.” A licença régia para a criação da loteria foi concedida em 22 junho, e seu regulamento publicado no dia 26 de julho. A comissão era composta por: Bernardino Antonio Gomes, Alexandre Antonio das Neves, Francisco de Mello Franco, e Francisco Manoel Trigozo d’Aragão Morato. ANTT, Instituição Vacínica, Ministério do Reino, maço 353, caixa 472.

entanto, o fim do repasse tornou a situação cada vez mais complicada. Segundo Silva, a cifra de 3.323 vacinas aplicadas em 1813 havia sido progressivamente ampliada até atingir o valor máximo de 19.993 em 1817, quando a loteria chegou ao fim. A partir daí, iniciou-se uma retração anual que reduziu esse valor para apenas 2.290 em 1821⁶⁰⁴. Finalmente, em 1835, após período de reorganização administrativa da Academia de Ciências, a *Instituição Vaccínica* seria desligada da instituição da qual se originou para ficar subordinada à prefeitura de Estremadura⁶⁰⁵.

- De correspondente a vice-secretário: Mello Franco e suas conexões na Academia de Ciências.

Na época do auge de sua atuação como membro da Academia, Mello Franco tinha amizades influentes nos dois lados do Atlântico. De acordo com Pereira da Costa, entre seus contatos no Rio de Janeiro, contavam Jozé Egydio Alvares de Almeida, futuro Marquês de Santo Amaro, Manoel Luís Alvez de Carvalho, secretário particular de D. João e médico da Câmara Real, e o Conde da Barca, Ministro de Guerra, da Marinha e das Relações Exteriores. O biógrafo afirma que as relações com esses três personagens teriam sido decisivas para convencer o velho médico a voltar para o Brasil em 1817, assunto do próximo capítulo⁶⁰⁶. Em terras portuguesas, como temos acompanhado, suas conexões seriam ainda mais vastas, sobretudo por conta dos espaços institucionais que frequentava. Contudo, os registros mais contundentes de que dispomos são as cartas que trocou com seu velho amigo José Bonifácio de Andrada e Silva.

Desde o fim da guerra e o encerramento de suas atividades no Batalhão Acadêmico, Bonifácio havia retornado às suas atividades cotidianas em cargos da burocracia portuguesa e na cadeira de mineralogia da Universidade de Coimbra. Entre 1810 e 1811, estabeleceu-se em Lisboa para pôr seus conhecimentos a serviço da reconstrução de minas e ferrarias⁶⁰⁷, e no ano seguinte, foi eleito secretário da Academia de Ciências de Lisboa.

Como já mencionamos, sua eleição se deu na mesma assembleia em que Mello Franco foi escolhido substituto efetivo da classe de ciências naturais. Poucos anos depois,

⁶⁰⁴ Ibid., p.698.

⁶⁰⁵ SILVA, José. A instituição vacínica da real academia das ciências de Lisboa... op. cit. p.699-700.

⁶⁰⁶ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit. p.15

⁶⁰⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012., p.72.

passariam a colaborar de maneira mais próxima, quando Mello Franco foi eleito vice-secretário, em 1815. Para o médico, contudo, o cargo não suscitaria entusiasmo. Em carta de dezembro daquele ano, descreveu as tortuosas circunstâncias do pleito a Bonifácio, que se encontrava em Coimbra ocupado com suas incumbências de professor universitário:

“Sahio Vice-Secretário Margiochi que affincadamente não quis aceitar. Por conseguinte houve segundo dia para re-eleger Vice-Secretário e então sahi eu, não obstante ter dito que era incompativel com a minha vida tal emprego, mas taes razões me derão Sebastião Trigoso e Alexandre, que cedi, e para não parecer que a Academia era composta de crianças; pois era preciso recusando eu que se convocasse o Vice-Presidente para nova eleição. Remetto a carta, que me escreveo Alexandre Antonio, e della verá a intriga que se-armava. ____ Eis aqui a verdade do succedido. Tomara que o visse até para me aliviar deste pezo, para o que não bastão os meus hombros. Tenha cuidado na sua saude e disponha de seu amigo.

Lisboa, 15 de Dezembro de 1815. Mello”⁶⁰⁸.

A recusa do matemático Francisco Simões Margiochi (1774-1838) e a aceitação hesitante de Mello Franco, condicionada pela intervenção de Sebastião de Mendo Trigoso (1773-1821) e Alexandre Antoino Vandelli (1784-1862)⁶⁰⁹ insinuam que, aos olhos de alguns membros da Academia, o cargo talvez estivesse mais para um estorvo administrativo do que um sinal de consagração. Como vimos, em 1813, o médico já havia recusado nomeação para integrar a *Junta de Saúde Pública* alegando motivos muito similares aos que agora relatava em sua queixa a Bonifácio. Como naquela época, ainda se encontrava envolvido nas atividades da *Instituição Vaccinica de Lisboa*, sem mencionar o peso da idade e sua atividade clínica, principal fonte de seus rendimentos.

Contudo, o sossego almejado por Mello Franco ficaria mais custoso diante da rotina atribulada do secretário da Academia de Ciências. As constantes ausências de Bonifácio fizeram com que fosse obrigado a assumir seus afazeres com uma regularidade maior que a desejada. Foi assim que ficou incumbido do discurso da sessão da Academia em 24 de junho de 1816, ocasião que aproveitou para verbalizar seu desconforto com o cargo:

⁶⁰⁸ Carta de 15 de dezembro de 1815. BNRJ, manuscritos, I-4, 29, 75.

⁶⁰⁹ Era filho do naturalista Domenico Vandelli, que se achava afastado da Academia naqueles tempos. FILGUEIRAS, Carlos Alberto; MARQUES, Adilio Jorge. O químico e naturalista luso-brasileiro Alexandre Antonio Vandelli. **Química Nova**, Vol.32, N°9, 2495-2500, 1999.

“Não he porém voluntariamente que tenho a honra de occupar hoje a vossa benigna attenção: eleito pela Academia para seu Vice-secretario, sem embargo de reconhecer em mim grande falta dos predicados, que exige semelhante emprego, e de ser elle pouco compativel com os laboriosos e pezados encargos da minha profissão, não quiz regeitar, como máo filho, a distincção, com que tanto me honrava. (...) Fugindo por tanto de dar hum passo que podesse ser problematico, acceitei reconhecendo, quão obrigado me devia considerar á benevolencia da Academia.

Não julguei então, que sobre meus fracos hombros viesse recahir tão grande pezo, que legitimamente pertence a outros de força em todo o sentido mui superior, os do nosso dignissimo Secretario o Senhor Jose Bonifacio de Andrada e Silva (...) Os multiplicados embaraços dos seus empregos, que actualmente o afastarão da Capital, fazem com que eu inesperadamente suppra as suas vezes”⁶¹⁰.

Ao que parece, a entrada para a Academia de Ciências funcionou como uma forma de consolidação da carreira de Francisco de Mello Franco. Suas conexões com figuras de destaque da corte e do ambiente intelectual de Lisboa, aliadas à sua reconhecida reputação como clínico, conferiram um considerável capital político que o tornou mais seletivo diante das oportunidades que lhe eram oferecidas. Talvez isso explique tanto a recusa da nomeação para a *Junta de Higiene Pública*, quanto a má vontade com sua posição de vice-secretário da Academia, ambos contrastantes com sua vigorosa atuação na *Instituição Vaccinica de Lisboa*. Enquanto esta última era vista como a expressão portuguesa de um movimento de combate à varíola a partir de uma nova e promissora técnica, os outros dois são apresentados como estorvos que ocupariam demasiado espaço de sua atividade clínica.

Por outro lado, utilizou-se do capital político adquirido nesses anos para favorecer os seus. Justiniano foi um dos que mais obtiveram ganhos com a situação privilegiada do pai. Segundo Pereira da Costa, foi enviado a Göttingen para estudar medicina em 1805 e retornou a Lisboa em 1814 casado e com filhos, onde tentou se estabelecer na “clínica de partos”⁶¹¹. O biógrafo, no entanto, parece não ter muita simpatia pelo jovem médico, e não o descreve de maneira muito lisonjeira. Afirmar que o rebento teria feito “grande despesa” a seu pai enquanto esteve fora:

“e depois que chegou esteve sempre a seu cargo; porque a sua clinica de partos, ramo que elle tinha estudado mais particularmente, e no qual era hábil, pouco rendimento lhe dava, em razão da vida irregular que tinha, e por isso no fim de dous anos ninguém nunca mais o chamou.

⁶¹⁰ MELLO FRANCO, Francisco de. Discurso proferido pelo vice-secretessão pública de 24 de junho 1816... op. cit. p.II-IV.

⁶¹¹ **Resumo Histórico da Vida de Francisco de Mello Franco...** op. cit. p.14.

Naquelle tempo havia em Lisboa só um Parteiro de nomeada, e esse mesmo era homem já velho, e pouco podia trabalhar; por tanto Justiniano Mello Franco podia se ter aproveitado dessa circumstancia, e ficar sendo o primeiro parteiro daquela cidade, e adquirir grande fortuna, mas infelizmente um gênio extravagante o perdeu; causou desgostos a seu pai e algum desfalque em sua fortuna, em prejuízo das duas filhas que viviam solteiras”⁶¹².

De todo modo, desde o momento em que Justiniano retornou a Lisboa, Mello Franco não economizou esforços para dar o empurrão necessário para que sua carreira deslanchasse. Em abril de 1813, o médico intercedeu junto ao poder Real para que Justiniano recebesse o Hábito da ordem de Cristo em seu lugar, no que foi atendido. A data do pedido, abril de 1813, indica que o filho de Mello Franco voltou para Portugal no ano anterior ao descrito por Pereira da Costa.⁶¹³ De qualquer maneira, uma vez em de volta à capital, sua ascensão foi fulminante: entre 1813 e 1815, o jovem médico foi admitido em todos os espaços da elite médica lisboeta dos quais seu pai fazia parte. Em 1814, foi nomeado Médico da Câmara Real pelo Príncipe Regente⁶¹⁴, e na Academia de Ciências, foi eleito correspondente, além de passar a integrar a *Instituição Vaccinica de Lisboa*⁶¹⁵. Também apresentou as memórias *Tabellas comparativas do estado da puberdade, fecundidade, gestação, grandeza individual, e terma da vida dos Animaes mamíferos e Descrição das vantagens de huma nova Cadeira Obstetrícia*⁶¹⁶, e no ano seguinte, foi anunciado pelo seu padrinho e secretário da academia, José Bonifácio, como um dos escolhidos para sócio livre, ao lado de nomes como Francisco Simões Margiochi e José Pinheiro de Freitas Soares, entre outros⁶¹⁷. Também apresentou a *Memória sobre e descrição, e vantagens de huma cadeira obstetrícia da invenção do professor Stein, depois reformada, e emendada principalmente pelo professor Osiander*⁶¹⁸.

Considerando tratar-se de um ambiente intelectual ainda marcado pelo Antigo Regime, é provável que os talentos do jovem médico, por melhores que fossem, jamais

⁶¹² Idem.

⁶¹³ ANRJ, Graças honoríficas, cód. 37. Mello Franco, no entanto, seria nomeado em 1819, como veremos no próximo capítulo.

⁶¹⁴ BNRJ, Manuscritos, C-0603,012.

⁶¹⁵ A eleição de Justiniano é mencionada no discurso do vice-secretário Joaquim Mendo Trigozo na sessão pública de 24 de junho 1814. Trigozo também faz menções elogiosas à atuação do filho de Mello Franco na Instituição Vaccinica de Lisboa naquele ano. TRIGOZO, Joaquim Mendo. Discurso proferido pelo vice-secretário na sessão pública de 24 de junho de 1814. **História e memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.4, pt.1. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1815., p.VIII, XLII.

⁶¹⁶ Ibid. p.X

⁶¹⁷ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Discurso pelo secretário na sessão pública de 24 de junho de 1815. **História e memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.4, pt.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1815, p.XXVII.

⁶¹⁸ Ibid. p.78.

justificariam uma ascensão tão rápida sem a ajuda das inúmeras conexões paternas. Mesmo assim, os esforços de Mello Franco não parecem ter surtido o efeito desejado. Anos mais tarde, já instalado no Rio de Janeiro, queixou-se dos enormes gastos com Justiniano e sua família em carta a Joaquim, seu irmão, indicando que o rebento ainda teria continuado dependente do pai por muitos anos após formar-se em Göttingen.⁶¹⁹ Como veremos no capítulo 5, Justiniano acompanharia Mello Franco no retorno ao Brasil em 1817, onde se estabeleceria em São Paulo para ficar à frente do instituto vacínico da cidade. Mais uma vez tiraria proveito dos cálculos políticos de seu pai, que deixou tudo o que tinha em Lisboa para aventurar-se no outro lado do atlântico em busca de melhores posições na corte do Rio de Janeiro.

Por outro lado, vale notar que o investimento de Mello Franco na ascensão profissional do filho não se explica apenas pelo seu perfil de homem de corte, mas também reforça o zelo com que tratava de assuntos familiares. Contudo, para além do súdito e do pai de família, sua figura também comportava o feitio do intelectual ilustrado atento aos debates filosóficos que estavam na ordem do dia. Na próxima seção, analisaremos o contexto de publicação dos *Elementos de Higiene*, sua obra mais ambiciosa, publicada pela instituição em 1814, e que guarda conexões importantes com o ambiente político e médico europeu e português de seu tempo.

- O Físico e o Moral nos *Elementos de Higiene* (1814).

Diante das incômodas circunstâncias que o encarregaram do discurso da sessão pública da Academia de Ciências em 24 de junho de 1814, Mello Franco não só expressou seu desconforto com o cargo de vice-secretário, mas também sua suposta falta de aptidão para as letras:

“(...)porque sendo eu occupado por dever na meditação dos phenomenos da magnifica Natureza em geral, e com particularidade dos da complicada organisação do homem, nunca me sobrou tempo bastante para cultivar as flores da encantadora eloquencia, que aliás nada influe nos resultados de filosoficas observações; as quaes muito pelo contrario requerem exacta reflexão, que he sempre inseparavel do recolhimento e taciturnidade.”⁶²⁰

⁶¹⁹ Carta de 29 de fevereiro de 1820, AIHGB, Lata 115, Doc. 11, nº4

⁶²⁰ MELLO FRANCO, Francisco de. Discurso proferido pelo vice-secretário... op. cit. p.II-III

Assim, ao invés de iniciar sua oração pelas costumeiras digressões acerca da história da academia desde a sua fundação, como fazia boa parte dos secretários nas sessões de junho, optou por “mostrar as vantagens extraordinárias, que das Sciencias e Artes resultão a todos os Povos”. Retornaria ao protocolo na segunda parte do discurso, tradicionalmente reservada à apresentação das atividades e produções dos membros da academia desde o ano anterior⁶²¹.

A fala do médico revela muito do que era objeto de suas reflexões naqueles tempos, e não é coincidência que muitas das concepções articuladas nas poucas páginas que constituem a primeira parte do discurso possam ser encontradas também nos *Elementos de Higiene*, publicados no mesmo ano.

Mello Franco defende a vida em sociedade como aspecto definidor da natureza humana, de modo que não há lugar adequado para o desenvolvimento das potencialidades do físico e do moral humano fora da vida social:

“O Homem, quando nasce, he sem duvida hum ente digno de toda a comiserção. (...) Nasce nú, e inerte, bem diferentemente da generalidade dos animaes, que vem desde logo vestidos, com os rudimentos das armas, que lhes são concedidas pela provida Natureza; a qual cautelosa os dota com as faculdades de poder andar, correr, e procurar os socorros, que demandão suas particulares necessidades.

(...) Esta absoluta dependência, em que nasce, he necessaria para se realisarem os altos fins, para que fora creado; e entre elles o primeiro, quanto a mim, he fazelo sociável: porquanto auxiliado pelos pais, e parentes, até que principia a ter certo uso de razão, o que leva sete e mais annos, não póde deixar de ser sensível ás affeições de amizade, reconhecimento, e por ultimo de costume

He portanto indubitável, que elle he por necessidade sociável; e ainda que estas primeiras sociedades de família ou patriarchaes sejam no seu principio resumidas, devem com o andar do tempo tornar-se numerosas”⁶²².

A vida em sociedade constituiria, portanto, a finalidade do desenvolvimento humano, e ao mesmo tempo, seu meio privilegiado. Há uma noção de progresso implícita à dinâmica social, como se os próprios vícios da sociedade civil guardassem em si a condição para o cultivo das suas virtudes:

“Mas, como nasce em perfeita ignorância de todas as cousas, e nutre em seu coração o germen das paixões, que com a idade se vão desenvolvendo, não deixarão aquella e estas de produzir reciprocas desavenças, inimizades, e toda a sorte de desordens. Então a necessidade, lei suprema não só do mundo fysico, mas tambem do moral, o obriga a entrar de certo modo em si, examinando, quanto permite sua rude barbaria, os meios de evitar os males, que cada hora os afligem: e eis-aqui hum remoto começo de sua civilização, que he ainda tão informe como

⁶²¹ Ibid.p.III-IV.

⁶²² Ibid. p.V.

o mármore, que vem bruto para as mãos do destro e hábil Escultor, que lentamente o vai desbastando, até que o transforma com seus delicados cinzeis em uma bela e elegante estatua, que nenhuma demonstração pôde então dar do que fôra no seu primeiro ser. Donde claramente se deduz, que a infância de todas as Nações he cheia de rudeza e de superstições; he, em uma palavra, um perene manancial de mil barbaridades.

(...) Por conseguinte a idade de ouro, que dizem haver acompanhado as Nações nos seus princípios, foi uma deleitosa fabula, que servio de entretenimento á fecunda imaginação dos Poetas; pois, se dermos credito aos annaes de todos os povos antigos, e se reflectirmos no que se observa em nossos dias assim na America, como em Africa, sempre a barbaridade foi precursora do regular estabelecimento de todos elles”⁶²³.

Nesse sentido, as ciências seriam, ao mesmo tempo, resultado dessa marcha do progresso e sua mola propulsora. Nos momentos de crise ou desgaste da ordem social, elas tornariam a pôr em marcha o progresso humano:

“Mas, Senhores, assim como os corpos físicos regularmente impelidos tomão certa carreira, vencendo os obstáculos, que são da sua competência, até que lentamente se retardão, e vem por fim a parar, para depois com novo impulso receberem outras acção ou no mesmo, ou em outro qualquer sentido; da mesma sorte as faculdades moraes do homem, uma vez que se ponhão em movimento, devem andar um certo caminho, marchando sempre do simples para o mais composto, e do menos perfeito para o mais perfeito, até que completando o seu circulo, voltem ao ponto, donde partirão: mas neste caso ficão sempre, como debaixo das cinzas, faíscas scientificas, que só esperão tempo oportuno, para dellas ressurgirem”⁶²⁴.

Para isso, seriam exercidas por homens de “engenho e talento superiores” que o “Arbitro do Universo faz aparecer sobre a terra.” Esses sábios, segundo o médico:

“servem como faróes, por onde a multidão se governa, e evita os escolhos, que a cada passo se encontrão neste tempestuoso mar do nosso mundo. Elles são os que observando o coração do homem, e reflectindo maduramente nas maravilhas da Natureza, huns ensinão, quaes são as leis accommodadas aos climas, e aos paizes, em que vivem; as quaes pela sua filosofica combinação enlaçaõ todas as classes de cidadãos, indicando a cada hum os seus deveres: outros pelas suas meditações, pelos seus cálculos, pelas suas repetidas experiencias arrancão, por assim dizer, á viva força dos reconditos arcanos da Natureza riquíssimas preciosidades, com que se esclarece, e se dilata o horizonte dos nosso conhecimentos”⁶²⁵.

Não podemos deixar de notar as semelhanças dessas concepções com aquelas articuladas na primeira *Resposta ao Filósofo Solitário*, publicada quase trinta anos antes

⁶²³ Ibid., p.V-VI

⁶²⁴ Ibid. p.VII

⁶²⁵ Ibid, p.VIII

e atribuída a Mello Franco, ou até mesmo no *Tratado da Educação Física dos Meninos*. Embora não haja uma ênfase explícita na primazia do discurso médico como condutor do desenvolvimento humano - lembre-se que a audiência de Mello Franco na ocasião era composta por sábios de diversas formações – não há dúvida de que as ciências são postas como instâncias reguladoras da sociedade. Nesse sentido, essas ideias reproduzem uma concepção de autoridade moral da natureza própria ao iluminismo⁶²⁶. O homem arrazoado e saudável seria necessariamente aquele que vivesse de maneira mais aproximada de sua natureza. Nesse sentido, as ciências, ao desvendarem os meandros do mundo natural, seriam as únicas capazes de mostrar o caminho da boa conduta humana e evitar desvios.

Essa concepção também está diretamente ligada a uma filosofia do progresso forjada pelo racionalismo do século XVIII, e que atingiria seu ápice no cientificismo do século XIX. O conhecimento da natureza aproximaria o homem da sua essência como ente da criação divina e garantiria passos firmes em direção a um futuro próspero. Parte da historiografia que se debruçou sobre a ideia de progresso tem mostrado como a tradicional concepção de um passado glorioso, em geral identificado no mundo Antigo, cujo vigor intelectual era almejado pelo presente, foi eclipsada em favor de uma concepção de história voltada para o futuro. O progresso da humanidade seria então inerente à sua marcha, tendo a razão, expressa nas ciências, como fio condutor do processo⁶²⁷.

No discurso de Mello Franco, essa vocação redentora das ciências fica explícita quando o médico se refere às invasões napoleônicas, descritas como um desdobramento nefasto da “mais horrenda e furiosa revolução de quantas tem havido, da qual fomos desgraçadamente testemunhas, e por muitos modos victimas”.⁶²⁸ Porém, paradoxalmente, não teriam sido os povos bárbaros os responsáveis pela desordem:

“Foram sim os Francezes, que no centro da Europa civilizada, debaixo da mais benigna atmosfera, e no seio de todas as Sciencias, a Artes levantarão em furor o sanguinário estandarte da rebelião, e delirantes levárão ao patíbulo o seu próprio Rei, hum Rei bom e clemente”⁶²⁹.

⁶²⁶ Sobre o tema da autoridade moral da natureza no mundo intelectual lusitano, ver: CALAFATE, Pedro. **A ideia de natureza no século XVIII em Portugal**. Lisboa: Imprensa nacional/casa da moeda, 1994.

⁶²⁷ Sobre a relação entre cultura científica e ideia de progresso, ver: ROSSI, Paolo. **Naufrações sem espectador: a ideia de progresso**. São Paulo: Unesp, 1996., p.47-100. A afirmação de uma nova filosofia da história durante o iluminismo também foi tratada no trabalho clássico de Reinhart Koselleck: KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Uerj/Contraponto, 2009.

⁶²⁸ MELLO FRANCO, Francisco de. Discurso proferido pelo vice-secretário... op. cit. p.XIII-XIV.

⁶²⁹ Ibid, p.XIV.

A ascensão de Napoleão ao poder é então descrita como uma consequência natural de uma sociedade já profanada pela desordem, visto que “hum abysmo conduz a outros muitos.” Na verdade, o próprio projeto expansionista francês já seria consequência da subversão instalada entre os franceses, de maneira que Napoleão “ardilosamente tomou a si, a execução deste horrível plano”, responsável por “submergir a Europa inteira na mais abominável de todas as escravidões”⁶³⁰.

Contudo, a reação à tirania francesa só teria sido possível graças ao cultivo das ciências entre as nações civilizadas da Europa que, ao derrotar o “detestável Corso”, puderam devolver a lucidez e a ordem aos franceses:

“Nós o vimos começar, e nós (graças aos Ceos!) o vimos acabar. [...] E quem, Senhores, fez tornar os Francezes ao governo de seu legitimo Rei? Quem os fez detestar o jugo daquelle Tyrano? E quem dêo cabo desta hydra de cem cabeças? Foi, todos o sabem, a prodigiosa liga de todos os Soberanos, e Povos da Europa. [...] Se os Inglezes, se os Russos, se os Austriacos, se os Prussianos, se os Portugueses (dilo-hei com ufania) não tivessem cultivado as Sciencias, e as Artes, como poderião armar tantos e tão numerosos exércitos? [...] Portanto tenho pra mim como certo, que as mesmas Sciencias e Artes, salvando o mundo de tão duro captiveiro, se salvarão a si do perigo iminente, em que estiveram, de serem destruídas em toda a Europa...”⁶³¹

Como temos mostrado, Mello Franco forjou-se como um homem do antigo regime Português, e como tal, sua trajetória está intimamente ligada às sociabilidades, favorecimentos e negociações típicas desse universo. Assim não é de se estranhar que, na sua concepção, a intervenção das “nações civilizadas”, adeptas do cultivo das ciências, tenha contribuído para a restauração da monarquia na França, entendida como um retorno ao curso natural do desenvolvimento da sociedade francesa.

Nos *Elementos de Higiene*, essa dimensão regeneradora e moralizante das ciências continua presente. Porém, como trataremos adiante, Mello Franco subverte em parte a crença no progresso apresentada no discurso da Academia, assim como suas expectativas sobre o alcance da intervenção do conhecimento científico no processo. Apesar disso, é necessário considerar que se trata de uma publicação com objetivos bem mais amplos do que cumprir formalidades numa reunião de *savants*. Como o próprio autor atesta, a obra procurava dar continuidade às reflexões sobre higiene em Portugal, que se encontravam sem paralelo desde os tempos de Antônio Ribeiro Sanches:

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ Ibid. p.XIV-XV.

“Em Portugal só há o Tratado da conservação da saúde dos povos pelo nosso Antonio Ribeiro Sanches, impresso em Paris no anno de 1756. Este homem conhecido por alguns escritos de outra natureza não poderá deixar de ser sempre elogiado: mas além de ser diminuto, escreveo em época, em que os conhecimentos physicos e chymicos, a respeito do que hoje se tem adiantado, estavam como na sua infância. He com tudo muit digno de ser lido, mas hoje em dia he livro raro; e ainda mais raro será haver quem se dê á sua lição.”⁶³²

O médico afirmava que apesar de haver muitos escritos sobre a “medicina curatória”, pouco havia sido feito sobre o modo de prevenir as doenças do homem e prolongar sua existência, afinal, seria “mais humano acautelar, do que remediar os males.” Sua obra é então definida como um “tratado de higiene”, termo segundo ele criado pelos gregos antigos: “Consiste no conhecimento das cousas, que são úteis, ou nocivas ao homem; e tem por fim a conservação da sua saúde, e a prolongação da sua vida.”⁶³³

O surgimento dos *Elementos* pelas mãos de Mello Franco, na década de 1810, se dá em um momento no qual os estudos relacionados à saúde preventiva obtinham destaque crescente em Portugal e várias partes de Europa. Como temos mostrado nos últimos capítulos, a medicina restringia-se cada vez menos aos cuidados do corpo para se impor como instância pretensamente organizadora da sociedade como um todo. Os desdobramentos desse processo podem ser acompanhados tanto na produção intelectual quanto por meio de iniciativas institucionais de países como França, Inglaterra e Alemanha.

Em Portugal, mesmo que ideias dessa natureza tenham gerado inquietações nas autoridades em alguns momentos, sabemos que boa parte delas esteve em consonância com as aspirações reformistas governamentais, surtindo efeitos significativos sobre a formação universitária e iniciativas institucionais relacionadas às tentativas de reorganização das profissões médicas e da saúde preventiva no reino. A partir do início século XIX, como mostrou Bruno Barreiros o discurso higiênico em Portugal passou a dirigir-se cada vez mais à coletividade, em detrimento das abordagens voltadas para condutas individuais e conjugais, como na segunda metade do século XVIII⁶³⁴.

⁶³² MELLO FRANCO, Francisco de. **Elementos de higiene ou Ditames teóricos e práticos para conservar a saúde e conservar a vida**. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1814. p.XI. Sobre o Tratado da conservação da saúde dos povos e as concepções medicas de Antonio Ribeiro Sanches, ver: FREITAS, Ricardo Cabral de. **O Fisico e o moral na Dissertação sobre as paixões da alma...** op. cit.

⁶³³ MELLO FRANCO, Francisco de. **Elementos de higiene...** op. cit. p.XI

⁶³⁴ BARREIROS, op. cit. p.19

De certa maneira, os *Elementos de Higiene* marcam uma virada na produção intelectual de Mello Franco na mesma direção. A abordagem voltada para vida e os hábitos domésticos característica do *Tratado da Educação Física dos Meninos* deu lugar a uma reflexão mais ampliada sobre a natureza humana e suas relações com a vida em sociedade. Por outro lado, a obra não foi um relâmpago no céu azul liboeta. A reestruturação institucional da saúde pública portuguesa naqueles anos motivou uma profusão de obras de higiene para servir de suporte teórico às ações preventivas pretendidas pelo Estado. Um bom exemplo é O *Tratado de polícia médica (1818)* do professor da Universidade de Coimbra e membro da Junta da Saúde Pública, José Pinheiro de Freitas Soares. Como o próprio autor salientava, o escrito procurava servir como regimento para as atividades da Junta:

“Estas providencias porem devem fazer o objeto de dous Regimentos; hum, que regule a policia da saude dos portos de mar, o qual já temos; se bem que ainda careça de grande reforma, para qual tem se empenhado o Sr. Francisco José de Almeida, escrevendo a este respeito hum interessante Codigo, que offereceo a Junta de Saude: e outro de policia medica para o interior do Reino, que faça acautelar as diffrentes causas, e abusos que diariamente concorrem a perturbar a saude do homem; e he para a organização deste Regimento, que eu tenho ordenado este Tratado.”⁶³⁵

Antes mesmo de integrar a instituição, Soares, como sócio da Academia de Ciências de Lisboa, já se mostrava engajado na questão da saúde preventiva em Portugal. Em 1812, apresentou a memória *Sobre a preferencia do leite de Vaccas ao Leite de Cabras para o sustento das crianças*, publicada nas Memórias Econômicas da instituição. Procurava responder a uma solicitação da Mesa da Misericórdia de Lisboa no congresso dos Professores de Medicina daquele ano para que se “procedesse a votos sobre os diferente Quesitos (..) a fim de evitar o excessivo número das mortes dos Recem-nascidos, que são conduzidos á Casa dos Expostos”⁶³⁶. A falta de amas de leite em número suficiente para amamentar os expostos havia tornado necessária a substituição do leite materno pelo animal, de maneira que Soares dedicou-se afincadamente a comprovar as

⁶³⁵ SOARES, José Pinheiro de. **Tratado de polícia médica, no qual se Compreendem todas as matérias, que podem servir para organizar hum regimento de Policia de Saude para o interior do Reino de Portugal**. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1818. p.2

⁶³⁶ SOARES, José Pinheiro de. Sobre a preferencia do leite de Vaccas ao Leite de Cabras para o sustento das crianças, principalmente nas grandes Casas dos Expostos: e sobre algumas outras matérias, que dizem respeito à criação delle. In.: **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.5, pt.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1817. p.278.

vantagens do leite de vaca diante do de cabra, por acreditar que aquele se assemelhasse mais ao humano.

O engajamento da Academia de Ciências na questão da saúde pública nesses anos deu origem a várias obras desse tipo. Em 1819, Joaquim Xavier da Silva ofereceu à instituição seu *Breve Tratado de Higiene Militar e Naval*. O ajudante de Prática Médica na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e médico da Câmara Real identificava seu trabalho como complementar aos esforços anteriores de Mello Franco e Freitas Soares:

“E posto que sobre os objetos de hygiene geral entre os nossos Escriptores Nacionaes se deve considerar em muito o trabalho de Snr. Francisco de Mello Franco; e seja mui digno de se recommendar o Tratado de Policia Medica, que actualmente tem concluido o Snr. Jose Pinheiro de Freitas Soares, com tudo ainda carecemos para complemento deste útil Codigo hum particular Tratado de Hygiene Militar, e outro de Hygiene Naval”⁶³⁷.

Embora apenas a obra de Soares faça referência explícita ao termo *Polícia Medica*, os escritos de Xavier da Silva e Mello Franco também podem ser identificados nesse gênero. Compreender seu sentido é fundamental para analisar a produção intelectual higienista dessa época e seu modelo de intervenção no ambiente social.

Em várias partes da Europa dos séculos XVIII e XIX, o conceito de *polícia* referia-se antes a um largo espectro de práticas relacionadas à prevenção, regulação e ordenamento da vida social do que a uma entidade com contornos institucionais e profissionais bem definidos, como conhecemos hoje. De maneira geral, o termo relacionava-se à regulação de atividades que estivessem ligadas ao funcionamento e fortalecimento do Estado em sentido amplo. Em outras palavras, não havia separação clara entre atribuições de justiça e de saúde. Assim, mais do que combater crimes e garantir a paz, também se entendia como prática de *polícia* a assistência aos necessitados, regulação de práticas comerciais, fiscalização sanitária, limpeza das ruas, iluminação pública, regulação de categorias profissionais, dentre outros⁶³⁸.

⁶³⁷ SILVA, Joaquim Xavier da. **Breve Tratado de Higiene Militar e Naval**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1819., p.2-3.

⁶³⁸ CARROLL, Patrick. Medical police and the history of public health. **Medical History**, n.46, pp.461-494, 2002, p.469. O conceito de polícia médica é questão fundamental para a historiografia sobre o surgimento da medicina social entre os séculos XVIII e XIX, sobretudo a partir das interpretações clássicas de autores como George Rosen e Michel Foucault. Esse último interpreta a polícia médica como parte de um processo histórico de transição de um regime de soberania para o que chamou de *biopoder*. No lugar de decidir diretamente sobre a vida ou a morte dos indivíduos – como consequência da desobediência ou por razões de defesa do território – o soberano passa a administrar as vidas de seus subordinados. Para isso,

Nesse sentido, a *policia medica* é entendida pelos médicos portugueses do início do século XIX como uma auxiliar indispensável à higiene, como explica Francisco Soares Franco:

“Sem hum Codigo de Policia não póde haver harmonia social, segurança publica, e boa ordem. Esta Sciencia, que traz sua origem de maduros princípios de huma sã Philosophia, he entre nós bem conhecida; pois temos Leis e providencias de Policia as mais bem concebidas, e até louvadas pelas Nações Estrangeiras: esta Sciencia porém, abrangendo muitos e vários objetos, toca também aquelle, de conservar a saude do homem na sociedade, e de lhe prolongar a vida; a fim de aumentar a população, que he a primeira fonte de riqueza Nacional; e d’aqui vem a necessidade do conhecimento da Hygiene Publica, cujos preceitos versando sobre a direcção das faculdades physicas e moraes do homem, e sobre a salubridade dos diferentes objectos, que tem relação com a sua existência, são da partilha immediata da Policia Medica para a sua execução”⁶³⁹.

Segundo Patrick Carroll, a obra *System einer vollstandigen medicinischen Polizey* [Sistema completo de policia medica] do higienista alemão Johann Peter Frank (1745-1821) marca o auge da literatura sobre *policia medica*. Publicada em vários volumes entre 1779 e 1825, ela propunha uma espécie de sistema de defesa, que submetia à racionalidade estatal todas as entidades do território: corpos, comércio, divertimentos, estradas, industrias e assim por diante. Dessa maneira, a *vida* passava a ser objeto de polícia:

“Thus the population of a state, constituted as such through political arithmetic and policy/police, was located at the heart of a nexus of ideas and practices that defined the ‘modern art of government, or state rationality: viz., to develop those elements constitutive of individuals’ lives in such a way tht their development also fosters that of the strength of the state”⁶⁴⁰.

Contudo, pelo menos no caso português, sabemos que, de maneira geral, as instituições que desempenharam funções desse tipo tiveram trajetórias bastante conturbadas, como foi o caso da *Junta do Protomedicato*, da *Intendência Geral de Polícia*

passa a contar com instrumentos de mensuração e controle da população: levantamentos estatísticos, instituições educacionais, forças armadas, entre outros. Nesse sentido, a aliança entre Estado e saber médico desempenhou papel fundamental, uma vez que a promoção da higiene possibilitava uma intervenção direta sobre a esfera privada, garantindo não apenas o controle sobre suas condições de saúde, mas também o fortalecendo do poder estatal. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.p.79-111.; FASSIN, Didier. Biopolitique. In.: LECOURT, Dominique (dir.). **Dictionnaire de la pensée médicale**. Paris: Quodrigue/PUF, 2004. p.176-179. ROSEN, George. **Da polícia médica à medicina social**. São Paulo: Unesp-Hucitec/Abrasco, 1994.

⁶³⁹ SOARES, op. cit. p.2

⁶⁴⁰ CARROLL, op. cit., p.472

e da *Junta de Providências contra a Peste*. A plasticidade e a amplitude de suas atribuições contribuíram de maneira decisiva para as constantes crises jurisdicionais que marcaram suas atividades. Por outro lado, para a intelectualidade ilustrada engajada no estabelecimento da saúde preventiva no reino no início do Oitocentos, o termo era invocado como uma garantia da execução prática de suas reivindicações. A multiplicidade de práticas compreendidas sob o guarda-chuva da *polícia medica* correspondia, não por acaso, ao enquadramento epistemológico sobre a natureza humana articulado pelas correntes filosóficas que tomavam como referência teórica em seus discursos. Assim, a continuidade entre as práticas individuais e coletivas na qual se baseava a intervenção da polícia medica era também entendida como desdobramento da continuidade entre o físico e o moral humanos, de maneira que a manutenção do vigor e do ordenamento social dependia tanto da intervenção no ambiente privado quanto no público. Daí a enorme variedade de assuntos tratados nas obras como as de Soares Franco e Xavier da Silva e Mello Franco, relacionados tanto a questões de cunho individual, como hábitos alimentares e regime de vigília e descanso até regulamentação de hospitais, comércio, etc.

No entanto, a obra de Mello Franco tem especificidades em relação às outras duas. Franco e Silva dedicaram seus escritos a questões pontuais: o primeiro propunha um regimento para a Junta de saúde, enquanto o segundo pretendia estabelecer regulações de higiene naval e militar. O tratado do médico de Paracatu, não se prende a questões específicas procurando dirigir-se à totalidade da sociedade portuguesa.

A obra foi dividida em seis partes. Cada uma dedicada a uma ordem de fatores que contribuem para a constituição moral e física do homem, organizadas de maneira análoga à doutrina galênica dos *não-naturais*⁶⁴¹. Desse modo, a primeira trata da vida e da saúde em geral, e de “como a idade, o sexo, os hábitos, e os temperamentos modificam a natureza do homem”⁶⁴². A segunda parte foi dedicada às “relações que tem o corpo

⁶⁴¹ Segundo Stephen Gaukroger, a doutrina dos “não naturais” teve sua primeira formulação mais sistemática na *Ars medica* de Galeno e foi reabilitada pelas correntes médicas vitalistas do século XVIII. Nela, os fatores relacionados à saúde eram divididos em “naturais”, “não-naturais” e “contra-naturais”. Os naturais designavam os elementos estruturais e funcionais inerentes ao corpo como os temperamentos, humores, faculdades e funções. Os não-naturais diziam respeito aos fatores que determinavam o estado do corpo mas que não eram determinados pelo seu funcionamento natural, a exemplo do ar ambiente, alimentação, bebidas, movimento, repouso, paixões da alma, entre outros. Por fim, os contra-naturais referiam-se às enfermidades, que poderiam ser resultado tanto de um desbalanço do funcionamento do corpo (naturais) quanto de um desequilíbrio entre fatores internos e externos a eles (naturais e não naturais). GAUKROGER, Stephen. Sensibility. In.: GARRET, Aaron (dir.). **The Routledge companion to eighteenth century philosophy**. New York: Routledge, 2014. p.396.

⁶⁴² MELLO FRANCO, Francisco de. **Elementos de higiene...** op. cit.p.XII

humano com os diversos corpos que o rodêão e tocão a sua superfície”, como o ar, a eletricidade, os ventos e o galvanismo. A terceira trata dos alimentos e bebidas e sua determinação sobre a condição física e moral humana. A quarta parte foi dedicada aos regimes de sono e vigília. A quinta trata das secreções e excreções, e por fim, a sexta, “da influencia do physico sobre o moral, e inversamente”⁶⁴³.

Ao contrário da maior parte das obras do gênero publicadas em Portugal nessa época, Mello Franco desenvolve sua argumentação a partir de uma reflexão sobre a natureza humana e a vida em sociedade. Mais do que isso, o autor apresenta uma concepção sobre o desenvolvimento da vida social a partir da qual deduz o tipo de intervenção que cabe à medicina. No entanto, de maneira contraditória, quando comparada com o discurso da Academia de Ciências publicado no mesmo ano, essas concepções se mostram bastante distintas em alguns temas básicos.

Assim como no discurso, a questão da vocação social da espécie humana continua presente. Faz-se uma crítica indireta aos postulados rousseauianos, que lembra a primeira *Resposta ao Filósofo Solitário*, ao afirmar que alguns filósofos, “por mysanthropia, ou por espirito de singularidade pretendem, que o homem em sociedade he desgraçado, e que nasceo para viver solitário e selvagem.” Defende então que o homem nasceu para “fins sublimes”, pois é o único ente capaz de

“admirar as estupendas maravilhas Natureza, e de seu Omnisciente Author; só elle se eleva ás ideias abstractas, e á sua combinação; só elle em fim he capaz de se absorber no mundo intellectual, perdendo de vista a terra, para a qual naturalmente tende. Neste mundo he que elle se regozija de contemplar a sabedoria infinita de seu Creador”⁶⁴⁴.

O intelecto humano é sem dúvida o que o diferencia em relação às outras espécies e possibilita o desenvolvimento das sociedades em direção a modelos de organização mais complexos e variados. No entanto, o autor não demonstra o mesmo otimismo em relação ao processo, como havia feito na solenidade na Academia de Ciências. De maneira paradoxal, a inevitável complexificação das sociedades seria também a sua degeneração. Assim, em seu estágio mais primitivo elas seriam, em sua essência, republicanas: “consequência necessaria do estado pastoril, ou patriarcal.” Deste estágio inicial, evoluiriam para a “Aristocracia ou a Oligarchia”, e por fim chegariam à

⁶⁴³ Idem

⁶⁴⁴ Ibid. p.IV

Monarquia, que “pelo decurso dos tempos degenera em Despotismo.”⁶⁴⁵ Em outras palavras, a evolução das sociedades seria, na verdade, um processo de degradação das relações sociais ao longo dos séculos:

“No primeiro estado os homens são frugais, francos, hospitaleiros, em summa, são virtuosos. No segundo entra a explicar-se a ambição, que traz consigo as qualidades todas oppostas, que pouco e pouco vão lavrando. Quando chega ao terceiro, já os homens pouco se parecem com os do primeiro. Observa-se huma distincta degeneração de costumes; e quase desaparecem as virtudes essenciaes da Sociedade. Esse contagio sobe ao auge, quando se passa ao Despotismo: o qual porém nunca se desenvolve perfeitamente, senão em paizes muito férteis, e onde reina a polygamia, e o despotismo domestico”⁶⁴⁶.

Sem dar o braço a torcer para os rousseauianos, contudo, Mello Franco reafirma a vocação social do homem e defende que ele é “mais feliz sua existência como individuo”, porém essa felicidade só seria duradoura nas sociedades mais simples. Nas cidades excessivamente povoadas, “pouco a pouco ficam hermos os campos; e nelas se atêa o fogo das paixões mais violentas.”⁶⁴⁷ A razão disto seria o afastamento do homem de sua natureza, ocasionado pela corrupção dos costumes e os “males physicos” causados pela vida em cidades populosas.

Como temos mostrado, diagnósticos dessa natureza foram largamente utilizados por reformadores médicos a partir da segunda metade do século XVIII, em sua tentativa de legitimar sua intervenção sobre os hábitos e costumes das populações. No entanto, o que chama a atenção é que, para Mello Franco, a degradação não era um desvio evolutivo a ser corrigido pela Medicina, mas sim, um processo inevitável cujos efeitos só poderiam ser mitigados pela aliança entre conhecimento médico e Estado:

“Devemos com tudo reconhecer, que como a natureza nunca para tanto no mundo physico como no moral, he de necessidade que humas cousas se destruão, para que outras appareção com novo aspecto: mas fallando em rigor, nada acaba, ou morre, como parece à primeira vista, porque aquillo, que parace morte, he transformação de vida. Os mesmos estados tem seus períodos de infância, adolescência, idade madura, e caducidade. A unica diferença he que huns correm estes períodos mais ou menos apressadamente segundo o clima, e adequada legislação, com muitos outras circumstancias, que seria fastidiosos analysar. Portanto na mão do homem só está diminuir, e alongar os males que o curso natural de todas as cousas necessariamente traz consigo. (...)”

⁶⁴⁵ Ibid. p.7

⁶⁴⁶ Ibid., p.VII

⁶⁴⁷ Ibid., p.,VIII

Estes males porém só podem ser remediados até certo ponto por hum system de governo sabia, e energicamente regulado. Á medicina só compete o exame das causas, que encurtão a vida do homem fazendo-o doente, e por isso desgraçado”⁶⁴⁸.

Embora não desfaça da união entre medicina e Estado, o conhecimento médico não é mais colocado como fiel da balança do equilíbrio social. O aperfeiçoamento da espécie possibilitado pelo conhecimento médico não é mais garantia de progresso, mas apenas o retardamento de um processo degenerativo. Desse modo, como colocou nosso médico, as sociedades mais civilizadas não seriam as que marchavam um caminho oposto ao da decadência, mas aquelas que percorriam o caminho até ela mais lentamente.

No trecho destacado, Mello Franco também deixa entrever que essa concepção está relacionada a uma aproximação entre a evolução dos organismos vivos e dos organismos sociais, ou como define, entre o “mundo physico” e “moral.” Nesse caso, cumpre observarmos de maneira mais atenta quais suas concepções sobre a matéria viva e sua evolução.

No capítulo de abertura da primeira seção, *Da vida e da saúde em geral*, afirma que os “corpos organizados”, seriam caracterizados pelo seu ciclo de vida, sendo os únicos aptos a nascer, crescer, nutrir, propagar e morrer:

“Todas estas operações, são o resultado de huma lei, ou força desconhecida, a que chamamos vital, e que exclusivamente pertence aos corpos organizados, que formão os dous reinos animal, e vegetal. Esta força vital, quando certas causas, e circumstancias a põe em acção, os faz nascer, e crescer até o seu estado de perfeição; mas diminuindo depois progressivamente, chega a extinguir-se; e á sua extinção chamamos morte: depois da qual ficão os corpos organisados pertencendo aos que o não são; e por isso sujeitos a todos os agentes da natureza, aos que até então havião resistido em virtude da sua faculdade vital”⁶⁴⁹.

Ao que parece, a *força vital* parece ter significado similar ao da própria *vida* para o médico. Ao defini-la, revela uma postura filosófica ainda bastante devedora do empirismo newtoniano que se tornou hegemônico na Universidade de Coimbra após a reforma de 1772. Para ele, essa força seria de origem desconhecida, porém passível de observação através de seus efeitos sobre a economia animal:

⁶⁴⁸ Ibid., p.IX-X

⁶⁴⁹ Ibid., p.1

“Vulgarmente costumão figurar esta lei inherente a quanto he organizado, como hum ente corpóreo. Mas dir-se-ha, que a força que faz cahir huma pedra, por exemplo, he hum corpo particular, que o attrahe para o centro da terra? Não. He a acção de huma lei da natureza, que se chama *gravidade*. Semelhantemente tem-se chamado *vida* á lei, que faz com que os corpos organizados se movão, se nutrão, etc, etc. Será isto porém ter Idea clara da vida? Confessamos que não: mas he ter nella o conhecimento possível segundo nossas actuaes idéas, sem imaginar hypotheses chimericas, que exaltando a nossa presunção, nos desvião do caminho da verdade”⁶⁵⁰.

Mais adiante, afirmava que cada órgão possuiria sua vitalidade particular, com a qual executariam suas atividades próprias, como nutrição, secreção, assimilação, dentre outras. Além disso, exerceriam influência uns sobre os outros, de modo que o organismo seria uma espécie da simbiose resultante da interação entre as vitalidades de cada órgão. O epigástio (definido como o conjunto do diafragma, estômago e intestinos), o cérebro e o coração formariam o que chama de “triumvirato do corpo humano”, responsável por vivificá-lo. O cérebro, junto com a “medulla espinhal” seria responsável pela influência nervosa; o coração comandaria a circulação; e o epigástio cuidaria do equilíbrio entre essas partes e os demais órgãos⁶⁵¹.

Sem dúvida, os debates vitalistas eram referência importante nas reflexões de Mello Franco. Na verdade, o próprio fato de ter enviado seu filho Justiniano para estudar medicina Göttingen não parece ter sido por acaso. Embora o filho de Mello Franco tenha se especializado em obstetrícia com o professor Oslander, no início do século XIX, o curso médico da instituição germânica tinha como uma de suas principais figuras Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), criador do conceito de *Bildungstrieb*, uma espécie de impulso de formação que explicaria a energia presente em todos os corpos⁶⁵².

Por outro lado, o médico mostra-se radicalmente contrário às ideias de John Brown (1732-1788), antigo discípulo de William Cullen que alcançava relativa aceitação em Portugal na época, em parte por conta das traduções de Manoel Joaquim Henriques de Paiva e seu tio João Henriques de Paiva.⁶⁵³ Na prática, a teoria browniana invertia a

⁶⁵⁰ Idem.

⁶⁵¹ Ibid. p.3.

⁶⁵² Augusto Carvalho sugere que Mello Franco teria sido persuadido a Göttingen por seu amigo Teodoro Ferreira de Aguiar (1769-1827), que havia se formado na Universidade de Leyde. CARVALHO, op. cit. p.44. No que diz respeito a Blumenbach, a referência ao filósofo alemão nos elementos de higiene não passa de uma breve menção a seus trabalhos sobre secreções. MELLO FRANCO, Francisco de.

Elementos de higiene... p.273. Sobre o pensamento de Blumenbach, ver: REY, Roselyne. Naissance et développement... op. cit.; DUCHESNEAU, op. cit.;

⁶⁵³ Dentre as traduções da obra de Brown ou de seus comentadores feitas por Henriques de Paiva, citamos: PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. **Chave da prática médico-browniana ou conhecimento do estado estenico, e astênico predominante nas enfermidades pelo doutor Weikard, trasladada em italiano pelo Doutor Luiz Frank, em hespanhol, com hum Compendio da teoria browniana pelo**

equação vitalista ao afirmar que as manifestações vitais não seriam resultado da presença da vida, mas sim, a sua causa. Dessa maneira, as funções orgânicas não seriam mais do que respostas a estímulos externos ao organismo, sem os quais a vida não seria possível⁶⁵⁴. Mello Franco, por sua vez, defendia que “a vida activa pelo contrario põe em movimento os sólidos, e fluidos, de que são compostos todos os corpos organisados. ” Em nota, ainda provocava os seguidores do médico escocês entrincheirando-se nas conclusões do germânico Georg Erhard Hamberger (1697-1755) sobre o tema: “Segundo as experiencias de Hamberguer a relação dos líquidos do corpo humano para os solidos he de seis para hum. Como pois Brown despreza seis partes para só contemplar huma? Respondão os seus sequazes”⁶⁵⁵. Todavia, a obra perpassa uma constelação de ideias e debates médicos, de maneira que concepções vitalistas também convivem com categorias galênicas, mecanicistas, hipocráticas, ao mesmo tempo que com alguns autores que estavam na vanguarda dos debates de médicos daquele início de século XIX. É difícil traçar endereçamentos precisos de boa parte das ideias que fundamentam o texto, ainda mais se considerarmos as raras e pontuais citações de referências filosóficas ao longo de suas páginas. Mas, ao que parece, essa característica não se deu por acaso, conforme afirma o próprio Mello Franco ao final do primeiro capítulo:

“Concluiremos finalmente este Capitulo fazendo observar, que de proposito nos abstivemos de todas as teorias, que de contrario só servem de nos engolfar em hum oceano de incertezas, e de confusão. Temos procurado unicamente o que he

Doutor D. Vicente Mit Javila e Fisonel, e em linguagem, com algumas notas, por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, medico em Lisboa. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800; PAIVA, Manoel Henriques de. **Divisão das enfermidades, feita segundo princípios do systema de Brown, ou nosologia browniana pelo Dr. Vicente Mitiavila e Fisonel, e em Portuguez com algumas notas por Manoel Henriques de Paiva.** Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800; PAIVA, Manoel Henriques de. **Ensaio sobre a nova doutrina medica de Brown em forma de carta por Manoel Rizo, de Constantinopla. Vertido em linguagem por Manoel Henriques de Paiva.** Lisboa: na Officina de João Rodrigues Neves, 1800; PAIVA, Manoel Henriques de. **Prospecto de hum systema simplicíssimo de medicina; ou illustração e confirmação da nova doutrina medica de Brown; pelo Dr. Belchior Adão Weikard. Tirado em linguagem desta nova impressão e ampliado com outras anotações por Manoel Joaquim Henriques de Paiva.** Bahia: na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1816.

⁶⁵⁴ GRMEK, Mirko. Le concept de maladie... op. cit. p.172-173.

⁶⁵⁵ MELLO FRANCO, Francisco de. **Elementos de higiene...** p.2. Segundo afirma Mirko Grmek, apesar de estar ligado à escola escocesa, Brown teve maior aceitação na Alemanha, Itália e América do Norte GRMEK, Mirko. Le concept de maladie... op. cit. p.172. Em Portugal, apesar dos esforços da família Henriques de Paiva, parece que o médico também não teve grande entrada. Conforme afirma Mirabeau, o sistema browniano sofreu resistências na Universidade de Coimbra por “apregoar inovações clinicas contrarias a praxes bem estabelecidas”. Só se tornaria referência nos últimos anos do século XVIII, ainda que sem o mesmo entusiasmo dos italianos e alemães. MIRABEAU, op. cit. p.150-151. Quanto a Mello Franco, o médico não perderia a chance de provocar mais uma vez os solidistas partidários de Brown. No capítulo sobre as secreções, na seção 5 dos Elementos de Higiene, afirmava que Johann Peter Frank, autor do *Sistema Completo de Policia Médica* e “extremado partidário de Brown, fez no anno de 1807 huma declaração publica de ter por fim reconhecido, que o systema deste autor seguido à risca era mortífero. ” MELLO FRANCO, Francisco de. **Elementos de higiene...** p.2.

sellado pela experiência, e observação; ou em falta destas o que tem o cunho de grande probabilidade”⁶⁵⁶.

Essa postura metodológica remete ao *ecletismo filosófico* que se afirmou como referência fundamental para grande parte da intelectualidade iluminista, e teve grande aceitação entre os ilustrados portugueses. De acordo com Pedro Calafate, o eclético era aquele que preconizava a razão como única autoridade na produção de conhecimento, marcando assim uma oposição à concepção de “sistema”, pejorativamente relacionada à vã especulação e ao imobilismo. Em outras palavras, o bom filósofo não interpelaria o mundo natural munido de conceitos concebidos *a priori*, pois somente a partir observação unida à razão é que se poderia obter asserções confiáveis sobre a realidade. Assim, não seria legítimo esperar que a natureza se adaptasse às ideias, mas sim, que as ideias se adaptassem à complexidade da natureza⁶⁵⁷.

Em Portugal, assim como em outras regiões da Europa, essa atitude esteve entre os fatores que contribuíram para a adesão ao experimentalismo newtoniano e ao empirismo lockeano, dos quais já tratamos. No que diz respeito a Mello Franco, mesmo publicando os *Elementos Higiene* em 1814, o médico ainda parece enquadrar-se nesse perfil. Assim, se, por um lado, seu modo de conceber o desenvolvimento humano se assemelha bastante com as correntes médicas vitalistas, o médico utiliza categorias galênicas para explicar os movimentos de “nossa organização”, como define:

“hum que se dirige do centro para a periferia, e outro em sentido inverso. A’ quelle se pódé chamar excêntrico, ou de expansão; a este concêntrico, ou de condensação. Aquelle predomina no primeiro período de vida: e este começa a prevalecer na idade adulta, e faz progressos rápidos, logo que o homem se afasta do solsticioda vida até a extrema velhice. Pelo que podemos dizer com verdade, que nas duas primeiras idades a vida obra do centro para a periferia; e que nas duas ultimas indo por degráos he da periferia para o centro”⁶⁵⁸.

⁶⁵⁶ Ibid, p.6

⁶⁵⁷ O termo foi tema de um verbete escrito por Diderot na Encyclopédie: « *L’éclectique est un philosophe qui foulant aux pieds le préjugé, la tradition, l’ancienneté, le consentement universel, l’autorité, en un mot, tout ce qui subjugue la foule des esprits, ose penser de lui-même, remonter aux principes généraux les plus clairs, les examiner, les discuter, n’admettre rien que sur le témoignage de son expérience & de sa raison & de toutes les philosophies, qu’il a analysées sans égard & partialité, s’en faire une particuliere & domestique que lui appartienne.* » ÉCLECTISME. In. : **Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. Tome cinq. 1995. p.270. Em Portugal, Verney afirmaria o ecletismo em seu Verdadeiro Método de Estudar ao dizer que o “verdadeiro sistema moderno, é não ter sistema algum”. CALAFATE, Pedro. Ecletismo e metodologia na ilustração portuguesa. In. **Metamorfoses da palavra: estudos sobre o pensamento português e brasileiro**. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1998. p. 218.

⁶⁵⁸ MELLO FRANCO, Francisco de. **Elementos de higiene...** p.3

Do mesmo modo, o médico também procurava mostrar-se atento a debates recentes, e dedicou um capítulo à eletricidade animal e outro ao galvanismo, dois temas que movimentavam círculos de fisiologistas europeus nas primeiras décadas do século XIX. Ainda nos setecentos, o fenômeno das descargas elétricas observados em algumas espécies de peixes suscitou a atenção de médicos interessados em estudar os processos vitais e os fluidos nervosos. François Boissier de Sauvages (1706-1767) e Antoine Louis (1723-1792) e Christian Kratzenstein (1723-1795) foram alguns dos que se dedicaram ao tema, porém, a descoberta da eletricidade animal por Luigi Galvani (1737-1798) e sua controvérsia com Alessandro Volta (1745-1827) foram decisivas para novos encaminhamentos dos estudos sobre a irritabilidade dos nervos⁶⁵⁹. A querela não escapou aos estudos de Mello Franco:

“O exame reflectido de tudo isto deo ocasião a debates scientificos, que tem attrahido a attenção geral. Alguns physicos pois considerarão as leis do galvanismo semelhantemente ás leis da electricidade, como Volta, Pfaff, Creve, &c. Outros entenderão, que a acção galvânica era hum phenomeno essencialmente próprio do corpo animal, e inteiramente subordinado á influencia das forças vitales, não se manifestando, senão pelo intermedio das fibras irritaveis e sensíveis. As provas desta asserção podem-se ler nas obras de Galvani, que são hum monumento immortal do seu engenho, e sagacidade. Vallo, Trowler, Humboldt, e outros fizeram teorias pouco mais ou menos análogas”⁶⁶⁰.

Mais adiante, revela entusiasmo com as possibilidades de aplicação terapêutica da eletricidade no tratamento de “paralysias”, “amauroses, ou gotta serena” e “nevroses dos ouvidos”, e queixa-se da ausência de estudos do mesmo tipo em Portugal, embora depositasse alguma esperança nas mudanças do quadro político do reino:

“Em Portugal até agora não nos consta, que se tenham feito tentativas therapeuticas com o galvanismo. Além de outras razões as nossas circunstancias politicas, sabidas de todo o mundo, nos tem acanhado o espirito, e interrompido os meios de instrucção tanto públicos, como particulares. Esperamos todavia com a mudança de fortuna trabalhar por não ficarmos tanto atraz das nações doudas da Europa; as quaes tem tambem padecido notável retardamento nas sciencias: e se o tyranno do mundo não he cortado na sua phrenetica carreira, com que mágoa se nos figura a Europa toda em estado de barbaridade!”⁶⁶¹

⁶⁵⁹ RUDOLPH, Gerhard. *Mésure et expérimentation*. In. : GRMEK, Mirko ; FANTINI, Bernardino. **Histoire de la pensée médicale en occident. Vol.. 2. De la Renaissance aux Lumières**. Paris: Éditions du Seulo, 1996. p.91.

⁶⁶⁰ MELLO FRANCO, Francisco de. **Elementos de higiene...** p.60

⁶⁶¹ Ibid. p.63

Contudo, todas essas questões abordadas no texto devem ser analisadas sob uma perspectiva fundamental: a relação entre o físico e o moral no Homem. É partir da dinâmica entre essas partes, tomadas como indissociáveis, que as concepções fisiológicas de Mello Franco parecem interagir de maneira mais direta com o mundo social. O médico dedicou a última seção dos *Elementos de Higiene* ao assunto, constituída de dois capítulos, intitulados *Da influencia do moral sobre o physico* e *Da influencia do moral sobre o fisico*. Segundo afirma, essa relação constituiria o fundamento epistemológico do modelo de higiene que propunha em sua obra:

“Na 1ª Seção destes Elementos tratámos de como a idade, o sexo, os hábitos, e os temperamentos modificão a natureza do homem; e quanto ali dissems, tem intima conexão com o objeto, que de presente temos entre mãos; mas para lhe darmos maior clareza, e extensão, he-no preciso fazer as seguintes observações.

Entendemos neste lugar por physico a reciproca encadeação de todos os systemas de órgãos, que fórmão a nossa machina. Por moral entendemos tudo quando diz respeito ás funções, e particulares affecções da nossa alma”⁶⁶².

Ao longo do século XVIII, as reações ao dualismo cartesiano tornaram cada vez mais indefinidas as fronteiras que separavam corpo e alma como dimensões distintas. Nesse sentido, o desenvolvimento de um vocabulário médico-filosófico cada vez mais pautado pelas especificidades da matéria viva eclipsou de maneira progressiva as formulações mecanicistas, de maneira que a dualidade corpo/alma acabaria sendo substituída pelas referências à relação físico/moral⁶⁶³. No entanto, isso não significa que a primeira tenha desaparecido de todo, sobretudo para um homem afeito à religião como o nosso médico:

“Somos compostos de duas substancias inteiramente diferentes, isto he, corpo e alma; aquelle perece, e se destroe, esta porém, rompendo a sua incomprehensivel união com o corpo, e livre dos seus embaraços existe para sempre. He isto hum dogma da fé, que professamos, e por isso nenhuma duvida para nós póde admittir”⁶⁶⁴.

Mesmo ainda partidário de a uma perspectiva platônica, que relaciona a alma ao “mundo das verdades eternas” e corpo ao “mundo dos sentidos”, Mello Franco define o

⁶⁶² Ibid. p.308.

⁶⁶³ MORAVIA, Sergio. From homme machine to homme sensible. Changing Eighteenth-Century models of man's image, *Journal of the history of ideas*, vol. 39, n.1, p. 45-60, jan-mar.1978; MORAVIA, Sergio. The capture of the invisible. For a (pre)history of psychology in eighteenth-century France, *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol.19, pp. 370-378, out. 1983.

⁶⁶⁴ MELLO FRANCO, Francisco de. *Elementos de higiene...* p.308

homem como “ente físico e moral”, e por isso sujeito às contradições estabelecidas entre esses dois mundos, ou seja, entre a razão e as paixões.

Essa zona cinzenta entre essas duas dimensões recíprocas é justamente o que constitui o espaço de atuação da Higiene. Zelar pela saúde e o prolongamento da vida significaria manejar um delicado e complexo conjunto de interações entre fatores de ordens variadas que atuam sobre o físico/moral, corpo/alma. Para ser bem sucedido, o médico deveria ser antes de tudo um grande observador de tudo aquilo que, de maneira mais ou menos direta, determinasse a qualidade das funções orgânicas de cada indivíduo:

“...porquanto todos os corpos, que tem acção sobre o homem, são capazes de modificar o seu estado moral, por exemplo, o clima, segundo seu gráo de temperatura; os alimentos, e as bebidas, segunda a sua natureza; o local do paiz, em vive, segundo a he o montanhoso, ou plano, alagadiço, ou secco; o s diffrentes modos de viver; os trabalhos, segundo são activos, ou sedentários com as suas variações; o sexo, a idade &c.: porque tudo isto muda as disposições, e hábitos dos nossos órgãos; e esta mudança vai influir no estado moral, da mesma sorte que dissemos, sucedia, quando algum systema de órgãos era morbosamente atacado”⁶⁶⁵.

É claro que essa perspectiva não é exclusiva de Mello Franco. Como mencionamos acima, ela serviu de fundamento para toda a cultura da *policia medica*, assim como para a ascensão do discurso higienista no início dos oitocentos. Em Portugal, as obras de Soares Franco, Xavier de Almeida e alguns dos escritos de meados dos setecentos, como os de Ribeiro Sanches, também partilhavam desse mesmo enquadramento holístico. Contudo, isso não significa que as apropriações da questão e as propostas de intervenção médica baseadas neles tenham sido uniformes. Quando em contato com o mundo social, essas concepções foram desafiadas por contextos políticos e sociais diversos, que colocaram em cheque o real poder de intervenção do conhecimento médico sobre a natureza humana.

O caso francês é um dos mais emblemáticos. Como mencionamos no capítulo 3, Sean Quinlan mostra que os médicos reformadores do período pré-revolucionário, a exemplo de Antoine Le Camus, Nicolat Le Cat e alguns dos primeiros vitalistas de Montpellier, acreditavam na possibilidade de se alterar radicalmente a natureza humana por meio da higiene. Em grande parte apoiados nos postulados lockeanos, tomavam o homem como uma *tabula rasa* de modo que a formação de todas as ideias dependeriam de estímulos externos adquiridos pelos sentidos. Assim, uma vez legitimada junto ao

⁶⁶⁵ Ibid. p.314.

Estado reformador, a intelectualidade médica teria caminho livre para, por meio da higiene, cultivar o modelo de cidadão perfeitamente adaptado às exigências morais e estéticas que acreditavam ser as mais adequadas para a prosperidade do corpo social.

A Revolução Francesa, contudo, alterou de maneira radical esse horizonte de possibilidades. A sublevação da ordem monárquica, e sobretudo os horrores do período do terror, mostraram que os instintos e as paixões eram bem menos controláveis do que se supunha. A partir do período termidoriano, em 1795, os médicos ligados as reformas educacionais na França passaram a ver com ceticismo as possibilidades de alteração drástica da natureza humana por meio da intervenção higiênica. Nesse contexto, tornava-se bem mais urgente restringir-se ao controle das sensibilidades, como forma de evitar que os desdobramentos nefastos do Terror se repetissem. Assim, ao invés de se pautarem pela reconfiguração dos temperamentos, passam a buscar por algum instinto biológico ou moral inato que fizesse com que os indivíduos agissem de maneira responsável em sociedade⁶⁶⁶.

Jean Luc-Chappey mostra como esse processo acompanhou a ascensão da figura do *savant*, apresentado como o novo guia da república termidoriana. Contraposto às representações da ignorância e da bestialidade popular, ele seria o responsável por consolidar o novo regime e dar cabo à revolução. Nesse contexto, os intelectuais identificados como *idéologues* tentaram estabelecer as condições para o surgimento de uma elite fundada na competência intelectual, suscetível de garantir uma forma republicana de equilíbrio dos poderes e assegurar a defesa das liberdades e da redução das desigualdades. Pierre-Jean Georges Cabanis (1757-1808) conferiu os moldes epistemológicos do movimento ao realizar uma aproximação entre o organismo social e a relação físico/moral. Assim, da mesma forma que a saúde do organismo dependia do perfeito ajuste entre suas partes constituintes, a sociedade dependeria da organização harmoniosa entre as instituições como fundamento da ordem e da felicidade⁶⁶⁷. Além disso, contribuíram de maneira decisiva para a construção de uma nova identidade para o período do Terror, agora associado a um desvio da marcha do progresso e da razão iniciada pelos lumières. Assim, seus líderes passaram a ser representados pelo discurso médico sob o ponto de vista patológico, como forma de apresentar esse período como

⁶⁶⁶ QUILAN, op. cit. p.117.; CHAPPEY, Jean-Luc. **La Société des Observateurs de l'Homme (1799-1804): des anthropologues au temps de Bonaparte**. Paris: Société des études robespierristes, 2002. p.52

⁶⁶⁷ CHAPPEY, Jean-Luc. Les idéologues face au coup d'Etat du 18 brumaire na VIII. Des illusions aux désillusions. **Politix**, v.14, n.56, pp.55-75, out-dez, 2001. p.65-66.

algo externo ao curso da revolução e de seus valores, agora reafirmados pelo novo regime⁶⁶⁸.

Os debates postos pelos *idéologues* franceses também não passaram despercebidos por Mello Franco. Várias obras de nomes associados ao movimento constam em seu catálogo de livros, e muitos foram citados nos Elementos de Higiene, como Fodéré, Fourcroy, Virey, Tourtelle e Bichat⁶⁶⁹. No entanto, o médico prefere entrincheirar-se nas conclusões mais clássicas de Locke e Condillac a concordar com a afirmação de Cabanis de que a conformação dos órgãos internos também contribuiria para a formação das ideias:

“Desta breve e reduzida exposição concluimos, que a doutrina de Lock [sic], Condillac, e outros de não inferior merecimento he em toda a sua extensão verdadeira; pois com eles estamos persuadidos, que a fonte das nossas idéas são os sentidos; e que das impressões internas só resultão as propensões, affecções, e determinações morais, avivando-se, alterando-se, e até pervertendo-se as idéas, mas idéas ou anteriormente, ou na mesma epoca adquiridas sempre por meio dos sentidos, que ministram. Sentir, e viver quer dizer o mesmo; e pelo sentimento he que reconhecemos, o que nos dá prazer”⁶⁷⁰.

O debate sobre a formação das ideias estava diretamente relacionado às possibilidades de intervenção médica sobre a natureza humana. A conduta do homem *tabula rasa* seria muito mais maleável aos padrões de comportamento reivindicados pelo discurso médico. Em sentido contrário, o homem dotado de ideias inatas subentendia um conjunto de noções inerentes à sua natureza, e possivelmente inacessíveis à medicina.

Mello Franco parece ter posicionamento dúbio sobre a questão. Se por um lado, reafirma os postulados lokeanos sobre a primazia dos sentidos na formação das ideias, por outro, crê na impossibilidade de se alterar de maneira radical os temperamentos humanos:

“Por tanto como os temperamentos procedem da originaria disposição da nossa máquina, não he possível muda-los inteiramente de huns para outros, por não ser dado aos-homens inverter a organização primitiva, que he o cunho, com -que sahio das mãos da natureza: mas ainda que não haja em nós poder para tanto, ha alguns meios, com que elles podem ser em grande parte modificados”⁶⁷¹.

⁶⁶⁸ CHAPPEY, Jean-Luc. Usages et enjeux politiques d’une métaphorisation de l’espace savant en Révolution. “L’Encyclopédie vivante”, de la République thermidorienne à l’Empire. **Politix**, v.12, n.48, pp.55-75, out-dez, 1999. p.45-46

⁶⁶⁹ Catálogo de livros do Sr. Dr. Francisco de Melo Franco... op. cit.

⁶⁷⁰ MELLO FRANCO, Francisco de. **Elementos de higiene**...p.324-325.

⁶⁷¹ Ibid. p.19.

Nesse sentido, o papel da medicina ficaria restrito ao estabelecimento de diretrizes para que os indivíduos tirassem o melhor proveito das possibilidades oferecidas pela sua constituição natural para prolongar a vida. Não por acaso, a edição os Elementos de Higiene são finalizados com um breve epílogo intitulado *Reflexões á cerca de algumas particularidades em o nosso regimen*, composto de “advertências” sobre os regimes de vida ideais para cada tipo humano, baseados nos princípios estabelecidos ao longo da obra. Assim, para as “pessoas robustas”, indicava atividades físicas frequentes, porém alternadas com períodos de descanso “porque a inercia embrandece o corpo, e o exercício o enrija.” Do mesmo modo, “pessoas debeis, e delicadas” deveriam ponderar a aplicação aos estudos e habitar “casas claras no verão e assoalhadas no inverno.” Com relação aos alimentos, recomendava que “nunca he util a excessiva saciedade; e he inútil a demasia da abstinência”⁶⁷².

Ao fim, conclamava os portugueses a seguirem os ditames propostos em sua obra como um dever cívico, inspirado nas campanhas militares que haviam combatido os invasores franceses:

“Sirva ele pelo menos de despertar os fecundos engenhos Portuguezes, que esquecidos da gloria litteraria de seus antepassados, se tem deixado adormecer por tanto tempo. Imitemos, nós que por vida demos ao penosos trabalho das letras, o heroico fervor, com que os defensores da Religião, da Patria, e do Principe se tem distinguido no campo de Marte, fazendo emulação ás nações mais guerreiras, e recobrando a perdida fama militar, com que nossos maiores havião feito respeitar nas quatro partes do globo a valerosa nação Portugueza”⁶⁷³.

Com esse apelo, Mello Franco vinculava suas propostas higiênicas ao momento de relativo otimismo representado pelo fim das invasões e a reorganização administrativa do reino. Ao mesmo tempo, também tentava consolidar-se como um dos principais nomes da higiene portuguesa.

No entanto, essa seria sua última contribuição intelectual em terras lusitanas. Dali a três anos embarcaria de volta ao Brasil em busca de melhores posicionamentos na corte, deixando para trás um Portugal em convulsão social e política. A expulsão dos franceses só havia aliviado momentaneamente as tensões de uma população pressionada pela crise econômica e órfã de seu monarca. Apesar de sua pretensão pela manutenção da saúde e

⁶⁷² Ibid. p.340-349.

⁶⁷³ Ibid. p.354.

coesão do corpo social por meio do conhecimento médico, não tardaria para que as crescentes tensões políticas colocassem em cheque a ordem estabelecida.

Capítulo V

“Obedeci, por que era meu dever...”: o retorno ao Brasil e fim da vida (1817-1823)

Com a derrota de Napoleão na Rússia em 1812 e a decadência do projeto expansionista francês, o imperador Alexandre I assumiu papel preponderante no jogo político europeu. Assim, para parte das nações europeias, aproximar-se da corte russa significava garantir posição privilegiada no processo de reequilíbrio de forças que levaria ao Congresso de Viena em 1815. Portugal não ficou indiferente ao cenário e pôs sua diplomacia, em especial Pedro Vito de Meneses Coutinho, o Marquês de Marialva, a serviço de uma aliança matrimonial entre o príncipe herdeiro, D. Pedro de Alcântara, e a irmã de Alexandre I, Anna Pavlovna. No entanto, os esforços foram frustrados quando a jovem foi prometida a Guilherme II, da Holanda⁶⁷⁴.

Diante do fracasso, tornava-se urgente garantir outro acordo que possibilitasse a afirmação do reino no novo quadro político europeu. Em fevereiro de 1816, o Marquês de Marialva recebeu uma nova missão: dirigir-se a Viena e estabelecer um acordo matrimonial entre o príncipe D. Pedro e a Arquiduquesa Maria Leopoldina, filha do Imperador da Áustria, Francisco I. Se bem-sucedida, a estratégia poderia garantir relativa autonomia política em relação à Inglaterra, além de possibilitar acesso comercial a um número maior de mercados para os portos do Brasil e de Portugal. Marialva chegou à capital austríaca em 7 de novembro, onde se juntou às negociações já iniciadas pelo embaixador português, Rodrigo Navarro de Andrade⁶⁷⁵.

Finalmente, o acordo foi selado em 28 de novembro, e a notícia logo repercutiu na corte do Rio de Janeiro e em Lisboa. Em 08 de dezembro, António de Araújo e Azevedo (1754-1817), o Conde da Barca, Ministro dos Negócios da Marinha e Domínios Estrangeiros no Rio de Janeiro, emitiu aviso para Lisboa noticiando o fechamento do acordo e solicitando discrição até que fosse feito o anúncio oficial:

“El Rey nosso Senhor havendo recebido de seu Embaixador residente na Corte de França e do Seu Encarregado de Negocios em Vienna as mais agradaveis notícias sobre a desejada União de SAR o Principe do Brazil com a Filha de Sua Magestade o Imperador de Austria, Rei de Hungria e

⁶⁷⁴ LUÍS, Nuno Castro. O último Marquês de Marialva: um embaixador na Europa de Viena História. **Revista da FLUP**, v.4, n.5, pp.37-52, 2015. p.45

⁶⁷⁵ Ibid., p.49

de Bohemia; E presumindo o Mesmo Senhor, que no dia de hoje já se terá concluído, e assignado em Vienna o respectivo Tratado Matrimonial, por isso que haviam mandado antecipar ao Marquez Estribiero Mor a credencial e Pleno-Poderes, necessários para esse efeito, Ordena-me que faça a esse Governo confidencial participação das referidas noticias, em quanto não são formalmente comunicadas, como o serão logo que nesta Corte se receba o competente Tratado Matrimonial⁶⁷⁶.

Por conta da distância que separava os noivos, estabelecidos no Rio de Janeiro e em Viena, a cerimônia seria celebrada na capital austríaca por procuração, com o tio da noiva, o Arquiduque Carlos, representando D. Pedro. Em seguida, deveria ser preparada uma longa viagem que levaria a Arquiduquesa à presença de seu desconhecido marido no Brasil. Adiantando-se aos eventos, o ministro ordenava no mesmo aviso que fossem preparados os navios de guerra *Dom João VI* e *São Sebastião* para a jornada.

Uma semana depois, o Conde da Barca assinou outro aviso régio. Esse, decisivo para a trajetória do personagem principal de nossa narrativa:

“ El Rei Nosso Senhor, Manda participar aos Governadores do Reino, que Elle Há nomeado em primeiro lugar ao Doutor Francisco de Mello Franco, e em segundo lugar ao Doutor Bernardino António Gomes, ambos médicos honorários da Câmara Real, para embarcarem à bordo da Nau Dom João 6º, e serem empregados no honroso Serviço da Sereníssima Senhora Archiduquesa Leopoldina na Sua viagem para esta Corte⁶⁷⁷.

Ao final, especificava que, por conta de sua idade mais avançada, Mello Franco deveria ser nomeado primeiro médico da arquiduquesa, de modo que Bernardino Antônio Gomes servisse como o segundo. Além dos dois prestigiados médicos de Lisboa, o aviso também conferia a Antônio de Almeida a tarefa de servir como cirurgião oficial durante a viagem.

A convocação daria início a um período de transformações drásticas na vida do médico de Minas Gerais. Depois de várias décadas estabelecido em Portugal, finalmente retornaria ao Brasil para apostar numa nova trajetória na corte do Rio de Janeiro, deixando para trás parte significativa de suas poderosas redes de sociabilidade e de seu patrimônio.

Embora os motivos que levaram Mello Franco a aceitar a nomeação ainda não sejam muito claros, é certo que as circunstâncias políticas e sociais em Lisboa também não eram das mais favoráveis. Portugal passava por momento de radicalização política,

⁶⁷⁶ Aviso de 08 de dezembro de 1816. AHM, 3ª divisão, 19ª Seção, Proc. 62.

⁶⁷⁷ AHM, Processos Individuais, Francisco de Mello Franco, Cx. 516

fruto do agravamento das insatisfações que se acumulavam desde a partida da Família Real, quase uma década antes. Conforme os anos se passaram e o retorno da Corte parecia improvável, a situação precária da velha capital do Império, submetida a enormes dificuldades financeiras e politicamente subordinada à sua antiga colônia, alimentou frustrações em vários setores da sociedade lusitana. Assim, passariam a reivindicar um reordenamento político da administração imperial, em grande parte inspirado na emergência do liberalismo na Europa.

Este capítulo é dedicado aos anos finais da carreira de Francisco de Mello Franco, desde sua partida de Lisboa até seu fim melancólico numa praia desabitada no litoral paulista. Nesse período, ainda publicaria uma última obra que tomava como objeto as febres no Rio de Janeiro. Também se esforçou para colocar em prática suas redes de sociabilidade e restabelecer sua clínica na nova terra, que não via mais como sua. Assim, nos concentraremos em quatro temas principais: 1) o acirramento das tensões políticas em Portugal após a partida da Família Real. 2) As circunstâncias da partida de Mello Franco para o Brasil e sua chegada na corte do Rio de Janeiro. 3) O Tratado sobre as febres do Rio de Janeiro como sua última contribuição intelectual para o reformismo ilustrado luso-brasileiro; 4) As intrigas em torno de sua suposta expulsão do Paço e as circunstâncias de sua morte.

- As tensões políticas no reino sem corte: do fim das invasões à revolução do Porto.

Nuno Monteiro e Jorge Pedreira definem o primeiro terço do Oitocentos português como um tempo de preparação de grandes mudanças que só se fariam sentir mais tarde⁶⁷⁸. Os anos da invasão marcaram um período de virada decisivo, a partir do qual a decadência do Antigo Regime ficaria cada vez mais evidente, dando possibilidade para a emergência de novas forças sociais e ideológicas, defensoras de modelos alternativos de organização política e econômica do reino⁶⁷⁹.

Como mencionamos no capítulo 2, a radicalização das relações diplomáticas na primeira década século havia feito com que Portugal se visse obrigado a abandonar sua neutralidade e decidir entre a submissão ao projeto expansionista napoleônico ou tornar-

⁶⁷⁸ MONTEIRO Nuno Gonçalo; PEDREIRA, Jorge. As chaves do período. In.: PEDREIRA, Jorge; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História contemporânea de Portugal (1808-1820):** O colapso e a Revolução Liberal (1808-1834). Vol. 1. Lisboa: Fundación Mapfre/Objectiva, 2013., p.30.

⁶⁷⁹ SARDICA, op. cit. p.345.

se uma espécie de protetorado inglês no continente europeu. As duas opções eram arriscadas, visto que a sujeição a Napoleão implicaria a perda de autonomia política para a França e a perda do Brasil para os ingleses, ansiosos para encontrar alternativas econômicas ao bloqueio continental. O apoio britânico, por sua vez, embora conservasse a principal colônia sob o domínio dos Bragança, tornava inevitável a invasão francesa em Portugal, podendo também ocasionar uma crise de legitimidade do monarca, que abandonava seus súditos para fugir dos invasores.

Já sabemos que diante do quadro dramático, o príncipe regente optou pela via britânica. Agora, eliminada a ameaça francesa, os ingleses mandavam a conta a ser paga. Por volta de 1811, Portugal havia se tornado uma espécie de “protetorado informal” da Inglaterra, como definiu José Sardica.⁶⁸⁰ A interferência direta dos britânicos nos assuntos de Estado no país já remontava, pelo menos, a 1809, quando D. João concedeu a sir Arthur Wellesley, na época nomeado marechal-general do exército português, o direito de participar das reuniões do conselho regencial. Com o fim das invasões, a interferência continuou durante a reforma do governo, sobretudo por meio do domínio inglês no exército e no estado-maior pelas mãos de visconde de Wellington e do General William Beresford.

Para muitos setores da sociedade portuguesa, o ressentimento tenderia a aumentar nos anos seguintes. Se o território português estava a salvo após a guerra, o mesmo não podia ser dito sobre a independência política do reino, sem falar que as notícias que chegavam do outro lado do atlântico tampouco ajudavam a dissipar o mal-estar. A chegada da corte ao Brasil havia inaugurado um período de relativa prosperidade para a antiga colônia, embora as finanças do governo ainda permanecessem em mau estado. Desde sua chegada, D. João havia iniciado uma série de reformas para adaptar a colônia à sua nova condição de centro administrativo do Império. A abertura dos portos às nações amigas rompia a espinha dorsal do pacto colonial, e garantia o acesso privilegiado dos ingleses ao mercado brasileiro. Em Salvador, a primeira cidade a abrigar o monarca durante curta temporada, foi criada uma Escola Médico-Cirúrgica. Pensada e instalada por José Correa Picanço, um dos antigos professores de Mello Franco na Universidade de Coimbra, a escola tornou-se uma das primeiras instituições de formação profissional na colônia⁶⁸¹.

⁶⁸⁰ SARDICA, op. cit. p.347.

⁶⁸¹ VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime Português...** op. cit. p.177

Contudo, o Rio de Janeiro foi, sem dúvida, o palco das maiores transformações. A cidade já havia se destacado como principal escoadouro da produção aurífera mineira durante seu auge, abrigando intensas atividades comerciais e um dos portos mais movimentados do atlântico sul. Com a instalação da família Real, uma cultura de corte floresceu na cidade com efeitos abruptos sobre sua organização social, econômica e cultural. Ainda no ano de sua chegada, o príncipe regente fundou a Biblioteca Real, o Jardim Botânico, uma fábrica de pólvora, a Real Academia dos Guarda-Marinhas, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, dentre outros.

Na vida social, essas inovações foram acompanhadas pela introdução de eventos e cerimônias de corte na rotina da cidade. Rituais que até então só chegavam à colônia através de relatos de viajantes, funcionários da coroa ou dos poucos abastados que tinham condições de financiar uma viagem a Lisboa. A quantidade de recursos em circulação nas atividades comerciais também sofreu aumento significativo, visto que, como sabemos, a família real veio acompanhada de uma opulenta elite, que certamente não perdeu o gosto pelos luxos e sofisticações, sobretudo dos artigos ingleses, durante a travessia do atlântico. Esses, estima-se, contavam algo em torno de 5.000 indivíduos, que se somaram aos 60 mil que compunham a cidade em 1808⁶⁸². Até 1821, somadas as áreas urbanas e rurais, o contingente populacional da cidade do Rio de Janeiro saltou para 112.695 indivíduos, sendo que desses, 49% (em torno de 55.090) eram escravos⁶⁸³. A forte presença dos cativos era característica marcante da cidade e constituía fator determinante de seu complexo quadro cultural, assim como de suas tensões sociais⁶⁸⁴.

No entanto, aos olhos daqueles que haviam sido deixados para trás a um oceano de distância, o que saltava aos olhos e aos ouvidos era a prosperidade da nova capital, que contrastava com a delicada situação financeira e o jugo inglês em Lisboa, como mostram Nuno Monteiro e Jorge Pedreira:

“A persistência da presença inglesa em Portugal e a ausência da família real em breve se tornaram inaceitáveis aos olhos de uma opinião pública que, apesar de circunscrita, dava expressão a um sentimento de humilhação e de orfandade, de decadência, partilhado por muitos dos súbditos portugueses que sofriam as consequências da guerra, a menor das quais não era, por certo, o fim do exclusivo colonial. Decretada pelo príncipe regente D. João mal aportou na

⁶⁸² As estimativas, no entanto, variam. Sobre o número pessoas que acompanharam a corte, que variam entre 444 e 15 mil indivíduos. Ibid. p.157, nota 237.

⁶⁸³ Idem.

⁶⁸⁴ Sobre esse assunto, ver: KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Baía, a abertura dos portos do Brasil aos navios das nações amigas, permitindo as trocas diretas com o estrangeiro, arruinou o comércio de entreposto em que assentava principalmente a atividade mercantil de Lisboa e, em menor grau, também a do Porto”⁶⁸⁵.

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815 certamente contribuiu para a intensificação dessas animosidades. Em parte, a medida cumpria uma determinação do Congresso de Viena de que nenhum soberano europeu poderia permanecer em colônias, sem falar que também levava em consideração as aspirações dos habitantes locais, que muito haviam ganhado com a transferência da corte⁶⁸⁶. Formalmente, extinguiu-se a separação entre colônia e metrópole, consolidando a geografia administrativa conferida ao Império Português a partir de 1808. Do outro lado do atlântico, por sua vez, a nova e incômoda configuração tornava ainda menos provável um retorno à antiga ordem colonial, conforme o desejo de parte dos setores políticos de Portugal. Em 1817, o principal Sousa, irmão do Conde de Linhares e um dos governadores do reino, suplicava pelo retorno do rei:

“A nação adora a Vossa Magestade [...] O governo, Augusto Senhor, nada pode fazer observar rigidamente: só a Real Presença dará a felicidade a este Povo e poderá regenerar esta Nação que não suspira por outra fortuna que a de ver Vossa Magestade”⁶⁸⁷.

Sem dúvida, a nova condição do Brasil foi um dos fatores que contribuíram para a radicalização política nos anos seguintes. Após 1815, intensificaram-se as reivindicações pelo retorno da Família Real, assim como os esforços da regência para alertar D. João para a urgente implantação de medidas que mitigassem a pobreza, a miséria e a ruína agrícola, comercial e industrial. No entanto, as respostas lentas da corte no Rio de Janeiro e o imobilismo do governo de Lisboa para colocar em prática reformas efetivas estavam longe de apresentar os retornos esperados.⁶⁸⁸ Acrescente-se ainda a constrangedora presença inglesa em posições de destaque na política, e sobretudo, nas forças armadas. A reorganização do exército pelos ingleses havia ocasionado o surgimento de um novo corpo militar, com experiência de guerra e que se reputava vencedor do conflito ao lado dos britânicos. Contudo, a renovação também havia feito com que a manutenção da tropa se tornasse altamente custosa. Seu orçamento consumia

⁶⁸⁵ MONTEIRO; PEDREIRA. op. cit. p.26

⁶⁸⁶ VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime Português...** op. cit. p.196.

⁶⁸⁷ Carta de 01 de junho de 1817. Apud. ARAÚJO, op. cit. p.46.

⁶⁸⁸ ARAÚJO, Ana Cristina. O Processo político... op. cit. p.47

quase 70% das despesas do reino, e nem ao menos era administrada por portugueses, o que aprofundava o quadro de drástica redução das receitas ocasionadas pela abertura dos portos no Brasil⁶⁸⁹.

Nesse contexto, a opinião pública que, como vimos no capítulo 3, tomava contornos mais robustos em Portugal desde o final do século XVIII, emergia como um ator político cada vez mais relevante. Nesse sentido, a imprensa nascente exerceu papel fundamental.

Os anos da guerra também haviam lançado as bases para o surgimento de uma imprensa política liberal lusitana. Sob o afrouxamento da censura, resultado da precariedade da administração durante aqueles anos, vários títulos surgiram em curto espaço de tempo. No entanto, o fim das operações militares e a reorganização do poder central trouxeram de volta a vigilância do governo sobre o que era editado no reino, de maneira que poucos títulos sobreviveram. Todavia, nos anos seguintes, uma imprensa de emigração sediada em Londres obteve difusão crescente no país. Apoiados por círculos de negociantes portugueses na capital inglesa, jornais como *Correio Braziliense* e *O Investigador Português em Inglaterra* difundiam-se tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro apesar dos esforços persecutórios das autoridades⁶⁹⁰.

Como destaca Nuno Monteiro, os temas e o tipo de abordagem variava de uma publicação para outra, mas a crítica ao governo do Rio de Janeiro e à Regência em Lisboa constituíam traços comuns, acompanhada da emergente reivindicação pela convocação das Cortes. Por outro lado, segundo o autor, a condenação do nepotismo e a apologia da liberdade ainda não sugeriam, na maior parte das vezes, uma identificação com um projeto formalmente liberal, de forma que ao caráter anti-britânico das críticas estava antes ligado a questões de ordem identitária próprias à cultura lusitana da época:

“... não foram esses os escritos mais difundidos durante esse período. Os discurso contrarrevolucionário, transformado em prédica, terá prevalecido junto da maior parte da população. Pode mesmo questionar-se, apesar da presença recorrente das referências à ‘Pátria’, o tópico da nacionalidade que o duque de Palmela definiu como o ‘sentimento mais forte, porque fala ao coração de todos sem distinção de classe, sexo ou idade’, se sobrepôs aos demais. Isto porque, para boa parte da população, a invocação dos símbolos tradicionais da ordem legítima não se reportava necessariamente à escala do reino ou da monarquia. Associava-se à rejeição do estrangeiro e do estrangeiro em zonas bem conhecidas, com uma

⁶⁸⁹ MONTEIRO; PEDREIRA. op. cit. p.54-55

⁶⁹⁰ Ibid. p.55

tonalidade antijudaica, e quase sempre, em defesa das pequenas pátrias ameaçadas”⁶⁹¹.

No entanto, em 1817 as tensões explodiram nos dois lados do atlântico. Em 6 de março, eclodiu forte movimento contestatório em Pernambuco. Indignados com a centralização do poder no Rio de Janeiro e os altos encargos cobrados pelo governo, dentre outras reivindicações, os revoltosos tomaram a cidade de Recife por três meses. Parte das tensões também se relacionava às rivalidades entre *brasileiros* - ou *pernambucanos* - e os *portugueses*, deixando mais nítida uma tensão entre colônia e metrópole numa espécie de prenúncio do que estaria por vir dali a alguns anos. Se por um lado a repressão régia foi violenta e bem-sucedida em abafar a insurgência, há de se considerar que significou a mais ousada tentativa de enfrentamento pela qual a monarquia havia passado até então⁶⁹².

A situação ficaria ainda mais tensa a partir de maio, quando um grupo ligado ao general Gomes Freire de Andrade envolveu-se numa conspiração em Lisboa, com o objetivo de afastar os ingleses do controle das forças armadas e retomar a soberania de Portugal. Em parte, o movimento organizou-se por meio da sociedade secreta denominada Supremo Conselho Regenerador, que promovia leituras e debates clandestinos em Lisboa com inspiração liberal. Na sua *Proclamação aos Portugueses*, os revoltosos conclamavam a população a sair de sua “apatia” e libertar-se do “jugo insuportável” dos ingleses.⁶⁹³ No entanto, a conspiração foi descoberta por meio de uma investigação que contou com amplo apoio do general Beresford. Uma vez capturados, os revoltosos foram julgados e condenados ao exílio ou até mesmo à morte, como foi o caso de seu líder, Gomes Freire de Andrade, executado em outubro. Com a condenação, as autoridades, que não hesitaram em destacar o papel “incendiário” exercido pela imprensa de emigração, viram-se diante da evidente radicalização da opinião pública, de maneira que Gomes Freire e seus companheiros passaram a ser identificados como os primeiros mártires da liberdade de Portugal⁶⁹⁴.

A partir daí, intensificaram-se as cisões políticas no país, no que a imprensa liberal e as sociedades secretas contribuíram de maneira particular, sobretudo para o fortalecimento da adesão ao projeto liberal de instalação de uma monarquia constitucional

⁶⁹¹ Ibid. p.56.

⁶⁹² VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime Português...** op. cit. p.199.

⁶⁹³ ARAÚJO, Ana Cristina. *O Processo político...*p.47.

⁶⁹⁴ Ibid. p.47-48.

em Portugal. Essas últimas, segundo Ana Araújo, já vinham aglutinando setores insatisfeitos com a política portuguesa há algum tempo e ofereciam abrigo às ideias perseguidas pela censura governamental.⁶⁹⁵

Nesse contexto, o *Sinédrio*, uma sociedade secreta fundada no Porto em 1818 teve participação direta na articulação da sublevação militar ocorreria na cidade dois anos depois. Na manhã de 24 de agosto de 1820, tropas comandadas pelo coronel Cabreira formaram no Campo de Santo Ovídio, onde foram lidas as proclamações justificativas do movimento. Embora ainda estivessem salvaguardadas a fidelidade à dinastia de Bragança e à “Santa Religião”, pretendia-se a “salvação da pátria” por meio de uma reforma baseada em ideais de “razão” e “justiça”. Reivindicava-se assim a instalação de um governo provisório, a *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*, que se encarregaria da convocação das Cortes e da preparação do que viria a ser a primeira constituição de Portugal”⁶⁹⁶.

O movimento, conhecido como a Revolução do Porto (ou Regeneração de 1820), foi o primeiro a colocar em questão as bases do Antigo Regime português de maneira efetiva. Duraria cerca de três anos, porém, com consequências duradouras e de grandes proporções, como o retorno da Família Real a Portugal e a implantação de uma monarquia constituinte, assim como a pavimentação do caminho para a independência brasileira. Nas próximas seções, vamos acompanhar um pouco mais de perto a trajetória de nosso personagem ao longo desses anos.

- A volta ao Brasil: o “insalutífero Rio de Janeiro”.

Pereira da Costa afirma que a indicação para primeiro médico de Leopoldina havia sido feita à revelia de Mello Franco, e o responsável teria sido o próprio Conde da Barca, que levou pessoalmente seu nome ao crivo de D. João VI, epíteto assumido pelo antigo príncipe regente desde a morte de sua mãe, a rainha D. Maria I, em março de 1816. Segundo o biógrafo, o ministro já constava entre alguns dos amigos mais próximos do médico há longo tempo, e desde sua partida para o Brasil, em 1808, esforçava-se para convencer o relutante Mello Franco a retornar para sua terra. Também teriam sido fundamentais as investidas de Jozé Egydio Alvares de Almeida, futuro Marques de Sto.

⁶⁹⁵ Ibid, p.49

⁶⁹⁶ Ibid, p.50-51.

Amaro e oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, e do Dr. Manuel Luiz Alvares de Carvalho, amigos do médico instalados no Rio de Janeiro. Segundo Pereira da Costa, esses últimos também foram responsáveis por intermediar a relação de Mello Franco com José Antonio de Seixas que, em 1816, partiu do Rio de Janeiro para Lisboa, onde se hospedou na casa do médico enquanto realizava tratamento de saúde na cidade por aproximadamente um ano. O biógrafo afirma que Seixas prontificou-se a convencer Mello Franco desde sua chegada a Lisboa, afirmando que seus amigos lhe “preparariam um bom recebimento” no Brasil⁶⁹⁷.

É difícil saber o que realmente convenceu Mello Franco a retornar. Pereira da Costa, no entanto, aponta a dramática situação política e econômica de Portugal como principal motivação de decisão tão radical:

“Nesta época, estava Portugal pobre, acabava a guerra que lhe tinha consumido todos os recursos; o comercio paralisado, a indústria aniquilada assim como a Lavoura pela falta de braços que a guerra lhe tirou; parte da Corte existia no Brasil, a emigração para este país era continuada além disto o Governo do Reino Unido que aqui existia, mandou vir de Portugal contingentes de tropa e quase todos os navios de guerra, que ainda restavam da antiga marinha portuguesa, para virem sustentar os Direitos do Snr. D. João VI no sul do Brasil.

Portanto as circunstancias em que então se achava Portugal, desanimavam a todos que quisessem vender propriedades, porque havia pouco dinheiro para as comprar. Foi nesta situação que Mello Franco recebeu com surpresa a nomeação assignada pelo Conde da Barca. E cartas dos amigos dizendo-lhe, que viesse, que a sua fortuna estava feita: decidiu então vir para o Rio de Janeiro, fiado nas promessas que lhe fizeram; iludia-se com o futuro que elle esperava fosse muito vantajoso, e tendo em grande honra a nomeação que acabava de receber, sendo escolhido para uma comissão importante”⁶⁹⁸.

De fato, sabemos que Portugal vivia um dramático processo de radicalização política na época, mas até que ponto isso pode ser apontado como decisivo para o aceite de Mello Franco é incerto. Também não há relatos de que o médico estivesse passando por dificuldades pecuniárias. Em 1817, inclusive, herdou 20 itens, no valor de 6400 réis cada, pelo testamento de D. Elena Luísa de Alvarenga como pagamento de serviços médicos prestados. Dada a prosperidade da falecida, pode ser que sua clínica entre a elite de Lisboa ainda se sustentasse, apesar das dificuldades⁶⁹⁹. De fato, como veremos em

⁶⁹⁷ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit. p.15

⁶⁹⁸ Ibid., .16-17.

⁶⁹⁹ No entanto, a data de abertura do inventário é de 04 de novembro de 1817, o que torna provável que ele não tenha recebido o que lhe era de direito por já estar a caminho do Brasil. ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, liv. 371, fl.114.

seus relatos posteriores sobre a vida deixada para trás em Lisboa, não há qualquer menção a dificuldades financeiras, mostrando-se antes saudoso da vida confortável que levava.

Apesar disso, podemos especular que a vida sem grandes dificuldades não o tivesse impedido de enxergar um horizonte mais nebuloso em Portugal. Como vimos, a elevação do Brasil a Reino Unido minou as esperanças de muitos portugueses desejosos do retorno da Família Real, e sobretudo após os eventos da conspiração 1817, os movimentos de contestação da ordem monárquica tomaram força, abrindo espaço para os processos políticos que levariam à rebelião no Porto três anos depois.

No que dizia respeito à vida familiar de nosso personagem, também pesava o fato de Justiniano e suas duas filhas ainda dependerem de seus rendimentos para sobreviver. Assim, a mudança para a corte do Rio de Janeiro poderia significar a possibilidade de se manter perto do centro de poder e angariar posições mais favoráveis para si e seus filhos.

De todo modo, uma vez tomada a decisão, os acontecimentos seguiram seu curso. Em 10 de maio a Arquiduquesa assinou sua renúncia à sucessão da Coroa Imperial da Áustria, e três dias depois, foi realizada uma cerimônia de casamento por procuração, com a presença do Marquês de Marialva, personagem fundamental na articulação do acordo⁷⁰⁰. Conforme edição da Gazeta do Rio de Janeiro, D. João VI convocou “grande gala” para o dia 26 na Corte Rio de Janeiro para receber as “felicitações do Corpo Diplomático” e dos seus “Fieis Vassalos”. Também determinou que as fortalezas e navios de guerra estivessem embandeirados no dia e dessem “as salvas Reaes do estilo em semelhantes ocasiões”⁷⁰¹.

A jornada da esposa de D. Pedro ao Brasil teve início em 03 de junho, quando partiu de Viena em direção à Itália acompanhada de grande comitiva⁷⁰². Chegou a Florença no dia 13, e lá permaneceria até ir ao encontro da esquadra portuguesa em Livorno, de onde partiria para o Rio de Janeiro⁷⁰³. A esquadra, por sua vez, só iniciaria sua viagem de Lisboa até a cidade italiana no dia 6 de julho, sob o comando de Chefe-de-Esquadra Henrique da Fonseca Souza Prego.

⁷⁰⁰ LUÍS, op. cit.

⁷⁰¹ **Gazeta do Rio de Janeiro**, 20 de março de 1817.

⁷⁰² Na verdade a nota do Correio Braziliense de 08 maio de 1817 tomava o dia 10 como a data prevista para a partida. **Correio Braziliense**. vol.18. Londres: Officina do Correio Braziliense, 1817. p.567. Contudo, na edição de junho de mesmo, noticiava que a saída da arquiduquesa teria ocorrido no dia 03. A edição também comentava os boatos de que a comitiva teria interrompido sua viagem por conta dos acontecimentos em Pernambuco naquele período, embora se apressasse em informar que os editores consideravam tal possibilidade improvável. **Correio Braziliense**. vol.18. Londres: Officina do Correio Braziliense, 1817. p.682.

⁷⁰³ **Gazeta do Rio de Janeiro**, 20 e setembro de 1817.

Paralelamente a esses eventos, nosso médico também se preparava para a partida. Em junho já se encontrava desvinculado de suas funções como vice-secretário da Academia de Ciências de Lisboa e passou a contar entre os sócios honorários da instituição⁷⁰⁴. Foi substituído por Sebastião Trigoso, que ficou responsável pelo discurso da sessão pública daquele ano⁷⁰⁵. Também vendeu todos os seus bens na esperança de refazer sua fortuna no outro lado do oceano, embora, segundo Pereira da Costa, alguns amigos mais chegados o teriam aconselhado em contrário, já que não tinha como prever sua recepção na corte⁷⁰⁶.

De fato, às vésperas da partida, o destino já indicava que seu estabelecimento no Brasil poderia ser mais tumultuado do que o esperado. Em 21 de junho, apenas quinze dias antes do início de sua jornada, morreu António de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca, no Rio de Janeiro. Se a relação entre o Ministro de D. João VI e Mello Franco era mesmo tão próxima como afirma Pereira de Costa, não há dúvidas de que sua morte significava um revés para as pretensões do médico. Araújo e Azevedo foi figura de destaque da diplomacia portuguesa na virada do século. Durante o clima de polarização política que antecedeu as invasões, rivalizou com D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao defender o apoio aos franceses como a saída mais adequada para a crise, enquanto o primeiro insistia na aliança com os ingleses. Partiu para o Brasil em 1808 junto com a família Real, e apesar de ter sido preterido de sua pasta no Ministério dos Negócios da Marinha e Domínios Estrangeiros em favor de seu rival, vitorioso ao garantir o apoio inglês, retornaria ao cargo em 1814, poucos anos após a morte de Coutinho. De volta ao centro do poder, auxiliou D. João durante o processo de elevação do Brasil a Reino Unido no ano seguinte⁷⁰⁷.

É possível que Mello Franco só tenha sido informado da morte após o início da viagem, e desembarcar no Brasil destituído do apoio de uma figura de tamanha

⁷⁰⁴ Lista dos sócios da Academia Real das Ciências em junho de 1817. In.: **História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa**, vol.5, pt.1. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1817, p.L

⁷⁰⁵ A nomeação e partida de Mello Franco é comentada pelo próprio Trigoso em seu discurso da sessão de 24 de junho de 1817. TRIGOZO, Joaquim Mendo. Discurso proferido pelo vice-secretario na sessão pública de 24 de junho de 1817. In.: **História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa**, vol.5, pt.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1817. p.I

⁷⁰⁶ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit. p.18.

⁷⁰⁷ MARCOS, João. **O Conde da barca na política europeia do pré-liberalismo**. Lisboa: Civilização, 1993. Como membro honorário da Academia de Ciências de Lisboa, o Conde da Barca também foi objeto de um elogio histórico pronunciado na instituição por Sebastião Trigoso em 1819. TRIGOZO, Joaquim Mendo. Elogio histórico do Conde da Barca. In.: **História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa**, vol.8, pt.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1823. p.XV

envergadura tornava sua aposta numa nova vida na corte mais arriscada. De fato, Pereira da Costa afirma que a morte do Conde da Barca o teria colocado nas mãos do Ministro do Reino e seu desafeto, Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal.⁷⁰⁸ No entanto, se as coisas realmente se apresentavam dessa forma, Mello Franco ainda teria a seu favor o apoio de José Egídio Álvares de Almeida, que naquela altura havia se tornado figura bastante próxima de D. João VI.

Uma vez iniciada a viagem, Mello Franco enviou notícias a José Bonifácio pouco mais de uma semana após sua chegada a Livorno. Relatou que a esquadra chegou à Itália em 25 de julho e queixou-se dos rigores da vida no mar, além expor algumas de suas impressões sobre o que acontecia às vésperas de seu encontro com a arquiduquesa:

“Ainda que sei por longa experiência que não costumado a escrever a ninguém, não soffre a minha amisade que deixe de o fazer para lhe dar conta de nós, pois creio que o estimará. Depois de huma viagem pelas calmarias e ventos contrários chegámos a Liorne a 25 de julho, tendo sahido de Lisboa a 6._____

Toda a família em geral supportou os incommodos indispensaveis sem experimentarem na sua saude alteração notável. Sua Commadre, doente por officio, tem tido grande diminuição no seu padecimento habitual. Eu porem penso, mas methodico e symetrico, estou cada vez mais magro e melancholico._____ A Arquiduqueza está à espera da Esquadra há hum mez ansiosa de partir logo e logo: e em consequência de suas instancias crê-se que a 11 vêm de Florença para se fazer a solemne recepção, e embarcar imediatamente. Oiço dizer que he huma senhora forte em Botanica e Mettallurgia, amiga dos sábios, e nada feia. Assim mo-diz o Navarro, que aqui está para fazer o Acto da recepção. Também está o Conde do Funchal [embaixador na Itália], M. J. Pinto [Embaixador na Santa Sé], e o Marialva. O Conde do Funchal faltou-me em V.S perguntando-me noticias suas._____ Vou amanhã a Pisa com as Filhas; e depois pretendo ir só a Florença. Pelo que aqui observo, vejo com os olhos o que sabia por leitura e informações, vêm a ser, que os Portugueses estão muito atraz das outras Nações civilizadas; e que sem se-bolir nas molas principaes, tarde irão para diante._____ Receba saudades de todos nós e queira da-las a sua Familia. Sou e serei sempre seu companheiro e amigo do coração.

Liorne, 04 de setembro de 1817⁷⁰⁹.

Como sabemos, não há notícias de que Mello Franco tenha se casado após a morte de D. Rita de Castro, assim é mais provável que a “commadre” à qual se refere seja Ana Carolina, esposa de Justiniano⁷¹⁰. Também vale notar que aquela parecia ser a primeira

⁷⁰⁸ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit. p.21.

⁷⁰⁹ Carta a José Bonifácio de 04 de setembro de 1817. BNRJ, Manuscritos, I-4,29,75^a

⁷¹⁰ Bonifácio batizou os filhos de Justiniano, assim que este chegou a Lisboa em 1813. CARVALHO. op. cit p.44

vez em que Mello Franco saía de Portugal desde que lá chegou mais de quatro décadas antes. Sem dúvida, para o viajado Bonifácio as percepções de seu amigo não eram novidade, mas para o médico a experiência deve ter sido bastante significativa, sobretudo depois de tantos anos de estudo.

Apesar das expectativas pela chegada da Arquiduquesa a Livorno no dia 11, sua comitiva entrou na cidade dois dias antes. Finalmente, em 13 de agosto partiu a esquadra.⁷¹¹ Contudo, a primeira porção de terra portuguesa em que a arquiduquesa colocaria os pés não seria o Rio de Janeiro, mas sim a Ilha da Madeira, onde a 11 setembro foi recebida com solenidades diversas. Após realizar abastecimentos na ilha atlântica, as naus levantaram velas para o Brasil na madrugada do dia 14.⁷¹²

Um mês e meio depois, a Gazeta do Rio de Janeiro noticiava com entusiasmo o avistamento das naus na manhã da quarta-feira, 05 de novembro:

“...encherão-se logo de alvoroço os ânimos de todos os Portugueses, e os montes sobranceiros a esta Cidade começarão desde logo a cobrir-se de imenso povo, que com os olhos pregados no horizonte, aguardava impaciente a chegada da afortunada Nau, que trazia o complemento dos mais ardentes desejos. Mandou logo Sua Magestade ao Exmº Conde de Vianna, Gentil Homem de Sua Camara, que sahisse a barra, e comprimentasse em Seu Real Nome a S.A.R. Pelas 5 horas da tarde humas salva de 21 tiros de todas as fortalezas, e navios de guerra, saudou o Real Pavilhão, que se distinguia no topo da Nau D. João VI, concorrendo mesmo este Nome respeitado para aumentar o aplauso. As embarcações todas, que coalhavão o porto, estavam luzidamente adornadas de bandeiras, que na sua variada côr, e bem ajustada symetria fazião mais agradável representação.”⁷¹³

Ao fim da tarde, quando as embarcações aportaram no Arsenal Real, a Família Real subiu à nau da arquiduquesa para conhecê-la. O Marquês de Castello Melhor intermediou o breve encontro que, pela primeira vez, colocou a jovem diante de seu marido, D. Pedro de Alcântara. O jornal mencionava o “alvoroço, com que o povo corria pelas ruas como transportado, e o imenso concurso, que juncava o Arsenal da Marinha”⁷¹⁴. O dia seguinte foi repleto de solenidades que contaram com a participação

⁷¹¹ Correio Braziliense de agosto de 1817. In.: **Correio Braziliense**. vol.19. Londres: Officina do Correio Braziliense, 1817. p.213

⁷¹² Os detalhes sobre a rápida estadia da Arquiduquesa na Ilha da Madeira foram publicados na edição de janeiro de 1818. Correio Braziliense de janeiro de 1818. In.: **Correio Braziliense**. vol.20. Londres: Officina do Correio Braziliense, 1818. p.122.

⁷¹³ **Gazeta do Rio de Janeiro**, 8 de novembro de 1817.

⁷¹⁴ Idem.

da fidalguia da corte, assim como de membros do corpo diplomático e altos funcionários do governo, tudo sob os olhos inquietos da população da capital⁷¹⁵.

Se o clima festivo contagiou a família Mello Franco não temos como saber, mas é certo que se houve algum entusiasmo com a chegada, logo se esvaiu. Em carta de 20 de novembro a José Bonifácio, o médico mostrava-se desapontado com o que encontrara na cidade, já deixando entrever certo arrependimento com a escolha de voltar ao Brasil:

“De Liorne lhe escrevi, donde lhe dava conta do que até ahi tínhamos passado: agora lhe direi, que aqui chegamos com quatro mezes e hum dia de embarcados, isto he, ou cinco do corrente. He escusado referir os incommodos inseparaveis de tao longa viagem: mas graças a Providencia não houve maior molestia em toda a familia; e sua [ilegível] do que ahi passava nos ultimos tempos. Isto muito me consola, mas no resto não sei que lhe diga. Aqui me acho em huma chacra emprestada, que os amigos me havião deligenciado; mas apesar de muitas pesquisas ainda não pude conseguir casa na Cidade, as que são difficeis, muito más, muito caras. Assim vamos lutando com os trabalhos, de que estava livre, e para os que já não tenho animo. Já não tem remédio, e he penoso olhar para traz, quando de huma verde planície se entra em montanhas escabrosas”⁷¹⁶.

Segundo Pereira da Costa, Mello Franco teria permanecido embarcado por três dias enquanto esteve à procura de moradia para sua família. Sem sucesso, passou mais três dias na casa de seu amigo José Egídio Alvares de Almeida antes de transferir-se para a chacra mencionada na carta, localizada na região do Catumby e pertencente a D. Antonia Vianna. Só no mês seguinte teria conseguido “caza muito pequena” na rua de “Matta-cavillos”⁷¹⁷, mas as dificuldades pareciam ir além das questões de moradia.

Ao fim da carta, Mello Franco fazia entender que passava por momento delicado na corte:

“Ainda não apresentei o seu requerimento e pelo que já saberá, não convém tocar nisso, que só tempo póde adoçar. He preciso meu bom amigo ter força e valor para resistir a desastres desta natureza, para os quais nada contribuimos; mas lembre-se, que he pai de famílias, e que deve conservar-se para bem dos outros. Esta maxima he quem me traz por aqui arrastado sem precisão individual. ____ Ora basta. Para outra occasião serei menos reservado.”⁷¹⁸

O requerimento ao qual o médico se referia era mais uma tentativa de Bonifácio de conseguir sua aposentadoria junto à Corte. Como veremos adiante, o velho professor

⁷¹⁵ Os detalhes sobre as solenidades que se seguiram a chegada da Arquiduquesa Leopoldina ao Rio de Janeiro foram publicadas nas edições dos dias 8 e 9 de novembro da Gazeta do Rio de Janeiro.

⁷¹⁶ Carta de 20 de novembro de 1817. BNRJ, Manuscritos, I-4, 29, 76

⁷¹⁷ **Resumo Histórico da Vida de Francisco de Mello Franco...** op. cit. p.21.

⁷¹⁸ Carta de 20 de novembro de 1817... op. cit.

da Universidade de Coimbra encontrava-se fatigado pela excessiva carga de trabalho ao longo de tantos anos, e vinha tentando desvencilhar-se de suas obrigações no governo há algum tempo. Assim, a partida de Mello Franco significava mais uma oportunidade para apresentar um pedido de dispensa ao rei. No entanto, o médico parecia não se encontrar em posição favorável para apresentar pedido quando chegou à capital.

Infelizmente, Mello Franco não dá mais detalhes de sua situação, porém o relato de Pereira da Costa pode, mais uma vez, fornecer algumas pistas. Como já mencionamos, o biógrafo afirma que a morte do Conde da Barca havia deixado o médico desprotegido no jogo político da corte. Na sua versão, a desavença incluiria o próprio D. João VI que supostamente nutria desconfiança em relação à Mello Franco há muito tempo. Na ocasião em que o monarca subiu à nau da arquiduquesa para recepcioná-la, Costa afirma que o médico teria sido “mal recebido”, e que teria sido instruído a “não ir ao Paço sem obter licença” alguns dias depois⁷¹⁹. Além disso, também cabe lembrar as supostas rugas entre Mello Franco e o ministro Villanova Portugal, embora, no que diz respeito a esse último, o próprio biógrafo revela que a questão não se restringia ao médico “mas também os fidalgos que vierão na mesma comitiva; e contra os quaes aquelle Menistro não devia ter prevenção alguma desfavorável”⁷²⁰.

A mesma razão também é apontada como sendo uma das motivações para o retorno a Portugal, poucos anos depois, do segundo médico da arquiduquesa, Bernardino Antônio Gomes. Na verdade, segundo Costa, entre aqueles que fizeram parte do corpo médico que acompanhou a princesa Leopoldina ao Rio de Janeiro, apenas o cirurgião Antonio de Almeida teve melhor sorte. Foi nomeado Lente de operações na Academia Médico Cirúrgica “com seiscentos mil reis cada ano” e, dois anos depois, foi nomeado Comendador da Ordem de Cristo, o que aos olhos do biógrafo de Mello Franco era grande injustiça:

“Antonio de Almeida fugiu para Londres logo depois que o exercito francez sahiu de Portugal, por ser perseguido pelo Governo daquele Reino, em consequência de denuncia de que elle tinha sido partidario dos francezes. Demorou-se em Londres alguns anos, a onde se justificou do crime que lhe imputavam; alo escreveo um Tratado de Inflamação em 4 volumes (obra de pouco ou nenhum valor), e voltando para Lisboa; dois anos depois foi nomeado para acompanhar a Snr.a Arquiduquesa d’Austria. Quando em Londres escreveo o dito Tratado de Inflamação (...), foi SAR servido mandar-lhe dar 116 Libras para poder continuar a publicar sua Obra (...). Mello Franco escreveo em Portugal duas obras, que forão então reputadas de muita utilidade; em toda a sua vida nunca recebeo um real dos Cofres Publicos. Vêsse, portanto que aquele que tinha sido perseguido,

⁷¹⁹ Ibid. p.21.

⁷²⁰ Ibid., p.22.

ou justa ou injustamente, foi premiado no seu exílio, e mais tarde quando chegou a esta Corte, teve o que já dissemos..”⁷²¹

No que diz respeito à solicitação de Bonifácio, sua resposta à carta de Mello Franco só viria em 30 de março. O Secretário da Academia de Ciências mostrava-se contente em ter notícias do amigo, apesar da carta “magra e em demasia misteriosa” que recebera. Queixava-se de que, após a saída de Mello Franco de Lisboa, foi acometido por “moléstias antigas e desgostos novos.” Há pelo menos dez anos, o naturalista desejava aposentar-se e retornar ao Brasil, mostrando-se frustrado com sua carreira em Coimbra e com a burocracia portuguesa.⁷²² Finalmente, conseguiu ser jubilado de Coimbra em 1816, mas ainda continuava comprometido com outras atividades, dentre elas, a Academia de Ciências. Na carta, dava a entender que seus problemas também envolviam questões familiares, e desabafava suas angústias com o velho amigo:

“Quantas vezes, com o bom Jó, não tenho amaldiçoado a hora em que fui concebido e ainda mais a hora em que fui pai! – porém ao mesmo tempo devo confessar, que esta mesma família, que me é tão cara, é quem tem impedido de não ter já tomado alguma resolução heroica . Vivo como um Santão Antão da Tebaida, bem que sem consolações místicas, no meio de Lisboa; e os meus livros e pedras são hoje a minha única consolação- nunca estudei tanto na minha vida; e talvez ainda poderia ser feliz, se me dessem a minha carta de alforria”⁷²³.

Diante da situação complicada em que se achava o médico recém-chegado à Corte, Bonifácio lamentava as reduzidas possibilidades de obter sucesso em sua nova tentativa de conseguir sua aposentadoria:

“Mas para desgraça minha o requerimento que levou e em que confiava vejo que terá a mesma sorte, que os outros dois antecedentes. Por quem é meu bom amigo, não tenha medo, entregue-o; e veja se é o meu redentor , pois aqui depois que faleceu o falador Mathusio que era apesar dos seu pecos (sic) o único homem que me entendia hoje no governo, não tenho nem quero ter com quem fale. Já não posso com o peso que carrego sobre meus ombros; e só suspiro por entranhar-me nos matos de São Paulo, onde ao menos tenha bananas, carne de porco e farinha de pau à fartura”⁷²⁴.

⁷²¹ Ibid., p.24.

⁷²² Em carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1806, escrevia: “Estou doente, aflito e cansado, e não posso com tantos dissabores desleixos. Logo que acabe meu tempo de Coimbra e obtenha minha jubilação, vou deitar-me aos pés de SAR para que me deixe ir acabar o resto dos meus cansados dias nos sertões do Brasil a cultivar o que é meu.” Apud. DOLHNIKOFF, op. cit., p.69.

⁷²³ Carta de 30 de março de 1818. AIHGB, DL1369.009.

⁷²⁴ Idem. Não há detalhes sobre quem era o “falador Mathusio”.

Do outro lado do atlântico, a sorte de Mello Franco também não parecia melhor que a de seu amigo em Lisboa. Em carta enviada a seu irmão, Joaquim, ainda em dezembro de 1817, o médico fornece mais detalhes sobre sua vida recém-iniciada na corte do Rio de Janeiro:

“Meu irmão

Quis a Providencia inexcrutável trazer-me ao Continente em que nasci. Senhora Magestade fez-me a honra de me nomear primeiro Médico da Princeza Real para ir buscar à Itália e acompanha-la até à Corte do Rio de Janeiro. Não por mim, mas por querer cumprir até o fim da minha vida com as obrigações de pai de famílias, aceitei a comissão. Graças a Deus aqui chegamos felizmente, com 4 meses de viagem. Trouxe toda a minha gente e queimei tudo quanto tinha, como quem por uma vez se retirava de Portugal. Está dado o passo, que não se pode retroceder. Deixei o certo pelo duvidoso, mas nunca serei taxado de imprudente. – Aqui estou há um mez e ainda não tenho casas, que acho aqui raríssimas, caríssimas e péssimas, nem arranjo algum próprio do paiz – Tem me servido de muito um José Pereira de Melo, que se me apresentou, como meu Sobrinho, fez-me graciosos presente de um mulatinho prático da terra, sem o qual não sei como havia de passar. Ele me tem parecido bom moço e estimorei poder-lhe prestar alguma coisa, ainda que por ora estou muito no ar. Disse-me ele que Vmcê. vinha logo que pudesse ao Rio afim de me dar o gosto de o ver. Longa é a jornada e por isso, e outras razões, é que me não lembro de buscar o inexplicável prazer de beijar a mão à nossa boa Mãe, e abraçar nossas irmãs. Tenho além do mais 60 anos que já me vão pesando. – Não posso dispensar ter sege, mas a maior dificuldade que aqui se encontra é a de Bolieiro. Por tanto se vmcê. pudesse mandar-me algum escravo, que para isso me servisse, me obrigaria muito. Como cavalheiro que me dizem que é, saberás as condições que deve ter. De tudo preciso, pois estou no estrangeiro, onde todos os costumes me são novos, e tarde a eles me afarei, tendo vivido na Europa 45 para 46 anos. – Meu filho Francisco aqui esteve alguns dias; e foi singular o que lhe sucedeu, por que entrava pela Cidade quando as Fortalezas salvavam as Náus, que entravam à Barra. – Meu filho Justiniano com sua mulher, minhas filhas Ana e Maria beijam a mão à sua Avó, e outro tanto fazem a Vmcê., e às suas Tias. Terão muita consolação de o verem assim como eu que sou

Seu muito venerador Francisco de Mello Franco

Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 1817.”⁷²⁵

Cabe ressaltar alguns pontos da missiva: no plano familiar, o médico revela que sua decisão de voltar para o Brasil estava, de fato, relacionada a seus filhos, e também confirma que seu filho mais novo, Francisco, já se encontrava no Brasil na ocasião de sua chegada, corroborando a afirmação de Pereira da Costa de que o jovem fora enviado ao Rio de Janeiro após o cancelamento abrupto de sua ida para Coimbra em 1807, citada no

⁷²⁵ Carta de 10 de dezembro de 1817 - ANTT, Projeto reencontro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, microfilme nº77

capítulo 2. Também chama a atenção o fato de a mãe de Mello Franco, Anna de Oliveira, ainda estar viva na ocasião de sua volta.

De resto, o documento nos ajuda a compreender um pouco melhor as razões de seu descontentamento com a nova vida. As condições de moradia continuavam a ser um problema, e agora o médico amargava a decisão de vender todos os seus bens quando partiu de Lisboa, o que certamente afastava as possibilidades de um eventual retorno.

Por outro lado, a questão identitária também parece ter seu peso. Depois de tantos anos vivendo na condição de oriundo da América portuguesa em Lisboa, Mello Franco sentia-se “no estrangeiro, onde todos os costumes me são novos”. É claro que se deve considerar que sua terra natal, de fato, era Paracatu, onde sua família ainda residia. O Rio de Janeiro não havia sido muito mais do que um local de passagem, onde ficou durante breve temporada para realização de estudos preparatórios para os exames de Coimbra, ainda início da década de 1770⁷²⁶. De todo modo, a cidade havia passado por profundas transformações desde a chegada da Família Real, e o desconforto do médico com a nova capital fica claro na sua dificuldade em organizar aspectos práticos de sua vida.

Contudo, aos poucos o médico parece ter conseguido se estabelecer. Em 1818 teria retomado sua clínica e passado a residir na Rua do Lavradio nº15, além de ter adquirido “sege, carroagem, bestas e alguns escravos”, segundo afirma Pereira da Costa.⁷²⁷ Augusto de Carvalho também relata que o médico teria passado a atuar no Hospital da Misericórdia não muito depois de sua chegada⁷²⁸. No início do ano, também fez parte do corpo de sócios da Academia de Ciências de Lisboa que representou a instituição na ocasião da aclamação de D. João VI, ocorrida a 6 fevereiro, quase dois anos após a morte de D. Maria I⁷²⁹.

No ano seguinte, noticiou em carta a Joaquim ter sido agraciado com o Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, embora ainda sem a comenda correspondente:

⁷²⁶ Cabe lembrar, que na ausência de uma identidade nacional brasileira, como era o caso, as identidades regionais tendiam a ser mais preponderantes entre os luso-brasileiros da época. Sobre a questão, sugerimos retomar a discussão sobre as complexas noções de identidade entre os intelectuais ilustrados luso-brasileiros no capítulo 1.

⁷²⁷ **Resumo Histórico da Vida de Francisco de Mello Franco...** op. cit. p.25.

⁷²⁸ CARVALHO, op. cit. p.30.

⁷²⁹ A participação de Mello Franco na solenidade é citada em discurso de José Bonifácio na Academia de Ciências. SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Discurso pelo secretário na sessão pública de 24 de junho de 1815. **História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa**, vol.6, pt.1. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1819. p.VI. As razões possíveis para a aclamação tardia de D. João VI são discutidas por Jacqueline Hermann em: HERMANN, Jacqueline. O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil. **Topoi**, v. 8, n. 15, jul.-dez., pp. 124-158, 2007.

“Houve a função do Baptisado; e então me derão o Hábito de Cavalheiro. Diz o Senhor J. Antonio (não a mim, visto que lhe não fallei) que não podia eu ter comenda por ora, por ainda não ser Cavalheiro. He razão de Cabo de Esquadra [coisa estúpida]. Em fim o que elle quizer à boa mente”⁷³⁰.

Não sabemos quem é a pessoa a qual o médico se refere, mas é certo se tratar de alguém com quem Mello Franco mantinha negócios. Na mesma carta afirma que “Já lhe dei juízo de que se venderão as Barras, que importavão em 2:641&160 réis. Tiverão de premio 290&576r., q somma 2:931&736. Tirando disto 70&000r que devo a Jose Antonio ficão em meu poder 2:861&736”⁷³¹. Quanto à comenda, ela seria finalmente formalizada por decreto régio de 14 de outubro do mesmo ano, com lotação de 16 mil réis⁷³².

No fim de 1819, foi a vez de José Bonifácio completar a travessia do atlântico. Não sabemos se os requerimentos levados por Mello Franco surtiram efeito, mas o fato é que a desejada permissão para voltar ao Brasil foi concedida ao mineralogista ainda no ano anterior. Assim que chegou, recusou a nomeação aos cargos de ajudante do Ministro Villanova Portugal e de reitor do Instituto Acadêmico, preferindo estabelecer-se em Santos após permanecer por dois meses na corte. Só retornaria ao Rio de Janeiro em 1820, para ocupar o cargo de Conselheiro de D. João VI, já no contexto dos acontecimentos que o levariam ao centro da crise que terminaria com a independência do Brasil⁷³³.

Durante a curta temporada em que permaneceu na capital após sua chegada, recebeu manifestações de boas-vindas de muitos de seus aliados, incluindo uma carta de seu afilhado Justiniano Mello Franco. O jovem já se encontrava em São Paulo, onde ocupava cargo de Fisico-mor e Inspetor de vacinação. Apesar da impossibilidade de estar na presença de seu padrinho, afirmava que a notícia de sua presença no Brasil era seu “único prazer, e maior que tenho depois de deixar a Europa”, dando a entender que compartilhava do mesmo espírito melancólico de seu pai quanto à transferência da família para o Brasil⁷³⁴.

Quanto a Mello Franco, nem as breves conquistas durante os primeiros anos na corte parecem tê-lo animado. Embora não tenha abandonado sua atividade intelectual, fez

⁷³⁰ 23 de junho de 1819. ANTT, Projeto reencontro, BNRJ, microfilme nº.77

⁷³¹ Idem.

⁷³² Justiniano de Melo Franco. Processo para requisição da condecoração com o hábito da Ordem Imperial do Cruzeiro, BNRJ, Manuscritos, C-0603,012

⁷³³ DOLHNIKOF, op. cit., p.88-96.

⁷³⁴ Carta de 01 de dezembro de 1819. BNRJ, Manuscritos, I-4,29,72

questão de expressar seu descontentamento com a vida na corte no prefácio de sua última obra, o *Ensaio sobre as febres do Rio de Janeiro*:

“Tive a ventura de que El Rei meu amo se lembrasse de mim para mandar que fosse à Italia com o honroso destino de acompanhar a Princeza Real até a Côrte do Brasil. Obedeci, porque era meu dever, e porque esperava, que tão grande sacrifício redundasse bem da minha família. Para prova da sua grandeza bastará dizer, que destruí um patrimônio feito á custa das minhas fadigas em trinta e tantos anos; deixei as muitas relações formadas em todo esse tempo; deixei finalmente a inalienável riqueza da minha reputação medica; para aqui residir neste insalutífero Rio de Janeiro. Privado daqueles bens, que mais não posso ter, e até hoje sem remuneração de tantos trabalhos, e de tão avultados sacrifícios: mas quem o poderia crer, se não o visse!!”⁷³⁵

Uma nota ao fim do prefácio diz que a obra foi concluída em fevereiro de 1821 e apresentada à Academia de Ciências em julho do mesmo ano. Contudo, vê-se que só foi publicada pela tipografia da instituição em 1829, quase seis anos após a morte do autor. Na próxima sessão vamos analisar o escrito a partir da trajetória do médico no Rio de Janeiro e da própria literatura sobre as febres produzida em Portugal na época.

- O *Ensaio sobre as febres do Rio de Janeiro* (1821): uma última contribuição.

Já mencionamos que a transferência da corte para o Rio de Janeiro, deu origem a uma série de amplas reformas com o objetivo de adaptar a cidade à sua nova função de capital do Império Português. Contudo, novas e suntuosas construções com fachadas em estilo europeu não eram suficientes. Era necessário intervir nas péssimas condições de higiene da cidade e combater as moléstias que ameaçavam a saúde de seus habitantes e visitantes. Nesse contexto, o tema da salubridade tomou novo fôlego, sendo tratado a partir do mesmo espírito reformista que, como temos acompanhado, inspirou inúmeras iniciativas governamentais por todo o império desde os tempos de Pombal. Afinal não se tratava de mero esforço civilizatório, era preciso fazer da cidade um espaço produtivo, que gerasse lucros econômicos, sociais e políticos para um governo debilitado financeiramente e com sua soberania em jogo diante do complicado quadro político europeu.

⁷³⁵ MELLO FRANCO, Francisco de. *Ensaio sobre as febres do Rio de Janeiro*. Lisboa: Academia de Ciências, 1829., p.2

Contudo, cabe dizer que, à semelhança de Portugal, o ímpeto reformista também dependia da constituição de um ambiente intelectual comprometido com a produção literária sobre questões locais. É claro que, no contexto da exploração colonial, as potencialidades econômicas da fauna e da flora brasileira já eram objeto de estudo há longo tempo, a exemplo das publicações da Casa Literária do Arco do Cego, capitaneadas por José Mariano Veloso, que contavam com vários escritos voltados para a realidade brasileira, conforme mencionamos no capítulo 2. A diferença naquele início do século XIX, no entanto, era o esforço mais efetivo na produção local de conhecimentos, por meio da criação de uma rede de circulação literária localizada no Brasil. Sem dúvida, o estabelecimento da tipografia real foi de fundamental importância nesse sentido. A medida possibilitou o estabelecimento de publicações seriadas locais, o que contribuiu na produção e divulgação de conhecimentos sobre o Brasil.

Nesse contexto, o jornal *O Patriota*, publicado entre 1813 e 1814 tornou-se referência fundamental por dedicar espaço considerável a assuntos ligados às ciências e às artes. Segundo Kury, o editor do periódico, o baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1778-1838), destacou-se como figura central na constituição da imprensa e das instituições científicas brasileiras na primeira metade do Oitocentos. Durante os dois anos em que atuou, *O Patriota* cobriu grande variedade de assuntos, entre política europeia, listas de plantas medicinais, além de temas filosóficos e poesia⁷³⁶. De maneira geral, seu estilo editorial se assemelhava ao das publicações do Arco do Cego e à própria produção intelectual ilustrada reformista lusitana da época, com grande ênfase na apresentação de propostas para o incremento da produção colonial⁷³⁷.

A Coroa também foi incentivadora direta de trabalhos científicos dessa natureza, incluindo os que se dedicavam a compreender as especificidades geográficas, climáticas e sanitárias da nova capital. Ainda em 1808, foram publicadas as *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, pelo médico da Câmara Real, Manuel Vieira da Silva. O trabalho havia sido encomendado pelo príncipe regente e procurava descrever as características do relevo, das temperaturas e da circulação de ar e seus efeitos sobre a saúde dos habitantes da cidade. Pode-se dizer que se trata de um trabalho produzido a partir do gênero da *policia*

⁷³⁶ KURY, Lorelai. A ciência útil em *O Patriota* (Rio de Janeiro, 1813-1814). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.115-124, jul-dez 2011, p.1-2. Sobre o *Patriota*, ver também: KURY, Lorelai (org.). **Iluminismo e Império no Brasil. O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

⁷³⁷ Idem.

medica, com recomendações de amplo espectro que cobriam desde reivindicações pelo aterramento dos pântanos da cidade e regulação da higiene de atividades comerciais, até propostas de criação de novos espaços para enterrar os mortos⁷³⁸.

Por outro lado, Maria Nizza Beatriz da Silva destaca que esse ambiente de produção de ideias também abriu caminho para que questões desse tipo também passassem a ser analisadas por outras classes de profissionais, além dos médicos.⁷³⁹ Na *Memória sobre o enxugo geral desta cidade do Rio de Janeiro* (1815), o arquiteto José Joaquim de Santa Anna, apresentava proposta de um novo nivelamento para as ruas do Rio de Janeiro, com o objetivo de solucionar o problema das águas paradas e as inundações características da região durante os meses de verão⁷⁴⁰. Ao longo da obra, nota-se grande preocupação com a questão da limpeza das ruas e das valas de escoamento, não apenas pelos transtornos causados à circulação na cidade, mas sobretudo, por questões de saúde pública:

“O bom arranjo e distribuição dos declives das calçadas evitará a despeza, que he necessario continuamente fazer-se na limpeza das valas, de que aqui se fazia uso para este fim, sendo ellas de tão pouco efeito, como se tem visto, e tão prejudiciaes á saúde publica, por serem huns segundos depósitos das mesmas agoas (...) apesar de que os ardores do Sol as estejam obrigando a diminuir-se por meio de huma evaporação tão nociva á saúde publica, por engrossar a atmosfera com partículas húmidas e de corrupção”⁷⁴¹.

Mesmo vindo de estudiosos com formações distintas, as reivindicações de personagens como Vieira da Silva e Santa Anna faziam coro com grande parte da produção intelectual sobre as condições sanitárias do Rio de Janeiro da época, que enxergava seus terrenos pantanosos e o clima quente e úmido como sérias ameaças à saúde. Em 1814, o professor da recém-criada Escola de Anatomia e Cirurgia, José Maria Bomtempo, produziu a *Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro*, na qual também condenava o excesso de morros na cidade e os efeitos nocivos da pouca circulação do ar sobre a população, posicionando-se no acalorado debate que se estenderia até o início do século XX: a eliminação do morro do Castelo.⁷⁴² Bomtempo afirmava que,

⁷³⁸ SILVA, Manuel Vieira da. **Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808.

⁷³⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A cultura luso-brasileira...** op. cit. p.83

⁷⁴⁰ SANTA ANNA, José Joaquim. **Memoria sobre o enxugo geral desta cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1811.

⁷⁴¹ Ibid., p.07.

⁷⁴² BOMTEMPO, José Maria. *Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro* Rio de Janeiro. In.: **Trabalhos médicos offerecidos à majestade do Senhor D. Pedro I. Imperador do Brasil, invicto**,

se as condições técnicas algum dia o permitissem, seria ideal que o morro fosse eliminado para garantir uma maior renovação do ar da cidade. Nesse ponto, contrariava as conclusões de Manuel Vieira da Silva que, alguns anos antes, afirmara que os efeitos dos morros no Rio de Janeiro, incluindo o do Castelo, não seriam tão diferentes dos morros que cercavam Lisboa, cujos efeitos sobre o clima não se estenderiam para além das casas de seu entorno⁷⁴³.

Assim como Mello Franco, boa parte dos autores que se dedicaram a esses debates faziam parte da intelectualidade atraída para o Brasil na esteira da transferência da corte. Com o objetivo de se estabelecerem num contexto social e político relativamente novo, colocavam seu intelecto à serviço da coroa em terras brasileiras na esperança de contribuir para o fortalecimento da governação na nova capital, e com isso, obter ganhos políticos e profissionais. Não é por acaso que a memória de Santa Anna, capitão do Real Corpo de Engenheiros e Arquiteto da Cidade, era dedicada ao então príncipe regente, tendo sido apresentada a D. João duas vezes: uma em 4 de março de 1811, e em 15 de maio de 1815, em versão estendida.⁷⁴⁴ A memória de Bomtempo, por sua vez, só seria publicada em 1825, portanto, após a independência, numa coletânea de obras de sua autoria oferecidas ao imperador D. Pedro I. Contudo, no prefácio das *Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro*, escrito ainda em 1815, dizia ter chegado ao Brasil em 1808 após temporada de sete anos na África ocidental, onde afirmava ter desenvolvido um bem-sucedido sistema médico, que agora era posto à serviço de D. João no Rio de Janeiro.⁷⁴⁵

O ensaio escrito por Mello Franco em 1821 é parte desse contexto. Embora não tenha sido dedicado de maneira direta ao Príncipe Regente, é certo que sua produção está em consonância com suas estratégias de ascensão na nova corte. Trata-se de mais uma contribuição para o entendimento das especificidades da nova capital e para proposição de modelos de intervenção estatal voltados para a realidade local. De maneira similar à maior parte dos autores que escreveram sobre o tema na época, desenvolve sua narrativa a partir de observações minuciosas do clima e do relevo do Rio de Janeiro, embora se mostrasse surpreso com seus efeitos sobre as febres:

augusto, exímio protector das artes, sciencias, e commercio; solícito, e incansável na harmonia, e Progresso deste vasto Imperio. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1825.

⁷⁴³ SILVA, Manuel Vieira da. **Reflexões sobre alguns dos meios propostos...** op cit., p.8-9. Como se sabe, a querela estendeu-se até a década de 1920, quando as condições técnicas desejadas por Bomtempo finalmente possibilitaram a completa eliminação do morro do Castelo.

⁷⁴⁴ SANTA ANNA, op. cit.p.1.

⁷⁴⁵ BOMTEMPO, p.01.

“Vivendo pois hoje em dia na Capital do Brasil, onde continuo o meu exercício clínico, entrei a observar as particularidades da sua atmosphera, da sua localidade, e da influencia, que devião ter na organização humana: entre todas porêm foi para mim a maior admiração ver nesta grande Cidade não há contagio de febre alguma, a não serem exanthematicas.

Era natural que me dêsse ao trabalho de seriamente meditar na causal deste fenômeno tão extraordinário para quem praticou na Europa. Escrevi por fim o que me pareceo mais provável, e ao mesmo tempo fiz algumas reflexões acerca do curativo das febres, que tenho observado nesta cidade”⁷⁴⁶.

De fato, não se tratava de questão simples. As febres foram tema frequente entre diversas tradições médicas desde os tempos hipocráticos. De maneira geral, os debates sobre o assunto tomavam como princípio a interação entre clima e organismo, mesmo que a partir de enquadramentos epistemológicos variados. Na tradição hipocrática, as febres eram atribuídas a uma desordem dos humores corporais, de maneira que seus diferentes tipos (intermitentes, terçãs e quartãs) seriam determinados pelas condições gerais do paciente e sua interação com fatores ambientais⁷⁴⁷. *Grosso modo*, após as apropriações galênicas, esse enquadramento não variou tanto nos séculos seguintes, embora os debates tenham gerado uma profusão de classificações dos diferentes tipos de febre observados, suas características particulares e causas.⁷⁴⁸

No século XVIII, o tema foi absorvido pelas correntes filosóficas vitalistas a partir do vocabulário médico renovado que emergia no período. Personagens como William Cullen no contexto britânico, Bordeu, Boissier de Sauvages, Barthez, assim como outros representantes do vitalismo francês, mobilizaram forças vitais, nervos e sensibilidades para explicar os fenômenos relacionados às febres, sobretudo como resposta a questões trazidas pelo crescimento populacional nas cidades e da salubridade precária entre as classes subalternas⁷⁴⁹.

Como veremos nas próximas páginas, o ensaio de Mello Franco mostra-se bastante devedor dessas abordagens. Assim como em suas obras anteriores, revela-se um estudioso atento aos debates mais recentes sobre os temas sobre os quais se debruçava,

⁷⁴⁶ MELLO FRANCO, Francisco de. **Ensaio sobre as febres...** op. cit. p.3.

⁷⁴⁷ WILSON, Leonard. Fevers. In.: BYNUM, William; PORTER, Roy (org.). **Companion Encyclopedia of the history of medicine**. New York: Routledge, 1993.p.382-408; BYNUM, W.; NUTTON, V (org.). Theories of fever from antiquity to the enlightenment. **Medical history**, supplement, n.1. London: Wellcome Institute, 1981.

⁷⁴⁸ Ibid. p.383

⁷⁴⁹ BYNUM, William. Cullen and the study of fevers in Britain, 1760-1820. In.: BYNUM, W.; NUTTON, V (org.). Theories of fever from antiquity to the enlightenment. **Medical history**, supplement, n.1. London: Wellcome Institute, 1981., p.135-147; WILLIAMS, Elizabeth. **A Cultural history of medical vitalism in enlightenment Montpellier**. London: Ashgate, 2003.

embora, no caso das febres, reconhecesse a nauseante profusão de concepções e propostas terapêuticas disponíveis:

“A parte da Medicina prática mais implicada, mais confusa, e mais cheia de constricções he a que tem por objecto as febres; e nisto tem concordado os mais eminentes Medicos antigos, e modernos. Se assim não fosse, não teria havido entre elles tanta discordância de opiniões não só no modo de as dividir, e considerar, mas também, (o que he da maior importância) no methodo de as curar, aconselhando uns com enthusiasmo remédios opostos aos que outras da mesma sorte inculcão.

Portanto os que principião o exercício clinico, a cada passo se achão grandemente embatacados, sendo-lhes impossível tomar huma determinação segura. Foi isto que me aconteceu na minha mocidade ao entrar na carreira prática, e tanto foi, que quasi perdi o animo de me poder tirar hum dia deste labyrintho, formando sobre a minha experiencia, e observação hum systema, pelo qual me governasse”⁷⁵⁰.

Apesar de seu início tortuoso com a matéria, no momento em que escrevia o ensaio, Mello Franco já era médico experiente no assunto. Contava com “huma prática sem desvio, e sem interrupção na soberba e populosa Cidade de Lisboa” ao longo de trinta e quatro anos, o que o teria permitido criar seu próprio “sistema” de medicina. Também não podemos esquecer de sua participação da comissão da Academia de Ciências, quando ajudou a combater o surto de febre epidêmica contagiosa em Lisboa em 1811, como mencionamos no capítulo 4. No entanto, o próprio médico reconhecia que a definição dos sintomas básicos das febres ainda permanecia controversa entre seus colegas:

”Qual será pois este signal, por cuja presença possa o Medico afirmar, que o doente tem febre? Há tres mil annos que se tem constantemente trabalhado para o achar, e para se dar huma exacta definação do que he febre, e até hoje ainda não se conseguiu: o que demonstra ou a sua grande dificuldade, ou inteira impossibilidade”⁷⁵¹.

Como boa parte das manifestações clínicas sem assento orgânico prontamente verificável, a produção de diagnósticos precisos sobre as febres era tarefa complexa para os praticantes das artes de cura. No caso do Rio de Janeiro, a pouca frequência de febres, apesar do clima quente e úmido, gerava ainda mais desentendimentos. Em sua memória sobre as enfermidades da capital, citada acima, José Maria Bomtempo mencionava que as febres eram consideradas “moléstias mui frequentes” na cidade, mas mostrava-se cético quanto a isso. Na sua opinião, a maior parte dos casos tomados como “febre

⁷⁵⁰ MELLO FRANCO, Francisco de. **Ensaio sobre as febres...** op. cit. p.2

⁷⁵¹ Ibid., p.6

maligna” no Rio de Janeiro não passariam de variações inofensivas do fenômeno, caracterizadas como febres essenciais:

“Se toda a enfermidade, a qual traz consigo frequência de pulso, merece o nome de febre; então quase todas as moléstias se poderia dar o nome de febres: mas se a divisão, e arranjo methodico he preciso ao Pratico para firmar a sua carreira clinica, tambem veremos que febres propriamente ditas não são tão vulgares nesse Paiz; todavia ellas existem e até muito ordinariamente diferentes do que ordinariamente se conceituam”⁷⁵².

Mello Franco apresentava posicionamento similar. Assim como Bomtempo, defendia que o simples aumento da temperatura corporal e da frequência cardíaca não seriam suficientes para caracterizar estados febris. Diante disso, reivindicava a centralidade do conceito de diagnóstico, que definia como “base da Medicina prática”⁷⁵³. Nesse sentido, febres só poderiam ser caracterizadas a partir de análise atenta e arrazoadada de vários fatores como pulso, coloração da língua, fisionomia, urina, entre outros. Assim, para cada um dos fatores, o médico apresentava explicações detalhadas sobre a melhor forma de proceder para obter resultados confiáveis, sempre apoiado na literatura da época sobre o tema⁷⁵⁴.

Por outro lado, a argumentação dos experientes médicos também parecia ter outros propósitos. Tanto para Mello Franco quanto para Bomtempo, a centralidade da questão do diagnóstico também estava relacionada às acirradas disputas entre praticantes das artes e curar no Rio de Janeiro do início do século XIX.

O intenso processo de modernização social e sanitária iniciado no Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte também abriu caminho para o estabelecimento da medicina acadêmica na capital. A fundação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro em 1808 – rebatizada de Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, em 1813 – possibilitou a lenta ampliação do escasso contingente de médicos da cidade, que cada vez mais rivalizava com curandeiros, rezadeiras, barbeiros e curadores que há séculos tratavam da saúde de uma população pouco afeita às práticas da medicina de matriz universitária. Assim, ao defender a prática do diagnóstico como domínio próprio da medicina, Mello Franco e Bomtempo procuravam afirmar a autoridade de sua classe profissional para tratar das febres e de outras moléstias frente a seus rivais.

⁷⁵² BOMTEMPO, op. cit, p.18

⁷⁵³ MELLO FRANCO, Francisco de. **Ensaio sobre as febres...** op. cit. p 14.

⁷⁵⁴ Ibid. p. 16-29.

Nesse sentido, Bomtempo vociferava contra o precário treinamento formal dos praticantes das artes de curar da capital, o que, na sua opinião, levaria a diagnósticos imprecisos e terapêuticas equivocadas. Segundo o autor, uma das consequências mais graves desse estado de coisas para o tratamento das febres seria o uso indiscriminado da quina, o que apontava como causa de mortes desnecessárias⁷⁵⁵. Mello Franco, por sua vez, acrescentava os efeitos nocivos da popularização dos tratados de medicina doméstica:

“Na Clinica foi sempre considerado o Diagnóstico como o mais importante objeto de toda a Pathologia; por quanto nada poderá fazer o Medico arrazoada e utilmente, se não souber distinguir de outra qualquer a enfermidade, que tem de tratar; e a falta deste discernimento dá de si muita incerteza, e desgraçados erros; nos quaes inevitavelmente cahem os curiosos de Medicina, que sem saberem coisa alguma da economia animal, e somente guiados da passageira lição de alguns livros intitulados *Medicina domestica*, applicão as receitas, que nelles vêm indicadas, dando, como lá dizem, por páos e por pedras, e ignorando o *quando*, e o *como* elas tem lugar. Verdade he que alguma vez a força da vida he tão enérgica, que vence os erros, e a enfermidade; e eis-ahi hum triumpho para o nosso ignorante curioso, que se considera hum grande Medico, e se authorisa para commetter mais afoitamente multiplicados assassínios.”⁷⁵⁶

De fato, alguns dos mais conhecidos tratados de medicina domestica presentes no mercado editorial luso-brasileiro dedicavam várias páginas ao tratamento das febres. Nesse sentido, destacam-se algumas das traduções de Manuel Henriques de Paiva, como o *Aviso ao povo sobre sua saúde*, de Samuel August Tissot (1728-1797) e a *Medicina Doméstica* de William Buchan (1729-1805). Por outro lado, há de se considerar que Mello Franco e Bomtempo não eram os primeiros a dedicar obras inteiras às febres no ambiente intelectual luso-brasileiro.

Entre os autores que também dedicaram sua pena ao controverso tema, podemos destacar Jozé Manoel Chaves (1746-1811) que publicou a *Febriologia acomodada* (1790), pela Universidade de Coimbra, na qual dedicava-se a tratar das febres mais

⁷⁵⁵ Memoria enfermidades. P.31. A quina era o nome dado à casca da árvore conhecida como Chinchona. Tradicionalmente utilizada para combate a enfermidades como febres e malária, podia ter efeitos nocivos para o organismo humano se ministrada em doses excessivas. No contexto da ilustração luso-brasileira, o *Ensaio sobre a Cinchonina, e sobre sua influencia na virtude da quina, e de outras cascas* (1812) de autoria de Bernardino Antonio Gomes - companheiro de Mello Franco na Academia de Ciências e na viagem de retorno ao Brasil - destacou-se pelo pioneirismo no isolamento da cinchonina, substância responsável pelos efeitos da quina. GOMES, Bernardino Antoinio. Ensaio sobre a Cinchonina, e sobre sua influencia na virtude da quina, e de outras cascas. In.: **História e Memórias da Academia de Ciências de Lisboa**, vol.3, pt. 1. Lisboa: Tipografia da Academia de Ciências, 1812. p.202-218.

⁷⁵⁶ MELLO FRANCO, Francisco de. **Ensaio sobre as febres...** op. cit. p.47.

comuns em Portugal a partir de suas observações como clínico na cidade de Condeixa⁷⁵⁷. Em 1813, já em terras brasileiras, Henriques de Paiva traduziu a obra *Da febre e da sua cura em geral*, do alemão Gottfried Christian Reich (1769-1848), publicada na Bahia em 1813.⁷⁵⁸ De maneira geral, essas obras foram produzidas em diálogo com a longa tradição de debates sobre as febres, cujos enquadramentos hipocráticos ainda se mostravam visíveis no início do século XIX, mesmo que amalgamados com concepções derivadas das transformações epistemológicas que marcaram a medicina setecentista. Esse é o caso, por exemplo, da obra de Chaves. Embora se mostrasse cético quanto ao uso de referências filosóficas mais modernas, acusando-os de tornarem “mais confusa a Escolla Medica”, faz questão de demonstrar seus conhecimentos de correntes iatromecânicas, animistas e vitalistas.⁷⁵⁹ Já a obra de Reich traduzida por Paiva, apresenta forte inspiração vitalista, além de fazer amplo uso de concepções químicas⁷⁶⁰.

Nesse sentido, o trabalho de Mello Franco não é exceção. O médico concebe as febres a partir de um enquadramento essencialmente vitalista, mas em constante aproximação com a tradição hipocrática e autores modernos:

“Tenho para mim como muito provavel, que toda febre he suscitada por hum estímulo qualquer extraordinário, que seja formado em nós mesmos, ou adventício; e que a organização humana dotada de sensibilidade, e irritabilidade faz notável resitencia pra vencer, e expulsar o inimigo, que a incommoda. Deste conhecimento (sem embargo de não ser ainda então conhecida a irritabilidade de Haller) nasceo, que Hippocrates chamou a esta força *Natura medicatrix morborum*: e Sydenham *Affectio vitae conantis mortem avertere*”⁷⁶¹.

Em acordo com os postulados vitalistas, a terapêutica sobre as febres teria como base a regulação da força vital, “a qual, se he excessiva, procuramos refrear; se he diminuta, excitar; e se em fim desvairada, metter no seu devido caminho.” Nesse sentido, como atesta o autor, as qualidades atribuídas ao bom médico se assemelhavam às virtudes prezadas pela tradição hipocrática: “ Isto demonstra que a força vital resultante da constituição orgânica, he quem em geral combate, e vence as doenças principalmente

⁷⁵⁷ CHAVES, Jozé Manoel. **Febriologia Accomodada tambem para ás pessoas curiosas; onde se descrevem o character, as causas, e as espécies das Febres Intermittentes, Malignas, e Inflammatorias, conforme a fiel, e atenta observação, que na praxe de 20 annos tem feito**. Coimbra: Real Officina da Universidade, 1790.

⁷⁵⁸ PAIVA, Manoel Henriques de. **Da febre e da sua cura em geral, ou novo e seguro methodo de curar facilmente, por meio dos ácidos mineraes, todas as espécies de Febre**. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva, 1813.

⁷⁵⁹ CHAVES, op. cit., p.1-9.

⁷⁶⁰ PAIVA, op. cit.

⁷⁶¹ MELLO FRANCO, Francisco de. **Ensaio sobre as febres...** op. cit. p.9

febris; e que o Medico hábil he com muita razão chamado por Hippocrates *Minister Naturae*.”⁷⁶² [grifo meu].

Nessa concepção, as febres seriam caracterizadas não como enfermidades em si, mas antes como “remédio”:

“Se a febre he resultado das forças vitais, e se he a arma, com que a Natureza intenta vencer o inimigo, que a ofende, he claro, que devemos te-la por hum remedio da maior importancia. Damos os parabens aos doentes, quando os achamos com notável diminuição de febre, ou sem nenhuma; porque entendemos, que o adversário, que a Natureza combate, ou se refira, ou está rendido, e não por entendermos, que a febre era a moléstia”⁷⁶³.

Assim, dedica-se a apresentar os casos em que a febre seria causada pelo excesso ou pela falta das forças vitais, aconselhando a terapêutica correspondente a cada um deles. O excesso de forças seria responsável por impelir “energicamente” o sangue para o cérebro, causando dores de cabeça, “perturbação das ideias” ou até “delírios”. Entre seus sinais, constavam pele seca - ou suor – náuseas, urinas escurecidas e fezes “sobremaneira fétidas.”⁷⁶⁴ Nesses casos, aconselhava a aplicação de sangrias, seguidas de toalhas molhadas sobre a testa do paciente para “moderar a excitabilidade do cérebro”. Por fim, sugeria diluentes “diaphoreticos” para eliminar o “calórico acumulado”⁷⁶⁵.

De maneira alternativa, os casos de febre causados por forças vitais diminutas seriam caracterizados pela debilidade dos sistemas “nervoso” e “muscular”, e o médico deveria zelar pelo aumento das forças vitais evitando a tendência que “tomão os humores para a putrefacção.” As febres dessa natureza seriam as mais comuns no Rio de Janeiro, denominadas “phlegmasias”⁷⁶⁶. Contudo, o médico parece surpreso com a ausência de febres contagiosas na capital, tão comuns na Europa:

“Não só pelo que tenho observado por mim mesmo, mas segundo o que tenho inquirido dos Medicos, que por muito annos tem com grande reputação praticado nesta Capital do Brasil, não se encontra febre alguma contagiosa, a não ser exanthematica: o que na Europa, onde o contagio de algumas febres he conhecido até do mesmo povo. Este fenômeno tem assaz exercitado a minha meditação, não só para preencher os deveres de Medico, mas para cahir na conta da razão, ou razões deste acontecimento, bem digno de excitar a curiosidade philosophica”⁷⁶⁷.

⁷⁶² Ibid. p.10

⁷⁶³ Ibid. p.30.

⁷⁶⁴ Ibid. p.31-33.

⁷⁶⁵ Ibid. p.35.

⁷⁶⁶ Ibid, p.36

⁷⁶⁷ Ibid, p.37.

O caso das febres no Rio de Janeiro exigia estudo específico. Segundo Mello Franco, nem os estados febris propostos por Cullen, na época bastante referenciados em várias partes da Europa, seriam aplicáveis na cidade. O médico relacionava três tipos gerais de febre ao modelo nosológico do médico inglês, eram elas: “synocha”, caracterizada por “calor muito augmentado; pulso frequente, forte, e duro; urina rubra; e as funções do sensório pouco perturbadas”; “typho”, definida como “doença contagiosa, calor pouco augmentado; pulso pequeno, débil (...) urina pouco mudada; funções do sensório muito perturbadas; as forças muito diminuídas; e por fim o “syncho”, descrito como “doença contagiosa; febre composta de synocha, e typho; no principio synocha, no progresso, e para o fim typho”⁷⁶⁸. Por razões desconhecidas, nenhum desses tipos de febre seriam verificados na capital, o que era ainda mais surpreendente quando se levava em consideração as altas temperaturas e o terreno pantanoso e úmido da cidade, que deveria favorecer a proliferação de febres contagiosas:

“Mas como, havendo tantas causas combinadas para o desenvolvimento dos effluvios contagiosos, ficão elles sem actividade? He com effeito mui difficil, por não dizer impossível, dar huma explicação, que satisfaça o espirito philosophico: por que, sendo-nos inteiramente desconhecida a natureza de taes effluvios, e, em geral, de todos os diferentes *virus*, e miasmas, que por diversos modos atacão a organização humana, não se póde exactamente dizer, quaes são os grandes agentes da Natureza, que lhes dão, ou tirão a sua força, e energia”⁷⁶⁹.

No entanto, o médico não se conforma em deixar a questão sem resposta. Baseando-se nos estudos de Tiberius Cavallo (1749-1809), William Henley (?-1779) e outros que se dedicaram a questão da eletricidade animal⁷⁷⁰ afirma que a resposta para ausência de febres contagiosas no Rio de Janeiro estaria relacionada à interação da eletricidade corporal dos indivíduos com a atmosfera carregada de fluidos elétricos da cidade:

“Portanto sendo a athmosphera desta Cidade tão electrica (como está referido) he natural, que a organização humana seja continuamente (por assim dizer) saturada daquele fluido; o qual se modifica no cerebro, e se distribue por

⁷⁶⁸ Ibid, p.38. Sobre a influência das concepções de Cullen sobre as febres na Europa na segunda metade do século XVIII, ver: BYNUM, op cit., p.135-147;

⁷⁶⁹ Ibid, p.45

⁷⁷⁰ Sobre os estudos relativos à eletricidade animal na Inglaterra do século XVIII, ver: BERTUCCI, Paola. The Shocking Bag: Medical Electricity in mid-18th-Century London. In.: BEVILACQUA, Fabio, FREGONESE, Lucio (org.). **Nuova Voltiana: studies on Volta and his times**. Pavia: Università degli studi di Pavia, 2003., p.31-42.

todo o systema nervoso, formando provavelmente, o que os Antigos chamavão de *pabulum vitae*, sem conhecerem ainda a electricidade”⁷⁷¹.

Mais adiante, conclui:

“Póde cada hum ter para si o que quiser, mas ficará sendo sempre muito certo, que este fluido he o principal motor dos fenômenos do nosso globo; e que sendo a Natureza varada nos seus effeitos, he muito simples nas suas causa, porque obra, não fazendo mais do que combinações, e modificações; e como nós observamos por tantos e diversos modos o império deste fluido, he quase de necessidade, que a elle se recorra para se explicarem muitos dos fenômenos, que de outros modo são inexplicáveis. Portanto não havendo no Rio de Janeiro as febres contagiosas, que tão comuns na Europa, quando alli se encontrão sem maios indagação motivos muito mais effizes para as haver, sou obrigado a recorrer aos mais poderoso agente da Natureza em o nosso Planeta (o fluido electrico); o qual he super-abundante nesta Cidade, e comparativamente muito diminto na Europa”⁷⁷².

Embora suas conclusões pareçam altamente especulativas, o que nos importa reter é seu esforço apresentar um conhecimento original acerca da nova capital do império. Assim, para além do estudioso atento aos debates filosóficos de sua época, é possível identificar um funcionário real comprometido em registrar sua contribuição num ambiente de florescimento intelectual, onde ser reconhecido poderia significar ganhos políticos valiosos.

Contudo, se suas estratégias realmente seguiam nesta direção, os créditos pelo *Ensaio sobre as febres...* chegariam tarde demais. Como mencionamos acima, a obra só seria publicada em 1825 pela tipografia da Academia de Ciências, poucos anos após a morte de seu autor.

Na próxima seção, acompanharemos os últimos anos de vida de Mello Franco no Rio de Janeiro. Apesar de ter conseguido se estabelecer com certo conforto na corte, jamais reconquistaria o prestígio e a prosperidade de que gozava em Lisboa, o que certamente não ajudou a dissipar a insatisfação que demonstrou desde que retornou ao Brasil em 1817.

⁷⁷¹ MELLO FRANCO, Francisco de. *Ensaio sobre as febres...* op. cit. p.47

⁷⁷² Ibid, p.48.

- Entre intrigas e conspirações: a suposta expulsão de Mello Franco do Paço e seus últimos anos de vida.

Os últimos anos de vida de Mello Franco têm sido objeto de controvérsias. De maneira geral, alguns de seus biógrafos afirmam que teria morrido na miséria depois de perder sua fortuna e ser sido expulso do Paço, embora as causas para isso sejam obscuras. Já mencionamos as supostas animosidades entre o médico e D. João VI descritas por Pereira da Costa, no entanto, para além do curto período em que teria sido advertido a não entrar no Paço sem aviso prévio, o biógrafo não menciona nenhuma expulsão.

Por outro lado, no *Elogio Histórico de Mello Franco lido na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro* em 1831, José Martins da Cruz Jobim afirma que o monarca “o acolheu com muito agrado, e benignidade”, mas que posteriormente, o médico teria sido vítima de intrigas na corte que o difamaram junto ao rei⁷⁷³. Ao que parece, teria sido acusado de participar da conspiração em Lisboa em 1817, e mesmo tendo conseguido provar sua inocência, “depunhão contra elle as suas opiniões liberaes, e tel-as era mais do que nunca hum crime na epoca, em que os acontecimentos recentes em Pernambuco trazião os cortesões em hum estado como convulsivo”. Segundo Jobim, a mera suspeita teria sido suficiente para a sua expulsão, fazendo-o “perder as esperanças de huma retribuição dos sacrificios que tinha feito”⁷⁷⁴.

A versão de Jobim foi reproduzida no curto verbete dedicado ao médico no *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Francisco Innocencio da Silva, que descreve “animos convulsos e irritados contra as doutrinas liberaes, a que Mello Franco era reconhecidamente afeiçoado”⁷⁷⁵. Theophilo Braga, por sua vez, atribui a suposta expulsão a sua vinculação ao “partido político da emancipação do Brazil, de que era chefe o seu amigo José Bonifácio de Andrade”⁷⁷⁶. Entre os biógrafos do século XX, Rocha limita-se a citar a versão de Pereira da Costa, e Carvalho classifica as acusações a Mello Franco como “mentiras ou calúnias”⁷⁷⁷.

Contudo, as versões sobre as circunstâncias de sua morte parecem ser mais consensuais, revelando que sua saúde piorou de maneira considerável a partir de 1821. Voltamos assim ao relato de Pereira da Costa, que parece ser o mais completo:

⁷⁷³ CRUZ, José Martins da Cruz. *Elogio Histórico de Mello Franco...* op. cit. p.13.

⁷⁷⁴ Ibid.,p.14.

⁷⁷⁵ SILVA, Francisco Innocencio da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vol.3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858., p.10

⁷⁷⁶ BRAGA, op. cit., p.697.

⁷⁷⁷ CARVALHO, op. cit. p.42.

“Sentindo se doente, cocheceo que tinha lesão na trachea; principiou logo a trata se, esteve fora da cidade alguns meses. Logo que voltou piorou: veio pouco tempo depois visitá-lo seu filho mais velho que vivia em São Paulo, e achando-o bastante doente persuadiu que fosse para aquela cidade, cujo clima lhe podia fazer beneficio. Com efeito Mello Franco sem fazer disposição alguma testamentaria, e acompanhado por um amigo, que tinha sido seu companheiro na viagem de Lisboa para esta Corte, e de um escravo, embarcou no navio Lusitano e Sahio para Santos a 22 de abril de...1822.

Infelizmente não conseguiu nada na cidade de São Paulo, resolveu voltar para o Rio de Janeiro; embarcou em Santos em uma canoa para poder vir perto da terra; desejando desembarcar, porque se achou peor, pôde chegar à Ilha dos Porcos, estando a canoa em terra, entregou o seu espírito ao Creador no dia 22 de julho de 1822, às 10 horas da manhã, com quase 65 annos. Os remadores e o seu escravo fizeram uma cova, e na presença do amigo que o acompanhou, sepultaram no conforme estava vestido; puzerão uma cruz para signal de esta ali um corpo humano, e vierão dar parte às suas filhas”⁷⁷⁸.

A data de seu fim melancólico numa ilha desabitada do litoral paulista também é incerta. Na verdade, Pereira da Costa é o único que atribui o acontecimento a julho de 1822, enquanto todos os outros referem-se a julho de 1823, que parece ser a data mais provável.

Outra questão que aparece com frequência nos relatos sobre os anos finais do médico diz respeito à perda de sua fortuna, como descreve Jobim:

“demais tinha posto a sua fortuna nas mãos de hum negociante, seu falso amigo, que, segundo contão, fez huma d’estas banca-rotas fraudulentas, que aimpunidade tem tornado tão commun entre nós, e assim vio em hum dia fugir de seus filhos hum patrimônio, que tinha sido fructo de tantos anos de fadigas”⁷⁷⁹.

Conforme temos acompanhado, Mello Franco estabeleceu alguns negócios durante os anos em que permaneceu na corte Rio de Janeiro, sendo plausível que tenha de fato sido vítima de um golpe. Nesse sentido, Pereira da Costa conta versão um pouco diferente da de Jobim, dando a entender que o médico perdeu grande soma, mas não toda sua fortuna: “Dous negociantes desta praça Thomaz Soares de Andrade, e Caetano José de Almeida, tinham-lhe aceitado três contos de reis para lhe darem um por cento ao mez; estes homens faliram e perdeu aquella quantia”⁷⁸⁰.

A última carta de Mello Franco à qual tivemos acesso nos fornece algumas pistas sobre algumas dessas questões. A missiva de 29 de fevereiro de 1820 foi escrita em

⁷⁷⁸ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit. p.28.

⁷⁷⁹ JOBIM, op. cit. p.13.

⁷⁸⁰ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit. p.26.

resposta a uma carta enviada por Joaquim em janeiro daquele ano. O médico afirma não ter respondido antes por conta do reumatismo no braço direito, que o impedia de “escrever com facilidade.” Em seguida, comenta ter enviado o decreto da Murça honorária de seu irmão, cônego em Minas Gerais: “Não se deve desestimar, visto que o mundo se governa quase sempre pelas aparências, e nessa altura faz expectativa. Muito gôsto terão nossa Mãe e Irmãs de lha verem”⁷⁸¹.

O assunto seguinte diz respeito aos rendimentos do que parece ser o ofício de escrivão na comarca de Sabará, deixados aos cuidados de Joaquim:

“Com a instalação da Comarca deve subir o rendimento do Officio pela anexação de algumas sub Provedorias: portanto devo entregar tudo ao seu zêlo fraternal. Agora escrevo ao Teixeira para que VM ahi receba todo o rendimento; ainda que isto parece escusado, por que há 15 ou 16 mezes o aveisei da Procuração, que lhe dei para VM ahi vigiar em tudo sobre as dependências do Officio, ao que elle me respondeo dizendo, que estimava a minha deliberação, pois pela distancia não podia servir-me como desejava. Agora acrescento que isso que houver de receber, seja Distribuido , como melhor entender, para nossas irmãs: torno a dizer, como melhor entender, segundo a situação de cada huma. Não sei o que he, mas desejo que possa prestar para alguma coisa”⁷⁸².

Não temos notícia de que Mello Franco tenha recebido outra mercê de ofício entre 1802 e a data da carta. Assim, é possível que o aumento de rendimentos ao qual o médico se refere diga respeito à criação da Comarca de Paracatu, desmembrada de Sabará em 1815. Com a divisão, Mello Franco acumulou os dois cargos de ofício, ocasionando o aumento dos rendimentos. Também é possível que a pessoa a quem se refere como Teixeira seja o serventuário nomeado pelo médico para ocupar o cargo em sua ausência.

De fato, a situação pecuniária do médico não parecia estar em seu melhor estado naqueles tempos, situação agravada pelas consideráveis somas despendidas com seus familiares em Minas Gerais e no Rio de Janeiro:

“VM sabe quais são as [ilegível] circunstancias sustentando há muitos anos [ilegível] família numerosas. Deos me tem dado saúde para as manter com fartura, e decência. Agora o horizonte tem-se mostrado mais negro.

(...)O Justiniano está Physico-Mor de São Paulo, e Inspetor da Vacinação em toda a Capitania. Além da representação estes dous empregos podem sustenta-lo muito bem. Portanto em pouco tempo terei de menos esse para mim gravissimo ônus [sublinhado pelo autor]. Também espero que o Francisco tenha alguma arrumação em Villa Rica. Elle aqui se acha com sua mulher, e duas filhinhas que há 7 ou 8 meses vieram (dizem eles) para terem a consolação de me

⁷⁸¹ Carta de 29 de fevereiro de 1820. Arquivo IHGB, Lata 115, Doc. 11, nº4

⁷⁸² Idem

conhecerem. Quanto à nossa saúde digo, que eu vou andando, conforme deixar. Anna passa menos mal: Maria, que era sadia, tem-se adoentado, e dá-me ainda cuidados, sem embargo de estar melhor. João está bom, e as velhas vão como que são. Admiro-me de me não faltar no dinheiro, que tenho em meu poder. Elle está seguro”⁷⁸³.

Mello Franco não dá mais detalhes sobre o que descreve como “horizonte mais negro”. A situação poderia estar relacionada tanto à perda de seus investimentos à qual seus biógrafos se referem, quanto às reduzidas possibilidades de zelar pelo sustento de sua família diante do agravamento de seu estado de saúde, o que o levava a depositar esperanças na independência financeira dos filhos.

Pelo que fica claro, Justiniano, assim como afirmou Pereira da Costa, continuou sustentado pelo pai por muitos anos após o retorno de Göttingen. Também é possível saber mais sobre a vida de Francisco, o filho mais novo enviado ao Brasil em 1807. Antes destinado aos estudos eclesiásticos em Coimbra, agora reaparece como escrivão em Villa Rica, casado, com dois filhos, porém ainda dependente do pai, assim como Justiniano. Além das referências à saúde de Anna e Maria, Mello Franco também menciona “João” e “as velhas”. Não sabemos quem são, mas certamente são pessoas que passaram a viver com a família no Rio de Janeiro, visto que não há qualquer referência a eles nas cartas enviadas a José Bonifácio em Lisboa e nem durante a viagem para o Brasil.

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas no jogo político da corte, a carta contém um trecho revelador:

“Quis El Rey voluntariamente honrar-me com a Commenda; a qual, ainda que nada mudou a minha fortuna, servio de mostrar ao Publico de Portugal, e do Brasil, que eu não tinha desmerecido no serviço de S. Magestade; ouvendo-as mordem-se.”⁷⁸⁴

Tratava-se, naturalmente, da Comenda da Ordem de Cristo conferida ao médico no ano anterior, como mencionamos acima. Se, por um lado, não temos clareza quanto às movimentações de nosso personagem pelos meandros das intrigas de corte, seu desabafo com Joaquim deixa claro que foi sim alvo de acusações. Assim, cumpre tratar da questão à luz do ambiente político na corte na ocasião da chegada de nosso personagem ao Rio de Janeiro.

⁷⁸³ Idem.

⁷⁸⁴ Idem.

Quando as naus que traziam a princesa Leopoldina aportaram na capital no final de 1817, o recém-criado Reino Unido experimentava um clima de forte agitação política que submetia a monarquia a pressões vindas de várias direções. Como tratamos acima, o levante iniciado em Pernambuco no mês de março, além de ter se afirmado como um movimento efetivo de contestação da ordem monárquica, havia contribuído para demarcar tensões crescentes entre setores que se aglutinavam em torno de uma emergente identidade *brasileira* que, apesar de suas descontinuidades, começava a se contrapor com mais clareza à identidade *portuguesa*, sobretudo no Nordeste. Do outro lado do atlântico, a descoberta da conspiração em Lisboa no mês de abril era mais um grave indício das insatisfações com o ordenamento político vigente, em parte resultante de frustrações com a ordem política que se avolumavam desde a partida da corte. Diante dessas manifestações, as duras lutas de independência travadas em boa parte da América espanhola apontavam um enredo indesejado para o Brasil, porém cada vez mais provável. O clima de tensão também excitava temores mais antigos entre setores das elites brasileiras, sobretudo relacionados à possibilidade sublevações entre as camadas sociais empobrecidas, como mestiços, negros e desempregados.⁷⁸⁵ Isso sem falar, é claro, nos ecos das inconfidências ocorridas em Minas e na Bahia nas últimas décadas do século XVIII.

Nesse contexto de sensibilidades aguçadas, era natural que acusações de colaboração com movimentos conspiratórios -verdadeiras ou não- se tornassem arma política eficaz para arruinar reputações entre desafetos na corte. O fato de o movimento desbaratado em Lisboa ter sido em grande parte articulado pela sociedade secreta Supremo Conselho Regenerador, como vimos acima, certamente contribuiu para instigar o clima de delações. Não à toa, a Coroa proibiu o funcionamento de toda e qualquer associação dessa natureza em março de 1818.⁷⁸⁶

Em um ambiente como esse, Mello Franco, um médico outrora condenado por heresia e dogmatismo pela inquisição, e que havia deixado Lisboa não muito após a prisão dos conspiradores de 1817, poderia se tornar presa fácil, mesmo que nada de mais concreto indicasse que tivesse estabelecido qualquer aproximação com os revoltosos. Além disso, sua vulnerabilidade às intrigas seria ainda maior, uma vez que não podia mais contar com a ajuda de seu suposto protetor na corte, o Conde da Barca, falecido pouco antes da partida.

⁷⁸⁵ VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime Português...** op. cit. p.220-223.

⁷⁸⁶ VILLALTA, op. cit. p.221.

Por outro lado, isso também nos leva a refletir sobre as efetivas inclinações liberais de nosso personagem. Pelas fontes a que tivemos acesso, Mello Franco nunca expressou crítica direta ao regime absolutista português. Tanto em suas manifestações públicas quanto privadas, sempre se mostrava como um típico representante do reformismo ilustrado comprometido com a reforma do império e fiel ao monarca. Já mencionamos suas referências sempre negativas à destituição da monarquia absolutista francesa durante a revolução, assim como seu desprezo pelo despotismo napoleônico. Contudo, isso não significa que suas posições políticas não pudessem ter nuances mais variadas.

Miriam Dolhnikoff nos lembra que José Bonifácio também se mostrou profundamente comprometido com as reformas ilustradas e com a monarquia portuguesa ao longo de toda sua carreira. No entanto, não hesitou em abandonar seu autoexílio em Santos e retornar ao centro do debate político a partir 1821, quando acabaria apoiando a reivindicação das cortes constituintes convocadas pela Junta Provisória que governava Portugal desde sublevação no Porto. Segundo a autora, isso demonstrava que seu comprometimento com a reforma do império estava acima de seu apoio ao absolutismo de D. João VI. Assim, uma vez que esse modelo de governo se mostrou um empecilho às transformações que desejava ver implantadas, não hesitou em dar seu apoio à monarquia constitucional proposta pelas cortes em Lisboa⁷⁸⁷.

Em 1821, a Família Real finalmente cedeu às pressões pela criação de uma constituição e retornou para Portugal em 3 de julho, deixando o príncipe D. Pedro como regente no Brasil. Maria Nizza da Silva mostra que, nessa época, o ambiente literário de algumas das principais cidades brasileiras encontrava-se inundado de livretos, folhetos e jornais comprometidos com a divulgação de novos conceitos políticos para uma população até então praticamente ignorante a respeito de termos como “constituição” e “liberdade”, embora ainda se mostrasse simpática à manutenção da monarquia e da união com Portugal⁷⁸⁸.

Embora não haja notícia de que Mello Franco tenha se lançado no debate político durante esses tempos, o médico parecia contar com a simpatia de D. Pedro, o que indica que, se em algum momento houve animosidade contra sua figura no Paço, o mal-estar tendeu e se dissipar após a partida de D. João VI. O Diário das Cortes Geraes revela que no dia 29 de janeiro de 1822, uma apostila régia transmitida pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino conferia ao médico o “lugar de escrivão, da provedoria dos defuntos,

⁷⁸⁷DOLHNIKOFF, op. cit. p.111-118.

⁷⁸⁸SILVA, Maria Nizza Beatriz da. **A cultura luso-brasileira...** op. cit. p.229-233.

e ausentes, capelas, e resíduos da villa de Pintangui”⁷⁸⁹. Era a segunda mercê do tipo que o médico recebia, e logo se apressou para solicitar permissão para indicar serventário⁷⁹⁰.

A graça foi concedida vinte dias após o fatídico 9 de janeiro de 1822, quando D. Pedro rompeu com a determinação das cortes para que retornasse a Portugal e se juntasse à Família Real. A decisão do príncipe regente foi em grande parte motivada pelo fracasso dos trabalhos constituintes em conciliar as variadas demandas de brasileiros e portugueses na nova ordem política que se pretendia estabelecer no Império. Com as possibilidades de manutenção dos laços entre Brasil e Portugal cada vez mais distantes, a separação passava a ser vista como caminho inevitável, a despeito das inúmeras divisões internas dos dois lados. Assim, a decisão de D. Pedro em permanecer no Brasil em janeiro já indicava um aceno favorável à causa brasileira, embora a situação só tenha se definido no segundo semestre.

Nesse sentido, a mercê a Mello Franco num momento tão decisivo pode indicar uma certa afinidade política entre o médico e o príncipe regente, o que, sem dúvida, aproximaria Mello Franco da postura pragmática de Bonifácio em relação ao poder monárquico. De qualquer forma, tudo indica que o médico continuou a gozar de certo prestígio na corte durante os anos seguintes. Mesmo após sua morte em 1823, seus filhos continuariam a se dirigir ao poder régio em seu nome.

Quando a ruptura efetiva com Portugal se consolidou, Justiniano seguiu os passos do padrinho, Bonifácio, e engajou-se nas lutas pela independência em São Paulo. Em dezembro de 1822, entrou com pedido para ser condecorado com o hábito da recém-criada Ordem do Imperial Cruzeiro afirmando sua fidelidade à nova nação “desde o primeiro momento em que o Despotismo foi banido de este rico e vasto Império”⁷⁹¹. A condecoração havia sido concebida na ocasião da coroação D. Pedro I no início do mês, com o objetivo de homenagear brasileiros e estrangeiros notáveis na vida política da nação agora emancipada de Portugal. No dossiê de Justiniano, disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o médico refere-se a sua descendência de Francisco de Mello Franco e aos serviços de seu pai na Câmara Real, além de ter anexado a ordem régia que o conferiu Hábito da Ordem de Cristo em 1819. Detentor do mesmo hábito desde 1813, Justiniano também destaca sua atuação como Físico-mor interino das tropas da província

⁷⁸⁹ **Diário das cortes geraes, extraordinárias, e constituintes da nação portuguesa. Segundo anno da legislatura.** Vol.6. Lisboa: Imprensa nacional, 1822. p.184.

⁷⁹⁰ ANRJ, Desembargo do Paço, Código: 4 K, Notação: Cx. 67 Doc. 23.

⁷⁹¹ Processo para requisição da condecoração com o hábito da Ordem Imperial do Cruzeiro... op. cit.

de São Paulo, além de suas contribuições como inspetor geral da vacinação e na produção de regulamento para os hospitais da cidade. Também anexou atestados de seus superiores com elogios sobre sua atuação na organização do hospital militar da cidade e na luta na Legião das Tropas Ligeiras de São Paulo⁷⁹².

Quanto a Francisco, este finalmente herdou o ofício de escrivão em Sabará, negado em 1807, na ocasião de sua partida de Lisboa. Em 1826, o filho mais novo de Mello Franco solicitou declaração de isenção donativos e terças partes dos rendimentos do ofício, do qual agora possuía mercê vitalícia. Além desses encargos, também deveria pagar uma pensão de 300 mil réis para subsistência de suas duas irmãs solteiras⁷⁹³. Também solicitava receber os rendimentos acumulados entre a data da morte de seu pai e o momento em que assumiu o ofício, que se encontravam recolhidos aos cofres públicos. A resposta positiva do imperador veio em 1827. O herdeiro ficaria isento dos encargos como solicitado, porém, por falta de documentos comprobatórios previamente exigidos pelo poder régio, continuaria privado dos rendimentos recolhidos após a morte de Mello Franco⁷⁹⁴.

De resto, o que sabemos é retirado do relato de Pereira da Costa. Segundo o biógrafo, os filhos de médico:

“Venderão tudo quanto possuíam, incluindo a livraria de mil e trezentos volumes por trezentos mil reis, a para a Biblioteca Publica. Devião ter continuado a viver juntos mas separaram-se e alugaram a casa da rua do Lavradio, por seiscentos mil reis, pelo tempo que lhes faltava para se pagarem a despeza que seu pai ali fez”⁷⁹⁵.

De fato, a biblioteca de Mello Franco foi vendida em janeiro de 1824 para a Biblioteca Publica Imperial. No entanto os números eram outros: de acordo com as informações no catálogo disponível na atual Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a biblioteca do médico era composta de 1593 volumes, divididos em sete categorias. Eram elas: Teologia, Direito, Ciências e Artes, Belas Letras, Clássicos, Historia e Medicina. Além disso, foi vendida por valor bem menos modesto que o mencionado pelo biógrafo: 1:200\$000⁷⁹⁶.

⁷⁹² Não sabemos, contudo, se Justiniano teve seu pedido atendido. Ibid.

⁷⁹³ **Diário Fluminense**, 3 de março de 1826, p.1

⁷⁹⁴ ANRJ, Desembargo do Paço, Código: 4 K, Notação: Cx. 67 Doc. 26.

⁷⁹⁵ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit. p.30.

⁷⁹⁶ Catálogo de livros do dr. francisco de mello franco... op. cit.

Por fim, se Justiniano e Francisco parecem ter conseguido meios de se sustentar após a morte do pai, a sorte de suas irmãs não parece ter sido a mesma. Pereira da Costa afirma que Anna e Maria jamais receberam a pensão que deveria ser repassada por Francisco, o que contribuiu para as enormes dificuldades pecuniárias que marcaram o final de suas vidas. Maria teria padecido da mesma doença de seu pai, razão de sua morte em 25 de abril de 1828. Anna, no entanto, não teria apresentado saúde frágil, mas sem ter do que se sustentar, foi obrigada a depender de caridade:

“...habitou por mais de dous anos em uma caza na rua Sta. Thereza da qual não pagava aluguel; nos anos seguintes 1830 a 33 a sua miseria foi extrema, teria morrido de fome, porque não podia sahir a pedir esmola, em razão das enfermidades que sofria, se não fosse um afillhado de sei pai, que tinha educado como seu filho, este individuo tendo escassos meios de subistencia, do pouco que tinha repartia com ela, e assim lhe foi amparando a vida; lembrou-se de recorrer ao Exmo. Sr. Mordomo da Caza Imperial Paulo Barbosa da Silva, e pedir-lhe uma habitação para aquela desgraçada senhora, que não tinha onde se recolher, nem com que comprar o sustento diário; mandou-lhe dar um quarto por cima das cocheiras do Paço da cidade; para onde foi residir em 1833: ali ficou vivendo, sendo socorrida pela mesma pessoa, que tinha essa obrigação como se fosse seu irmão; mas vendo que suas moléstias augmentavão, e que lhe era preciso fazer maiores despesas, valeo se de alguns amigos e conhecidos, entre os quais promoveo uma pequena subscrição para cobrir os dispêndios que ele só não podia fazer. Alguns médicos lhe assistiram nas ocasiões em que esteve mais gravemente doente, tendo em consideração de quem a doente era filha”⁷⁹⁷.

Se os fatos realmente se desenrolaram desta maneira, não há dúvida de que teriam significado grande frustração ao patriarca da família. A prosperidade dos filhos parece ter sido de grande preocupação para o médico, sendo inclusive, uma das razões que alegou para seu retorno ao Brasil. Caso tivesse permanecido em Lisboa, sua vida poderia ter tomados rumos alternativos, mas não há porque nos estendermos em especulações desse tipo nesse momento. O fato é que, a julgar pela sua trajetória, a vinda para o Rio de Janeiro foi mais um de seus cálculos políticos visando a conquista de posições mais favoráveis na corte, de preferência que pudessem ser convertidas em vantagens para seus familiares. Contudo, o ousado movimento cobrou seu preço tão logo os Mello Franco pisaram na nova capital, ocasionando um final melancólico para uma carreira construída com zelo.

⁷⁹⁷ **Resumo histórico da vida de Mello Franco...** op. cit. p.31-32.

- Considerações finais: para sempre um herege e dogmático?

Quando deu seu último suspiro no litoral paulista, Mello Franco pôs fim a uma longa trajetória que perpassou momentos cruciais do reformismo ilustrado português. Na verdade, não seria forçoso dizer que sua biografia inicia e termina com o reformismo. Nascido em 1757, em pleno pombalismo, apenas dois anos antes da expulsão dos jesuítas, entrou para a Universidade de Coimbra nos primeiros anos após a crucial reformulação de seu currículo. Lá, flertou com os limites da ilustração lusitana ao ser denunciado e punido por conta de seu interesse por ideias que causavam furor às autoridades, ao mesmo tempo em que eram necessárias para redefinir as diretrizes políticas e econômicas do império. Se, por um lado, seu processo na inquisição mostra até onde a mão estatal estava disposta a ir para manter o controle da renovação ideológica, por outro mostra a decadência do aparato censório português, sendo a última condenação do tipo realizada pela inquisição portuguesa e, posteriormente, aliviada pelo perdão régio. Quando retomou seus estudos, Mello Franco viu-se no meio de debates sobre o real alcance dos Estatutos de 1772, sobretudo no contexto do governo mariano. Não ficou alheio aos eventos e participou na publicação de poema satírico que acabaria por se tornar uma fonte incontornável para quem pretende compreender a vida universitária de Coimbra naqueles tempos.

Desde que chegou a Lisboa no final da década de 1780, contou com ventos favoráveis para sua ascensão. A rápida admissão como membro correspondente foi acompanhada da publicação de sua primeira obra não muito depois, abordando o tema da educação infantil. Tratava-se de debate que estava na ordem do dia para as mentes reformistas do reino, e aliado ao tratamento da Condessa de Óbidos, contribuiu para que o médico fosse catapultado para os espaços da elite médica de Lisboa. Durante esses anos, contribuiu para as tentativas de reorganização das profissões médicas no reino como deputado da Junta do Protomedicato, além é claro, de participar da junta de notáveis médicos que declararia o impedimento da Rainha.

Durante os primeiros anos do Oitocentos, usou do prestígio alcançado para proteger seus filhos durante os difíceis anos das invasões. Justiniano foi seguir os passos do pai na carreira médica estabelecendo-se em Göttingen, onde faria seus estudos. Francisco, depois de frustrada tentativa de iniciar os estudos eclesiásticos em Coimbra, foi enviado para o Brasil às vésperas da invasão francesa. Tudo indica que o médico

conseguiu manter sua clínica na capital apesar das dificuldades. Seu apoio discreto às tropas portuguesas, por meio da doação de bestas muares, indica que se esquivou de um envolvimento mais direto nos eventos, talvez prevendo represálias futuras dependendo do desenrolar da ocupação.

Se foi mesmo essa a sua estratégia, pode-se dizer que foi bem-sucedida. Em 1810, enquanto a academia perseguia e isolava os supostos colaboradores de Junot durante a ocupação, Mello Franco era eleito para o quadro de membros da instituição. Mais uma vez, navegaria ao sabor das brisas dos novos tempos. Com o fim das invasões, o poder central concentrou-se na retomada da governação, o que incluía o fortalecimento de medidas preventivas no campo da saúde preventiva. Mello Franco torna-se ávido militante da divulgação da vacina antivariólica em Portugal, além de publicar sua obra mais robusta: um tratado sobre higiene produzido à luz da tradição iniciada por médicos reformistas de meados do Setecentos, notadamente Antônio Ribeiro Sanches. Durante essa época, nota-se também que o médico já havia acumulado prestígio suficiente para escolher os espaços que considerava mais estratégico ocupar. Seu entusiasmo com a *Instituição Vaccinica* de Lisboa contrasta com sua recusa para assumir cargo na Junta da Saúde e sua relutante atuação como vice-secretário da Academia, ambos apontados como cargos burocráticos que tomariam tempo demasiado de sua clínica, maior fonte de seus vencimentos. Também se utilizou de sua influência na capital para catapultar a carreira de Justiniano, que acabara de retornar de Göttingen. Como se sabe, apesar de ter sido aceito em todos os espaços da elite médica ocupados por seu pai, o filho mais velho de Mello Franco fracassou em converter o poder de suas conexões familiares numa rendosa clínica.

Com a aproximação da década de 1820, os tempos se mostrariam nebulosos em Portugal mais uma vez. A radicalização política que se seguiu à descoberta da conspiração de 1817, o que contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos. Apesar de ainda ocupar posição confortável na elite médica de Portugal, o velho médico decide fazer sua aposta mais ousada: atravessar o atlântico como primeiro médico da Princesa Leopoldina e estabelecer-se de maneira definitiva na corte do Rio de Janeiro. Embora as razões para decisão tão radical ainda sejam um tanto obscuras, sabe-se que a expectativa de conseguir melhores colocações para seus filhos esteve entre elas.

Contudo, frustrou-se com a escolha. O arranjo político encontrado pelo médico ao desembarcar na nova capital mostrou-se adverso ao que planejava. Viu-se tragado pelas intrigas da corte e não recebeu as recompensas que esperava, embora seus filhos tenham

conseguido se estabelecer e se livrar da dependência do pai. A frustração de Mello Franco duraria até seus últimos dias, quando finalmente tiveram fim os seus dias naquela ilha deserta.

Diante disso, nunca é demais destacar que a trajetória de Mello Franco não é atípica no iluminismo português. Ao longo do trabalho, pudemos verificar que seu caminho também tangenciou o de outros sábios também alçados à elite intelectual e cortesã por conta de sua produção acadêmica e conexões pessoais. Por outro lado, também não se pode perder de vista a potência de seu intelecto. Analisar as obras de Mello Franco é fazer um mergulho em alguns dos mais pertinentes debates médicos e filosóficos da segunda metade do século XVIII e início do XIX, e vê-las à luz de sua trajetória pessoal nos permite compreender como que esses conhecimentos foram postos de maneira original, e por vezes, até inédita, a serviço de suas estratégias de ascensão social e de sua militância pela reforma da saúde no reino.

Mas há outras dimensões de sua biografia que parecem não se encaixar muito bem nessa narrativa. Sabemos que, se por um lado, o médico é reconhecido pela historiografia como um homem de ciência engajado no reformismo ilustrado português, também é frequentemente caracterizado como um polêmico autor de obras anônimas de relativo impacto no universo literário da Lisboa do seu tempo. Isso nos coloca diante de uma pergunta inevitável: se assim o foi, como sua atuação nos subterrâneos das publicações apócrifas interage com sua trajetória na corte e na elite médica? Ao se debruçar sobre a questão, somos imediatamente tragados pelo terreno pantanoso das autorias de obras anônimas no qual, a não ser que se tenha acesso a fontes que provem de maneira inequívoca que determinada obra foi produzida por um autor e não outro, tudo o que se tem são hipóteses e suposições tecidas partir do contexto que se investiga.

Esse é o caso de nosso personagem. Pelo menos cinco obras anônimas são atribuídas à pena de Mello Franco, são elas: o poema *Noite sem somno*, supostamente escrito durante o tempo em que esteve preso pela inquisição, o *Reino da estupidez*, as duas *Respostas ao Filósofo Solitário* e polêmica *Medicina Theologica*. Já discutimos as questões relativas a cada uma delas e não cabe retomá-las nesse momento. Contudo, isso não nos impede de reformular a pergunta em outros termos. Ao invés de nos questionarmos se o médico é ou não o autor dessas obras, talvez seja mais interessante indagar porque elas são atribuídas a ele, o que não torna o desafio mais simples, mas nos permite algumas indagações.

Sem dúvida, o caso mais emblemático é o da *Medicina theologica*. Como mostramos, em nenhum momento Mello Franco foi alvo da desconfiança de Pina Manique. Pelo contrário, os esforços investigativos do Intendente Geral de Polícia se restringiram ao suposto círculo de libertinos ligado ao embaixador americano em Lisboa e resultaram na prisão de Caetano Dragazzi. Embora a própria autoria do veneziano também seja questionável, visto que não possuía formação médica, a única evidência que aponta para a Mello Franco são os papéis do bibliotecário de D. João VI, Joaquim Damaso, supostamente encontrados por Inocêncio Silva e citados em seu dicionário. A confissão do médico ao bibliotecário jamais pôde ser comprovada para além do relato de Inocêncio, mas ainda assim foi tomada como verdadeira por parte da historiografia.

Mas o que possibilitou uma apropriação tão larga de um relato tão frágil? Talvez o passado libertino de Mello Franco, condenado e preso pela inquisição, tenha sido tomado como chancela suficiente para afirmar a crença de que o médico teria continuado com suas atividades subversivas por praticamente toda a vida. Dos quatro períodos de sua trajetória que tomamos como referência para a produção deste trabalho, três são marcados pela suposta participação do médico em pelo menos um evento subversivo: durante o período universitário, temos a prisão, as noites sem sono, o reino da estupidez. Na transição para Lisboa temos as repostas ao Filósofo Solitário e, poucos anos depois, a *Medicina Theologica*. Por fim, após sua volta ao Brasil, temos as supostas acusações de conspiração contra a monarquia e a “expulsão” do paço.

Contudo, ao acompanhar a trajetória do médico mais de perto, o que se nota é um personagem bastante comprometido com sua ascensão na corte e com a conversão das suas conquistas em benefícios para si e sua família. Ao longo do caminho, evitou ser identificado com os posicionamentos mais extremados que marcaram os debates políticos portugueses em momentos cruciais das décadas finais do reformismo ilustrado, abstendo-se de polêmicas que pudessem atrapalhar suas possibilidades de ascensão. Nessa perspectiva, se Mello Franco teve de fato a participação decisiva que lhe atribui parte da historiografia nesses eventos, é de se supor que levasse uma espécie de vida dupla, desdobrando-se entre suas articulações na corte e os subterrâneos da libertinagem. Nesse caso, caberia questionar se o pai zeloso e militante da saúde pública em Portugal estaria mesmo disposto a se submeter ao risco constante de ser descoberto e cair em desgraça. Pelo que pudemos verificar até aqui, a resposta parecer ser não, mas isso não impede que investigações futuras apontem o contrário.

Por outro lado, isso não quer dizer que nosso personagem não tivesse suas críticas à monarquia e à condução das reformas, assim como vários outros homens de posição similar à sua. Nesse sentido, parece mais provável que sua posição não ficasse muito distante da de José Bonifácio, conforme defendida por Miriam Dolhnikoff. Ou seja, de convicções liberais, via a relação com a coroa como uma união de interesses entre um homem ávido por ascensão social e de vasto interesse literário e um governo debilitado, com a urgente necessidade de se reinventar para se conservar. A partir daí, negociou sua fidelidade e dedicação às pautas do governo central na medida em que enxergava possibilidades de obter ganhos políticos e econômicos, sempre navegando de maneira cuidadosa nas águas tempestuosas das relações de corte do Império Português.

Bibliografia:

ABREU, Laurinda. A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados. In.: CARDOSO, Adelino; OLIVEIRA, António Braz de; MARQUES, Manuel Silvério(ed.). **Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. 2010, p.97 – 122.

_____. **Pina Manique**: um reformador no Portugal das Luzes. Lisboa: Gradiva, 2013.

_____. Portuguese experiences of artificial infant feeding in the late eighteenth century. **Food & History**. No prelo.

ABREU, Jean Luiz Neves. **Nos domínios do corpo: o saber medico luso-brasileiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011

_____. A educação física e moral dos corpos: Francisco de Mello Franco e a medicina luso-brasileira em fins do século XVIII. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS. n. 2. p. 65-84, dez. 2006. v. 32.

_____. As práticas científicas no contexto luso-brasileiro do século XVIII: trajetórias individuais e redes de sociabilidade na historiografia. In.: OLIVEIRA, Braga; et. al. (orgs.). **Cadernos de resumos & Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia**: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011

ALVES-CAETANO, António. Encontros e desencontros epistolares: governadores do reino a norte de câncor e corte em capricórnio (1808-1820). In.: FARIA, Ana Leal; AMORIM, Maria Adelina. **O Reino sem corte: a vida em Portugal com a vinda da corte para o Brasil (1807-1821)**. Lisboa: Tribuna, 2011. p.19-50.

ALVIM, Marcia; MARINHO, Maria Gabriela. Tensões da medicina erudita no contexto da emancipação política: as trajetórias de Justiniano de Mello Franco e João Carlos de Oyenhausen-Gravenburg e suas conexões com o hospital militar de São Paulo (1819-1839). In.: ALVIM, Márcia Helena (org.). **Conhecimento, cultura e circulação de ideias na América Colonial luso-hispânica**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2014, p.181-202.

ARAÚJO, Ana Cristina. O Filósofo Solitário e a esfera pública das Luzes. In.: **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

_____. O processo político. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal. O Liberalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.21-56.

BADINTER, Elizabeth. **As paixões intelectuais**: desejo de glória (1735-1751). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

_____. **As paixões intelectuais**: exigência de dignidade (1751-1762). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

_____. **As paixões intelectuais**: vontade de poder (1762-1778). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

BANDEIRA, Ana Maria. **Professores da Faculdade de Medicina de 1772-1820**. Coimbra: Coimbra editora, 1986.

BARREIROS, Bruno Paulo Fernandes. **Concepções do corpo no Portugal do século XVIII: sensibilidade, higiene e saúde pública**. Tese de doutorado apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2014

BEIRÃO. Caetano. **D.Maria I (1777-1792)**: subsídios para a história de seu reinado. Lisboa: Empresa nacional de publicidade, 1934.

BERTUCCI, Paola. The Shocking Bag: Medical Electricity in mid-18th-Century London. In.: BEVILACQUA, Fabio, FREGONESE, Lucio (org.). **Nuova Voltiana: studies on Volta and his times**. Pavia: Università degli studi di Pavia, 2003.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições**: Portugal, Espanha e Itália (XV-XIX). São Paulo: Cia das Letras, 2000

BIZZO, Maria Leticia Galluzzi. "tudo o que não é vivificado, é expulso deste admirável laboratório vital": francisco de mello franco (1757-1822) e a dietética iluminista. In.: **XI Congresso Luso-brasileiro de história das ciências, 2011, coimbra. CLBHC – Livro de Resumos**. Coimbra: Fundação para a Ciência e Tecnologia FCT Portugal, v.01, p.594-613, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.

BLOM, Philipp. **A wicked company**: the forgotten radicalismo of the european enlightenment. New York: Basic Books, 2010.

BOSCHI, Caio. A Universidade de Coimbra e a formação das elites mineiras coloniais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.4, n.7, 1991, p.100-111.

BYNUM, William. Cullen and the study of fevers in Britain, 1760-1820. In.: BYNUM, W.; NUTTON, V (org.). Theories of fever from antiquity to the enlightenment. **Medical history**, supplement, n.1. London: Wellcome Institute, 1981., p.135-147

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 19, 1997.

_____. **História da medicina**. Porto Alegre: LP&M, 2011.

BRAGA, Teófilo. **Historia da Universidade de Coimbra**. 1898. v. 3.

BROWN, Theodore. From mechanism to vitalism in eighteenth century English physiology. **Journal of the History of Biology**, v.7, n.2, p. 179-216, 1974.

CAIRUS, Henrique; RIBEIRO JUNIOR, Wilson. **Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CALAFATE, Pedro. **A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994.

_____. A religião natural no século XVIII em Portugal. In. **Metamorfoses da palavra**: estudos sobre o pensamento português e brasileiro. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1998. p. 197-216.

_____. O iluminismo em Portugal. In. **Metamorfoses da palavra**: estudos sobre o pensamento português e brasileiro. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1998. p. 141-147.

_____. Ecletismo e metodologia na ilustração portuguesa. In: **Metamorfoses da palavra: estudos sobre o pensamento português e brasileiro**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998. p. 217-225.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. O cometa, o pregador e o cientista: Antonio Vieira e Valentin Stansel observam o céu da Bahia no século XVII. **Revista da SBHC.**, n.14., p.37-52., 1995.

CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Doutores da devassa: sedição e teses médicas de luso-brasileiros em Montpellier. Nota de pesquisa. **História Unisinos**. São Leopoldo, v.17, n.1, pp.61-65, janeiro-abril, 2013.

CARDIM, Pedro. O processo político (1621-1807). In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998., p.401-430.

CARDOSO, Adelino; COSTA, Palmira Fontes da (ogs.). **Corpo, poesia e afecto em Albrecht von Haller**. Lisboa: Colibri/Forum de ideias, 2010.

CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula. Enlightenment science in Portugal: the estrangeirados and their communication networks. **Social Studies of Science.**, v.30., n.4., p.591-619, ago. 2000.

CARROLL, Patrick. Medical police and the history of public health. **Medical History**, n.46, pp.461-494, 2002

CAROLINO, Luís Miguel. **A escrita celeste: almanaques astrológicos em Portugal nos séculos XVII & XVIII**. Rio de Janeiro: Access, 2002.

CARVALHO, Augusto da Silva. Francisco de Mello Franco. In: **Conferencia na Academia das Ciências de Lisboa**. Lisboa: s.n., 1947.

_____. **Pina Manique: o ditador sanitário**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um iluminismo português? A reforma da universidade de Coimbra (1772)**. São Paulo: Annablume, 2008

CAVALCANTE, Berenice. Os 'letrados' da sociedade colonial; as academias e a cultura do iluminismo no final do século XVIII. **Acervo- Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Jan/dez., 1995, p.53-66.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAPPEY, Jean-Luc. Les idéologues face au coup d'Etat du 18 brumaire na VIII. Des illusions aux désillusions. **Politix**, v.14, n.56, pp.55-75, out-dez, 2001.

_____. **La Société des Observateurs de l'Homme (1799-1804): des anthropologues au temps de Bonaparte**. Paris: Société des études robespierristes, 2002.

_____. Usages et enjeux politiques d'une métaphorisation de l'espace savant en Révolution. "L'Encyclopédie vivante", de la République thermidorienne à l'Empire. **Politix**, v.12, n.48, pp.55-75, out-dez, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

- _____. **Origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Unesp, 2009.
- CIMINO, Guido; DUCHESNEAU, François (dir.). **Vitalisms from Haller to the Cell Theory**. Firenze: Leo S. Olsckki, 1997.
- CORBIN, Alain. **Le miasme et la jonquille: l'odorat e l'imaginaire social 18^e-19^e siècles**. Paris: Aubier Montagne, 1982.
- COSTA, Wellington Júnio Guimarães da. Das desordens na Provedoria de Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos na América Portuguesa. In.: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015 Florianópolis, **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, p.1-19. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434426149_ARQUIVO_TextoANP_UHWellington.pdf. Acessado em 08 de junho de 2016.
- DARMON, Pierre. **La longue traque de la variole: les pionniers de la médecine préventive**. Paris : Perrin, 1986.
- DARTON, Robert. **El beso de Lamourette. Reflexiones sobre historia cultural**, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2010.
- _____. **O grande massacre dos gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho. **Verdades por mim vistas e observadas/ Olxalá foram Fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnografica**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
- DeNIPOTI, Cláudio. Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou quando os ingleses atiraram livros ao mar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.28, n.56, p.431-448, 2008.
- _____; FONSECA, Thais Nivea de Lima e. Censura e mercê: os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-154, 2011.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- _____. **As paixões da alma**. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil In: **A Interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- DOMINGUES, Francisco Contente. **Ilustração e Catolicismo: Teodoro de Almeida**. Lisboa: Colibri, 1994.
- DIAS, José Pedro Souza. Jacob de Castro Sarmiento e a conversão à ciência moderna. In: **Primeiro Encontro de História das Ciências Naturais e da Saúde**. Lisboa: Centro de Estudos de História das Ciências Naturais e da Saúde (Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral) e Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, p. 55-80.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio**. São Paulo: cia das Letras, 2012
- DOSSE, François. **História e ciências sociais**. São Paulo: Edusc, 2004.
- _____. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009.

DUCHESNEAU, François. **La physiologie des lumières: empirisme, modèles et théories**. Paris: Classiques Garnier, 2012

DUCHET, Michèle. **Anthropologie et histoire au siècle des lumières**. Paris : Albin Michel, 1995.

DULAC, Georges. Science et politique: les réseaux du Dr. António Ribeiro Sanches (1699-1783). **Cahiers de monde russe.**, v.43., n.2-3., p.251-274., 2002.

EDLER, Flavio; FREITAS, Ricardo. O “imperscrutável vínculo”: corpo e alma na medicina lusitana setecentista. **Varia Historia**. v.29, n.50, p.435-452, mai-ago, 2013.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

FASSIN, Didier. Biopolitique. In.: LECOURT, Dominique (dir.). **Dictionnaire de la pensée médicale**. Paris: Quodrigue/PUF, 2004. p.176-179.

FERNANDES, Tânia. Vacina Antivariólica: ciência técnica e o poder dos homens: Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FIGUEIRÔA, Silvia. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v.4, n.3, p.1-144, jul-set, 2007.

FILGUEIRAS, Carlos Alberto; MARQUES, Adilio Jorge. O químico e naturalista luso-brasileiro Alexandre Antonio Vandelli. **Química Nova**, Vol.32, Nº9, 2495-2500, 1999.

FONSECA, Fernando Taveira da. A dimensão pedagógica da reforma de 1772. Alguns aspectos. In.: **O marques de Pombal a Universidade** (2ª ed.). ARAÚJO, Ana Cristina (org.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014., p.49-79.

_____. A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e econômico. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995.;

_____. As universidades portuguesas: historiografia e linhas de investigação. In.: **Historiografía y líneas de investigación en historia de las universidades**: europa mediterránea e iberoamérica. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011., p.79-108.

_____. *Scientiae thesaurus mirabilis*: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850). **Revista Portuguesa de História**, v.23, 1999., p.527-559.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial. vol.3 (1720-1821)**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2014.

_____; Gouvêa, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império. **Penélope. Revista de História e Ciências Sociais**, nº23, 2000, PP.67-88.

FREITAS, Ricardo Cabral de. **O físico e o moral na Dissertação sobre as paixões da alma (1753) de Antonio Ribeiro Sanches (1699-1783)**. Dissertação de mestrado apresentada à Casa de Oswaldo Cruz na Fiocruz. Rio de Janeiro, 2012.

FURTADO, Júnia Ferreira. A Medicina na época moderna. In.: STARLING, Heloisa Maria Murgel; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula; MARQUES, Rita de Cássia (org). **Medicina: história em exame**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 21-82.

_____. A Medicina no império marítimo português. In.: STARLING, Heloisa Maria Murgel; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula; MARQUES, Rita de Cássia (org). **Medicina: história em exame**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 83-120.

GAUCHET, Marcel. **Le désenchantement du monde**. Paris : Gallimard, 2012.

GAUKROGER, Stephen. Sensiblity. In.: GARRET, Aaron (dir.). **The Routledge companion to eighteenth century philosophy**. New York: Routledge, 2014. p.381-399.

GOLDSTEIN, Jan. **The post revolutionary self** : politics and psuche in France (1750-1850). Cambridge : Harvard university Press, 2008.

GRELL, Ole Peter; CUNNINGHAM, Andrew; ARRIZABALAGA, Jon. **Centres of medical excellence?: medical travel and education in Europa, 1500-1789**. London: Hampshire, 2010.

GRMEK, Mirko. Le concept de maladie. In. : GRMEK, Mirko ; FANTINI, Bernardino. **Histoire de la pensée médicale en occident. Vol.. 2. De la Renaissance aux Lumières**. Paris: Éditions du Seulo, 1996, p.157-176.

GUSFDORF, Georges. **La conscience révolutionnaire: les idéologues**. Paris: Payot, 1978.

HAZARD, Paul. **La crise de la conscience européenne (1680-1715)**. Paris : Fayard, 2009.

_____. **Pensamento europeu no século XVIII**. Lisboa: Presença, 1989.

HERMANN, Jacqueline. O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil. **Topoi**, v. 8, n. 15, jul.-dez., pp. 124-158, 2007.

HESPANHA, António Manuel; SILVA, Ana Cristina Nogueira. A identidade portuguesa In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**.Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HUNEMAN, Philippe. “Animal Economy”. Anthropology and the rise of psychiatry from the ‘Encyclopédie to the alienists. In.: WOLFF, L.; CIPOLLONI, M (dir.). **Anthropology of the Enlightenment**. Stanford: Stanford University Press, 2007. p.272-276.

HURPIN, Gérard. Claude-Nicolas Le Car ou de la notoriété médicale au XVIIIème siècle. **Histoire des sciences médicales**. t.35. n.2, 2001.

JASMIN, Marcelo; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In.: JASMIN, Marcelo; FERES JÚNIOR, João (org.).**História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Loyola, 2006., p.9-38.

JEWSON, N.D. The disappearance of the sick-man from medical cosmology, 1770–1870. **International Journal of Epidemiology**, v.38, pp.622-633, 2009.

LE MOS, Maximiano. **História da medicina em Portugal**. Lisboa: Dom Quixote/Ordem dos Médicos, 1991.2v.

LEPAPE, Pierre. **Voltaire: nascimento dos intelectuais no século das Luzes**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1995.

LIMA, Péricles Pedrosa. **Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa. 1779/1822**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa, 2009.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

LUÍS, Nuno Castro. O último Marquês de Marialva: um embaixador na Europa de Viena. **Revista da FLUP**, v.4, n.5, pp.37-52, 2015.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KEEL, Othmar. **L'avènement de la médecine clinique en Europe 1750-1815**. Québec: Université de Montreal, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro. Eduerj/contraponto, 1999.
KURY, Lorelai. A ciência útil em O Patriota (Rio de Janeiro, 1813-1814). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.115-124, jul-dez 2011.

_____. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **Revista Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.11, p.109-129, 2004.

_____.(org.). **Iluminismo e Império no Brasil. O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

_____; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. **Arquivo Nacional Revista Acervo**, v.8, n.1/2, jan/dez. 1995, pp. 105-123.

MARCOCCI, Guiseppe; PAIVA, José Pedro. **História da inquisição portuguesa (1536-1821)**. Lisboa: A Esfera dos livros, 2013.

MARCOS, João. **O Conde da barca na política europeia do pré-liberalismo**. Lisboa: Civilização, 1993.

MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da Cunha. Coimbra, Lisboa e província de São Paulo. Circulação de saberes, vínculos de poder e exercício da medicina no trânsito colônia império: as trajetórias de Francisco e Justiniano de Mello Franco (1757 -1839). In.: **XI Congresso Luso-brasileiro de história das ciências, 2011, coimbra. CLBHC – Livro de Resumos**. Combra: Fundação para a Ciência e Tecnologia FCT Portugal, v.01, p.658-674, 2011;

_____. O Hospital Militar de São Paulo: Ocupações, Práticas e saberes na Transição da Colônia ao Império (1802-1829). In.: **XXXI International Congresso f the Latin American Studies Association**, 2013.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro. **Educar**, Curitiba, n.25, p.39-57, 2005.

MASSIMI, Marina. As idéias psicológicas de Francisco Mello Franco, médico e iluminista brasileiro. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.7, n.1, pp. 83-90., 1991.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: **Chocolate, piratas e outros malandros: Ensaio Tropical**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. O Marquês de Pombal: ascensão e queda. Lisboa: Manuscrito, 2015.

MAZZOLINI, Renato. Les lumières de la raison : des systèmes médicaux à l'organologie naturaliste. In. : GRMEK, Mirko ; FANTINI, Bernardino. **Histoire de la pensée médicale en occident. V. 2. De la Renaissance aux Lumières**. Paris: Éditions du Seulo, 1996.

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. **Um Estadista da República**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

MONTEIRO Nuno Gonçalo; PEDREIRA, Jorge. As chaves do período. In.: PEDREIRA, Jorge; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História contemporânea de Portugal (1808-1820): O colapso e a Revolução Liberal (1808-1834)**. Vol. 1. Lisboa: Fundação Mapfre/Objectiva, 2013

_____. A vida política. In.: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; PEDREIRA, Jorge Ferreira. **O colapso do império e a revolução liberal (1808-1834). vol.1**. Madri/Carnaxida: Marpfre/Objectiva, 2013. p.37-74.

MORAIS, Francisco. Estudantes brasileiros em Coimbra 1772-1872. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, n. 62, 1940.

MORAVIA, Sergio. From homme machine to homme sensible. Changing Eighteenth-Century models of man's image, **Journal of the history of ideas**, vol. 39, n.1, p. 45-60, jan-mar.1978.

_____. **Il pensiero degli ideologues: scienza e filosofia in Francia (1780-1815)**. Firenze: La nuova Italia, 1974.

_____. The capture of the invisible. For a (pre)history of psychology in eighteenth-century France, **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, vol.19, pp. 370-378, out. 1983.

MIRANDA, Tiago dos Reis. "Estrangeirados": a questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. **Revista História.**, São Paulo., n.123-124., p.35-70., ago/jul. 1990-1991.

MITHCELL, Harvey. Politics in the Service of Knowledge: The Debate over the Administration of Medicine and Welfare in Late Eighteenth-Century France. **Social History**, v.6, n.2, pp.185-207, 1981.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um mundo a reformar: intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos em Portugal e no Brasil, 1779-1808. **Anais do Museu Histórico Nacional**, 29, pp.87-108.

MURPHY, Terence. The french medical profession's perception of its social function between 1776 and 1830. **Medical History**, n.23, pp.259-278, 1979.

NEVES, Guilherme Pereira das. Miguel Antônio de Melo, agente do império ou das luzes? In.: VAIFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo (org.) **Império de várias faces**. São Paulo: Alameda, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos das; Ferreira, Tânia Maria Bessone. Medo dos “abomináveis princípios franceses”: a censura de livros nos inícios do século XIX no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.113-119, 1989.

NOUVEL, Pascal (dir.). **Repenser le vitalisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1982.

NOVELLA, Enric. **La ciência del alma: locura y modernidad en la cultura española del siglo XIX**. Madrid: Iberoamericana, 2013.

NUNES, Rossana. **Nas sombras da libertinagem**: Francisco de Mello Franco (1757-1822) entre Luzes e Censura no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.20, n.3, pp.939-962, jul-set. 2003.

OUTRAM, Dorinda. **The Elightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PACKHAM, Catherine. **Eighteenth Century Vitalism: bodies, culture, politics**. London: Palgrave, 2012.

PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos. Estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.253, abril-junho, 1959, PP-35-71;

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna**. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

_____. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. **Topoi**, v.15, n.29, pp. 498-526, jul-dez, 2014.

_____. Um jovem naturalista num ninho de cobras: a trajetória de João da Silva Feijó em Cabo verde em finais do século XVIII. **História, questões & debates**, 36, pp.28-60, 2002.

PINTO, Helio. **Jacob de Castro Sarmiento e o Conhecimento Médico e Científico do século XVIII**. Dissertação para obtenção do Grau de Doutor no Programa Doutoral em História, Filosofia e Património da Ciência e da Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa, 2015.

PITA, João Rui Pita. **Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)**. Coimbra: Minerva, 1996

POCOCK, John. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o *paper* de Melvin Richter. In.: JASMIN, Marcelo; FERES JÚNIOR, João (org.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Loyola, 2006., p.83-96.

PORTER, Roy (org). **The Cambridge history of medicine**. Cambridge: Cambridge university press, 2006.

_____. **Das tripas coração: uma breve história da medicina**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Flesh in the age of reason** : the modern foundations of body and soul. New York: Norton, 2005.

PRATA, Manuel Alberto Carvalho. A Universidade e a Sociedade Portuguesa na 2ª metade do século XVIII. In.: **O marques de Pombal a Universidade** (2ª ed.). ARAÚJO, Ana Cristina (org.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014

QUINLAN, Sean. **The great nation in decline**: sex, modernity and health crises in revolutionary France (1750-1850). Hampshire: Ashgate, 2007.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Tempo**, v.3, n.6, 1998. p.160-161.

RAMOS, Luís de Oliveira. **D. Maria I**. Lisboa: Temas e debates, 2010.

RIBEIRO, Márcia Moisés. **A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Exorcistas e demônios**: demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

REIS, Fernando José Egídio. **Os periódicos portugueses de emigração (1808-1822)**. Tese de doutorado apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2007.

REY, Roselyne. **História da dor**. São Paulo : Escuta, 2012.

_____. Hygiène et souci de soi dans la pensée médicale des Lumières. In.: **Communications.**, n.56., p.25-39, 1993.

_____. L'ame, le corps et le vivant. In. : GRMEK, Mirko ; FANTINI, Bernardino. **Histoire de la pensée médicale en occident. Vol.. 2. De la Renaissance aux Lumières**. Paris: Éditions du Seulo, 1996., p. 117-55.

_____. **Naissance et développement du vitalisme en France**. Oxford : Oxford University/ Voltaire Foudation, 2014.

ROUSSEAU, Georges. Para uma semiótica do nervo: a história social da linguagem em novo tom. In.: PORTER, Roy; BURKE, Peter (org). **Linguagem, indivíduo e sociedade**. São Paulo: Unesp, 1993. p. 287-364.

ROCHA, José Martinho da. **Nosso primeiro puericultor**. Rio de Janeiro: Agir, 1946

ROGER, Jaques. **Les sciences de la vie dans la pensée française au XVIIIe siècle**. Paris : Albin Michel, 1993.

ROSEN, George. **Da polícia médica à medicina social**. São Paulo: Unesp-Hucitec/Abrasco, 1994.

_____. A History of public health. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 1993.

ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador**: a ideia de progresso. São Paulo: Unesp, 1996.

_____. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: Editora Edusc, 2001. p.367-385; SHAPIN. **The Scientific Revolution**.Chicago: University of Chicago Press, 1996.

ROUSSEAU, Georges. Para uma semiótica do nervo: a história social da linguagem em novo tom. In.: PORTER, Roy; BURKE, Peter (org). **Linguagem, indivíduo e sociedade**. São Paulo: Unesp, 1993. p. 287-364.

_____. (org.). **The languages of psyche: mind and body in elightenment thought**. Los angeles: University of California press, 1990.

RUDOLPH, Gerhard. Mésure et expérimentation. In. : GRMEK, Mirko ; FANTINI, Bernardino. **Histoire de la pensée médicale en occident. Vol.. 2. De la Renaissance aux Lumières**. Paris: Éditions du Seulo, 1996. p.74-75

SÁ, Magali. A “peste branca” nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v.11, n.4, pp.818-826, dez. 2008

SARDICA, José Miguel. **A europa napoleônica e portugal: messinanismo revolucionário, política, guerra e opinião pública**. Lisboa: Tribuna, 2011

SCHWARTZ, Stuart. Impérios intolerantes: unidade religiosa e o perigo da tolerância nos impérios ibéricos da Época Moderna. In.: VAIFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo (org.) **Império de várias faces**. São Paulo: Alameda, 2009., p.25-48.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**. São Leopoldo: Unisinos, Vol.8, nº 10, jul/dez, 2004.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Inventando a Nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português: 1750-1822. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2000.,

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2015.

_____. A instituição vacínica da real academia das ciências de Lisboa: uma rede contra a varíola. In.: **XI Congresso Luso-brasileiro de história das ciências, 2011, coimbra. CLBHC – Livro de Resumos**. Combra: Fundação para a Ciência e Tecnologia FCT Portugal, v.01, pp.683-701, 2011.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A cultura luso-brasileira**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

_____. (org.). **O império luso-brasileiro 1750-1822**. Lisboa: Estampa, 1986.

SILVA, Paulo José Carvalho da. A psicopatologia entre a alma e os nervos: a *Medicina Theologica* (1784) de Francisco de Melo Franco. **Filosofia e História da Biologia**, v.3, pp. 335-345, 2008., p.336.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and Theory**., v.08., n.01., p.3-53., 1969.

SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

STEIN, Tarcila Nienow. **“Os dois braços da boa medicina”: a medicina do corpo e da alma na obra de Francisco de Mello Franco**. Dissertação de mestrado apresentada ao

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

SUBTIL, José; HESPANHA, Antonio Manuel; GOUVEIA, António Camões; MONTEIRO, Nuno. Os poderes do Centro. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.141-243.

_____.; VIEIRA, Margarida. Os Tratados de Polícia, fundadores da moderna saúde pública (1707-1856). **Revista de enfermagem referência**, v.3, n.7, pp.179-187, jul, 2002.

TENGARRINHA, José. **Da liberdade mitificada à liberdade subvertida: uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828.** Lisboa: Colibri, 1993.

THOMSON, Ann. **L'âme des lumières: le débat sur l'être humain entre religion et science angleterre-france (1690-1760)**. Paris: Champ Vallon, 2013.

VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. (Orgs.). **Retratos do império: trajetórias individuais no mundo português dos séculos XVI a XIX**. Niterói: EdUFF, 2006.

VARELLA, Alex Gonçalves. **“juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português”**: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime Português (1788-1822)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

_____. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

WALKER, Timothy. **Médicos, medicina popular e inquisição: a repressão das curas mágicas em Portugal durante o iluminismo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. **Revista Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.11, p.131-40, 2004.

WILLIAMS, Elizabeth A. **The physical and the moral: Anthropology, physiology, and philosophical medicine in France, 1750-1850**. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

_____. **A cultural history of medical vitalism in enlightenment Montpellier**. London: Ashgate, 2003.

WILSON, Arthur. **Diderot**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

WILSON, Leonard. Fevers. In.: BYNUM, William; PORTER, Roy (org.). **Companion Encyclopedia of the history of medicine**. New York: Routledge, 1993.p.382-408; BYNUM, W.; NUTTON, V (org.). Theories of fever from antiquity to the enlightenment. **Medical history**, supplement, n.1. London: Wellcome Institute, 1981.

Fontes:

Fontes impressas:

Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820). Coimbra: Coimbra Editora, 1982. 2v

ALMEIDA, Antonio de. Annaes vaccinicos de Portugal ou memoria cronológica da vacinação em Portugal, desde a sua introdução até o estabelecimento da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa. In.: **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.4, pt.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1815

ALMEIDA, Francisco José. **Tratado da educação fysica dos meninos, para uso da nação portuguesa.** Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1791.

AZEREDO, José Pinto. **Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola.** Lisboa: Colibri, 2013.

BARRETO, Luiz Carlos Moniz. **Tratado da educação fysica, e moral dos meninos de ambos os sexos.** Lisboa: Officina da Academia Real as Sciencias, 1787

BARTHEZ, Paul-Joseph. **Nouveaux éléments de la science de l’homme.** Paris: Goujon ; Brunot, 1806

BICHAT, Xavier. **Recherches physiologiques sur la vie et la mort.** Paris : Brosson; Gabon, 1805.

BOMTEMPO, José Maria. Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro Rio de Janeiro. In.: **Trabalhos médicos offerecidos à majestade do Senhor D. Pedro I. Imperador do Brasil, invicto, augusto, exímio protector das artes, sciencias, e commercio; solícito, e incansável na harmonia, e Progresso deste vasto Imperio.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1825.

BUCHAN. William. **Domestic medicine.** London: Strahan, Balfour, Creech, 1790.

CARNEIRO, Heleodoro. **Reflexões e observações sobre a pratica da inoculação da vaccina e as suas funestas conseqüências.** Lisboa: Nova Officina de João Rodrigues Neves, 1809.

CARRÈRE, J.B.F. **Panorama de Lisboa no ano de 1796.** Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.

CHAVES, Jozé Manoel. **Febriologia Accomodada tambem para ás pessoas curiosas; onde se descrevem o caracter, as causas, e as espécies das Febres Intermittentes, Malignas, e Inflammatorias, conforme a fiel, e atenta observação, que na praxe de 20 annos tem feito.** Coimbra: Real Officina da Universidade, 1790.

Collecção de opúsculos feitos sobre a vaccina feitos pelos sócios da Real Academia das Sciencias que compõem a Instituição Vaccinica. Lisboa: Typographia da Academia, 1812.

Compendio Histórico do estado da Universidade de Coimbra. Lisboa: Na Regia Officina Typografica. 1771.

Defeza do Filosofo solitário. Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Souza, 1787.

Demonstraçam analytica de todos os erros prejuízos, e futilidades, que contem o terceiro tomo do Filozof Solitario. Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Souza, 1787.

ÉCLECTISME. In. : **Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers.** Tome cinq. 1995.

Estatutos da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1772. 3v.

O Filosofo solitário. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1786-7. 3v.

O Filosofo solitário convencido por si mesmo. Lisboa: na Officina de Lino da Silva de Godinho, 1788.

O Filosofo solitário justificado. Lisboa: Na Officina de José de Aquino Bulhoens, 1787.

FRANK, Joahnn Peter. **A system of complete medical police: selections from Johann Peter Frank.** Washington: Johns-Hopkins University Press, 1976.

FREITAS SOARES, José Pinheiro de. **Tratado de Policia medica.** Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1818.

GOMES, Bernardino Antoinio. Ensaio sobre a Cinchonina, e sobre sua influencia na virtude da quina, e de outras cascas. In.: **História e Memórias da Academia de Ciências de Lisboa**, vol.3, pt. 1. Lisboa: Tipografia da Academia de Ciências, 1812. p.202-218.

_____. Recopilação histórica dos trabalhos da IV durante seu primeiro ano. In.: **Memorias de Mathematica e Physica da Academia de Sciencias de Lisboa**. vol.3. p.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1812.

JENNER, Edward. **An inquiry into the causes and effects of the variolae vaccinae.** London: Sampson Low, 1798.

_____. **Indagação sobre as causas, e effeitos das bexigas de vacca molestia descoberta em alguns condados occidentaes de Inglaterra, particularmente na comarca de Gloucester, e conhecida pelo nome de vacina.** Traduzida por João António Monteiro, lente de metalurgia na Universidade de Coimbra. Lisboa: Typographia régia, 1803.

JOBIM, José Martins da Cruz. **Elogio histórico de Mello Franco, lido na sessão pública da sociedade de medicna do Rio de Janeiro a 24 de abril de 1831.** Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher, 1831.

LE CAMUS, Antoine. **Médecine de l'esprit.** Paris: Ganeau, 1753. 2v.

LE CAT, Claude Nicolas. **Traité des sens.** Amsterdam: Wetstein, 1744.

LE MOS, Francisco de. **Relação geral da universidade (1777).** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1980.

Lista dos sócios da Academia Real das Ciências em junho de 1817. In.: **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.5, pt.1. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1817

LOCKE, John. **Ensaio sobre o entendimento humano.** São Paulo: Martis Fontes, 2012.

Medicina Theologica ou súplica humilde feita a todos os senhores Confessores e Directores sobre o modo de proceder com os seus penitentes na emenda dos peccados, principalmente da lascívia, cólera e bebedice. Lisboa: Officina Antonio Galhardo, 1794.

MELLO FRANCO, Francisco de. *Breve Instrucção a respeito da Vaccina*. In.: **Collecção de Opusculos da Vaccina**. Lisboa: Typographia da Academia, 1812.

_____. Conta do que houve de digno de observação no mez de Outubro, dada á Instituição Vaccinica pelo Director no mesmo mês. In.: **Collecção de Opusculos da Vaccina**. Lisboa: Typographia da Academia, 1812.

_____. Discurso proferido pelo vice-secretário na sessão pública de 24 de junho 1816. **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.5, pt.1. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1817

_____. **Elementos de higiene ou Ditames teóricos e práticos para conservar a saúde e conservar a vida**. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1814.

_____. **Ensaio sobre as febres com observações analyticas à cerca da topografia, clima, e demais particularidades, que influem no caracter das febres do Rio de Janeiro**. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1829.

_____. **Medicina teológica**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2008.

_____. **Medicina teológica**. São Paulo: Giordano, 1994.

_____. **Tratado de educação fysica dos meninos para uso da nação Portugueza**. Lisboa: [s.n.], 1790.

MIRABEAU, Bernardo Antônio. **Memória Histórica e Comemorativa da Faculdade de Medicina**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1772.

MORAES, Antonio. **Diccionario da lingua portuguesa recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado**. vol.2 [1789] Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

MORATO, Francisco Manoel Trigozo D'Aragão. Elogio Histórico de João Christiano Müller. In.: **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.4, pt.2 Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1815. p.LXXII

MÜLLER, João Christiano. Discurso pelo secretário na sessão pública de 24 de junho de 1812. **Memorias de Mathematica e Physica da Academia de Sciencias de Lisboa**. vol.3. p.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1812.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. **Chave da prática médico-browniana ou conhecimento do estado estenico, e astênico predominante nas enfermidades pelo doutor Weikard, transladada em italiano pelo Doutor Luiz Frank, em hespanhol, com hum Compendio da teoria browniana pelo Doutor D. Vicente Mit Javila e Fisonel, e em linguagem, com algumas notas, por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, medico em Lisboa**. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

_____. **Da febre e da sua curação em geral, ou novo e seguro methodo de curar facilmente, por meio dos ácidos mineraes, todas as espécies de Febre**. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva, 1813.

_____. **Divisão das enfermidades, feita segundo princípios do systema de Brown, ou nosologia browniana pelo Dr. Vicente Mitiavila e Fisonel, e em Portuguez com algumas notas por Manoel Henriques de Paiva.** Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

_____. **Ensaio sobre a nova doutrina medica de Brown em forma de carta por Manoel Rizo, de Constantinopla. Vertido em linguagem por Manoel Henriques de Paiva.** Lisboa: na Officina de João Rodrigues Neves, 1800.

_____. **Medicina domestica, ou tratado de prevenir, e curar as enfermidades com o regimento, e medicamentos símplies.** Lisboa: Typographia Morazziana, 1787.

_____. **Preservativo das bexigas e dos seus Terríveis Estragos ou Historia da Origem e Descobrimento da Vaccina.** Lisboa: Na Officina João Procopio Correa da Silva, 1801.

_____. **Prospecto de hum systema simplicíssimo de medicina; ou ilustração e confirmação da nova doutrina medica de Brown; pelo Dr. Belchior Adão Weikard. Tirado em linguagem desta nova impressão e ampliado com outras anotações por Manoel Joaquim Henriques de Paiva.** Bahia: na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1816.

Parecer sobre os dous papeis O Filosofo Solitario e O Filosofo Solitário Justificado. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1787.

A pratica que teve o pae do filosofo solitário com o senhor seu compadre, acerca dos Estudos e obras de seu filho. Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Sousa, 1787.

Reino da Estupidez. Lisboa: Officina de A. Bobée, 1818.

Resposta ao Filosofo Solitario, em abono da verdade por hum amigo dos Homens. Lisboa: Off. de Antonio Galhardo, 1787

Reposta ao Filosofo Solitario em abono da verdade, por um amigo dos homens. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1787.

Resposta segunda ao Filosofo Solitario, por hum amigo dos homens. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1787.

Rizos do Filosofo Solitario. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1788.

SAINT VALIER, Joli de. **Traité sur l'éducation des deux sexes.** Londres: Elmsly, 1783.

SANCHES, Antonio Ribeiro. Affections de l'âme. In. : **Encyclopédie Méthodique.** Paris: Panckoucke, 1787., p.252-284

_____. **Apontamentos para estabelecer-se um tribunal e colégio de medicina.** Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

_____. **Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real.** Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

_____. **Dissertação sobre as paixões da alma. Introdução e notas de Faustino Cordeiro.** Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 1999.

_____. **Tratado da conservação da saúde dos povos.** Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

_____. VEROLE GROSSE. In.: **Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. Tome dix-septième. Paris: VENERIEN-Z. 1995.

VICQ D'AZYR, Félix. **Éloges historiques**. v.3. Paris: Duprat-Duverger, 1805., p.218-259.

SANTA ANNA, José Joaquim. **Memoria sobre o enxugo geral desta cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1811.

SANTA ANNA, Manuel de. **Dissertações theologicas medicinaes, dirigidas a instrucção dos penitentes, que no sacramento da penitencia sinceramente procurão a sua santificação, para que se não contaminem com os abominaveis erros de hum livro intitulado Medicina Theologica, ou Supplica Humilde a todos os Senhores Confessores, e directores, etc. Cujos erros refuta nesta obra com a verdadeira doutrina dos Padres, escritura e sagrados concilios**. Lisboa: Regia officina typografica. 1799. 2. v.

SILVA, Francisco Innocencio da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

SILVA, Joaquim Xavier da. **Breve Tratado de Higiene Militar e Naval**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1819

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Discurso pelo secretário na sessão pública de 24 de junho de 1815. **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.4, pt.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1815.

_____. Discurso pelo secretário na sessão pública de 24 de junho de 1815. **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.6, pt.1. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1819.

SOARES, José Pinheiro de. **Tratado de polícia médica, no qual se Compreendem todas as matérias, que podem servir para organizar hum regimento de Policia de Saude para o interior do Reino de Portugal**. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1818.

_____. Sobre a preferencia do leite de Vaccas ao Leite de Cabras para o sustento das crianças, principalmente nas grandes Casas dos Expostos: e sobre algumas outras matérias, que dizem respeito à criação delle. In.: **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.5, pt.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1817.

SILVA, Manuel Vieira da. **Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808.

TAVARES, Francisco. **Resultado das Observações feitas no Hospital Real da Inoculação das Bexigas nos annos de 1796, 1797 e 1798**. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1799.

TRIGOZO, Joaquim Mendo. Discurso proferido pelo vice-secretario na sessão pública de 24 de junho de 1814. **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.4, pt.1. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1815.

_____. Discurso proferido pelo vice-secretario na sessão pública de 24 de junho de 1817. In.: **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.5, pt.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1817.

_____. Elogio histórico do Conde da Barca. In.: **História e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, vol.8, pt.2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1823. p.XV

VARNHAGEM, Francisco Adolfo. O Dr. Francisco de Melo Franco. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 5, 1843-44, p. 315-317.

VERNEY, Luis Antônio. **Verdadeiro método de estudar**. Valensa: Officina de Antonio Balle, 1746. 2v.

Periódicos:

Annales des sciences, des arts, et des lettres. Paris: A. Bobée, 1818-1822. 16v.

Correio Braziliense. vol.18. Londres: Officina do Correio Braziliense, 1817.

Correio Braziliense. vol.19. Londres: Officina do Correio Braziliense, 1817

Correio Braziliense. vol.20. Londres: Officina do Correio Braziliense, 1818.

Diario das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa, n.178, 1821, p.2320.

Diario Fluminense, 3 de março de 1826

Gazeta de Lisboa, 30 de junho de 1801.

Gazeta de Lisboa, 14 de abril de 1809. Suplemento especial

Gazeta do Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1817.

Gazeta do Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1817.

Gazeta de Lisboa, 10 de dezembro de 1817

Gazeta do Rio de Janeiro, 20 de março de 1817.

O Investigador Portuguez em Inglaterra, vol.2. Londres: H. Bryer, 1812.

Jornal Encyclopedico. Vol.6. Lisboa: Typographia nunesiana, 1788.

Jornal Encyclopédico, vol.8. Lisboa: Typographia nunesiana, 1790.

Jornal Encyclopédico, vol.14. Lisboa: Typographia nunesiana, 1792

Jornal de Coimbra, vol.2, p.63-76;140-149.

Diario das cortes geraes, extraordinárias, e constituintes da nação portuguesa. Segundo anno da legislatura. Vol.6. Lisboa: Imprensa nacional, 1822. p.184.

Observador lusitano em Pariz. vol.1. Pariz: Rougeron, 1815.

Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico Militar de Lisboa

Aviso de 08 de dezembro de 1816. AHM, 3ª divisão, 19ª Seção, Proc. 62.

AHM, Processos Individuais, Francisco de Mello Franco, Cx. 516

Arquivo Histórico Ultramarino

Recibo de 20 de novembro de 1756. AHU, Cx.51, Doc.5120. Também disponível online pelo Projeto Resgate, no link:

http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017_RJ_AV&pesq=melo%20franco&pasta=ahu_acl_cu_017%20cx.%2051\doc.%205120. Acessado em 01/03/2016

Requerimento de 18 de janeiro de 1765. AHU, Minas Gerais, Cx.85, Doc.15.

Disponível em:

http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&PagFis=41324&Pesq=melo%20franco. Acessado em 01/03/2016

Carta de 21 de julho de 1804. AHU, ACL, CU, 011, Cx.1., Doc.26. Disponível no site do Projeto Resgate –Minas Gerais (1680-1832):

http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pesq=melo%20franco&pasta=ahu_acl_cu_011%20cx.%20171\doc.%2026. Acessado em 08 de junho de 2016.

Requerimento de 06 de setembro de 1804. AHU, ACL, CU, 015, Cx.250, D.16779.

Também pode ser acessado em

http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&pesq=melo%20franco&pasta=ahu_acl_cu_015%20cx.%20250\doc.%2016779 Acessado em 08 de junho de 2016.

Arquivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Resumo Histórico da Vida de Francisco de Mello Franco. Bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra, Medico da Câmara do Senhor D. João VI, Vice-Secretário da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Commendador da Ordem de Christo Pelo Dr. Francisco Felix Pereira da Costa (1851). AIHGB, Lata 115, Doc.01.

Biografia de Francisco de Mello Franco. AIHGB, lata 113, doc.5

Carta de 30 de março de 1818. AIHGB, DL1369.009

Carta de 29 de fevereiro de 1820, AIHGB, lata 115, doc. 11, nº4

Carta de sesmaria concedendo a João de Melo Franco meia légua de terra em quadra em localidade a dez léguas de Arraial do Paracatu. AIHGB, docs. arm.3, gav.01 nº 47.

Edital ao Patrimônio de Joaquim de Mello Franco. AIHGB, lata 179, doc.75.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ANRJ, Graças honoríficas, cód. 37

ANRJ, Desembargo do Paço, Cód. 4 K, Notação: Cx. 67 Doc. 23.

ANRJ, Desembargo do Paço, Cód. 4 K, Notação: Cx. 67 Doc. 26.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT, Intendência Geral da Polícia, Conta para a Secretaria, L. IV

ANTT, Ministério do Reino, Saúde Pública, Maço 969.

ANTT, Instituição Vacínica, Ministério do Reino, maço 353, caixa 472.

ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, liv. 371, fl.114.

ANTT, Livro de Registro de Óbitos, Paroquia de São Mamede 1778/1795, p.153v. Cota atual: LxO2-cx.12.

ANTT, Paroquia de Anjos, Livro de Registro de Casamentos 1767/1783.

ANTT, Paroquia de São Mamede, Livro de Registro de Baptismos 1780-1790.

ANTT, Paroquia de São Mamede, Livro de Registro de Baptismos, 1790/1800.

ANTT, Registro Geral das Mercês de D. Maria I, lv.20, fl.63

ANTT, Registro Geral das Mercês de D. Maria I, lv.20, fl.351.

Alvará de 14 de fevereiro de 1791. ANTT, Hospital de São José, lv. 944, fl.138v.

Alvará de 22 de Fevereiro de 1802. ANTT, Chancelaria de D. Maria I, lv. 65, fl. 308

Alvará de 15 de Dezembro 1802. ANTT, Chancelaria de D. Maria I, lv. 66, fl. 343.

Apostila de 16 de Fevereiro de 1805. ANTT, Chancelaria de D. Maria I, lv.71 fl.337

Carta régia de 30 de Agosto de 1802. ANTT, Chancelaria de D. Maria I, lv.67 fl.108.

Carta de 26 de setembro de 1808. ANTT, correspondências do Administrador da Enfermaria Real, Ministério do Reino, mç. 279

Carta de 12 de outubro de 1808. ANTT, correspondências do Administrador da Enfermaria Real, Ministério do Reino, mç. 279

Carta de 10 de dezembro de 1817. ANTT, Projeto Reencontro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, microfilme nº77.

Carta de 23 de junho de 1819. ANTT, Projeto reencontro, BNRJ, microfilme nº.77

Decreto de 10 de fevereiro de 1792. ANTT, Feitos findos, diversos, documentos referentes ao Brasil, mç.2

Decreto de 27 de novembro de 1799. ANTT, Ministério do Reino, livro 356, fl.7.

Decreto de 22 de novembro de 1799. ANTT, Ministério do Reino, liv.356, fl.07

Parecer de 10 de fevereiro de 1792. ANTT, Feitos findos, diversos, documentos referentes ao Brasil, mc,2, nº6 e 7 (cópia).

Verba de 07 de julho de 1802. ANTT, Chancelaria de D. Maria I, lvr.67 fl.80

Arquivo da Universidade de Coimbra.

AUC, Alvarás, Avisos, cartas, e provisões régias, 1775-1789. Cota: IV-1^a.D-2-2-4, cx.4

AUC, Cópias dos livros da Alvarás, cartas régias, provisões, ordens e avisos da Secretaria de Estado pertencentes ao Governo da Universidade. 1771-1785. Cota: IV 1^a.D 3-2-41

AUC, Livro de Certidões de Idade 1772/1833., fl.5

AUC, Livro de Exames de Filosofia, lv.1.

AUC, Livro de Exames da Faculdade de Medicina. lv. 1

AUC, Livro de Exames de Matemática, lv.1.

AUC, Livro de Matrículas 1777/1778.

AUC, Livro de Matrículas da Faculdade de Filosofia, 1776-1777, fl.08

AUC, Livro de Matrículas da Faculdade de Medicina, 1768-1778. Cota: IV 1^oD 15-3-3

AUC, Livro de Matrículas da Faculdade de Medicina, 1778-1790. Cota: IV 1^oD 15-3-4.

AUC, Livro de Matrículas da Faculdade de Medicina, 1782-1783.

AUC, Livro de Petições de Matricula e inscrição da Faculdade de Medicina: Matrículas, 1778-1790. Cota: IV 1^oD 15-3-4.

AUC, Paroquia da Sé Velha, Livro de Baptismos, 1745-1789.

Aviso de 12 de novembro de 1783. AUC, Cópias dos livros da Alvarás, cartas régias, provisões, ordens e avisos da Secretaria de Estado pertencentes ao Governo da Universidade. 1771-1785, cota: IV 1^a.D 3-2-41.

Ata da congregação de 2 de dezembro de 1786. AUC, Livro das Congregações da Faculdade de Medicina. Vol. 1, 1786-1796. Cota: IV 1^oD 3-1-82

Ata da congregação de 8 de maio de 1787. AUC, Congregações da Faculdade de Medicina, vol. 1, 1786-1796. Cota: IV 1^oD 3-1-82.

Carta régia de 11 de janeiro de 1783. AUC, Cartas Régias, Ofícios e Avisos expedidos para a Universidade, vol.7, 1786-1798, fl.168. Cota: IV-1.^aD-3-2-13.

Carta régia de 4 de junho de 1783. AUC, Cópias dos livros da Alvarás, cartas régias, provisões, ordens e avisos da Secretaria de Estado pertencentes ao Governo da Universidade. 1771-1785 – Cota: IV 1^a.D 3-2-41.

Carta régia de 14 de novembro de 1783. AUC, Cópias dos livros da Alvarás, cartas régias, provisões, ordens e avisos da Secretaria de Estado pertencentes ao Governo da Universidade, 1771-1785. Cota: IV 1^a.D 3-2-41.

Carta régia de 26 de junho de 1786. AUC, Cartas Régias, Ofícios e Avisos expedidos para a Universidade. Vol. 7, 1786-1798, fl.33. Cota: IV-1.^aD-3-2-13.

Carta régia de 26 de setembro de 1786. AUC, Cartas Régias, Ofícios e Avisos expedidos para a Universidade. Vol.7, 1786-1798, fl.39. Cota: IV-1.^aD-3-2-13.

Carta régia de 17 de março de 1787. AUC, Cartas Régias, Ofícios e Avisos expedidos para a Universidade, vol.7, 1786-1798, fl.79. Cota: IV-1.^aD-3-2-13

Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa

Ata da assembleia de 11 de fevereiro de 1810. BACL, Atas anteriores a 1810.

Assembleia de 13 de janeiro de 1798. BACL, Livros e atas do Conselho e da Classe de Ciências Anteriores a 1810.

Ata da Assembleia de 23 de novembro de 1812. BACL, Livro das Sessões do conselho e das Assembleas Geraes.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

BNRJ.Catálogo de livros do Sr. Dr. Francisco de Melo Franco. 06, 4, 006.

Carta de 01 de dezembro de 1819. BNRJ, Manuscritos, I-4,29,72

Carta de Francisco de Mello Franco a José Bonifácio de Andrada e Silva. Lisboa, 5 de Setembro de 1807. BNRJ, Manuscritos, I – 4, 29,73.

Carta de Francisco de Mello Franco a José Bonifácio de Andrada e Silva. 26 de Setembro de 1807. BNRJ, Manuscritos, I – 4, 29, 73a.

Carta de Francisco de Mello Franco a José Bonifácio de Andrada e Silva. Lisboa, 08 de Dezembro de 1815. BNRJ, Manuscritos, I – 4, 29, 74.

Carta de Francisco de Mello Franco a José Bonifácio de Andrada e Silva. Lisboa, 15 de dezembro de 1815. BNRJ, Manuscritos, I – 4, 29, 75.

Carta a José Bonifácio de 04 de setembro de 1817. BNRJ, Manuscritos, I-4,29,75a

Carta de Francisco de Mello Franco a José Bonifácio de Andrada e Silva. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1817. BNRJ, Manuscritos, I – 4, 29, 76.

Carta de Francisco de Mello Franco a José Bonifácio de Andrada e Silva. 14 de Outubro, s/a. BNRJ, Manuscritos, I – 4, 29, 77.

Pedido de sobrevivência do Ofício de Sabará, sem data. BNRJ, divisão de manuscritos, C-36,15.

Processo para requisição da condecoração com o hábito da Ordem Imperial do Cruzeiro. BNRJ, Manuscritos, C-0603,012.